

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA  
NÍVEL DE MESTRADO**

**VICTOR HUGO DAVANÇO**

**POLÍTICAS PARTICIPATIVAS EM CIANORTE: O ESPAÇO SOCIAL DE  
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**CAMPO MOURÃO – PR  
2024**

**VICTOR HUGO DAVANÇO**

**POLÍTICAS PARTICIPATIVAS EM CIANORTE: O ESPAÇO SOCIAL DE  
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Linha de Pesquisa:** Saberes e Linguagens  
**Área de Concentração:** História Pública  
**Orientador:** Dr. Jorge Pagliarini Junior

**CAMPO MOURÃO – PR  
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Davanço, Victor Hugo  
Políticas Participativas em Cianorte: o espaço social de construção histórica e participação popular / Victor Hugo Davanço. -- Campo Mourão-PR, 2024.  
214 f.: il.

Orientador: Jorge Pagliarini Junior.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Orçamento participativo. 2. Democracia participativa. 3. Representações. 4. História Pública. 5. Plano de Bairro. I - Pagliarini Junior, Jorge (orient). II - Título.

VICTOR HUGO DAVANÇO

**POLÍTICAS PARTICIPATIVAS EM CIANORTE: O ESPAÇO SOCIAL DE  
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**BANCA EXAMINADORA**

Dr. Jorge Pagliarini Junior – UNESPAR, Campo Mourão - PR

Dr. Jiani Fernando Langaro – UFG, Goiânia - GO

Dr. Michel Kobelinski – UNESPAR, Campo Mourão - PR

Data de Aprovação

17 / 10 / 2024

Campo Mourão – PR

## AGRADECIMENTOS

A oportunidade de agradecer reflete o sentimento de felicidade na elaboração do projeto de estudos proposto tanto por ter concluído essa etapa quanto pelo prazer de estudar e escrever sobre algo que acredito e que faz parte da minha vivência.

Nesse percurso inúmeros desafios foram vencidos e agradeço a Deus por me fortalecer e não deixar desistir.

Agradeço aos meus familiares por todo carinho, compreensão e apoio. Meus pais, irmãos e sobretudo a minha esposa que sempre esteve ao meu lado, apoiando, incentivando, sugerindo, ouvindo e conversando sobre os diversos temas do projeto. Mesmo sem entender por completo o projeto estavam dispostos a colaborar e isso foi fundamental para prosseguir.

Agradeço aos professores pelos ensinamentos e direcionamentos, em especial ao professor Jorge Pagliarini Junior que além de professor e orientador foi um verdadeiro contribuinte da pesquisa e dos frutos dela que com certeza virão. A arte de coordenar e orientar estão expressas em cada linha que escrevo.

Agradeço ainda aos colegas de turma pelos debates e contribuições construtivas, na multiplicidade de projetos e singularidade dos mesmos a escuta atenta, a sugestão e diálogo contribuíram com minha pesquisa e minhas reflexões.

Agradeço aos meus amigos que apoiaram desde o início nessa incursão de estudos, aos participantes das inúmeras metodologias propostas, àqueles que leram e releeram esse trabalho, aos servidores da Câmara, ao Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão, ao programa de Mestrado em História Pública, aos secretários e servidores da instituição, enfim a todos que de uma forma ou outra contribuíram e foram elo de ligação nessa construção.

Por fim agradeço a mim mesmo por não desistir, por dedicar finais de semana de estudos, por enfrentar viagens de moto, abrir mão de um concurso público e diversos momentos de lazer para concretizar o sonho do mestrado.

## RESUMO

DAVANÇO, Victor Hugo. **Políticas Participativas em Cianorte: o espaço social de construção histórica e participação popular.** 214f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

**RESUMO:** Com objetivo de ouvir e analisar as representações dos diversos públicos referentes à participação popular na definição das políticas públicas municipais, a proposta dessa pesquisa, vinculada à Linha de Pesquisa Saberes e Linguagens do Programa de Pós-Graduação em História Pública da UNESPAR – Campus de Campo Mourão é analisar o Orçamento Participativo Municipal (OP) considerando-o como espaço de construção e definição de ações primordiais à administração pública. Assim, a fim de atender as necessidades dos grupos e tecendo a construção de uma história pública coletiva e participativa, delimitamos o estudo ao Município de Cianorte, localizado no Noroeste do Paraná, município em que resido e no qual vivenciei a experiência de já ter sido Vereador (2017-2020). No município ainda não se efetivou o instrumento do Orçamento Participativo, embora ali se perceba historicamente a intensa e significativa movimentação política popular de seus moradores. O estudo apresenta inicialmente a conceituação tanto da História Pública quanto do OP destacando, para tanto, suas etapas de elaboração e algumas experiências exitosas pelo país. A metodologia da pesquisa envolve o entendimento e o reconhecimento político de experiências e vivências locais, a partir de encontros, questionários e entrevistas orais feitas com moradores de diversos setores da sociedade de Cianorte, captando suas representações relativas à participação popular na definição das políticas públicas e ao próprio Orçamento Participativo. O foco final e concreto dessa pesquisa é a produção de um material propositivo inspirado na ideia de *Plano de Bairro* que sirva como aporte para uma futura elaboração e implantação de políticas participativas no município e em outros municípios. Dessa forma, a reflexão acerca da importância da participação popular para a elaboração do Projeto de Orçamento Participativo Municipal serve como estratégia para se pensar esse *lócus* de construção histórica popular nas quais as diversas representações, desejos, saberes e linguagens singulares se fazem presentes e assim desenvolver um estudo *com* o público e pensado *para* o público, efetivando os princípios da História Pública.

**Palavras-chave:** Orçamento participativo. Democracia participativa. Representações. História Pública. Plano de Bairro.

## ABSTRACT

DAVANÇO, Victor Hugo. Participatory Policies in Cianorte: the social space of historical construction and popular participation. 214f. Dissertation. Graduate Program in Public History – Master's Degree. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2024.

**ABSTRACT:** In order to listen to and analyze the representations of the various publics regarding popular participation in the definition of municipal public policies, the proposal of this research, linked to the Knowledge and Languages Research Line of the Graduate Program in Public History at UNESPAR – Campo Mourão Campus, is to analyze the Municipal Participatory Budget (PB) considering it as a space for construction and definition of actions essential to public administration. Thus, in order to meet the needs of the groups and weaving the construction of a collective and participatory public history, we limited the study to the Municipality of Cianorte, located in the Northwest of Paraná, the municipality in which I live and in which I lived the experience of having already been a Councilor (2017-2020). In the municipality, the instrument of the Participatory Budget has not yet been implemented, although there is historically perceived the intense and significant popular political movement of its residents. The study initially presents the conceptualization of both Public History and PB, highlighting, for this purpose, its stages of elaboration and some successful experiences in the country. The research methodology involves the understanding and political recognition of local experiences and experiences, based on meetings, questionnaires and oral interviews with residents of various sectors of Cianorte society, capturing their representations related to popular participation in the definition of public policies and the Participatory Budget itself. The final and concrete focus of this research is the production of a propositional material inspired by the idea of a Neighborhood Plan that serves as a contribution for a future elaboration and implementation of participatory policies in the municipality and in other municipalities. In this way, the reflection on the importance of popular participation for the elaboration of the Municipal Participatory Budget Project serves as a strategy to think about this locus of popular historical construction in which the various representations, desires, knowledge and singular languages are present and thus develop a study with the public and designed for the public, putting into effect the principles of Public History.

**Keywords:** Participatory budgeting. Participatory democracy. Representations. Public History. Neighborhood Plan.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1: HISTÓRIA PÚBLICA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b> .....	24
1.1 História e História Pública .....	24
1.2 Orçamento Participativo, histórico e possibilidades .....	30
1.3 Orçamento Participativo: fases e experiências .....	39
<b>CAPÍTULO 2: REPRESENTAÇÕES POPULARES</b> .....	48
2.1 Experiências e vivências .....	50
2.2 Partilha Oral .....	59
2.3 Questionários .....	80
2.4 Comunicações Públicas .....	103
2.5 OP, apresentações e debates .....	136
<b>CAPÍTULO 3: PLANO DE BAIRRO</b> .....	144
3.1 Questionários do Plano de Bairro .....	151
3.2 Entrevistas Orais .....	165
3.3 Plano de Bairro – Uma possibilidade .....	176
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	188
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	191
<b>ANEXOS/APÊNDICES</b> .....	199
Anexo I Guia - Plano de Bairro .....	200
Anexo II Projeto de Lei .....	211

## Lista de Imagens

Imagem 1: Cianorte- Paraná .....	15
Imagem 2: Cidades Polo – Projeto CMNP .....	16
Imagem 3: IBGE – Cianorte 2022 .....	16
Imagem 4: Conselho do Orçamento Participativo de Toledo .....	44
Imagem 5: Fala Curitiba – Sobre o Programa .....	45
Imagem 6: Fala Curitiba - site .....	46
Imagem 7: Fala Curitiba - Ações Executadas .....	47
Imagem 8: Sessão da Câmara Municipal de Cianorte (17/10/2022) .....	51
Imagem 9: Convite para reunião dos Atletas Amadores .....	52
Imagem10: Atletas amadores reunidos .....	53
Imagem 11: Participação e observação .....	55
Imagem 12: Pré-conferência de Cultura de Cianorte .....	56
Imagem 13: Convite para Conferência Municipal de Saúde .....	57
Imagem14: Reunião de Pré-conferência de Saúde – Bairro Jardim Universidade .....	58
Imagem 15: Convite à Partilha Oral .....	60
Imagem 16: Antigo prédio da Estação Ferroviária de Cianorte .....	67
Imagem 17: Demolição da estação Ferroviária de Cianorte .....	68
Imagem18: Novo Centro após a demolição da Estação Ferroviária .....	68
Imagem19: Questionários Online – Pesquisa de Mestrado .....	80
Imagem 20: Idade .....	81
Imagem 21: Sexo .....	82
Imagem 22: Escolaridade .....	82
Imagem 23: Bairro .....	83
Imagem 24: Renda Familiar .....	84
Imagem 25: Escolaridade .....	85
Imagem 26: População cianortense .....	85
Imagem 27: Participação em Conselhos .....	86
Imagem 28: Participação Popular .....	87
Imagem 29: Empecilhos à participação .....	88
Imagem 30: Conhecimento sobre OP .....	90
Imagem 31: Participação na elaboração do Orçamento Municipal .....	91

Imagem 32: Percepção quanto a participação da comunidade .....	92
Imagem 33: Participação popular na definição das políticas públicas (1) .....	93
Imagem 34: Participação popular na definição das políticas públicas (2) .....	93
Imagem 35: Participação popular na definição das políticas públicas (3) .....	94
Imagem 36: Participação popular na definição das políticas públicas (4) .....	95
Imagem 37: Participação popular na definição das políticas públicas (5) .....	95
Imagem 38: Levantamento de demandas .....	96
Imagem 39: Demandas enviadas ao Executivo/Legislativo (1) .....	97
Imagem 40: Demandas enviadas ao Executivo/Legislativo (2) .....	97
Imagem 41: Demandas enviadas ao Executivo/Legislativo (3) .....	98
Imagem 42: Participação na elaboração do Orçamento Municipal (1) .....	99
Imagem 43: Participação na elaboração do Orçamento Municipal (2) .....	99
Imagem 44: Participação na elaboração do Orçamento Municipal (3) .....	99
Imagem 45: Percepção quanto a ser contemplado .....	100
Imagem 46: Demandas e execução .....	101
Imagem 47: Site da Prefeitura de Cianorte .....	104
Imagem 48: Portal da Transparência da Prefeitura de Cianorte .....	104
Imagem 49: Portal de Obras Públicas .....	105
Imagem 50: Plano Municipal de Cultura de Cianorte .....	105
Imagem 51: Audiência Pública para debater o Saneamento Básico no Município .....	108
Imagem 52: Público presente na audiência .....	109
Imagem 53: Convite à participação da revisão do Plano Diretor .....	110
Imagem 54: Convite ao CONAE – 2017 – Etapa Municipal .....	110
Imagem 55: Pesquisa sobre Orçamento Participativo .....	111
Imagem 56: Pesquisa sobre Democracia Participativa .....	111
Imagem 57: Encontro Virtual em 2020 .....	112
Imagem 58: Representações .....	113
Imagem 59: Associações de Bairro .....	114
Imagem 60: Conselhos Municipais .....	115
Imagem 61: Foxit PDF Editor .....	115
Imagem 62: Pesquisa sendo realizada no acervo do Jornal Tribuna de Cianorte .....	115
Imagem 63: OP em Cruzeiro do Oeste .....	116
Imagem 64: OP em Cruzeiro do Oeste – Jovens para Cidadania .....	117

Imagem 65: Criação do Conselho Municipal do Orçamento Participativo .....	117
Imagem 66: Democracia Participativa .....	118
Imagem 67: Plano de Bairro .....	118
Imagem 68: Associação de Bairro – 18 citações .....	119
Imagem 69: Associação de Moradores – 75 citações .....	119
Imagem 70: Solicitação comunitária no Bairro Beatriz Guimarães .....	120
Imagem 71: Melhorias por intermédio da Associação de Moradores .....	120
Imagem 72: Associação de Moradores qualifica mão-de-obra .....	121
Imagem 73: Convite para reunião e reunião na Zona 04 .....	122
Imagem 74: Convocações para eleições das Associações de Moradores .....	123
Imagem 75: Convites para Assembleia nos Seis Conjuntos (15/09/1999) .....	123
Imagem 76: 1ª Festa do Sorvete (12/11/2002) .....	124
Imagem 77: Ações de parceria .....	125
Imagem 78: Solicitação da Associação de Moradores do Bairro Sagrada Família .....	125
Imagem 79: Solicitações da Zona 04 .....	126
Imagem 80: 986 citações em 500 documentos diferentes .....	127
Imagem 81: Presidente do Conselho de Entorpecente é candidato a Vereador .....	127
Imagem 82: Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jussara .....	128
Imagem 83: Conferência Municipal da Criança de 1990 .....	129
Imagem 84: 1ª Semana Cultural de Cianorte .....	130
Imagem 85: Ação do Conselho Municipal de Entorpecentes .....	131
Imagem 86: Conselho Estadual de Entorpecentes e Conselho Municipal de Cultura .....	131
Imagem 87: Inauguração da Casa da Cultura .....	131
Imagem 88: Programa da Conferência da Saúde .....	133
Imagem 89: Conselho da Criança reunido com CMEI .....	133
Imagem 90: Opinião Popular .....	134
Imagem 91: Plano Emergencial de Combate a Incêndios .....	134
Imagem 92: Certificado XIII Encontro Estadual de História da ANPUH - GO .....	137
Imagem 93: Debate na Rádio CiaFM .....	138
Imagem 94: 16ª Primavera dos Museus .....	139
Imagem 95: Banner Orçamento Participativo .....	140
Imagem 96: Feira Cultural Kombear .....	141
Imagem 97: Distribuição de panfletos .....	141

Imagem 98: Exposição de Banner – Feira Cultural Kombear .....	142
Imagem 99: V Colóquio Internacional Museus e Arquivos .....	143
Imagem 100: Praça Central do Bairro Beatriz Guimarães .....	153
Imagem 101: Grupo de whatsapp Beatriz Guimarães .....	154
Imagem 102: Convite para participação nos questionários online .....	155
Imagem 103: Idade – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	156
Imagem 104: Sexo – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	157
Imagem 105: Escolaridade – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	157
Imagem 106: Renda Familiar – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	158
Imagem 107: Tempo no Bairro – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	159
Imagem 108: Participação nas ações – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	159
Imagem 109: Vivência marcante – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	160
Imagem 110: Característica do Bairro – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	161
Imagem 111: Planejamento para o Bairro – Questionários Online Beatriz Guimarães ....	162
Imagem 112: Necessidades X Ações – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	163
Imagem 113: União comunitária – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	163
Imagem 114: Ações e desenvolvimento – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	164
Imagem 115: OP e PB – Questionários Online Beatriz Guimarães .....	165
Imagem 116: Residência dos entrevistados – Questionários Online Beatriz Guimarães ..	169

## INTRODUÇÃO

Pensar, refletir, avaliar e propor, essas são algumas premissas para qualquer pesquisa, por óbvio que existem outras inúmeras possibilidades, mas essas podem ser as bases iniciais para diversas discussões. Quando o objeto da pesquisa é algo “vivo”, como no caso das pesquisas sociais que envolvem as dinâmicas das diversas populações atingidas, a pesquisa passa a ter esse caráter ativo, pensando, refletindo, avaliando e propondo em conjunto com os públicos pesquisados, isso porque conforme Thiollent a pesquisa social prevê uma “estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (1986, pág. 14).

Mais que isso, a proposta de envolver os públicos permite que um projeto de pesquisa com cronograma determinado de início e fim vá se transformando em pesquisa com projetos de longo prazo, no qual a metodologia se difunde na observância de realidades sociais em constante transformação com diversas influências e caminhos. Pesquisa, ação, reflexão, propostas que possibilitam novas pesquisas, novas ações, novas reflexões, novas propostas e assim ciclicamente em um movimento contínuo onde “o público pode trazer para o lugar uma série de imagens gerais, mas muito fixas, derivadas da história familiar e pessoal, cultura e tradição popular, educação básica primária e secundária, tratamentos modernos da mídia e assim por diante” (FRISCH, 1990, p. 216) no qual a variedade de vivências e experiências diversificam também os rumos das pesquisas. Nesse processo, interpretar essas multiplicidades de representações foi um dos desafios que essa pesquisa proporcionou.

Esse pensar complexo e envolvente reflete os condicionantes da pesquisa em História Pública desenvolvido na nossa proposta de estudo acerca do Orçamento Participativo (OP) considerado nesse estudo como espaço histórico no qual é possível a efetivação da participação popular e *locus* de debate e proposição de ações ao poder público visando a satisfação de necessidades dos diversos públicos e grupos. Grosso modo, o OP resume-se em um processo pelo qual os cidadãos opinam e decidem de que modo parte do orçamento local deve ser investido, sendo uma política redistributiva e que pressupõe quatro premissas, definir prioridades, alocar recursos, cobrar sua efetivação e acompanhar os resultados para após reiniciar as definições de novas prioridades.

Dessa forma, a análise do OP e a própria pesquisa não se limitam em prazo, tempo e espaço, mas permitem a constante avaliação desse instrumento que propõe em conjunto com os públicos, um caminho a ser seguido dentre outros possíveis que permita a ampliação da participação popular na definição das políticas públicas.

O foco inicial da pesquisa foi analisar o OP e sua base legal, avaliando as possibilidades de engajamento dos públicos na tentativa de captar as representações populares de membros da sociedade que contribuíram com a pesquisa por meio das metodologias propostas, sobretudo considerando a participação, a abertura de espaços de diálogo, as articulações das Associações de Bairro, Conferências Municipais e Conselhos Municipais dentre outras possibilidades. Com o avanço da pesquisa foi possível elaborar a proposta de Plano de Bairro que permite a participação efetiva dos públicos na definição das ações em suas localidades e que será apresentada no terceiro capítulo.

Assim sendo, e para otimizar a análise, da pesquisa, delimitamos o estudo ao Município de Cianorte (local onde resido) e que ainda não implementou, até a presente data, o OP. Nesse intuito, ao ouvir a população tivemos a preocupação em compreender, segundo as percepções dos públicos quais os condicionantes que impediram a aplicação desse dispositivo previsto como possibilidade de política pública desde a Constituição de 1988 mas também compreender e valorizar outras formas de participação popular apresentadas pelos participantes e que carregam potencialidades das práticas participativas e comunitárias desenvolvidas pelos diversos públicos dentro de suas realidades.

Segundo as autoras Freitas, Seixas e Dalberto (2016), Cianorte (imagem 1), município do interior do Paraná e pertencente a região noroeste do Estado, foi fundado em 1953 e fez parte de um grande projeto de expansão territorial e colonização desenvolvimento e implementado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)<sup>1</sup> durante o século XX com incentivo dos governantes da época e que visava povoar a região noroeste do Paraná, promovendo a extração madeireira e o desenvolvimento da agricultura regional.

Durante anos a CMNP abriu estradas e cidades, ligando essa parte do interior do estado com as demais regiões já consolidadas e povoadas. Nesse processo Freitas, Seixas e Dalberto (2016) destacam que o “objetivo era formar uma rede de cidades implantadas a

---

<sup>1</sup> Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) é a empresa responsável pela colonização do noroeste paranaense durante o século XX, empresa privada ainda atividade.

cada cem quilômetros, ligadas através da rede ferroviária, de modo a facilitar o escoamento da produção” (pag. 03).

**Imagem 1: Cianorte - Paraná**



Fonte: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana\\_Micro\\_Cianorte.svg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Micro_Cianorte.svg)

Vale destacar que a estrutura com cidades pólos e outras auxiliares foi pensada em um período de desenvolvimento da infraestrutura nacional tanto em quesitos de urbanização quanto nos setores comercial, agrícola e industrial.

O projeto inicial da CMNP para o desenvolvimento da região, segundo Freitas, Seixas e Dalberto (2016) consistia na criação de quatro cidades principais que seriam cidades pólos ligadas via ferrovias e que concentrariam a estrutura de desenvolvimento regional, entre elas as cidades menores serviriam como entrepostos e auxiliariam com os suprimentos básicos para as cidades pólos. Nesse projeto, segundo as autoras as principais cidades seriam Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama (imagem 2).

O projeto da ferrovia estagnou-se após 1973, ano em que a rede ferroviária chegou a Cianorte. Se a chegada da ferrovia foi motivo de euforia na época, a geadas de 1975 que dizimou as plantações, sobretudo a do café, alterou significativamente o desenvolvimento regional para outros caminhos. O planejamento inicial da CMNP era de cidades planejadas, com ligação ferroviária permitindo escoar a forte produção agrícola, criando redes de desenvolvimento e aos poucos a produção agrícola de monocultura cafeeira foi sendo substituída, a industrialização ganhando espaço, culminando no êxodo rural, crescimento populacional e desenvolvimento das cidades.

## Imagem 2: Cidades Polo - Projeto CMNP

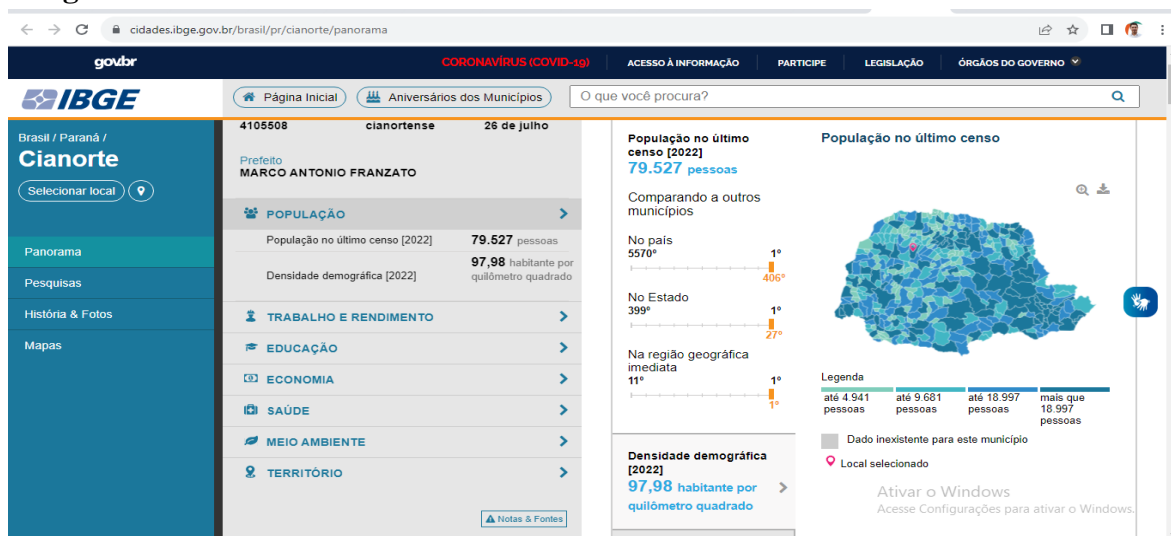


Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

No caso de Cianorte os rumos da indústria da confecção foi se fortalecendo sendo esse o principal produto da cidade durante as décadas seguintes, se tornando referência nacional no setor até meados dos anos 2000. Hoje há destaque para a produção de aves para abate, feccularia de mandioca e plantação de cana-de-açúcar, além da agricultura familiar em pequenas propriedades voltadas a atender o mercado consumidor interno.

Segundo dados do senso do IBGE 2022, Cianorte possui atualmente 79.527 habitantes divididos entre a Sede do Município e os Distritos de Vidigal e São Lourenço (imagem 3). A maioria dessa população encontra-se na área urbana, sendo que a sede do município possui 16 Associações de Bairro que foram convidadas a participar ativamente desta pesquisa.

## Imagem 3: IBGE - Cianorte 2022



Fonte: IBGE 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cianorte/panorama>

A participação das Associações de Bairro está focada na ideia de OP enquanto ambiente de participação popular e assim o convite buscou valorizar as associações enquanto espaços já estruturados do município de Cianorte. Se o OP conceitualmente possui o caráter de integração, debate e definição de políticas públicas ele é uma possibilidade de implementação das vontades populares e se confunde com a construção de uma História Pública nos quais os diversos públicos podem contribuir e reescrever, a partir de seus condicionantes, uma história participativa.

Nesse quesito, o OP se relaciona com o debate da História Pública, valoriza os públicos e pressupõe a ampliação do debate que pode acontecer de diversas formas. É verdade que o OP possui etapas estruturadas, porém ele não é fechado podendo se desenvolver de formas distintas e por isso permite interpretações e diferentes modos para sua efetivação. Além disso, cabe destacar que o envolvimento das Associações de Bairro faz parte de um dos objetivos dessa pesquisa em apresentar um material propositivo que estimule o desenvolvimento de projetos para implantação de ações participativas.

O convite às Associações de Bairro para a participação na pesquisa se deu em dois momentos distintos, primeiro de forma direta por meio de seus representantes oficiais que foram convidados para a Partilha Oral<sup>2</sup> e posteriormente de forma indireta com a disponibilização de questionários online. Digo que nessa segunda etapa a participação foi indireta, pois o questionário disponibilizado pela internet foi enviado aos presentes na Partilha Oral, e os mesmos puderam compartilhar o link, ampliando a participação e também minimizando os efeitos de direcionamento da pesquisa visto que as respostas vieram da pluralidade dos públicos.

Além dessa metodologia, outra forma de análise foi estar presente e vivenciando experiências que permitiam a participação direta dos públicos e que já estão organizadas no município. Mas como proceder essa participação sem interferir diretamente nos mesmos? Quais experiências vivenciar?

Nesse intuito e diante das possibilidades que se apresentaram no início de 2023, defini a participação em quatro espaços distintos e nos quais poderia analisar de perto as representações dos públicos participantes. Foram duas conferências municipais (Cultura e Saúde), algumas reuniões da Câmara de Vereadores e uma reunião de um grupo setorializado

---

<sup>2</sup> A Partilha Oral, nome escolhido por nós, representa o encontro presencial no qual tivemos a presença de Presidentes de Bairro, representantes de Ong's, Entidades e grupos representativos da cidade. Nela foi possível o debate acerca da participação popular no intuito de captar as representações presentes em cada fala.

de atletas que na época levantaram demandas e propunham soluções coletivas para os problemas que estavam enfrentam. Todas elas no Município de Cianorte.

Por ora cabe adiantar se tratar de uma metodologia inspirada na etnografia, especificamente, na pesquisa-ação de Tripp (2005) onde analisaremos características comportamentais desses diversos públicos no intuito de captar representações similares presentes em suas falas, uma pesquisa que se faz na prática e na interação ativa dos públicos. Inspira-se também em Mattos, pois a pesquisa etnográfica segundo a autora permite “introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais” (2011, p. 50), potencialidade essa objetivada no debate que queremos propor sobre o OP.

Outra metodologia foi a realização em 2024 de entrevistas semiestruturadas no Conjunto Beatriz Guimarães, lugar que serviu de suporte para pensarmos a metodologia do Plano de Barro, atividade política e participativa que se complementa ao OP, conforme defenderei adiante. Essa metodologia carrega também a condicionante histórica ao contextualizar as relações do público com o espaço social em que vivem.

Grosso modo, essa preocupação só existiu porque o objetivo da pesquisa foi captar dentre os públicos as suas inquietações, seus pensamentos e representações quanto à participação e possibilidade de implementação do OP, inquietações essas que eu também vivi e ainda vivo nas minhas vivências enquanto morador de Cianorte.

Se as vivências dos públicos estudados interferem nos posicionamentos dos moradores, minhas vivências também interferiram e influenciaram a escolha dessa linha de estudos. Tenho formação inicial em Pedagogia e uma segunda graduação em Administração Pública, sendo essa segunda graduação realizada concomitante com o mandato de Vereador que exerci em Cianorte durante os anos de 2017 e 2020. Um dos objetivos do meu mandato era ser e estar próximo da população, abrir canais de diálogo (fui o primeiro na cidade a promover *lives* pelas redes sociais, manter publicações semanais, disponibilizar diversas formas de contato e abrir espaço para que os públicos participassem efetivamente do mandato, propondo, sugerindo, debatendo e auxiliando nas votações e proposições) e com a segunda graduação (2017-2021) os estudos e análises quanto à participação popular foram ampliados ao ponto do TCC versar sobre o tema do Orçamento Participativo (Davanço, 2020).

Há, assim, não apenas o desenvolvimento de uma pesquisa, ou então a ação de um pesquisador sobre um objeto de estudo, muito mais que isso, e assim entendo a própria HP,

esse estudo se faz no encontro pessoal da pesquisa enquanto zona de interesse direta do “eu pesquisador”. Um pesquisador participante que acredita no poder da interação social capaz de alterar as relações sociais estruturadas e confiante no entendimento das potencialidades da pesquisa colaborativa.

Nesse cenário, com a abertura do processo seletivo para a turma 2022 do Mestrado em História Pública da UNESPAR – Campus de Campo Mourão e a forte ligação dos objetivos do OP com as propostas de construção de uma História Pública feita, como defende Santhiago (2016), a partir dos públicos, com os públicos, pelos públicos e para os públicos, resolvi escrever um projeto que além da análise conceitual do OP pudesse captar e compreender como esses públicos pensam e vivenciam a participação em suas vidas cotidianas. Assim, viso analisar o potencial articulador entre a discussão teórica e o desenvolvimento envolvente entre os públicos, para então propor um novo caminho que permita a efetivação da participação popular na esfera política.

Dessa forma, a pesquisa seguiu um curso organizado, porém não fechado, passando por reuniões, diálogos e reflexões que se somam para descortinar os diversos aspectos do OP à comunidade cianortense. Assim, para que fique didático estruturamos os resultados da pesquisa em três capítulos da seguinte forma.

No *capítulo 1 – História Pública e Orçamento Participativo* vamos apresentar a discussão sobre o conceito do Orçamento Participativo, suas funções legais, alguns exemplos de cidades que já o desenvolveram de forma exitosa e outras iniciativas que embora não carreguem o mesmo nome, oportunizam espaços de participação popular. Além disso, serão apresentados conceitos da História Pública e o debate em torno desse campo da ciência social que apesar de estar descrito a pouco tempo, carrega o simbolismo de trazer os diversos públicos ao debate político, e conseqüentemente, a partir dos objetivos da minha pesquisa, também ao debate acadêmico, ampliando as possibilidades de participação e de leitura dos acontecimentos históricos. Conceituar nesse capítulo é também apresentar a visão que temos com relação ao OP e à HP.

No capítulo 2, chamado de “*Representações Populares*” faremos a apresentação da participação em algumas vivências, a análise das entrevistas e questionários aplicados, e ainda, um estudo complementar em publicações (site da Câmara e da Prefeitura de Cianorte) e de jornais do Município, todos estes, elementos centrais para a pesquisa e para o entendimento da História Pública com relação à participação popular. Além disso, serão apresentadas as participações realizadas em eventos que aconteceram durante os anos de

2022 e 2023 no qual pude apresentar os objetivos do projeto de pesquisa em desenvolvimento.

Primeiramente traremos as *Experiências e Vivências*, sendo que para sua concretização, participei ativamente de algumas sessões da Câmara Municipal de Cianorte, de uma reunião com atletas amadores da cidade, das pré-conferências Municipais da Saúde e da Cultura, em todas elas o intuito foi compreender as representações populares da comunidade cianortense quanto à sua participação e o grau de influência na definição das políticas públicas. A escolha desses espaços foi ocasional, não planejado, apesar da participação estar dentro das possibilidades pensadas enquanto espaços de análises a ideia foi aproveitar as oportunidades estruturadas no município sem que isso direcionasse a análise e os resultados da pesquisa. As Sessões da Câmara foram escolhidas pois são espaços oficiais da estrutura política, ocorrem regularmente e os públicos podem acessar diretamente seus representantes, já as Conferências, por força da legislação aconteceram no ano de 2023 e possibilitaram a minha participação e observação e a reunião setORIZADA do esporte foi organizada visto os inúmeros desafios enfrentados pelos atletas locais. Todos os espaços estavam abertos e disponíveis à participação e minha presença foi como mais um membro da população, apenas no encontro setORIZADO do esporte, até pela minha participação como membro do grupo, falei do intuito da minha participação enquanto observação para a atual pesquisa, nos demais não houve menção ao estudo.

Posteriormente temos a *Partilha Oral*, encontro no qual membros da sociedade foram convidados a partilhar suas vivências e representações sobre a participação complementado com o terceiro tópico, os *Questionários Online*, ambas metodologias já com o direcionamento de ouvir e entender como os públicos lidam com as questões de participação buscando captar quais suas representações. São dois momentos distintos e complementares, o primeiro, presencial, no qual foram convidados os Presidentes das Associações de Moradores e alguns representantes de ONG, Entidades e grupos setORIZADOS, já o segundo online com a ampliação da possibilidade de participação popular.

No quarto momento desse capítulo, chamado de *Comunicações Públicas*, apresentamos a análise de publicações oficiais do município de Cianorte. Para tanto realizamos investigações no site do Município bem como do Jornal Tribuna de Cianorte<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Em parceria com o *Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder*, o qual possuiu a guarda de exemplares do periódico Tribuna de Cianorte, de cidade homônima Cianorte, em circulação desde 1966, com aproximadamente três mil edições. O grupo tem desenvolvido trabalho de higienização, catalogação e digitalização deste acervo. No nosso caso, o recorte será entre os anos de 1990 a 2020.

É fato que em pesquisas preliminares já pudemos observar que são poucos os acervos disponíveis na internet, sobretudo com relação ao site do município, motivo pelo qual a parceria com o Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder foi fundamental para melhor compreender as “disputas” das narrativas que envolveram os detentores do poder e moradores locais e como as formas de participação estiveram presentes ao longo dos anos assim como as mesmas foram noticiadas pela imprensa no período estudado.

Por fim, na última seção desse capítulo serão apresentadas algumas participações realizadas durante o ano de 2022 e 2023 no qual pudemos aproximar a pesquisa de diversos públicos apresentando e dialogando sobre a participação popular nas ações de debate e formatação de políticas públicas. Nesse instante apresentaremos participações em eventos e as apresentações feitas do projeto de pesquisa.

No capítulo 3 intitulado “*Plano de Bairro*”, apresentamos os caminhos de uma proposta similar ao Orçamento Participativo e que surgiu durante o momento da Partilha Oral. O *Plano de Bairro* (PB) como sugeriu um dos participantes, é uma possibilidade de a própria comunidade interferir e sugerir melhorias nas proximidades de suas residências. Por ser pensando em bairro, isso torna mais próximo a tomada de decisão, levantamento de demanda e proposição de melhorias. Uma possibilidade dentro outras que surgiu do encontro com os públicos e que pode ser efetivada na prática.

Antes de apresentar o PB sentimos a necessidade de incorporar mais duas abordagens metodológicas que dessem subsídio a premissa defendida da necessidade de ampliação dos espaços de participação como estratégia de inserção dos públicos nas discussões. Assim desenvolvemos a aplicação de *questionários online* e *entrevistas orais*, ambas direcionadas ao bairro que queremos sugerir a aplicação do PB. Os questionários foram realizados com o convite aos integrantes do grupo de Whatsapp do bairro e as entrevistas orais foram realizadas, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unespar (CEP-UNESPAR, Parecer nº 6.933.421). Apresentaremos as duas propostas metodológicas no capítulo 3 antes de discorrermos sobre o PB.

Por fim, trago parte representativa dos questionários realizados e uma sistematização dos resultados obtidos. O primeiro questionário contou com a participação de 76 pessoas dos diversos bairros e segmentos do Município de Cianorte e os quais podem servir de fonte de estudos e análise posteriores. O número de participação foi limitado ao período de 27 de maio a 03 de junho de 2023 para que tivéssemos tempo hábil para compilar e analisar as respostas. Nada impede de reabrir o questionário diante as

necessidades metodológicas e interpretativas e para novas abordagens posteriores, ou ainda novos questionários que possam subsidiar a implementação do Plano de Bairro. Já o segundo questionário foi direcionado apenas ao Conjunto Beatriz Guimarães com intuito de delimitar o estudo para fomentar a implementação do PB no local.

Desde o início a proposta era debater a participação popular na política e o próprio OP, focando para tanto na importância da participação e na conscientização da população para então propor uma alternativa palpável à concretização do projeto de OP, ou então ampliar o debate e pensar outra possibilidade que permita a população estar ativa na formulação das políticas públicas. A proposta desenhada e apresentada nessa pesquisa, chamada aqui “Plano de Bairro” é uma das possibilidades vislumbrada, não que seja a única ou a melhor, contudo, é aquela que se “encaixou” aos objetivos definidos e que poderá, no curto prazo, ter efeitos concretos. Portanto, como contribuição propositiva, o desfecho da pesquisa será elaborar uma cartilha que contemple, na linguagem adequada (simples e objetiva) um documento destinado tanto aos moradores quanto ao poder político e administrativo municipal, potencialmente útil para subsidiar tomada de ações. Assim, o texto será destinado as Associações de Moradores, ao Poder Executivo e Legislativo local.

Espera-se que a pesquisa seja o ponto de partida para outras discussões e que os resultados apresentados ensejem em outros, assim como em mim, a iniciativa da proposição de caminhos pelos quais os públicos possam participar, contribuir e pensar alternativas para a construção de suas próprias histórias.

Muito além de pensar apenas na transmissão dos conhecimentos históricos produzidos ao longo dos anos, a concepção de História Pública adotada e que perpassa esse trabalho acredita, assim como defendeu Hilda Kean (2012), que a HP aproxima o pesquisador acadêmico de seus públicos, e por isso, além da preocupação com a disseminação ampla dos saberes produzidos ela inclui da mesma forma a análise de questões caras e próximas desses públicos dentro da perspectiva de estudo histórico, contribuindo com a disseminação histórica, a elaboração do conhecimento e a ampliação de temas e debates públicos. Como sugere KEAN, há a necessidade dessa aproximação e do constante compartilhar entre os públicos e o historiador público onde o “reconhecimento pessoal das necessidades dos historiadores, tanto quanto as do público pelo passado, é chave para diferentes entendimentos do passado” (2012, p.03) e no caso da nossa pesquisa para diferentes entendimentos e possibilidades de futuro.

Dito isso, o estudo aqui realizado, pensado no âmbito histórico permite o olhar sobre as representações dos públicos ancorado em suas histórias de vida e memórias permitindo abordar a participação popular, momentos históricos nos quais a mesma foi incentivada e promovida pelos próprios agentes políticos, a fim de entender os jogos de poder existentes nessa relação. Considera-se ainda que as análises históricas dos fatos ocorridos no passado possibilitam não somente a construção narrativa desses acontecimentos como permitem que a partir deles possam ser reescritos esses espaços de participação, tendo os públicos a possibilidade de contribuir ativamente na reescrita de suas histórias. As vivências, questionários, partilhas e entrevistas formam esse cabedal de metodologias da História Pública e que utiliza da História Oral para sua concretização.

Por fim, vale destacar que a pesquisa teve início em 2022 aproveitando experiências e vivências anteriores e buscamos não vincular os aspectos da pesquisa a críticas políticas. Nesse período alguns aspectos relacionados à participação foram se alterando, espaços foram criados e já estão possibilitando que os públicos contribuam em ambientes participativos e coletivos estruturados dentro do Município de Cianorte, destaca-se nesse processo a criação da Secretaria Municipal de Cultura e a inserção de diversos atores municipais nas discussões relacionadas ao tema. Faço essa ressalva pois o objeto da pesquisa não é fornecer uma crítica à gestão atual (até porque ela se desenvolve concomitante à pesquisa), antes, nosso intuito é o de apresentar o panorama da participação destacando o olhar dos públicos e propor caminhos que efetivem e ampliem a participação.

Pretende-se assim que essa pesquisa e sua releitura, atualizando-a dentro do município, das políticas públicas participativas em andamento e até mesmo considerando a realidade de outras localidades pode ser o ponto de partida para pensar a estruturação de espaços coletivos de debate e definição de políticas públicas participativas. Que essa pesquisa seja um capítulo a mais dentro desse processo e não um ponto de chegada, a História Pública necessita desse olhar complexo que analise o passado, ouça os públicos e em conjunto vislumbre outras possibilidades de reconstrução dos caminhos históricos incluindo novos atores sociais e novas rotas de escrita coletiva da história.

## **1. HISTÓRIA PÚBLICA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

O conceito de História Pública (HP) pode ser apresentado sob diversas perspectivas. Isso é possível pois, a HP é um campo novo de indefinições ou de muitas definições e que requer ligação entre o historiador, os públicos e os objetos de estudos, que podem ser os próprios públicos. Ou seja, a HP é um campo de multidefinições e que se preocupa tanto com a produção e reconstrução da história quanto com sua divulgação.

Mas o que será então essa História Pública? Qual sua relação com a pesquisa acerca do Orçamento Participativo? Afinal, existe a História Pública? São estas perguntas, complexas de serem respondidas a priori, mas que permitem uma ampla discussão e que nos causaram as inquietações necessárias para essa pesquisa. Para responder, antes mesmo de abordar a HP é necessário dizer que “o pensar a história é uma das marcas características do século XIX, ao longo do qual são formulados os parâmetros para um tratamento do tema” (GUIMARÃES, 1988, p.05) assim, podemos dizer que pensar sobre a história e as formas de fazer a mesma ganharam notoriedade com o passar dos anos. E como descrever essa multiplicidade de possibilidades se não criando uma história que permita dialogar com esses sujeitos? Onde inserir essas discussões?

Um caminho para tal empreitada pode partir do entendimento tanto da HP quanto do OP enquanto conceitos, e deles pensar nos desafios teóricos, primeiro dos seus acionamentos na pesquisa de maneira individual, e segundo nas suas relações e apropriações em conjunto. Uma vez definidos e problematizados conceitualmente, caberá a abordagem metodológica da HP e do OP, dimensão que norteará toda sequência da escrita desta pesquisa. Antes, contudo, o próprio conceito de História necessita ser ponderado.

Assim, o objetivo desse capítulo será abordar a discussão em torno do campo da História e da História Pública e ao mesmo tempo inserir a problemática da participação popular por meio do Orçamento Participativo apresentando inicialmente uma breve discussão sobre os conceitos e a contextualização histórica das discussões para posteriormente analisar a efetivação da participação popular.

### **1.1 História e História Pública**

Em seu texto “O que é teoria da História? Três significados possíveis” (2012) o professor Ricardo Mello, baseando-se em Koselleck, cita que os eventos humanos são

ilimitados, porém as palavras existentes para explicar determinado fenômeno são limitadas, assim há a necessidade de ressignificação dos termos já conhecidos ou a criação de novas palavras para poder explicá-los, o que pode determinar a mudança de valores, ideias, perspectivas sobre o futuro e até mesmo reinterpretações sobre o passado, mostrando assim uma forte relação entre as linguagens, a história e suas construções e reconstruções (p. 387). Essa perspectiva de trabalhar linguagens, interpretações e história insere Koselleck entre um dos precursores da chamada História dos Conceitos.

Se considerarmos assim que as palavras são limitadas e precisam de novas interpretações e sentidos, os eventos passados também são limitados pois já aconteceram, são passados e precisam de novas perspectivas, novas abordagens, novas fontes de estudos para que possam ser reinterpretados e ressignificados. Uma história de vida, uma biografia, uma memória, pode, nesse sentido, ser base para uma reavaliação de fatos históricos ou ainda ser a base de partida para a interpretação de um evento atual.

Nesse sentido, dois conceitos de Koselleck, apresentados por Mello (2012) assumem papel significativo entre os historiadores, sendo eles o *Espaço de Experiência*, que nos indica que o passado ainda está presente, todavia, ressignificado e o *Horizonte de Expectativa*, o qual considera a formulação da possibilidade de futuro (desejável ou não). Esses dois conceitos, um que valoriza o passado e outro que valoriza o futuro estão fortemente relacionados ao presente, interligados e determinando-os e equivalem às categorias de *espaço* e *tempo* respectivamente.

Para Koselleck:

experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (2006, p. 308).

Koselleck no livro *O conceito de História* (2003) reforça o argumento segundo o qual o termo *História*, assim como a conhecemos na atualidade é um conceito moderno e que passou por alterações importantes ao longo dos anos. Considerando seus estudos podemos apresentar dois grandes agrupamentos possíveis para explicar o conceito didaticamente:

- No primeiro agrupamento, o conceito de *História Maestra da Vida* que prevaleceu da antiguidade até por volta do século XVIII e XIX, nesse período há uma forte valorização do passado na qual a história é vista como o desenvolvimento sequencial de acontecimentos inter-relacionados, onde os

acontecimentos do passado influenciavam o presente e determinavam o futuro, seria a história dos acontecimentos.

- Em um segundo agrupamento com as fortes influências das transformações econômicas e sociais ocorridas a partir do século XVIII, o conceito de História se desloca para a valorização do futuro com um novo pensar histórico e a forte tendência de separação entre Filosofia da História e História enquanto Ciência. Nesse momento a valorização do futuro está fortemente ligada à incipiente transformação industrial que vislumbrou também um horizonte de possibilidades melhores (ao menos no campo das hipóteses);

Os estudos apresentados por Koselleck, especialmente sua preocupação temporal com os conceitos e sua contribuição teórica sintetizada entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" servem de base para que Hartog trate de uma abordagem dos regimes de temporalidade, agora focado num momento marcado pelo Presentismo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX onde o presente passa a ter maior atenção dos pesquisadores

Segundo Hartog "o grande modelo da historiografia europeia, a história magistral, foi por muito tempo, até o final do século XVIII, o modo de explicar o presente pelo passado por meio da exemplaridade" (2021, p.61) deslocando atenção ao presente.

Há que se considerar que a divisão apresentada acima se propõe apenas didaticamente enquanto uma das possibilidades de compreensão do processo historiográfico, contudo:

(...) um regime de historicidade nunca foi uma entidade metafísica caída do céu e de alcance universal. É apenas a expressão de uma ordem dominante de tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências de tempo-modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido (HARTOG, 2021, p.139).

A historicidade do conceito de História indica, assim, a necessidade de se considerar em um estudo histórico por um lado, as formas como o estudo situa-se em relação ao regime de temporalidade, ora mais focado no passado, ora no futuro, e agora, ao presente que não encontra, de maneira completa, nem nos exemplos do passado nem nas expectativas de futuro (muitas delas não concretizadas), respostas históricas para suas demandas. E por outro lado, a própria historicidade do conceito político, exercício com o qual se pode contextualizar o OP na historicidade que marca a política pública.

Assim, não seria demais afirmar com base nos autores citados, que no regime “presentista” as perguntas e repostas para a política sejam outras senão aquelas que se limitavam ou ao apego à tradição do fazer política, ou à crença no desenvolvimento econômico. Logo, o momento de crise do futurismo e de uma certa distância com a tradição ancora os tipos de práticas populares de participação políticas potencialmente presentes no OP, um mecanismo político, conforme apresentarei adiante, conectado com os jogos políticos, anseios democráticos de 1988 e ainda não efetivado no século XXI em grande parte dos municípios brasileiros, e em específico em Cianorte - Paraná.

A esse “jogo interpretativo” entre passado, presente e futuro soma-se a análise e consideração quanto aos públicos presentes nas narrativas históricas, na medida em que eles podem delinear a interpretação ou reinterpretação dos fatos. Nesse aspecto, a possibilidade de participação de públicos antes “silenciados” amplia não somente a audiência (aqui pensada naqueles em que as narrativas atinge enquanto participantes do processo como também aqueles “terceiros” que serão atingidos pelas novas construções históricas, o público interessado que consumirá aquele trabalho), mas também as representações sob as quais as particularidades dos envolvidos são determinantes, pois “qualquer aspecto do passado deve ser primeiro interpretado em seu contexto histórico” (TOSH, 2008. p. 11). Interpretar o contexto e as partes de um todo ajuda a entender a complexidade das relações em que: “cada visão é válida, cada uma ajuda-nos a trabalhar em direção a um entendimento completo” (KELLEY, 1978, p. 17).

Nessa perspectiva, a pretensão desse estudo foi analisar formas de participação popular que permitiriam aos diversos públicos acessarem espaços de tomadas de decisões sociais até então restritos aos agentes políticos. Pensando assim, o estudo focou na análise do OP considerando-o como espaço de construção coletiva de uma história local que possibilita o engajamento popular direto, e mais que isso, buscou captar as representações coletivas do público considerando as categorias de análise tanto as experiências já vivenciadas quanto suas expectativas sobre o futuro. São considerações que precisam estar evidenciadas, o passado desses públicos influenciam nas representações presentes e sobre as expectativas para o futuro.

Então, os desafios teóricos do entendimento do estudo do OP encontram caminhos com a pesquisa ancorada na HP pois além de pensar a (re)construção dessas representações, está atenta ao processo de divulgação dos resultados das pesquisas

realizadas e a repercussão para esses públicos e como isso contribui para construção do mecanismo do OP visto o intuito propositivo dessa pesquisa.

O aporte historiográfico pode ser construído com uma maior aproximação com a própria História Pública. Ao articular esse processo de constante transformação histórica, surge na atualidade a História Pública (HP) com suas várias formas de interpretar e ressignificar a História, com forte valorização das memórias, das Histórias de Vida, entrevistas orais e depoimentos dentre outras possibilidades de fontes para se propor a construção da história muito mais próxima e ligada às realidades dos diversos personagens e diversos públicos. Nesse ponto, pensamos na história tanto quanto análise, reinterpretação e reconstrução do passado, quanto como construção contínua do presente e do futuro.

Há ainda na HP, uma preocupação constante com as audiências que se quer atingir e com as quais se quer dialogar. Como afirma Liddington, as práticas da HP: “têm consciência da audiência e provavelmente, desde o início de uma ideia ou projeto, buscam estar atentos a leitores e audiências ampliados, visando aumentar o acesso público ao passado (2011, p. 47). E por isso essa pesquisa também considera, desde o início, os públicos que se pretende atingir, além de considerar os públicos com os quais se quer dialogar e construir o estudo.

É importante ainda “salientar que fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos” (ALMEIDA e ROVAI, 2013, p. 02), pensando de forma mais participativa no intuito de tornar a história mais próxima e popularizada mantendo ainda a credibilidade das pesquisas realizadas na academia.

Seria então apenas uma questão de ampliar a divulgação histórica? Muito mais que essa preocupação em se atingir grandes públicos a História Pública surge com a preocupação na democratização do acesso e produção histórica (ALMEIDA e ROVAI, 2013) e ainda, como define Ricardo Santhiago (2016), com a premissa de ser uma história feita *para os públicos, com os públicos ou pelos públicos*.

Assim, pensando nas possibilidades de estudos sobre HP, é possível a apropriação dos trabalhos de Beatriz Sarlo (2007) quando argumenta que o passado, sempre conflituoso, está ligado à memória e à história, uma vez que as visões desse passado nada mais são que construções que possuem variedades de fontes e sentidos. Nesse contexto,

abrir as possibilidades a outras perspectivas e pluralidades de fontes poderá trazer novas informações a fatos históricos contando narrativas até então esquecidas e/ou silenciadas.

Constata-se assim que é o próprio foco que se desloca. O objetivo é então pensar o processo de construção dos fatos históricos com os públicos no lugar de pensar para os públicos. É um processo pelos públicos e para os públicos, mas no qual o pesquisador não pode assumir a postura de ser um superior que desenvolve algo para os demais e sim, que o fará no contato e articulação com as audiências que serão impactadas pela pesquisa.

Segundo Liddington (2011), muitos pesquisadores ao estudar e se deparar com esse campo de estudos fazem afirmações do tipo “agora encontrei um nome para aquilo que faço a anos” ou ainda “eu sempre fiz História Pública só não sabia que era esse o nome” discursos que apontam o quão relevante é esse campo de estudos e o quanto está inserido nas diversas pesquisas acadêmicas existentes na atualidade.

Essa diversidade de abordagens possíveis na HP tem ampliado o seu alcance, ainda mais se considerarmos, como afirma Liddington que “nos últimos tempos, tem havido uma explosão de representações populares do passado” (2011, p.31) e que estão ao nosso redor e no nosso cotidiano, mesmo sem que os percebamos propondo novos significados, novas formas de interpretação e fontes para fatos históricos já conhecidos ou ainda apresentar novos fatos que até então foram silenciados e/ou esquecidos.

Vale lembrar que inicialmente a HP surge com uma outra preocupação, sobretudo nos Estados Unidos que permitiu a abertura de um novo campo de trabalho aos historiadores e aos poucos foi assumindo diversas outras possibilidades com o incremento da História Oral, Memórias, Patrimônio, Autobiografia, entre outros, ampliando o debate sobre a construção histórica coletiva, o espaço entre o público e o privado e a preocupação com os públicos e suas representações. Há assim novos contextos e enfoques tanto de produção quanto de divulgação histórica que influenciam e são influenciados socialmente.

As várias possibilidades e influências ativam uma nova forma de construção histórica que se relacionam às audiências e às formas com que esses públicos reinterpretem os fatos, muitas vezes, fatos que se ligam diretamente com suas próprias vivências. González-Montegudo (2011) afirma que as chamadas “Histórias de Vida” contadas pelos próprios sujeitos, com suas diferentes interpretações, enfoques, contextos e experiências são possibilidades de representações que perpassam as pessoas e suas temporalidades influenciando inclusive a construção das sociedades na qual se inserem.

A esse respeito, o professor Silva (2009) diz que Halbwachs relaciona a manutenção da memória, o uso de mitos e representações de vivências, sempre amparado na perspectiva de reinterpretações do passado. Continuando, Silva diz que a história incorpora essas memórias individuais em narrativas que se constituem como representações coletivas, sendo que as memórias subterrâneas (aquelas que não alcançam o grande público) permanecem vivas no ceio das camadas populares, porém, marginalizadas como possibilidade de construção e afirmação de identidades sendo que a biografia e seus estudos permitem a diferenciação entre os variados e múltiplos grupos existentes na sociedade.

Dessa forma, a HP vai se caracterizando com o passar dos tempos em um campo complexo de possibilidades, que se abre ao diálogo e cria, como aponta metaforicamente Jordanova (2008) um “guarda-chuvas” no qual variadas metodologias, enfoques e significados podem ser agrupados e representados.

Nesse sentido, um dos grandes desafios foi pensar um projeto de pesquisa em História Pública que fosse atual, valorizasse a construção histórica coletiva e considerasse essa pluralidade de enredos junto aos diversos públicos. O espaço social de participação popular na elaboração do OP pode ser entendido como esse lugar de construção histórica coletiva, um local de representações sociais tanto singulares como plurais, onde se instalam diferenças e nos quais os indivíduos podem apresentar seus anseios por meio das relações sociais, culturais e econômicas.

Assim, ao passo que permite a inserção popular, abre espaço de diálogo e reconstrução dos caminhos de uma cidade por meio do debate de propostas, o OP insere-se também na construção de uma História Pública que como disse Santhiago (2016) será conduzida *com* a participação popular efetiva desde o levantamento de demandas e prioridades, efetivando-se por meio de propostas formuladas e pensadas *pelos* próprios públicos inseridos e que sejam propostas *para* a satisfação dos interesses desses públicos.

## **1.2 Orçamento Participativo: histórico e possibilidades**

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) alterou significativamente as relações sociais no Brasil tanto que ficou conhecida como “Constituição Cidadã” ao permitir a incorporação de inúmeros dispositivos que abrem espaço à participação popular. Em seu artigo 29, inciso XII, a CF 88 deixa expresso a necessidade da participação popular

na elaboração do planejamento municipal abrindo espaço à criação do Orçamento Participativo (OP) ao indicar que os Municípios deverão reger-se pelo princípio da “cooperação das associações representativas no planejamento municipal”.

Assim, o Orçamento Participativo (OP), entendido como uma dessas possibilidades de cooperação na elaboração das políticas públicas é foco desse estudo não apenas para apresentá-lo conceitualmente enquanto um instrumento da estrutura política democrática, mas também pensando-o como ferramenta que permite dialogar e compreender as representações dos diversos públicos quanto a participação e o engajamento nas definições das políticas públicas.

Constata-se que no período que se estende de 1988 aos dias atuais, poucos municípios brasileiros adotaram na prática o OP enquanto instrumento democrático em suas estruturas político administrativas. Entender essa dicotomia, considerando o diálogo com os públicos envolvidos, suas necessidades e realidades, poderá subsidiar e contribuir à elaboração posterior de material propositivo à implementação de espaços de participação popular coletiva.

É fato que vivemos um momento complexo com intensas e profundas transformações sociais, como afirma Morin, Ciurana e Motta (2003) estamos em um período de globalização, que se instala num processo mais amplo de planetarização iniciado no século XV com as grandes navegações e a integração de todo o globo terrestre afetando a vida cotidiana de toda a população global e que foi intensificado no final do século XX. Esse processo abriu as portas das economias mundiais que passaram a operar fora dos seus marcos nacionais, permitiu aos públicos se relacionarem nas redes sociais, reduzindo distâncias por meio das novas tecnologias. Ou seja, apesar de contextos diferentes a muito tempo a sociedade sempre busca essa interligação.

Nos últimos anos, a *planetarização* pode ser percebida fortemente na incorporação das novas tecnologias da informação (TIC's) que ganharam grande espaço nas casas das famílias, inserindo um novo contexto de interação e participação popular. Pensando no OP e na construção de uma HP, a alta conectividade permitiu, aos poucos, uma comunicação mais ágil entre os povos, ampliando as possibilidades de diálogos àqueles que antes estavam à margem dos processos decisórios da comunidade. Segundo Rodrigues (2016), no final da década de 1960 o sentimento era de que as novas tecnologias existentes (na qual se incluía a televisão, rádio, cinema e a nascente informática) seriam a conexão que permitiria a aproximação dos povos, tornando o mundo uma “aldeia global”.

Esse poder de inserção, potencializado pela integração dos povos com as novas tecnologias disponíveis cria, entretanto, como aponta Fedozzi (2000) uma falsa premissa de participação e exercício da cidadania, pois permite a todos falar, criando de forma subjetiva um sentimento de pertencimento e coparticipação, sem que haja de fato a efetivação das vontades e desejos populares apresentados nesses discursos:

Como se sabe, um dos aspectos centrais constitutivos da asserção da cidadania – como problema teórico, histórico e político - no âmbito do processo de organização do regime democrático moderno, diz respeito à constituição e ao papel desempenhado pelo espaço público democrático. Conforme destacam diversos analistas, a esfera pública ocupa uma posição central no processo de permanente fundamentação e justificação das decisões políticas, de sua validação e efetividade, pois ela se torna a arena onde acontece, de um lado, a aglutinação da vontade coletiva e, no sentido oposto, a justificação de decisões políticas previamente acertadas (Telles, 1994; Costa, 1994; 1997, apud FEDOZZI, 2000, p. 02).

Por isso há a importância da participação popular de forma efetiva nas definições das ações primordiais à administração pública, permitindo ao cidadão opinar e influenciar diretamente as decisões que serão tomadas pelos administradores, forjando a construção de uma história pública coletiva e não apenas aceitando-a passivamente.

Assim, uma outra ferramenta analítica significativa para o estudo do OP em Cianorte, o qual possibilita, inclusive, a aproximação com os públicos da e na pesquisa deve-se ao conceito de “*Esfera Pública*”, especificamente considerando a apropriação e reapresentação realizada por Perllato (2018). Análise essa que se baseia em Habermas e estuda a esfera pública seletiva, uma “esfera pública como um *lócus* de disputas de poder, dominação e opressão” (PERLATTO, 2012, p. 82) com hegemonia das classes dominantes em detrimento das demais classes e a manutenção de uma estrutura societária altamente desigual.

No Brasil, o princípio de participação cidadã foi estimulado durante o processo de redemocratização nacional e, mais ainda, justamente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 quando se nota o crescente apelo para que o cidadão participe ativamente da vida pública da nação sendo o Orçamento Participativo (OP) uma das possibilidades pensadas e elaboradas para se efetivar essa participação na época.

Nesse contexto Kazmierczak e Alves (2013, p. 427) afirmam também que:

(...) o orçamento participativo está previsto como instrumento de política urbana para os municípios brasileiros, no artigo 4º, inciso III, alínea “F” da Lei n. 10.257/20014 (Estatuto da Cidade), que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana.

Para a real efetivação do OP, uma das ações previstas e que visam abrir espaços de participação popular nas definições das políticas públicas foram os Conselhos Setoriais, estruturas descentralizadas de poder, divididas por temas específicos (Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho de Política Cultural, Conselho de Promoção da Igualdade Racial...) que, como aponta Lüchmann (2008), se organizam no debate, avaliação e proposições acerca dos temas nos quais estão organizados.

Os conselhos setoriais permitem ao cidadão participar das ações de discussão e planejamento das políticas públicas que serão posteriormente implementadas. Segundo Lüchmann (2008), os conselhos setoriais estão amparados na legislação e possuem caráter estrutural das políticas públicas estando presente nas três esferas governamentais (Municipal, Estadual e Federal) o que, em tese, abre espaço à participação efetiva da população em todos os seus níveis decisórios.

É um espaço de participação direta, espaço de debate que permite a construção histórica a partir da relação com os públicos envolvendo o panorama de consolidação das expectativas desses públicos, nesse ponto se relaciona com os objetivos da História Pública como apontado por Santhiago (2016). Numa analogia com a perspectiva do pensamento de Koselleck (2006) o Conselho Setorial é o local onde se apresenta o Horizonte de Expectativa desses públicos considerando seus anseios, desejos e necessidades relacionados à efetivação das políticas públicas.

Outro aspecto que se destaca na experiência brasileira de elaboração do OP e que, conforme relata Avritzer (2003), foi motivo de interesse de inúmeros outros países é o respeito às opiniões divergentes que devem ser independentes de quaisquer concepções políticas e sobretudo partidárias. Esse aspecto é relevante para se construir a política pública pautada nos interesses coletivos da sociedade e não nos interesses de pequenos grupos com cunho ideológico e/ou partidário.

Apesar da possibilidade de participação, ainda mais necessária ao considerarmos a complexidade do momento atual<sup>4</sup>, marcado pelo acirramento das tensões políticas, polarização, uma grave crise econômica e a recente pandemia mundial do coronavírus (COVID-19) que alterou a vida da população nos mais variados aspectos, cabe citar Lima (2010) que adverte que na realidade o OP não se efetivou como o planejado e proposto na CF de 1988, estando presente em apenas cerca de 200 municípios brasileiros.

---

<sup>4</sup> Vale lembrar que este texto foi escrito durante os anos de 2022 e 2023 período marcado pela pós-pandemia mundial do Coronavírus e no Brasil pelo processo eleitoral que elegeu deputados, governadores, senadores e o Presidente e foi marcado pela polarização e tensão entre os grupos.

O Município de Cianorte, no noroeste do Paraná, base desse estudo, é um dos que ainda não implementaram o OP. Fundado em 1953 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná o município possui atualmente uma população estimada em 80 mil habitantes, segundo dados do Censo do IBGE de 2022, e com economia diversificada com destaque ao plantio de cana-de-açúcar, avicultura e à indústria da confecção. Apesar de contar com 15 Associações de Bairro cadastradas que se articulam junto à administração e sugerem pontualmente melhorias necessárias de serem implantadas cada qual em seu bairro, falta um maior engajamento da população, sobretudo no que se refere ao acompanhamento das políticas públicas.

Se por um lado é importante a delegação aos políticos e aos representantes de bairro, até porque o sistema brasileiro estrutura-se na política representativa, por outro há o distanciamento do grande público desses debates, ora justificado pela falta de interesse da população, ora pela falta de interesse dos próprios administradores. Esse olhar sobre a participação necessita de uma análise mais aprofundada e foi um dos objetivos nas observações desenvolvidas e que serão apresentadas à frente no capítulo II.

O técnico de Pesquisa e Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Roberto Rocha Pires, em entrevista à Rádio Câmara (BERNARDES, 2015) aponta que a elaboração e a execução de um OP, onde a população possa opinar e participar, contribui também para melhorias na gestão dos entes públicos pois aumenta a transparência sobre os orçamentos públicos e permite que os cidadãos passem a acompanhar e cobrar um melhor funcionamento dos órgãos e das ações públicas visto que, conhecendo as fontes dos recursos, podem sugerir onde os mesmos devem ser aplicados.

Muito mais que apenas permitir a participação popular nas tomadas de decisões, Santos (2008) afirma que, a novidade da proposta de construção coletiva do orçamento reside no fato de garantir um *lócus* de debates e envolvimento popular que até então eram negligenciados pelo poder público “(...) ampliando assim a participação desta nas decisões sobre a gestão do dinheiro público” (p.131) garantindo uma nova abordagem à administração pública e ao processo democrático. Ou seja, o OP permite a efetivação de uma construção histórica pública coletiva com participação dos públicos.

Segundo Mota e Bliacherine “o direito à participação popular no processo político das escolhas orçamentárias do gestor público é elemento chave tanto para a promoção do desenvolvimento como também para mensurar-lhe seu desempenho” (2012, p. 89) e,

assim, cria bases para atender as necessidades populares tornando o poder mais acessível a todos. Não apenas o poder, mas também a possibilidade de sugerir e serem ouvidos.

Em matéria disponível no site do Senado Federal (2004), o então Senador Augusto Botelho (PDT-RR) “pediu um voto de confiança ao instituto chamado Orçamento Participativo, como complemento e ferramenta útil ao aperfeiçoamento da democracia, da sociedade e da efetividade dos governos municipais”. Segundo Botelho (2004), o dispositivo do OP possui inúmeras qualidades, pois permite a aproximação das ações que serão executadas pela administração pública junto das reais necessidades reivindicadas pela população, além de “estimular a participação dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos e permitir a fiscalização das obras programadas”.

Além de levantar as demandas junto à população, levá-las à discussão e aprovação, precisa de dotação orçamentária específica para que de fato tenham as condições de serem implementadas. Por esse motivo, além do envolvimento da população é necessário o envolvimento dos agentes políticos tanto do Executivo que apontará os recursos que serão disponibilizados na Lei Orçamentária quanto do Legislativo que fará a sua análise e aprovação. Por fim o papel fundamental da população, envolvida desde o início na elaboração das proposições e posteriormente no acompanhamento e na cobrança de sua execução.

Fedozzi salienta também que “o Orçamento Participativo está assentado numa estrutura e num processo de participação comunitária” (2000, p. 11). Há, segundo o autor, a necessidade de regras claras à participação, bem como um método objetivo na definição dos investimentos e sobretudo um processo decisório descentralizado. Essa tríade por ele destacada com regras claras à participação popular, definição de investimentos e o trabalho descentralizado, permitirá o melhor aproveitamento dos recursos públicos e o alinhamento de ações que estejam mais próximas de satisfazer os desejos e necessidades da comunidade local. De acordo com Lüchmann, o OP é “um modelo de cogestão do orçamento de muitos municípios e se pauta sobre um conjunto de critérios, regras e instâncias participativas que, por seu turno, tem impactado a dinâmica própria da realidade sócio-política dos lugares onde se fazem presentes” (apud MEZADRI, 2014, p. 04). Ou seja, o OP é uma ação característica do campo da história pública pois, como aponta Santhiago (2016) requer ações *com* os públicos, voltada *para* os públicos e ainda forjada *pelos* públicos tanto para interpretação as ações do passado e sobretudo para o planejamento futuro.

Nesse intuito, pautada em uma perspectiva de história oral, ao ouvir representantes de ONG's, entidades, grupos representativos e de bairros do município de Cianorte, buscou-se compreender as representações desses sujeitos quanto à participação popular já que desenvolvem certa liderança em seus respectivos grupos. Todavia, como o desafio é também fomentar e estimular a participação do grande público, a participação desenvolvida nas etapas de estudos foi sempre aberta à população que pudesse e desejasse participar e contribuir.

O instrumento do OP carrega, como afirma Fedozzi (2000), esse potencial de convidar a população a ocupar espaços antes destinados apenas aos mandatários ou as elites locais e possibilita que vozes subalternas sejam ouvidas e consideradas na construção do projeto de futuro coletivo. Por isso, ao tratar do estudo desses espaços se faz necessário também delinear a concepção de espaço que utilizaremos.

A palavra espaço pode adquirir variadas interpretações, segundo o dicionário Aurélio “espaço” pode ser entendido como um lugar mais ou menos definido que pode ser ocupado por algo ou alguém, ou ainda ser usado para determinado fim (FERREIRA, 2004).

Já o sociólogo francês, Pierre Félix Bourdieu (2009) argumenta que espaço é um local de relações dialéticas, onde existem estruturas do mundo social que podem coagir a ação dos indivíduos, onde os indivíduos incorporam a estrutura social, legitimando-as e por fim reproduzindo-as. De certa forma, isso pode justificar a adoção de ações ou programas governamentais desvinculados das vontades populares, mas também pode forjar a construção de um espaço no qual os anseios dessa população sejam ouvidos e respeitados.

Segundo Bourdieu (2009), isso acontece por meio de quatro conceitos básicos que juntos criam o *habitus*:

- Capital Econômico: são as relações de renda, salários, bens acumulados;
- Capital Cultural: são os saberes e conhecimentos adquiridos e que são reconhecidos por títulos, diplomas, que se legitimam nas relações sociais;
- Capital Social: relações que podem ser capitalizadas, podem gerar frutos;
- Capital Simbólico: reconhecimento, honra, prestígio.

Assim, esse espaço social (no caso desse estudo, o espaço de participação popular na elaboração do OP) pode ser entendido como um lugar onde se organizam e se instalam as diferenças sociais, onde os indivíduos apresentam seus anseios e desenvolvem seus *habitus*, por meio das relações sociais, culturais, econômicas. E por isso esse espaço de

elaboração do OP é considerado uma estrutura complexa da sociedade que se encontra em constante mutação e com inúmeras influências e interferências, mas que depende da integração de seus públicos para sua efetivação.

Nesse sentido, os interesses constantes na elaboração do orçamento podem sofrer a influência dos grupos hegemônicos (grupos da elite que normalmente são os detentores do poder político), isso porque, seguindo o pensamento de Bourdieu (2009), os condicionantes materiais e simbólicos desses grupos agem sobre os demais, por meio de relações sutis de interdependência na tentativa de manutenção e perpetuação de um *status quo* que os privilegia.

Como vimos, no OP a possibilidade ao diálogo pode então alterar a dinâmica social ao convidar a população à participação e a rediscutir as funções ocupadas por cada um interferindo até mesmo na visão que o sujeito passa a ter do seu próprio “espaço social” (espaço esse de suas relações cotidianas) onde há a coação do cidadão diante das condicionantes de inserção social (BOURDIEU, 2009).

Outros autores tratam também desse assunto sobre o prisma da significância de participação popular para o desenvolvimento social e como instrumento de reestruturação do envolvimento da população com os rumos do *locus* onde ela está inserida, nesse sentido, Bodart (2010, p. 305) afirma que:

(...) a literatura especializada tem apontado a participação social na gestão pública local como um grande instrumento pedagógico na construção de sujeitos politizados, assim como a ampliação da participação popular sobre os gastos públicos, especialmente destinados aos investimentos.

Nota-se que a politização abordada pelo autor se refere ao fato de o cidadão não apenas acompanhar, mas fazer parte na definição política da administração pública. O OP nesse sentido colabora com o chamado ao envolvimento tanto na definição quanto no posterior acompanhamento e pensando na politização da população o envolvimento será um dos elementos necessários.

Nesse contexto, “o OP é uma forma de “rebalancear” a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa” (AVRITZER, 2003, p. 03). Isso significa dizer que a democracia onde apenas se delega o poder a alguém para que o mesmo tome todas as decisões e direcione a administração pode ser alterada para uma forma democrática de participação, onde o próprio cidadão assume certa responsabilidade na participação efetiva, indicando, definindo prioridades da administração e acompanhando os resultados alcançados.

Assim, é relevante a ação dos representantes de bairro e das associações, mas também o engajamento da população junto a esses personagens locais. Isso não significa, entretanto, a transferência total de responsabilidades ao cidadão, mas sim, a ampliação de suas possibilidades participativas.

Há que se considerar que a elaboração do OP e a possibilidade de ouvir as demandas populares abrem espaço para uma política próxima das camadas mais populares que por um longo período foram negligenciadas pelo olhar público. Bodart chama atenção: “OP, de acordo com seus objetivos, caracteriza-se como um instrumento utilizado para a realização de política distributiva, buscando atender as áreas mais carentes de infraestrutura” (2010, p. 307). Ainda para Bodart (2010, p. 307), a concepção da política redistributiva visa não somente a ampliação de direitos, mas também ampliação de acesso aos serviços públicos ofertados, para ele:

(...) têm por objetivo redistribuir a renda na forma de recursos e/ou financiamentos de equipamentos e serviços públicos. Esse tipo de política é popularmente chamada de “Política *Robin Hood*”, e no qual o estrato social de alta renda da sociedade é financiador e os estratos de baixa renda são beneficiados.

Interessante, pois o OP nessa ótica assume contornos de justiça social, isso porque além de permitir a participação, deixa claro que estará à disposição na construção de uma sociedade mais justa e igualitária a partir do momento em que usa de recursos públicos para o reequilíbrio social e atendimento de necessidades básicas dessa população

Vale ressaltar ainda que, por ser um instrumento novo em nossa sociedade, o OP em suas diversas aplicações obteve novos direcionamentos e assumiu, aos poucos, essa capacidade de atender as demandas populares. Santos salienta que “(...) desde o seu nascimento, o OP vem sofrendo mutações na estrutura, se reconstruindo e assumindo responsabilidades maiores na administração da cidade” (2008, p.131). Dito isso, podemos afirmar que o estudo da estruturação do OP e de inserção da população permitirá esse novo olhar histórico e social tanto por analisar ações do passado, respeitando e valorizando as memórias dos públicos quanto pela abertura e possibilidade de satisfação das necessidades populares, sobretudo das camadas que mais necessitam de atenção e de serviços do poder público.

Essa breve reflexão conceitual nos faz repensar a estrutura impregnada na elaboração do OP que ao longo dos anos não permitiu a participação efetiva dos diversos atores da sociedade em sua construção para que os desejos e vontades coletivas fossem

incluídas no planejamento municipal. Mais que isso, fica claro a importância da participação e da abertura de espaços de diálogo crescente com a comunidade.

Assim, surgem algumas indagações balizares que pautam nossa pesquisa: como se dá a elaboração do OP na dinâmica social como construção histórica coletiva? Qual sua contribuição para satisfazer os anseios populares? Quais são os motivos que influenciaram o município de Cianorte, na região Noroeste do Paraná a não fazer uso desse instrumento? Quais políticas populares podem ser potencialmente apropriadas e/ou repensadas diante da implementação do OP em Cianorte? Quais são as contribuições de um trabalho de HP para tal empreitada? Responder a esses e outros questionamentos é a proposta desse estudo aplicado e sistematizado do OP enquanto elemento efetivo de participação popular no processo de construção histórica, na definição das políticas públicas, nas tomadas de decisões e que se apresenta como uma das possibilidades de construção de uma história pública coletiva.

### **1.3 OP em ação: fases e experiências**

Nosso trabalho pretende apresentar o estudo acerca do Orçamento Participativo (OP) e para isso analisamos alguns municípios que já o desenvolveram. Consideramos o OP enquanto instrumento que permite reavaliar os rumos administrativos da política local pautando-se na abertura de espaço à participação popular com a finalidade de auxiliar na elaboração de propostas que se aproximam das aspirações populares, otimizando a aplicação do recurso público e seguindo orientações da própria comunidade envolvida nesse processo de escolha. Assim, o OP potencializa a elaboração das políticas públicas em ações diversas de abertura de espaço e envolvimento da população na definição e organização da administração pública.

Segundo Avritzer, o OP “tem suscitado um conjunto de questões no interior de diferentes debates teóricos: o debate entre sociedade civil e democracia, o debate sobre o aprofundamento da democracia e o debate sobre o desenho institucional” (2003, p. 02) debates que se articulam e que não ficam apenas no campo teórico pois ensejam a aplicação das discussões e propostas.

O estudo da estruturação do OP e de inserção da população permite um novo olhar social com abertura e possibilidade de satisfação das necessidades populares, sobretudo das camadas que mais necessitam de atenção e de serviços do poder público.

Sabendo dessa potencialidade, a perspectiva adotada partiu da consideração e descrição de algumas experiências de aplicação do OP que tiveram destaque e que foram exitosas pelo país.

O Município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi o primeiro município a implementar o OP e alcançou grande destaque nacional já no início da década de 1990, sua implementação, segundo MARQUETTI (2002, p. 02) possibilitou a melhoria da qualidade de vida da população envolvida:

(...) os estudiosos do orçamento participativo em Porto Alegre têm continuamente chamado a atenção para suas características fundamentais: democracia, equidade, solidariedade e eficiência. Este conjunto de características teria melhorado a qualidade de vida da população de baixa renda devido, principalmente, ao efeito redistributivo do OP.

Ou seja, o OP permite que a população opine, participe e seja contemplada com as políticas públicas elaboradas em conjunto com o poder público, sobretudo a população que mais carece desses serviços. Nessa proposta algumas etapas são seguidas, como o levantamento de demandas, debates, elaboração de propostas e posterior acompanhamento da sua efetivação.

No primeiro momento há uma prestação de contas da administração e análise daquilo que fora elencado enquanto prioridade no ano anterior, assim é feito o estudo dos projetos que deram certo, quais obras estão paradas ou em andamento e quais os próximos passos de execução. Nesse ponto destaca-se a possibilidade da população acompanhar a gestão pública sobre os projetos que haviam sido definidos. A abertura e prestação de contas permite que os diversos públicos se envolvam não apenas na apresentação de demandas, mas também no acompanhamento e resultados das ações projetadas.

No segundo momento organizam-se assembleias regionais e temáticas que analisarão e formatarão novas propostas para a elaboração do próximo orçamento. Segundo Marquetti “estes critérios foram elaborados para beneficiar as áreas pobres da cidade e estimular a participação da população organizada de menor renda” (2002, p. 05) fortificando o aspecto de se atuar enquanto política redistributiva.

Após rever o que havia sido pensado anteriormente, elencar as prioridades atuais, debater em conjunto com as assembleias regionais e temáticas, o projeto de orçamento, já com as contribuições dos públicos é encaminhado à Câmara Municipal para análise, votação e aprovação pelo Vereadores e posteriormente à sanção do Prefeito para que no ano posterior seja executado. Esse é o momento mais institucionalizado e formal do

processo e que não depende apenas dos públicos envolvidos, mas também dos políticos eleitos para representar essa mesma população.

Considerando a experiência de Porto Alegre, destacam-se dois pontos relevantes: primeiro a possibilidade de analisar o que já foi ou está sendo executado, as ações que deram certo, as que não tiveram continuidade e as causas e posteriormente a possibilidade dos públicos estarem presentes nas discussões elaboradas em áreas temáticas, onde a população possui espaço de fala para assim elaborarem o orçamento do ano seguinte que mais condiz com suas principais necessidades.

Vale lembrar que além de estar contido na LOA (Lei Orçamentária Anual) os projetos e prioridades, frutos das demandas populares, precisam se adequar ao PPA (Plano Plurianual de Investimentos) que é o planejamento apresentado pelo Executivo com validade de quatro anos e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que determina os investimentos contidos na LOA do ano seguinte e que devem estar em consonância com o PPA. Por isso o planejamento e a continuidade das ações na elaboração do OP são tão importantes para se obter o resultado positivo dentro desse arcabouço legal.

O segundo município analisado é Santarém no Pará que também estruturou a elaboração do OP com nuances parecidas à experiência de Porto Alegre. Segundo Santos, Lopes e Monte (2016) em Santarém foi criado um Conselho Gestor do OP que fez a interface entre o Núcleo Técnico (que continham agentes políticos e técnicos da administração) com as demais instâncias (Reuniões de Bairros, Plenárias Temáticas e o Congresso). Esse Conselho Gestor é representativo da população e nele se faziam os debates sobre os pontos que estavam sendo avaliados e aprovados, uma instância popular de participação e decisão.

Destaca-se nessa experiência o papel fundamental do Congresso que reunia grande parte da comunidade local, escolhiam os Delgados que seriam os representantes da população e aprovavam as prioridades. Esses Congressos, segundo Santos, Lopes e Monte (2016) se caracterizaram como as principais instâncias de participação popular naquele Município e tiveram por objetivo discutir, propor, deliberar e aprofundar o processo de elaboração e participação do Orçamento Municipal.

Após as reuniões nas diversas regiões da cidade de Santarém, a realização do Congresso Municipal e a eleição dos Delegados, o Conselho Gestor encaminha o documento contendo as prioridades elencadas pela população para a análise e aprovação da Câmara Municipal e posteriormente aprovação e execução pela Prefeitura.

Outra experiência que merece destaque é o caso de Vitória da Conquista na Bahia onde, de acordo com Novaes e Santos (2014), a elaboração do OP seguiu o mesmo rito dos demais, contudo, um destaque precisa ser feito, uma das preocupações dos administradores na época foi sensibilizar os públicos apresentando a situação econômica caótica em que o Município se encontrava, sendo esse o enfoque do referido projeto.

Os demais passos se sucederam com abertura à participação popular e elaboração das prioridades para o ano posterior, porém sem os recursos necessários para sua execução, a maioria dos projetos elencados pelos públicos não virou realidade, inclusive o segundo Congresso, no qual seriam avaliadas as ações realizadas e determinadas as ações para o próximo ano, foi cancelado. Um ponto positivo destacado na experiência de Vitória da Conquista foi a crescente participação popular nos Congressos posteriores assim como a criação de Conselhos Gestores e Audiências Públicas.

Podemos analisar uma semelhança grande entre os modelos de elaboração do OP apresentados: suas etapas internas possuem prestação de contas aliada a reavaliação do que foi planejado e realizado e/ou está em andamento; a criação de conselhos setorializados tanto para discussão quanto para elaboração de propostas; a escolha de Delegados dentro de cada área e que serão os representantes populares no Congresso; e o próprio Congresso visto como instância maior de abertura à participação popular.

Por fim, outro ponto importante, apontado por Mezadri (2014), consiste na necessidade do compromisso Governamental para que o projeto de OP de fato seja implementado. Sem o empenho, abertura ao diálogo e o compromisso do poder público em realizar as obras elencadas enquanto prioridades pela população, o projeto de Orçamento Participativo estará fadado a ser apenas um texto sem efetividade na realidade da cidade.

Outro destaque que fazemos é a experiência do Município de Toledo no interior do Paraná que já executou por alguns períodos o OP. Nota-se que com o passar das gestões trocou-se o nome do programa, sendo rebatizado, segundo Voidelo (2013) de Orçamento do Povo entre 2010 e 2012, mas mantendo a característica de envolvimento da população.

A experiência em Toledo é relevante, apesar de suas contradições, pois no Município já desenvolviam projetos comunitários que contavam com a participação da população antes mesmo da CF 88 que efetiva essa participação popular na construção do orçamento e em parte organizados ou apoiados pela administração da cidade.

Langaro afirma que em Toledo, diferentemente de outras localidades, a luta popular não era focada “na construção de benfeitorias e demais investimentos públicos nas

regiões periféricas da cidade” (2014, p. 147). Essa constatação feita reforça o caráter de luta do período na garantia de participação ativa “nas instâncias decisórias da vida política e social” (LANGARO, 2014, p. 147) da cidade e também no embrião do pensamento coletivo de administração.

Como veremos adiante, algumas empresas foram planejadas em Toledo visando aproveitar os potenciais do município, direcionar o desenvolvimento otimizando a cadeia produtiva, gerando assim maior valor aos produtos, empregos aos trabalhadores e lucros aos seus sócios que em grande parte eram pequenos empresários locais. É necessário este destaque, pois estamos trabalhando a ideia de inserção popular nas tomadas de decisões e isso demanda problematizar como essa população trabalha as representações dessa participação.

No caso de Toledo, o legado deixado sobretudo na década de 1980 é base para os projetos participativos do orçamento que se implementaram posteriormente: “No caso do Orçamento do Povo no município de Toledo, sua implantação foi na gestão do Partido Progressista em que o desenho institucional não permite a população participar das decisões de prioridades de aplicação dos recursos” (VOIDÉLO 2013, p.50).

Voidelo (2013) chama atenção para essa questão e apesar de todo esse histórico participativo da cidade de Toledo, todavia, segundo a literatura estudada, a utilização de líderes comunitários ligados à administração pública serviu em muitas das reuniões como fator de legitimação dos anseios dos governantes, fugindo com isso da finalidade inicial de satisfação das necessidades e desejos populares. Segundo sua análise, “o que se observa é que os representantes indicados são pessoas da base política do prefeito ou funcionários da máquina administrativa” (VIODELO, 2013, p.49) e que nessa vinculação fica explícito a participação popular sem efetividade, apenas para cumprir protocolo.

Ainda segundo a autora, isso fica claro no desenrolar das reuniões em que os moradores podem ler suas contribuições, porém não há espaço para o diálogo sobre o que é apresentado reduzindo a participação à presença. Ela argumenta que nessas reuniões o discurso do gestor é de que a comunidade terá mais recursos proporcionalmente ao quantitativo de membros presentes na reunião, sendo o momento da assinatura o único momento de participação efetiva desses públicos.

Mais que isso, é preciso considerar ainda que as formações das narrativas dessa comunidade do trabalho em Toledo carregam, como chama atenção Schreiner (1994) as condicionantes do caráter “social, o econômico e o cultural” para assim formar a ideia de

trabalho coletivo que é influenciada pela urbanização, aparecimento das indústrias e agroindústrias e reordenação política nacional.

Segundo o próprio site da Prefeitura de Toledo as reuniões contavam com delegados, cada qual representando sua área, eram “18 áreas de atuação do OP, o Conselho é formado por 36 delegados eleitos nas comunidades” (imagem 4).

#### Imagem 4: Conselho do Orçamento Participativo de Toledo

Home >> Conselho do Orçamento Participativo se reuniu nesta segunda-feira

comunicacao.fabia 24 de Novembro de 2015 at 14:57h

### CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO SE REUNIU NESTA SEGUNDA-FEIRA

A sala de reuniões do gabinete da Prefeitura de Toledo recebeu nesta segunda-feira (23) a reunião dos conselheiros do programa Orçamento Participativo. Representando as 18 áreas de atuação do OP, o conselho é formado por 36 delegados eleitos nas comunidades. Na ocasião, foi realizada a prestação de contas das ações concluídas no município em 2015, das que estão em andamento por meio do OP e a definição de algumas ações para o ano de 2016. O prefeito Beto Lunitti também participou da reunião.

**SERVIÇOS DESTACADOS**

- 70 Anos
- PORTAL DO CONTRIBUINTE
- IPTU - 2022
- ISS CONSTRUÇÃO CIVIL
- URT - 2022 R\$ 92,12
- CIP - 2022
- VTN - ITR - 2022
- VTN - ITBI RURAL 2022
- CAST
- Órgão Oficial
- Protocolo On-Line
- Concursos e Testes Seletivos
- Certidões/Tributos Municipais
- ISS RETIDO
- Alvarás Construção Emitidos
- Licitações
- Contratos
- Consignet
- Serviços Públicos
- Calendário Oficial
- Certificado de Registro Cadastral

**SETORIAL**

- Previdência Complementar
- Secretarias
- Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico
- Aprovação de Projetos
- Aquário Municipal
- Assistência Social
- Comunicação
- Conselhos Municipais
- Controle Interno
- Cultura
- Meio Ambiente
- Educação
- Esportes e Lazer
- Fazenda
- Funtec
- Habituação, Serviços e Obras Públicas
- Juventude
- Planejamento
- Políticas para Mulheres
- Procon
- Recursos Humanos
- Restaurantes Populares

Fonte: <https://www.toledo.pr.gov.br/old/noticia/conselho-do-orcamento-participativo-se-reuniu-nesta-segunda-feira>

Isso por si só denota a organização das ações que contavam com prestação de contas das ações concluídas, daquelas que ainda estavam em andamento e também as definições das próximas ações que serão desenvolvidas, reuniões essas que contavam também com o então Prefeito da cidade e o Assessor de Assuntos Comunitários demonstrando aquilo que já falamos anteriormente, que apesar do OP ser uma necessidade da população na luta por direitos, o projeto só é efetivado com a sensibilidade e vontade política dos governantes.

A organização segue os mesmos preceitos de outros municípios, são organizadas as plenárias divididas dentro das chamadas organizações comunitárias (essas organizações foram previamente divididas pelo setor de Assuntos Comunitários da Prefeitura e variam em quantidade com o passar dos anos e aumento da cidade, elas podem representar bairros ou localidades); são convocados os moradores que posteriormente elegem cinco

representantes, esses por sua vez farão o levantamento de demandas e prioridades que serão levadas a plenária para aprovação.

Outro destaque importante é que nessa proposta há um valor definido pelo executivo para que cada comunidade aponte suas prioridades de investimentos. Esse valor anual já está incluso no orçamento do município e dessa forma acaba garantindo a efetividade da implementação das propostas, passando confiabilidade ao programa e despertando o desejo de participação dessa população que pode propor e acompanhar suas propostas virando realidade.

Como se vê, vale a ressalva feita anteriormente quanto a participação efetiva da comunidade. Se por um lado temos o aspecto redistributivo garantido no orçamento da comunidade, por outro temos a vinculação dos líderes comunitários aos interesses dos governantes. Fato é que a elaboração e efetivação do OP necessita da vinculação da população e daqueles que ocupam os cargos políticos de momento.

Outro projeto de destaque é o Programa Fala Curitiba (imagem 5), em desenvolvimento na capital paranaense no qual a população é convidada em diversos momentos e sob diversos meios a opinar e contribuir com sugestões à administração obtendo bons resultados quando se considera a participação dos diversos públicos.

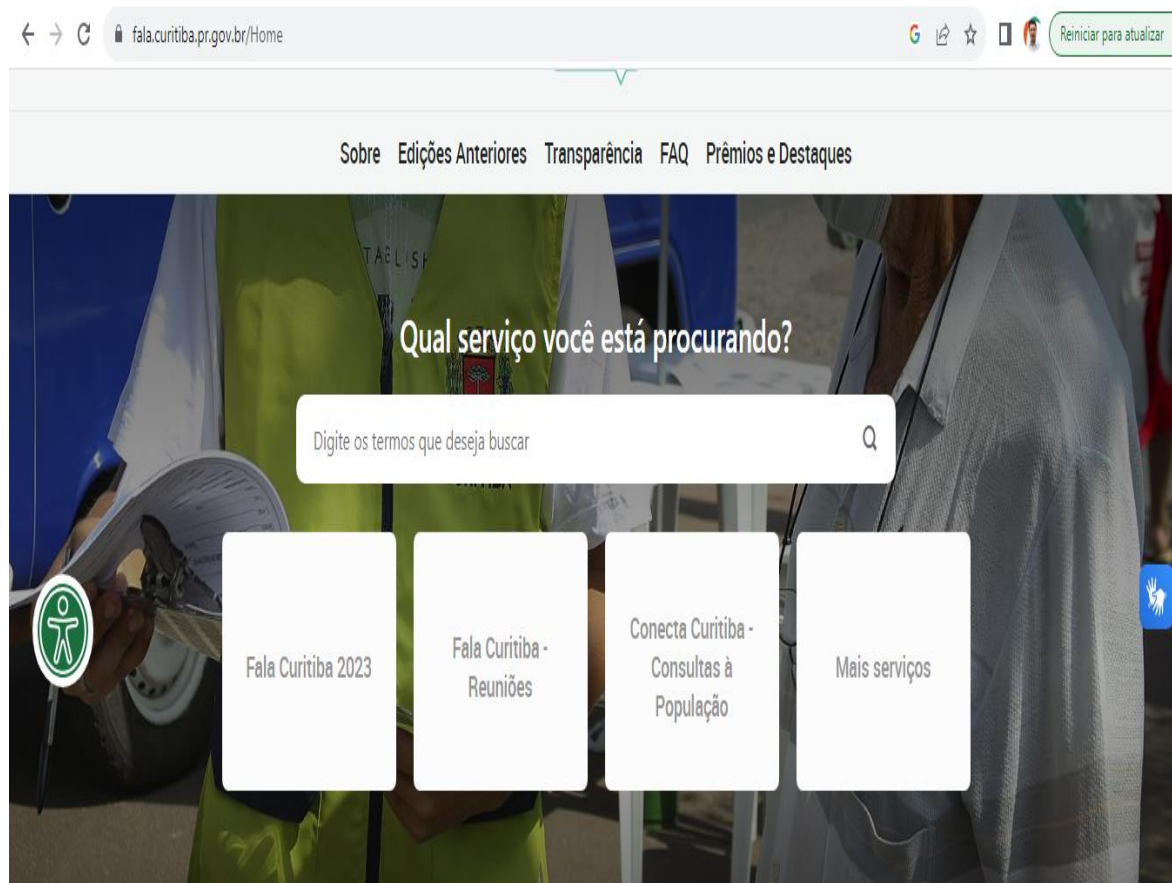
### **Imagem 5: Fala Curitiba – sobre o Programa**



Fonte: <https://fala.curitiba.pr.gov.br/conteudo/sobre-o-programa/50>

Segundo dados disponíveis no próprio site da Prefeitura de Curitiba, o programa foi iniciado em 2017 e sofreu alterações que ampliaram a participação popular ao longo dos anos. São duas etapas anuais que percorrem os diversos bairros da cidade e possuem como objetivo “ampliar o debate e direcionar a indicação de demandas priorizadas por uma comunidade” (Prefeitura de Curitiba). Destaca-se ainda que o Programa possui um espaço no site para que a população acompanhe a efetivação das propostas elaboradas (imagem 6).

## Imagem 6: Fala Curitiba - site



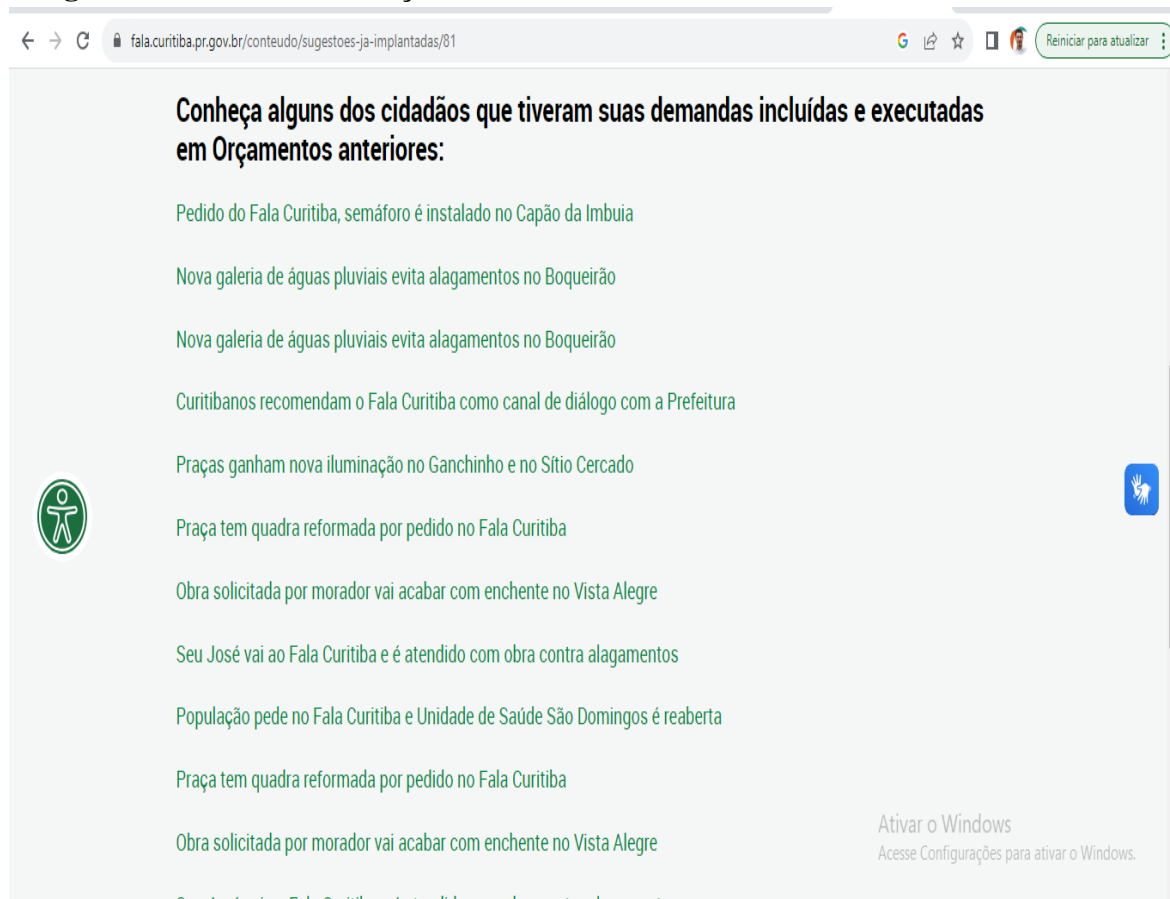
Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba - <https://fala.curitiba.pr.gov.br/Home>

O Programa Fala Curitiba é um exemplo de construção orçamentária atual que considera as necessidades e vontade populares e que se constrói nessa relação coletiva com os diversos públicos. Segundo a análise, são solicitados desde a implementação de semáforos nos bairros, melhorias na iluminação pública, reformas de praças e até mesmo solicitações para reaberturas de Unidades de Saúde e obras de infraestrutura para minimizar os efeitos dos alagamentos em diferentes pontos da cidade.

São ações que atingem diretamente os públicos e que foram sugeridas pelos públicos pensando na resolução desses problemas, mas que a princípio não alteram significativamente as estruturas administrativas e de poder já estabelecidas.

Como já existe um local específico no site do Município onde é possível encontrar as demandas e também as ações executadas (imagem 7), a população pode acompanhar o ritmo de implementação das solicitações apresentadas para também poder cobrar dos responsáveis a resolução dos problemas apresentados. O programa da Prefeitura esta nos noticiários e por diversos momentos apareceu, durante os anos de 2023 e 2024, em programas jornalísticos da Rede Paranaense de Comunicação – RPC, ampliando o alcance.

## Imagem 7: Fala Curitiba - Ações executadas



Fonte: <https://fala.curitiba.pr.gov.br/conteudo/sugestoes-ja-implantadas/81>

Essa iniciativa se aproxima do conceito de democracia participativa que buscamos e rompe com propostas de negação desse locus participativo ao grande público. É possível analisar também no programa Fala Curitiba várias etapas que permitem a participação e que vão afunilando os desejos desses públicos desde reivindicações pequenas e singulares até grandes necessidades que afetam a vida de parcelas significativas da população

## 2. REPRESENTAÇÕES POPULARES

Os estudos envolvendo a História Pública se caracterizam pela crescente busca por se fazer ciência e história baseadas em “novas” formas de pensar e interpretar os fatos que foram sendo articuladas ao longo dos tempos. Assim, essa pesquisa buscou interpretar os dados obtidos considerando as realidades dos participantes, seus anseios, suas frustrações e claro, suas ambições. Não com o intuito de expressar com isso um julgamento dos participantes, mas sim, na tentativa de melhor identificar e explicar os resultados apresentados baseados nessa experiência.

Para tanto, conceitualmente, serão considerados os espaços e as realidades apresentadas pelos participantes para que possamos articular os objetivos de participação, as representações, as memórias e vivências desses públicos e assim vislumbrar o futuro no qual a participação popular seja efetiva. Ou seja, pautaremos a análise nos conceitos de *Espaço de Experiência* e *Horizonte de Expectativa* apresentados por Koselleck (2006) e já mencionados no capítulo anterior.

Além disso, consideramos os estudos de Chartier (1991) e a defesa feita pelo autor de que é impossível enumerar e qualificar os motivos, objetivos ou as práticas sociais que influenciam a sociedade se não considerarmos as representações que as populações ou os indivíduos atingidos fazem sobre determinado evento na criação de sentido. Ou seja, segundo ele não é possível criar apenas “um sistema unificado de compreensão”, pois existem as representações coletivas que devem ser consideradas.

Nesse sentido, segundo Chartier as “significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio dos quais é recebido por seus leitores” (1991, p. 178) e assim também o é nas interpretações dos eventos sociais. Essa recepção está também influenciada pelas histórias de vida, pelas representações e pelas vivências desses públicos. Dessa forma, ao estudar o Orçamento Participativo e buscar entender quais as representações dos públicos com relação à participação (seja a possibilidade da mesma, seja na necessidade de sua efetivação) é necessário considerar que essa representação será, na maioria das vezes motivada por determinações, coletivas e/ou individuais, que sofrem influências enraizadas nas condicionantes dos diversos grupos e são, em última forma, interpretações pessoais.

Metodologicamente, essa análise é baseada em uma pesquisa participativa, na qual o público é ente indispensável para a compreensão das representações e se constitui em uma pesquisa-ação que, segundo Tripp “ao mesmo tempo altera o que está sendo

pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática” (2005, p.447), pois o que se pretende ao final é contribuir com a interpretação das relações de participação e para além disso propor que essa pesquisa seja contínua, ou então que seus resultados sejam o ponto inicial para a implementação do Plano de Bairro que será apresentado no Capítulo III.

As representações populares analisadas buscam perceber ainda como os diversos públicos participam na formação de um ideal coletivo dotado do senso comum, mas que simbolizam construções participativas importantes para a compreensão do sentimento de política participativa e também para as representações sociais desses públicos. Seria o que Moscovici (2007), a partir da sua teoria do senso comum, descreve como *objetivação-transformação* de conceitos abstratos em imagens concretas e tangíveis e *ancoragem-incorporação* das novas informações dentro de um quadro de referências já existente, momentos esses que buscam dar sentido a partir do conjunto de significações dos sujeitos para essas elaborações públicas e coletivas construindo assim uma nova forma de entender, interpretar e participar das suas relações sociais.

Feitas essas considerações, assim como sugerido na introdução, o objetivo desse capítulo será apresentar e analisar experiências e vivências populares do município de Cianorte que oportunizam a participação direta da população no debate e na definição de ações e de políticas públicas. Essas práticas interessam diretamente na pesquisa para pensarmos posteriormente as diversas possibilidades de mecanismos para a implementação do OP sem que, no entanto, elas sejam incorporadas como etapas do OP, servindo entretanto como parâmetro e base de análise.

Para isso dividiremos o capítulo em tópicos os quais serão apresentados, didaticamente, da seguinte maneira: no primeiro tópico traremos algumas experiências e vivências nas quais pude participar e que refletem o ambiente de abertura a participação popular no município; no segundo a análise da Partilha Oral, momento de encontro presencial onde os participantes foram convidados e puderam dialogar sobre temas relativos à participação; no terceiro tópico a análise e sistematização dos questionários online aplicados; no quarto tópico um estudo complementar em publicações oficiais tanto no jornal Tribuna de Cianorte quanto nos sites oficiais da Câmara e da Prefeitura de Cianorte e no quinto tópico apresentaremos algumas vivências minhas enquanto mestrando e nos quais pude apresentar e dialogar sobre participação popular, elaboração orçamentária coletiva e representações.

## 2.1 Experiências e Vivências

Para a ampliação do conhecimento sobre o engajamento dos públicos nos espaços de participação disponíveis da cidade de Cianorte, participei ativamente de algumas Sessões da Câmara Municipal, de uma reunião com atletas amadores da cidade e das pré-conferências Municipais da Saúde e da Cultura. Em todas elas o intuito foi analisar e compreender as representações dos públicos quanto à importância da participação e se essa participação de fato influenciou na definição das políticas públicas.

A “escolha” de estar nesses espaços não foi aleatória, porém também não proposital, foram esses os espaços de análises que estavam disponíveis no início de 2023 e que puderam servir aos objetivos dessa pesquisa. Excetuando as sessões da Câmara que ocorrem ordinariamente às segundas-feiras, os demais espaços escolhidos ocorreram por razões distintas. A reunião dos atletas só aconteceu após diversas tentativas dos mesmos na busca por apoio e incentivo do poder público, já as conferências municipais eram etapas das Conferências Nacionais que também aconteceriam no ano de 2023 e por força da lei aconteceram no início do ano.

Dito isso, conforme defendido anteriormente, vale considerar que por si só o Orçamento Participativo (OP) pode ser considerado uma ação política intrínseca à História Pública e sua existência só se efetiva e se justifica na participação popular, ou seja, o encontro com os diversos públicos. Dessa forma, é somente na construção de uma história com os públicos e pensada para os públicos que o OP pode existir.

Se a real efetivação do OP ainda não acontece de forma uniforme na maioria dos municípios brasileiros, outros instrumentos contidos nos documentos oficiais possibilitaram ao longo dos anos que os grupos representativos opinassem e participassem das tomadas de decisões e do direcionamento de parte das políticas públicas dentro dos municípios. Esses espaços que buscamos analisar debatem dentro de temas setorializados e junto das comunidades e grupos representativos, levantando demandas e propondo ações ao poder público.

O primeiro desses espaços analisados foram as sessões da Câmara Municipal de Cianorte (imagem 8) onde, durante os anos de 2022 e 2023, participei de algumas dessas sessões. Esse é um espaço institucionalizado da política local e no qual os representantes da população se reúnem para debater e discutir caminhos e necessidades dos diversos públicos do município.

### **Imagem 8: Sessão da Câmara Municipal de Cianorte em 17/10/2022**



Fonte: Acervo pessoal – Victor Hugo Davanço

Apesar de ser esse o espaço do debate público por meio dos representantes eleitos, pude notar pouca participação popular, na maioria das sessões em que estive menos de 10 pessoas estavam presentes. A Sessão possui uma formalidade, com diversas leituras, debates de projetos e fala dos vereadores, sem a possibilidade de voz ao público, motivo que pode ser uma das causas da pouca participação. Desde 2017 as sessões são também transmitidas por meio dos canais oficiais da Câmara o que pode ser outro motivo para a baixa presença física dos públicos.

Apesar dessa baixa presença do público foi possível notar que grande parte das demandas apresentadas pelos Vereadores são reivindicações que surgiram de sugestões populares. Ou seja, se por um lado não há o espaço de fala nas sessões e nem mesmo um grande público presente, é constatável que as reivindicações desses públicos estão presentes nas proposituras e falas dos Vereadores.

Em Cianorte, pude acompanhar também durante o mês de fevereiro de 2023 a realização de três desses momentos que representam a vontade de participação popular e ao mesmo tempo refletem as dificuldades dos grupos em pautar ações reais e possíveis de serem implementadas dando a impressão que esses momentos servem apenas para cumprir exigências legais sem a preocupação de efetivação das políticas públicas que vão ao encontro com a necessidade das comunidades.

A primeira dessas vivências ocorreu em 04 fevereiro de 2023, quando 27 atletas amadores praticantes de corrida de rua se reuniram no intuito de traçar metas e um conjunto de reivindicações a serem encaminhadas à Secretaria Municipal de Esportes. Esse encontro aconteceu após várias dificuldades encontradas pelos corredores de rua no que tange ao apoio à essa modalidade esportiva e contou com ampla divulgação entre os atletas (imagem 9) além de permitir a participação a comunidade em geral.

**Imagem 9: Convite para reunião dos atletas amadores**

4 DE FEVEREIRO  
**REUNIÃO**  
**CORREDORES DE**  
**CIANORTE**  
**TEMA: MELHORIAS DO**  
**ESPORTE NO MUNICÍPIO**  
**ABERTO AO PÚBLICO GERAL**



Fonte: WhatsApp - Maike Batista

Essa esfera de debate de um tema em comum entre determinado grupo retrata o conceito de esfera pública presente na obra de Habermas e sob a qual Perlatto diz que “a esfera pública se refere, dessa forma, ao mundo do debate e da discussão livre sobre questões de interesse comum entre os cidadãos comuns considerados iguais, política e moralmente” (2012, p. 04) e justamente essa necessidade em comum abriu as portas às discussões.

Esse encontro entre iguais permitiu a discussão livre e a verificação de que a falta de abertura do poder público foi um motivador para esse grupo se organizar e elaborar um documento com suas reivindicações. Isso porque antes da reunião, alguns atletas de forma individualizada já haviam solicitado apoio à Secretaria de Esportes e sem um resultado positivo o caminho encontrado foi unir as forças e cobrarem em conjunto. Grande parte das reivindicações dos corredores relacionam-se ao apoio para participação de provas fora do Município e a realização de um número maior de eventos locais.

Após um primeiro contato com a Secretaria de Esportes e a apresentação de algumas reivindicações comuns aos integrantes do grupo, realizou-se essa reunião entre os atletas nas dependências do Salão Comunitário do Bairro Beatriz Guimarães (imagem 10). Nessa reunião vários pontos foram debatidos e viraram uma carta de reivindicações que seria apresentada à Secretaria.

#### **Imagem 10: Atletas amadores reunidos**



Fonte: Acervo pessoal – Victor Hugo Davanço

Os pontos analisados e destacados na reunião relacionam-se com o tema do OP e diante das falas apresentadas pude atestar que os atletas não estavam se sentindo representados e atendidos pelas ações do poder público, motivo pelo qual externaram a necessidade de se organizarem para juntos cobrarem melhorias. A manifestação dessa esfera pública deixa claro tanto a necessidade de espaços nos quais possam expressar livremente seus anseios quanto as representações desses atletas frente às ações do poder público. Segundo essa análise, pode-se afirmar que os atletas identificaram na participação organizada e coletiva um caminho para apresentar e cobrar demandas de interesse comum.

O contato inicial com a Secretaria de Esportes, anterior a essa reunião, permitiu apresentar as reivindicações do grupo mas também que o executivo sugerisse algumas possibilidades ao grupo, ou seja, as reivindicações dos atletas deveriam se “encaixar” nas propostas prévias apresentadas pelo poder público, dentre elas a sugestão de uma certa contrapartida para o auxílio aos atletas. Se a cobrança inicial dos atletas era por apoio para viagens a Prefeitura sugeriu que os atletas deveriam participar como voluntários em eventos organizados pela secretaria de esportes e levar o nome do município, postando em redes sociais e valorizando que a Prefeitura estava apoiando nas viagens.

Registra-se ainda que nenhum representante do ente governamental estava presente nessa reunião dos atletas e isso gera duas interpretações. Primeiro, a ausência de representantes da administração deixa maior liberdade aos presentes para opinarem sabendo que, por estarem entre iguais não sofreriam retaliações; e uma segunda interpretação possível é a de que a ausência de representantes pode significar que as pautas apresentadas não são relevantes à administração pública.

Após essa reunião o grupo se organizou, apresentou as demandas, algumas já atendidas e decidiram que o melhor caminho para se sentirem representados de fato será a efetivação de um espaço permanente de debate das demandas. Dessa forma ficou definido a organização de uma Associação dos Corredores com a prerrogativa de representar o grupo e apresentar suas necessidades ao poder público.

Nota-se que existem, nesses participantes, memórias enraizadas quanto às angústias e insatisfação em suas reivindicações, eles buscam ocupar espaços e apresentar suas demandas, no entanto não são ouvidos. Por mais que se tenha a criação de uma esfera pública de interesse comum, podemos usar a análise feita por Pertalto (2012) na qual ele descreve a constatação histórica de criação de uma esfera pública seletiva nos quais os interesses de uma elite consegue se sobressair forjando a criação de uma esfera pública subalterna, no caso esse espaço de encontro dos atletas amadores, na qual, após ser negado esse espaço público pelas elites, se apresenta como um espaço de encontro, debate, formulação de ideias e propostas e muito mais, como um espaço de participação e resistência frente as negativas de acesso e participação encontradas.

Minha participação nessa reunião foi motivada pelo fato de eu também ser um desses atletas amadores e ter acompanhado todo o processo de reivindicações ao poder público. Pode ser que outros grupos e outras reivindicações tenham sido feitas ao poder público, entretanto, essa foi a que tive acesso e pude participar como ouvinte e observador

(imagem 11). Por se tratar de parte integrante da pesquisa informei aos organizadores que minha participação também teria o caráter de observação e coleta de dados, no caso as falas e representações dos participantes, posso assim definir, uma observação participante nesse diálogo e na interação proporcionada que acolherá as narrativas desse público presente analisando seus anseios e práticas apresentadas em nível teórico (Trip, 2005).

### **Imagem 11: Participação e observação**



Fonte: Acervo pessoal – Victor Hugo Davanço

A segunda vivência foi na Pré-Conferência Municipal de Cultura, realizada de 13 a 15 de fevereiro de 2023 sendo a Conferência Municipal no dia 16 de fevereiro, sempre em período noturno, o que em tese demonstra o interesse inicial do poder público para que a população pudesse de fato participar do evento, considerando nesse quesito que grande parte trabalha em horário comercial.

Participei da pré-conferência como ouvinte e observador no dia 14 de fevereiro (imagem 12), dia em que se debateu “Culturas Populares e Éticas” com a palestra do Professor Dr. Alessandro Santos da Rocha (UEM) e a “Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural” com a palestra da Professora Izaura Varella. Nesse dia o evento contou com a participação de 35 pessoas, sendo que 06 eram palestrantes ou agentes da administração pública e/ou parte da organização do evento.

Após as palestras formaram-se grupos que debateram temas diversos apresentados pela organização e deveriam criar e apresentar propostas que seriam lidas e aprovadas ali mesmo para após serem apresentadas na Conferência (dois dias após). Com pouco tempo de discussão algumas propostas surgiram no calor dos debates, porém sem o detalhamento

e o aprofundamento para sua elaboração e até mesmo sua viabilidade. Ficou claro que cada membro expressou suas vivências e suas necessidades que estavam vinculadas aos grupos que representam, alguns deles com propostas já elaboradas anteriormente.

### Imagem 12: Pré-conferência de Cultura de Cianorte



Fonte: Acervo pessoal – Victor Hugo Davanço

Nesse mesmo dia, os dois grupos que se formaram elegeram dois representantes que seriam os delegados com direito a voto na Conferência Municipal. Tudo muito célere cumprindo-se o regramento legal, contudo, sem a ampliação do debate de forma pormenorizada. A ampliação das discussões das propostas só aconteceu posteriormente nos inúmeros debates promovidos pelo Conselho de Política Cultural ao longo dos meses.

A possibilidade de participação na pré-conferência é um aspecto positivo proporcionado pela administração pública, pois permite à população e aos diversos grupos

apresentarem suas angústias, vontades, ideias e necessidades relacionadas à cultura. Todavia, apesar de cumprir a obrigação legal, a formulação das propostas, sem a ampliação de um debate mais profundo que elenque as reais necessidades dos grupos artísticos do município pode fragilizar o atendimento e a amplitude das ações. Fica claro que um orçamento com propostas participativas necessita não apenas de espaços de abertura para falas dos diversos públicos, mas também do convite para o debate, construção e reconstrução contínua dessas reivindicações.

O fato me despertou atenção no caso dessa pré-conferência e posterior conferência e que vale o registro é que ambas foram divulgadas como as primeiras a serem realizadas na cidade, porém encontramos registros de pré-conferências e conferências da Cultura em anos anteriores. A justificativa dos organizadores foi de que não havia nada formalizado apesar de existirem registros disponíveis na internet.

Cabe ainda a ressalva de que após a realização da conferência alguns procedimentos foram adotados pela Secretaria Municipal de Cultura nos quais o debate foi ampliado proporcionando aos representantes dos setores artísticos a participação na elaboração das propostas e políticas públicas, ampliando assim a possibilidade de engajamento e participação.

Já a terceira vivência ocorreu durante a Pré-Conferência de Saúde no dia 15 de fevereiro de 2023, no Salão Comunitário do Bairro Jardim Universidade. Segundo matéria da Prefeitura Municipal (imagem 13) ao todo foram realizadas 06 reuniões por toda a cidade no intuito de ouvir demandas da população.

### Imagem 13: Convite para Conferência Municipal de Saúde de Cianorte

Município ▾ Prefeitura ▾ Cidadão ▾ Ediais e Licitações ▾ Diário Oficial Empresa ▾ Contato ▾ Mapa do site

Publicado em: 13/03/2023 09:44 | Fonte/Agência: Secretaria Municipal de Comunicação Social

Curir Compartilhar Tweet

XIV Conferência Municipal de Saúde será nesta quarta-feira

Nesta quarta-feira (15) será realizada a XIV Conferência Municipal de Saúde. Os moradores de Cianorte são convidados a contribuir para a melhoria dos serviços prestados na cidade, participando do evento, que terá início às 8h, no Auditório da Facec (PR-082, Km 468, lote 45/46). Na oportunidade, a palestrante Marina Ricardo Martins falará sobre o tema "Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia – Amanhã vai ser um outro dia".

A participação é aberta ao público e as inscrições podem ser realizadas até o dia do evento, por meio de formulário disponível no site da Prefeitura de Cianorte ([www.cianorte.pr.gov.br](http://www.cianorte.pr.gov.br)), com acesso direto pelo link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScpRDEdW5CxaFc3uSBU4ztT8l2ujeP8bAv5kln2RiCF9ANmQ/viewform>.

Conforme a presidente do Conselho Municipal de Saúde, Carmem Lúcia Sartori, "para possibilitar o amplo debate, entre os dias 31/01 e 15/02, foram realizadas seis pré-conferências, abrangendo as macrorregiões do município. Nelas proporcionamos aos usuários dos serviços a oportunidade de relatar suas experiências, opinar e sugerir mudanças. Agora, na Conferência, reuniremos representantes do poder público e da sociedade civil na discussão democrática das propostas que serão votadas pelos delegados/as ao final da iniciativa. Por isso, reforçamos o convite para toda a população".

LEIA MAIS

- 04/10/2023 17:28 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Cianortense fica em 8º lugar no Top 10 do Brasileiro de Motocross
- 04/10/2023 17:17 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Campanha de Refis movimentada mais de R\$ 18 milhões
- 04/10/2023 16:22 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Sexta-feira tem carreato do Outubro Rosa
- 04/10/2023 11:41 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
Festa da Primavera promete agitar o fim de semana

Fonte: [https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/8256\\_XIV-Conferencia-Municipal-de-Saude-sera-nesta-quarta-feira.html](https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/8256_XIV-Conferencia-Municipal-de-Saude-sera-nesta-quarta-feira.html)

O convite divulgado pelo canal oficial do Município de Cianorte explica sobre a realização da conferência, com as datas e horários previstos, na divulgação a Presidente do Conselho Municipal de Saúde enfatiza que o intuito é possibilitar amplo debate e a participação será aberta ao público. Apesar disso a matéria transmite o aspecto técnico e de obrigação legal no convite ao público. A Conferência Municipal de Saúde se realizou posteriormente no dia 15 de março.

Nessa reunião estavam presentes 18 participantes, sendo 04 deles representantes do poder público. Alguns dos presentes eram também integrantes do Conselho Municipal de Saúde, outros frequentadores da UBS do Bairro e os demais moradores do entorno (imagem 14). Foi possível o debate de problemas e demandas, a formulação de propostas e assim como na pré-conferência de cultura, a eleição de delegados para a conferência.

**Imagem 14: Reunião de Pré-conferência de Saúde – Bairro: Jardim Universidade**



Fonte: Acervo pessoal – Victor Hugo Davanço

Nessa pré-conferência, talvez pelo seu histórico e pela divulgação que já convidava a população a trazer suas propostas, a apresentação de reivindicações e o debate de ideias foi maior em comparação com a Pré-Conferência de Cultura. As propostas foram redigidas em conjunto entre os participantes e entregues à organização para a apresentação na Conferência Municipal posterior.

Das três vivências o que se pode destacar é que aparentemente há interesse dos grupos pela participação e o sentimento de que o OP poderia aglutinar e desenvolver essas discussões, envolvendo proposituras que de fato estejam como prioridade no orçamento municipal, muito além de uma proposta que precisa ser validada e efetivada, fomentando o debate contínuo dos temas relevantes para a população no intuito de apresentar propostas, lapidar ideias para que as mesmas possam ser executadas e tragam resultados positivos aos grupos que as reivindicam. De nada adianta uma proposta que seja formulada e não executada, o objetivo que se quer atingir ao propor soluções participativas de destinação dos recursos públicos é de que elas atendam aos públicos, sejam reais e realizáveis.

## **2.2 Partilha Oral**

Nesse tópico o foco será a apresentação da atividade por nós denominada de *Partilha Oral*, encontro presencial no qual membros da sociedade foram convidados a dialogar e partilhar suas vivências e representações sobre a participação popular, suas experiências, motivações e desejos. Esse encontro possuía um caráter aberto e participativo incentivando a participação de todos os presentes.

Os presentes representam nosso Grupo Focal (GF), uma técnica de pesquisa derivada de entrevistas em grupo que se baseia “na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa” (TRAD, 2009, p. 780). Assim utilizamos a interação dos diferentes participantes considerando que os mesmos representam uma multiplicidade de interesses e grupos sociais e possuem visões diversas quanto a participação popular, valorizando a troca de experiência e informações durante a partilha oral.

O diálogo aberto permitiu, assim como argumenta Hernández e Arias (2011), a aproximação dos cotidianos dos públicos e também proporcionou compreender como os mesmos desenvolvem suas estratégias de enfrentamento dos seus problemas sociais. No contexto do OP podemos dizer que o diálogo diretamente com os grupos permite o levantamento de demandas com um olhar próximo ao contexto vivido pelos envolvidos.

A Partilha Oral se realizou no dia 27 de maio de 2023, nas dependências do Lions Clube Cianorte (sou membro do Lions e por isso a escolha do espaço) e contou com a presença de 11 pessoas, membros de diversos segmentos sociais que foram convidados a contribuir com suas experiências pessoais. Assim como aponta Chartier (1991), as representações dos presentes carregam influências vividas por esses sujeitos e a

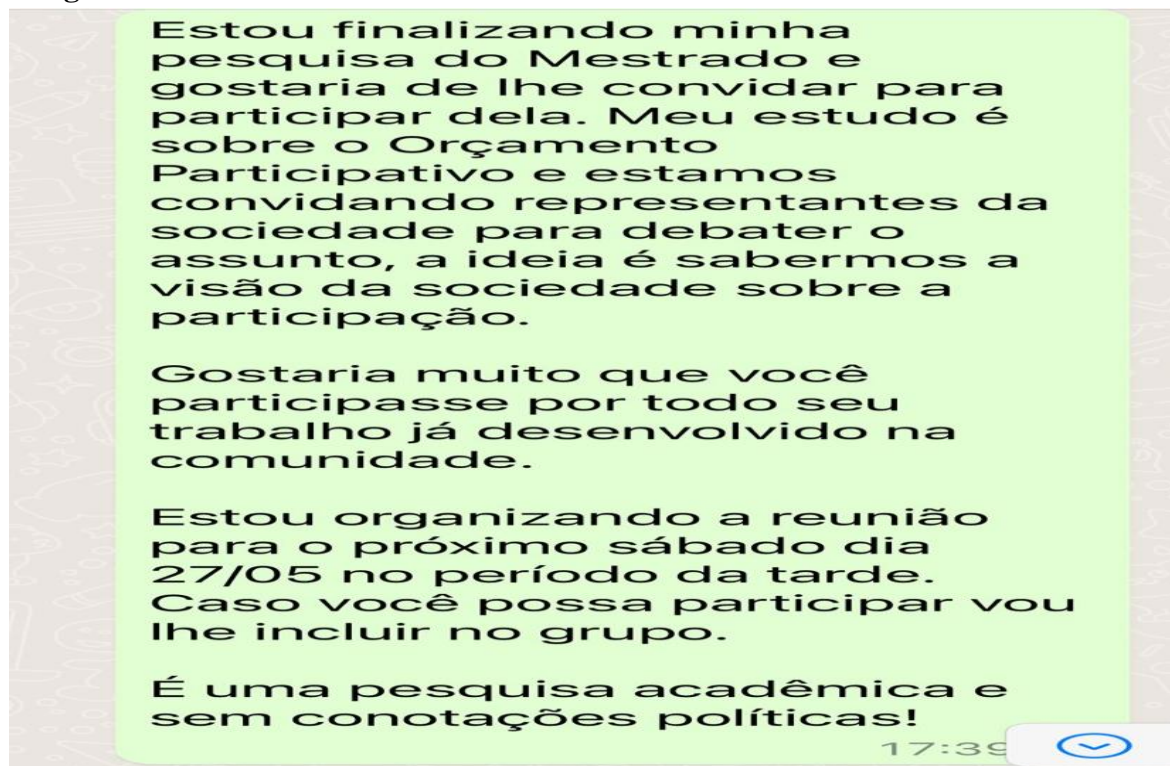
diversidade de participantes é necessária pois, segundo o autor, existe uma multiplicidade de formas de interpretar as realidades sociais dentro de um mesmo espaço social.

Dessa forma, a abordagem metodológica proposta permitiu e incentivou a participação ativa dos envolvidos e subsidiou a pesquisa participativa na qual a ação dos envolvidos determina o seu desenvolvimento e os rumos da própria pesquisa. Se o OP é estudado enquanto elemento constitutivo para as políticas públicas participativas, a partilha dos diversos públicos se constitui como elemento central nessa elaboração de abertura de espaços, assim como enfatiza Tripp (2005) a pesquisa-ação vai se estruturando enquanto encaminhamento participativo, inclusivo e colaborativo.

Uma pesquisa então que se organiza e considera as práticas dos públicos envolvendo seus sujeitos a partir de suas memórias, vivências e experiência, não apenas permitindo espaço para expor suas opiniões, mas, além disso, incentivando que a partilha seja vivenciada pelos demais para reflexão e elaboração dos conceitos e referenciais referentes às políticas públicas. É nesse aspecto que a participação efetiva contribui para a análise das realidades e de forma crítica pode contribuir com sua transformação.

O convite aos participantes, igual a todos, foi enviado pelo aplicativo WhatsApp aos Presidentes de Bairro de Cianorte e também representantes de ONG's, Entidades e grupos representativos da cidade, conforme a imagem que segue (imagem 15).

#### **Imagem 15: Convite à Partilha Oral**



Fonte: WhatsApp do próprio autor – Victor Hugo Davanço

Na mensagem buscou-se deixar claro a importância dada a participação desses convidados, explicando o intuito do encontro e salientando o caráter acadêmico do encontro sem vinculação política. Em nossa análise, isso foi necessário para afastar qualquer visão de interesse eleitoral na pesquisa pelo fato do meu envolvimento político anterior.

No intuito de captar as representações populares quanto à participação política, orçamento participativo, elaboração de políticas públicas e engajamento social na definição das prioridades administrativas, promoveu-se o encontro com essas lideranças da cidade de Cianorte a fim de ouvir e dialogar abertamente sobre esses e outros assuntos que rondam a temática central dessa pesquisa. Isso porque na pesquisa-ação, como aponta Thiollent (1986) encontramos um papel ativo do pesquisador que interage com os envolvidos na construção do conhecimento útil à coletividade.

Assim, a Partilha Oral só faz sentido no envolvimento dos públicos. Essa metodologia ativa foi considerada relevante, pois revela os sentimentos dos públicos envolvidos e assim como o conceito de pesquisa-ação reflete as realidades, convida à participação, mas também se preocupa na proposição de caminhos e formas de equacionar os problemas encontrados e que são, em certa medida, iguais entre os diversos públicos.

Nesse caminho, o primeiro passo foi então identificar as lideranças que seriam convidadas, para isso partiu-se inicialmente da lista de autoridades disponibilizada pela Câmara Municipal de Cianorte contendo nome e telefone de 15 Presidentes das Associações de Bairro do Município. Foi feito o contato com todos, explicando o intuito desse encontro de partilha (imagem 15). Além destes foram convidados outros 25 representantes de ONG's, Entidades e/ou grupos organizados da cidade que de alguma forma trabalham na defesa de interesses coletivos.

Os convidados já possuem envolvimento social e comunitários, cada qual dentro de um nicho, contexto e/ou realidade diversa que exprimem a pluralidade da sociedade cianortense. Todos atuaram em ações relevantes da cidade nos últimos anos auxiliando na construção histórica na qual estão envolvidos.

São agentes de transformação e, ao mesmo tempo, se constroem nessas ações. Professores, representantes do terceiro setor, representantes de grupos específicos da cidade, comerciantes, estudantes e profissionais liberais envolvidos em causas sociais. Essa pluralidade de envolvidos corresponde às expectativas da pesquisa de ouvir uma população que considera o trabalho coletivo como algo importante socialmente e que identifica desafios que ainda precisam ser vencidos.

Uma das premissas lançadas desde a elaboração desse projeto de pesquisa é a de que a falta de espaços estruturados abertos ao diálogo com o grande público influencia negativamente na participação e conseqüentemente na elaboração de políticas públicas que atendam aos interesses dessa população, sobretudo àquela que possui maior necessidade de atenção e serviços públicos.

A segunda premissa é a de que a população nem sempre fica sabendo sobre onde e como participar talvez pela baixa divulgação ou até mesmo pelo pouco interesse do poder público em divulgar amplamente ao grande público como serão desenvolvidos e organizados esses espaços.

A terceira premissa é de que os espaços estruturados não facilitam a participação sobretudo pelos locais, dias e horários em que as reuniões acontecem. Além disso há a indagação: será que a existência de espaços por si só oportuniza a participação efetiva?

Ou seja, primeiro a falta de espaço, segundo a pouca divulgação e terceiro, quando esses espaços existem, sua estruturação não é pensada para facilitar o acesso e a participação efetiva. A Partilha Oral enquanto GF se constitui nesse espaço de reflexão e inserção nas realidades dos envolvidos busca compreender se, de fato, há ressonância nessas premissas e meios de construção de novos caminhos à participação popular.

Justamente por entender e considerar essas premissas é que o convite foi feito de forma igualitária a todos os Presidentes de Bairros que estavam na lista das autoridades disponibilizada pela Câmara Municipal de Cianorte e ainda ampliamos o convite a outros integrantes de grupos representativos da cidade. Rompemos assim as premissas 1 e 2 pois existiu o espaço de participação e os líderes foram diretamente convidados.

Para romper com a premissa 3, e por se tratar de uma pesquisa participante com interação do pesquisador, outro ponto considerado com muita atenção foi a escolha do local, dia e horário para a realização da Partilha Oral que aconteceu em um sábado, dia 27 de maio de 2023 a partir das 14h30min, fugindo do horário comercial em que grande parte da população está trabalhando, o que, em tese, permitiria a ampla participação dos convidados. O local escolhido, no centro da cidade, de fácil acesso e sem vinculação com a estrutura administrativa municipal.

Apesar desse cuidado na organização do encontro, não se pode afastar totalmente a subjetividade existente nele. Assim, um aspecto a se considerar é o fato de muitas vezes esses Presidentes de Bairro convidados carregarem em seu interior interesses

políticos/eleitorais e eu já ter exercido mandato político de Vereador, é um ponto relevante que pode justificar a baixa participação conforme veremos adiante.

Para minha surpresa dos 15 representantes de bairro convidados (Presidentes) apenas 01 se fez presente no encontro, apesar de 07 terem confirmado antecipadamente que estariam na partilha, vale destacar que alguns indicaram que possuíam outros compromissos naquele dia. Já dos 25 convidados da comunidade em geral, 10 se fizeram presente, nesse caso avalio como um bom número, o que leva a crer no desejo real do grande público em contribuir e dialogar sobre a participação popular, principalmente quando são convidados e antecipadamente sabem do intuito e direcionamento da reunião.

O convite feito mencionava que a partilha oral seria parte integrante do meu projeto de mestrado e visava captar as representações populares sobre participação nas ações desenvolvidas pelos grupos relacionado à elaboração do orçamento municipal e não continha conotações político partidárias (imagem 15).

Como combinado, a partilha iniciou-se às 14h30min com a apresentação do tema da pesquisa e os principais objetivos do encontro salientando aos presentes o intuito de ouvir as vozes da população ali representada, suas interpretações e representações sobre participação. Assim, destacou-se que seria permitido a todos a livre iniciativa de falar e participar. Esse momento inicial de introdução foi importante para apresentar a pesquisa de forma acadêmica e abrir espaço para o diálogo a respeito da participação dos convidados, momento em que os presentes puderam falar de suas vivências particulares em grupos, no bairro e comunidades nos quais estão inseridos bem como sobre a participação da população nas políticas públicas.

Apesar de cada participante trazer a singularidade da vivência de um grupo específico da sociedade, em todos os discursos houve a valorização da participação e foi salientado a necessidade de maior engajamento popular bem como os meios de se efetivar essa participação. Considera-se assim que as vozes “subalternas” apresentadas por Perlatto (2018) querem ser ouvidas, contudo, são vozes que ainda carecem de sistematização e organização para serem apresentadas e consideradas pelos agentes públicos, são vozes que estão sendo licenciadas pelas estruturas administrativas e pelo jogo de interesses do poder público que não está pensado com o público e nem para o público. As vivências apresentadas na Partilha Oral são vozes que carregam as singularidades dos grupos, considerados como espaços formativos de participação e transformação social de realidades.

Ao adentrarmos no tema do OP e indagar o conhecimento dos presentes a grande maioria apresentou dificuldades no assunto, notamos que poucos tinham um conhecimento mais aprofundado e nesse momento foi explanado sobre sua formulação enquanto possibilidade aos municípios desde a Constituição Federal de 1988, apesar de já existirem experiências anteriores, e os desafios para sua disseminação no país além de iniciativas positivas ainda em desenvolvimento. A conversa se estendeu e todos contribuíram apresentando suas visões e entendimento do quanto poderia ser positivo, bem como dos desafios para que o OP se implemente e abra espaço à participação popular.

Se a participação popular aparece nos discursos como necessária e o OP como aliado, as premissas anteriormente levantadas também são destacadas pelos participantes da Partilha Oral. Assim, cabe-nos refletir e questionar: os horários das reuniões, quando são debatidos assuntos e propostas de políticas públicas são convidativos ao grande público? Há de fato o interesse para que a população participe ou isso é feito apenas para cumprir as exigências legais? O distanciamento popular interfere também nas ações do poder público? Qual a visão e representação que o público carrega sobre essa necessidade ou não de participação?

O debate é longo, amplo e por se tratar de um grupo composto por moradores de diferentes localidades e que representam nichos distintos da cidade, as sugestões que surgem carregam essa riqueza plural e ao mesmo tempo singular de representações. Nossa proposta é analisar as falas desse público, considerando as novas tecnologias, as possibilidades e os desafios de participação popular na definição das políticas públicas. Dito isso, apresentaremos algumas contribuições dos participantes e como se desenvolveu o encontro. Preferimos mencionar os presentes identificando-os apenas como “participantes” sem referenciar seus nomes para assim evitar qualquer envolvimento político que coibisse a participação e as falas dos presentes.

Logo no início da partilha, após a introdução ao tema o Participante 1 apontou a necessidade de o poder público ouvir a população, desenvolver e ter a iniciativa de ir até os bairros, ouvir sugestões, analisar as propostas e posteriormente aplicá-las, tornando efetivas as reivindicações populares. Ou seja, para ele se há de um lado a apresentação das demandas pela população é necessário que elas sejam executadas para que o público se sinta envolvido, atendido e assim participante ativo do processo.

Alguns espaços já estão organizados e seguem regulamentações específicas que “permitem” a participação popular no debate, e conseqüentemente no acompanhamento da

execução das propostas. Nesse sentido, o Participante 2 disse que as reuniões realizadas pelos Conselhos Municipais como as pré-conferências e conferências possuem espaços relevantes de discussões das propostas, nelas são elaboradas pré-propostas, normalmente pensadas antes dos encontros, apresentadas nos mesmos e que depois serão organizadas em propostas e encaminhadas ao poder público. Há então o envolvimento da sociedade, seja por meio de ONG's, entidades, grupos, associações, a formulação de propostas dentro do conselho e o encaminhamento dessas, necessitando da fiscalização na execução.

Nessa fala do Participante 2 temos o marco legal de organização das pré-conferências, mas o que fica claro, referente a sua realização na prática, conforme descrito no capítulo anterior, é que carece de maior preparo por parte dos participantes para a elaboração prévia das propostas.

Vale destacar que as Conferências possuem similaridade com o OP sobretudo por permitir a elaboração de propostas que poderão ser implementadas pelo poder público. São assim instrumentos de ampliação das possibilidades de participação e apesar de possibilitar a apresentação de reivindicações e propostas municipais, o foco está na articulação de demandas que possam ser implementadas pelos três níveis da administração (municipal, estadual e federal), enquanto as ações do OP focam em propostas de âmbito municipal. Destaco ainda que há entre ambos uma diferença importante: a Conferência é uma etapa da descentralização imposta pelo Governo Federal, como ratificação estrutural das políticas públicas na qual podem surgir novas demandas e propostas, nesse caso as políticas públicas existentes podem ser alteradas, enquanto no caso do OP as demandas emanam desses momentos participativos para que sejam posteriormente implementadas.

Em tese, essa participação nos Conselhos pode ser um ponto chave para que a população seja ouvida e atendida, porém como salientou o Participante 2, há a necessidade de se efetivar as demandas apresentadas. É, como argumenta Fedozzi, nessa “possibilidade de conjugar a soberania popular – entendida como processo de autolegislação ou forma de autodeterminação política da comunidade” (2000, p.08), que vivencia-se a ampliação da esfera pública apresentada por Habermas com a criação de espaços públicos destinados à apresentação, debate e apresentação de opiniões que subsidiem as decisões políticas.

Nesse contexto o Participante 1 levantou a questão da demolição de um patrimônio público da cidade que aconteceu mesmo após a manifestação negativa do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que queria a preservação do espaço considerando seu contexto histórico, informação reforçado pela Participante 3.

O fato ocorrido em março de 2023 se desenrolou após inúmeras discussões. O Executivo Municipal queria a demolição da antiga Estação Ferroviária da cidade, já o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural queria a preservação do espaço e transformação do mesmo em um museu que contasse o processo histórico de ocupação do território municipal. No final a demolição aconteceu sob a alegação de que o espaço não estava mais sendo usado como estação ferroviária e que esse motivo permitiria a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), proprietária do terreno, dar nova destinação ao imóvel.

As vozes do Conselho foram licenciadas? Se essas vozes são constituídas para representar a sociedade dentro de um cabedal de temas de interesses, podemos dizer então que nesse ponto as demandas apresentadas não foram consideradas. Existem outras informações não divulgadas para a demolição do prédio? É necessário que se valorize essas vozes e “os munícipes têm que ter consciência do poder e do lugar que estão, tem que partir do Prefeito? Dos Vereadores? Mas os munícipes têm que ter a consciência do poder que possuem” afirmou a Participante 3, pois somente assim poderão cobrar que seus desejos, suas demandas além de serem ouvidas sejam consideradas pelo poder público.

Claramente, segundo as falas, nesse caso houve o distanciamento dos interesses desse grupo representativo com as ações do executivo, entretanto, vale lembrar que inúmeros prédios utilizados pelo poder público municipal são cedidos pela CMNP para determinado fim e conforme contrato e matrícula desses imóvel não houve a doação ao poder público e sim a permissão de uso para que fossem utilizados, sendo que ao deixarem de serem utilizados para esse fim deverão retornar aos legítimos proprietários, argumento esse apresentado pelo poder público na justificativa para a demolição do prédio.

O sentimento do público atingido foi divergente. Para eles é necessário que o grande público perceba que os espaços de desenvolvimento dessa cidadania sejam efetivos. Fedozzi (2000) apoia-se nos estudos de Hannah Arendt para afirmar que essa noção do espaço público possui íntima relação com o conceito de cidadania, ou seja, o espaço ideal para o exercício fundamental de expressar seus desejos e de lutar para que eles sejam efetivados, respeitando a pluralidade de opiniões e as singularidades das mesmas.

Para o Participante 4, para que essa cidadania se efetive há a “necessidade de uma aproximação maior dos vereadores” junto aos públicos para ouvir e levar as demandas da sociedade lutando pela sua efetivação. Muitas vezes o poder público desenvolve ações que dão visibilidade mas que não efetivam as necessidades populares gerando na comunidade,

grupos e conselhos o sentimento de frustração e de subserviência “enjaulando as vontades populares onde os grupos e conselhos precisam apenas obedecer” e, continua o participante 4, “quando não obedecem não são atendidos em seus posicionamentos”.

É preciso que se crie uma política de participação efetiva, com respeito aos posicionamentos, desejos e indicações que nascem no seio da comunidade para que com isso inverta a lógica da participação.

O Participante 1 disse que muitos membros deixaram de participar do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural após esse fato, e esse esvaziamento, motivado pelo sentimento de indiferença do poder público em relação as decisões abriram a “possibilidade” de indicação de outros membros aos cargos vagos. Esses, por sua vez, podem estar mais alinhados aos interesses da administração atual. Seria então uma ação deliberada e intencional? O sentimento, as representações expressadas pelos presentes na Partilha Oral, independente das justificativas apresentadas, é de que a participação popular foi desrespeitada, frustrando e desmotivando o envolvimento popular, além de fortalecer o sentimento de que os conselhos existem apenas por uma questão legal que precisa ser cumprida e por mais que se delibere, as decisões acabam não sendo efetivadas.

Nesse ponto o Participante 2 chamou atenção para a questão dos interesses que os políticos/administradores de momento possuem, interesses esses que não atendam a comunidade, mas que se vinculam aos interesses pessoais e/ou dos grupos detentores do poder. Esses interesses dos grupos dominantes estariam expressos de formas sutis e mesmo que não faladas, estão presentes nessas ações. O OP por sua vez “amplia o quadro das possibilidades democráticas, na medida em que articula, engenhosamente, ampliação e pluralização de sujeitos e demandas com restrição de interesses particularistas e/ou privatistas (LUCHMANN, 2002, p. 20).

#### **Imagem 16: Antigo prédio da Estação Ferroviária de Cianorte**



Fonte: Google

É preciso contextualizar que o espaço de debate em questão (imagem 16) está localizado no centro da cidade e de grande valor imobiliário, já abrigou diversas repartições públicas é pertencente à CMNP e está localizado em uma grande área denominada de Novo Centro com vários lotes disponíveis à venda.

A demolição (imagem 17) permitiu assim uma abertura no horizonte entre o novo bairro e o centro da cidade, integrando esses espaços antes “divididos” pela construção remanescente do período da colonização da cidade, possivelmente valorizando ainda mais os lotes que serão comercializados. Como veremos adiante esse espaço tem importância cultural, servindo inclusive como Casa de Cultura em gestões anteriores.

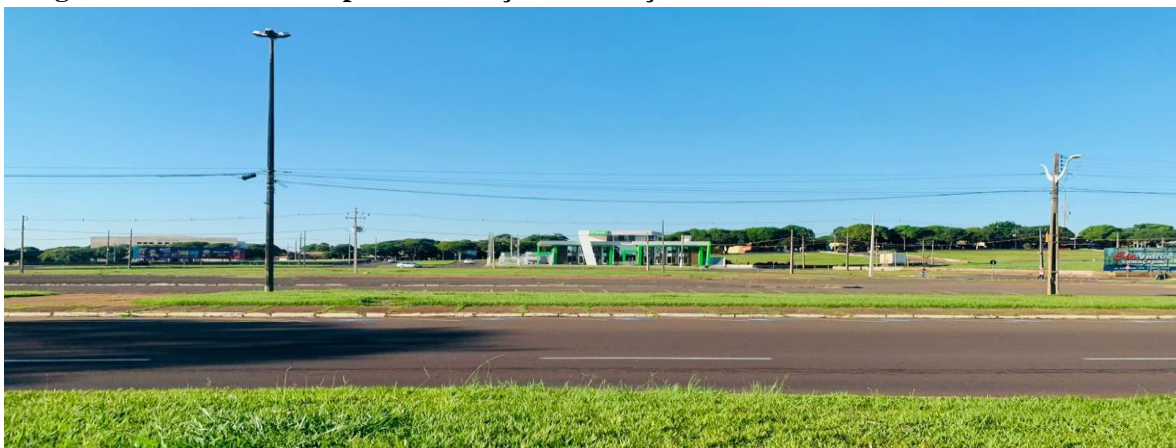
#### **Imagem 17: Demolição da Estação Ferroviária de Cianorte**



Fonte: RPC (Rede Paranaense de Comunicação)

Na sequência apresentamos a imagem de como ficou o local após a demolição e limpeza do terreno (imagem 18).

#### **Imagem 18: Novo Centro após a demolição da Estação Ferroviária**



Fonte: Acervo pessoal - Victor Hugo Davanço

Seguindo com as discussões na Partilha Oral, para o Participante 2 há, por exemplo, grande dificuldade de participação nas reuniões dos Conselhos Municipais sobretudo pelo horário das reuniões. Segundo ele os Conselhos são paritários, ou seja, suas vagas devem ser preenchidas com 50% de membros do poder governamental (gov) e 50% da sociedade civil, representada pelas entidades e usuários. Segundo ele a parte “gov” força a realização das reuniões em horário comercial, fato que dificulta aos membros das entidades de participarem: “o pessoal da sociedade civil para participar tem que se desdobrar” e acrescenta “eu chego a ficar sem almoço” ou então, devido ao acúmulo de serviço “em dias de reunião tenho que ficar após o horário de expediente porque tenho que dar conta do meu serviço”.

Nesse ponto já temos duas situações debatidas na partilha e que reforçam possíveis motivos da dificuldade de engajamento popular nas ações do poder público, de um lado temos o exemplo do Conselho do Patrimônio Histórico, o qual, segundo os relatos há participação, debate e definição de ações que posteriormente não são respeitadas, de outro temos a dificuldade em participar das reuniões motivada pelo horário em que elas são realizadas. Essas ações geram o sentimento de que a participação não é tida como prioridade para o poder público o que tem desmotivado o engajamento ao longo dos anos.

Outra fala constante na partilha é a de que outros representantes poderiam auxiliar nessa representatividade. Se há essa dificuldade gerada pelo Poder Executivo, o Poder Legislativo poderia contribuir na ampliação da representação popular. O Participante 5 disse que para ele a “maioria dos vereadores não discute projetos e enquanto não discutir projetos, não chegaremos a lugar algum”. Para ele as eleições são espaços de debate entre a comunidade organizada e os candidatos para que se firmem pactos e compromissos em forma de projetos a serem implementados e que posteriormente poderão ser cobrados e isso “não é questão de sigla partidária e sim projetos e a maioria dos vereadores se elegem sem projetos e assim não se chega a lugar nenhum”.

Considerando essas falas podemos atrelar a discussão de projetos em campanha com a elaboração de um OP, ou no caso de um mandato participativo com planejamento, ações e projetos pensados e desenvolvidos com os públicos que envolvidos no processo poderão posteriormente cobrar os resultados.

Para exemplificar o Participante 5 falou de uma vivência sua no estado de São Paulo onde, durante o período eleitoral havia a promessa de construção de uma creche, demanda essa apresentada pela comunidade na qual ele era Presidente de Bairro e sob o

qual inúmeros políticos prometiam sua construção, sobretudo antes das eleições, porém após a eleição a construção não saía do papel. Nesse caso a associação continuou com o papel de cobrança mesmo após a eleição, houve mobilização, inclusive junto ao Prefeito exigindo que se elaborasse um documento constando o prazo de construção. Com essa organização e cobrança a obra começou a ser executada. Ainda segundo ele, esse é um exemplo da necessidade de a comunidade ter um projeto, discutido e elaborado em grupo e mesmo que não seja de interesse de um membro da comunidade, que seja abraçada por todos como projeto do grupo e assim exercendo a cidadania e o poder de cobrança para se colocar em execução.

Conforme argumenta Lüchmann (2014) a importância do debate na sociedade civil, para a implementação bem-sucedida dessas ações, necessita do trabalho coletivo o qual envolve um conjunto de sujeitos que além de elencar os problemas estarão unidos na cobrança pela sua solução, buscando a “justiça social”. Essa dinâmica estabelece a relação entre a sociedade civil e a democracia participativa e o OP pode ser o instrumento para a efetivação dessas deliberações.

Essa vivência reforça a fala anterior da Participante 3, segundo a qual é necessário o maior envolvimento popular e consciência do poder que pode exercer seja de pressão, fiscalização ou cobrança para a realização das demandas. Mas como efetivar essa consciência? As associações estão preparadas para esse trabalho de elaboração e cobrança de projetos em conjunto com a sociedade que representam?

Nesse sentido, o Participante 6, falou que em suas observações ele pode constatar que quase sempre é mais fácil falar do que executar. Para ele, em muitos casos a associação quer participar, quer ser ouvida, mas nem sempre permite que outros participem ativamente pois têm os interesses pessoais em jogo, “somos bons para exigir, mas nem sempre bons para praticar aquilo que exigimos. Se esperamos as boas intenções dos administradores vamos esperar muito tempo”. Sua fala carrega a desesperança na participação e continua: “os conselhos muitas vezes são feitos apenas para cumprir a legislação” as decisões não serão efetivadas e assim as reuniões são apenas burocráticas, ou, como relata o participante 6 o “conselho já tem uma decisão e só será ratificado”.

Mas não só de desesperança foi sua fala, existem caminhos que permitem ampliar a participação e são caminhos que precisam estar aliados aos novos tempos, para ele “uma forma de minimizar a falta de participação é o uso das novas tecnologias como possibilidade de participação”. As ferramentas disponíveis na atualidade tornam a

participação mais fácil ao reduzir deslocamentos e permitir que a população esteja presente em reuniões mesmo estando em suas residências. Ele prossegue: “quais estratégias atuais podem ser usadas para permitir a participação da sociedade na elaboração do OP?” Não se trata apenas de uma questão retórica. Se há um problema relacionado a participação que se vincula aos dias e horários das reuniões, o que pensar de proposta para que essa realidade possa ser alterada? Quais outras formas de participação possíveis?

A HP está fortemente ligada as questões digitais que possibilite e pense, como afirma Santos (2021), a prática do movimento cognitivo do cidadão a partir de um eixo colaborativo para a coprodução do conhecimento, ou seja e pensando no OP, que se amplie as possibilidades para um novo modo de fazer a história com participação cidadã desde o princípio do levantamento de demandas e elaboração de propostas usando para isso as alternativas das novas tecnologias disponíveis.

Essa é uma questão importante a ser considerada. Normalmente ao pensarmos na participação popular logo temos na mente reuniões presenciais, entretanto, na atualidade outras formas de participação podem ser valorizadas. Assim, para o Participante 6: “as novas tecnologias serão uma possibilidade”. Nesse aspecto lembrei o grupo do programa que atualmente a cidade de Curitiba desenvolve chamado “Fala Curitiba”, iniciativa que permite a população opinar e indicar prioridades que serão debatidas na elaboração do orçamento, atenta à realidade atual o projeto conta com reuniões presenciais, mas também permite a participação por meio de servidores que se deslocam aos bairros em dias e locais específicos. Há também a ampliação da possibilidade de participação por meio das ferramentas tecnológicas online, com site específico do programa para acolher as solicitações e na qual a população pode acompanhar o andamento das obras.

Até então a Partilha Oral preocupou-se em debater e apresentar suas representações sob a ótica da elaboração de propostas e sua execução, ou seja, sobre a disponibilização e efetivação das despesas do poder público, todavia, nesse momento o Participante 6 indagou: “participação é só alocação de despesas? Talvez não, mas pensar também nas receitas”. Ou seja, de onde virão os recursos necessários para a execução de tais despesas, como será a cobrança de impostos, e assim a arrecadação também pode ser repensada. Para ele é fundamental não apenas pensar onde colocar o dinheiro arrecadado, quais obras precisam ser executadas, mas de onde virá esse dinheiro.

Nesse quesito o OP carrega o compromisso de conscientização política que vai muito além do compromisso redistributivo dos recursos públicos, se há a necessidade de

pensar ações e como realocar os recursos públicos, as discussões precisam encontrar respaldo no debate da existência dos recursos necessários para a implementação das propostas definidas:

Embora a literatura tenda a apontar o caráter redistributivo do OP, sua existência não se pauta nesse aspecto, pois para uma redistribuição mais justa bastaria criar critérios técnicos eficientes, mesmo não participativos. O OP tem como ponto central a ampliação da cidadania e a maior politização das questões públicas (BODART, 2010, p. 307).

São pontos complementares e que nem sempre o grande público está consciente da sua estrutura, se há necessidade de elencar prioridades e sua execução para que assim sejam atendidos os interesses dessa população, pensar projetos coletivos, ampliar a consciência do poder popular e até refletir a cobrança de impostos de forma que causem maior justiça social e menor impacto sobretudo na população com menos recursos, pode ser pauta tanto dos representantes políticos quanto de representantes de bairros, ONG's, entidades e grupos diversos. Mas como levar esse debate à população que, como vimos, está em grande medida desesperançosa quanto a sua participação? Podemos redefinir a elaboração do OP e a participação popular nos diversos conselhos?

Para o Participante 6 tudo isso passa pela questão da educação: “não conseguiremos ampliar o OP se não melhorarmos a questão educacional” para que assim uma grande parcela da sociedade tenha consciência da necessidade e da repercussão que a participação carrega. Nesse sentido, não basta apenas ter a abertura para os espaços de participação, é necessária a conscientização por meio da educação. Na sequência, ressaltou se o que assistimos ainda se aproxima de uma falsa participação popular e indaga: “quem participa dos conselhos?” Para ele todos ou a grande maioria dos participantes dos conselhos possuem uma boa qualidade de vida, possuem certo nível de envolvimento e consciência política, até mesmo pelas considerações já feitas com relação aos dias e horários das reuniões, “que participação é essa?” Quem está de fato representado nos conselhos? O convite para as reuniões já acaba direcionando os participantes e impedindo a classe que mais precisa de participar. Essa reflexão fez com que os presentes refletissem e nessa linha de pensamento o Participante 1 reforçou que muitas vezes os conselhos são “para inglês ver, fizemos, cumprimos e pronto”.

Uma das questões iniciais e centrais foi novamente apresentada pela Participante 3 há falta de interesse da população ou será que essa participação acaba não se efetivando pelas condicionantes em que essas reuniões são organizadas? Os diversos públicos estão representados nessas reuniões e conselhos? E o Participante 6 corrobora destacando que

nos conselhos setoriais a participação estar muito mais vinculado à população de classe sociais mais elevadas, percepção compartilhada com os demais presentes. Ele indagou se as classes mais baixas sabem a função e o poder dos conselhos e quais as estratégias para que essa população possa frequentar e decidir se quer participar das discussões? Segundo ele essa conscientização para que haja mais participação não é feita porque existem vários interesses, e muitas vezes, como dito anteriormente, o poder público constituído quer usar dos conselhos apenas para ratificar projetos políticos ou projetos pessoais e não para expandir a participação, e isso está muito relacionado à questão educacional, pois não fomos educados para exercer verdadeiramente a democracia e isso acontece em inúmeros desses espaços de participação.

Notadamente, afastar a população não é algo democrático, pois quem verdadeiramente sabe de suas demandas se não a própria população envolvida? Talvez, continua o Participante 6, o OP não foi efetivado pelo país porque se discute muito sem a implementação daquilo que foi decidido, ou seja, esse espaço é utilizado pelos administradores, sobretudo pelo prefeito para autopromoção, fazendo marketing com essa política, porém não se efetivam as políticas e não há cobrança posterior, ficando mais no marketing político-eleitoral.

Para o Participante 7 a grande questão reside na educação, na formação de uma geração que saiba como apresentar suas propostas, acompanhar a execução e cobrar os resultados esperados.

Existem inúmeros cursos que poderiam auxiliar a formação cidadã da população e que contribuiriam na ampliação dos conhecimentos desse público, por exemplo cursos de educação fiscal disponíveis no site do TCU, gratuito e do qual todos poderiam participar, contudo, poucos se interessam em fazer, ou ainda, poucos sabem de sua existência. Não apenas do TCU, acrescentou o Participante 1, o Supremo Tribunal Federal assim como outros órgãos federais e estaduais disponibilizam cursos online e gratuitos em seus sites e as próprias associações de bairros poderiam reunir seus membros e a população que representa para refletir e realizar esses cursos, formando assim um número maior de cidadãos conhecedores dos seus direitos e aptos a cobrar melhor efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Faço aqui uma ressalva: se a ideia é ampliar os conhecimentos dos públicos por meio dos cursos disponíveis, há que se considerar também os ambientes diversos em cada bairro, questões de escolaridade e renda, por exemplo, podem interferir no entendimento e

desenvolvimento desses cursos. É provável que a ideia compartilhada pelos participantes para que as associações encabeçam esses estudos junto à população seja uma forma das associações contribuírem não apenas para a efetivação do OP que defendemos nesse estudo, mas para a ampliação dos saberes desses públicos. Contudo, há que se considerar as condicionantes singulares desses públicos, o que necessitaria de um estudo inicial para compreender com quais públicos estaríamos lidando, fato é que se pensou nesse momento enquanto possibilidade de ampliação da participação e qualificação dos membros das associações e dos próprios moradores, iniciativa válida nessa construção coletiva.

A qualificação é um ponto importante e reunir os membros do bairro também, mas, questionou a Participante 3: “e os Presidentes de Bairro, existe alguma organização para que haja reuniões, alguma formação?”

Em resposta o único Presidente de Bairro presente na partilha, Participante 8, respondeu que sim, há uma organização e também reuniões na qual buscam dialogar problemas em comum, mas há uma dificuldade pela diferença de conhecimento dos Presidentes (constata-se que a questão levantada acima de qualificação da população também é falha na qualificação dos representantes dessa população, pois, segundo os relatos não há esse direcionamento ou preocupação do poder público) e também porque alguns possuem interesses eleitorais, já outros não querem trabalhar em conjunto porque o candidato deles não venceu as eleições. Citou ainda um fato em que houve resistência e não queriam a presença de vereadores nas reuniões, mas segundo ele, é importante essa aproximação e as críticas nesse sentido acabam desanimando. Para ele as reuniões acabam fugindo do foco e não há atenção para resolver os reais problemas apresentados pelas associações e nem mesmo atenção com as associações.

Segundo o Participante 8 um exemplo recente foi o das Conferências de Saúde, para ele um momento importante e no qual houve pouca comunicação do poder público, na verdade segundo ele apenas um aviso de última hora e conseqüentemente pouca participação popular. Constata-se assim que os próprios Presidentes de Bairro e por fim, a população não conhece os caminhos para que se efetive essa participação.

Mas será que os presidentes de bairro, que estão mais próximos na vida cotidiana dos bairros e das demandas da população que representam, acabam sendo representantes verdadeiros dessa população? Envolvendo-se e valorizando as reivindicações que são apresentadas? Há esse mesmo cuidado em se reunir a população que se representa, levantar demandas e apresentar essas reivindicações àqueles que exercem funções públicas?

Segundo Perlatto (2012) a década de 1990 problematizou inúmeros debates que envolviam a participação da população de forma ativa e assim,

(...) fazia-se necessária não apenas uma investigação sobre o processo de construção de instituições democráticas – como eleições livres, parlamento ativo e a constituição da liberdade de imprensa –, mas da forma como se dava a incorporação de valores democráticos na prática cotidiana para a vigência da democracia (2012, p.84)

O Participante 2 disse que infelizmente já passou por situações difíceis sendo pressionado para que agisse dentro da entidade em que trabalha segundo os interesses dos políticos e que quando isso não acontece e existem interesses conflitantes com os do gestor, pode-se sofrer até mesmo com interferências e perseguição dentro da entidade, ele relatou inclusive outra situação em que quase foi demitido por ter amizade com um político da cidade (no caso, eu) que fazia oposição à gestão do executivo na época. Essas situações acabam intimidando as associações e entidades no levantamento e na apresentação de demandas opostas aos planos dos administradores, ou seja, cria-se a falsa impressão de participação popular mais uma vez apenas para cumprir dispositivos legais e obrigatórios.

Volta-se assim ao cumprimento das obrigações e a ratificação das definições vindas de cima para baixo. O poder organizacional da sociedade civil se perde diante da pressão e do poder simbólico exercido pelos detentores de poder.

Isso pode ser constatado também na fala do Participante 9, ele disse que está participando como representante de sua escola das reuniões do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), (ele já é um senhor mas atualmente está cursando os anos iniciais da Educação Básica) e até hoje não sabe ao certo o que está fazendo lá. Segundo disse, ele participa, dois ou três definem tudo e os demais (usuários como ele) não conseguem nem mesmo entender os objetivos da reunião na qual estão participando, e assim apenas assistem passivamente. O participante 2 reforçou que nesses espaços já foram feitos pedidos para reduzir a utilização de termos técnicos pensando em facilitar a participação sobretudo dos usuários, porém a questão não se restringe a utilização de termos ou palavreado técnico, está também relacionado à conscientização dessa participação para que de fato haja envolvimento popular.

O Participante 6 complementou dizendo que nos próprios bairros existem inúmeras pessoas que poderiam colaborar com ideias e muitas vezes acabam nem mesmo sendo convidados para os encontros, ou seja, em alguns casos as associações se fecham em nichos, argumento reforçado pelo Participante 2 que afirmou nunca ter sido convidado para participar delas. Para ele os interesses em jogo são grandes e em seu caso não abrem

espaço por terem receio dele um dia ser candidato a vereador e assim potencialmente atrapalhar os interesses dos membros das associações, que em grande parte também possuem interesses políticos eleitorais.

Há nesse quesito um grande equívoco interpretativo das associações de bairro relacionadas às expectativas e funções públicas, se o intuito é atender as necessidades da população e dos públicos que são representados por elas, abrir espaço à participação e ouvir suas demandas deveria ser o ponto inicial para uma boa gestão. Para o Participante 1 um gestor “inteligente”, e aqui podemos considerar como gestores o Presidente de Bairro, o Vereador ou o Prefeito (ligados à administração), vai justamente ouvir as pessoas e a partir disso criar seu planejamento, assim o trabalho será construído com base nas necessidades dos públicos. Porém, diante das falas dos participantes o que se vê é que infelizmente os administradores acabam se fechando e isso dificulta o entendimento da população quanto aos interesses das ações do poder público, o aumento da participação e até mesmo o desempenho do gestor que não saberá do todo sem ouvir os envolvidos.

Não somente o gestor, disse o Participante 11, ele disse que percebe não haver uma integração também entre os próprios associados. Segundo sua experiência na política de bairros, o que está acontecendo é um “fechamento nos grupos” e isso está fragmentando a participação, “muitos pensam que se pra mim estiver bom eu não quero saber de participar em grupo, até porque quando começa a fazer essas ações e ter algum destaque vira ameaça aos demais”. E para ele o trabalho deveria iniciar pela participação em grupo, sendo que as associações são peças-chaves e fundamentais. Há uma dificuldade enorme na criação do consenso coletivo, argumento reforçado pelos Participantes 6 e 10.

A propósito, o Participante 2 sugeriu que umas das formas de se ampliar a participação dentro dos bairros poderia ser a criação de conselhos com representantes divididos em câmaras temáticas, segundo as vocações de cada bairro, essas câmaras poderiam setorizar os debates (igreja, jovens, comércios variados) e assim levantar demandas e necessidades e posteriormente firmar compromissos do bairro junto aos gestores. Nesse processo seria possível um maior envolvimento na definição das prioridades e sobretudo na cobrança de sua aplicabilidade. Seria um trabalho realizado em conjunto com o público e para a satisfação de suas necessidades objetivando a construção de uma história coletiva e envolvendo os públicos diretamente.

A ideia do participante é a da criação de um planejamento amplo e específico para cada bairro, chamado por ele de *Plano de Bairro*. Esta proposta se destacou na atividade da

Partilha Oral e será detalhada no capítulo seguinte, sendo pensada como possibilidade de efetivação da participação popular, se constituindo em espaço de debate, envolvimento e construção coletiva de uma história pública com os públicos.

O ponto crucial da falta de participação está intimamente ligado ao sentimento apresentado pelos participantes quanto a não efetivação de suas reivindicações. O Participante 11 disse que além dos interesses pessoais, há um desinteresse por não verem efetividade na participação e assim acabam se omitindo e não participando desses espaços de discussão. Não existe o apoio necessário e quando se propõem a ajudar não são atendidos, gerando o sentimento de desesperança e pior ainda quando em outras situações em que são apenas usados em períodos eleitorais

O Participante 5 falou que para ele no Brasil não há investimentos pesados na educação, sobretudo nos últimos anos, e enquanto não se investir na educação e pensar a democracia enquanto projeto amplo, nada será resolvido, não importa a sigla partidária e sim os projetos que sejam importantes para o município e para a população. Nesse sentido o Participante 6 chamou atenção para as discussões e brigas entre pessoas que se envolvem politicamente, mas quando se dão conta, percebem que ideais iguais e possuem projetos que se identificam, mas que acabam entrando em conflito por não saberem de fato pelo que estão brigando e quais as suas reais necessidades.

Se a participação precisa ser ampliada e segundo os participantes da Partilha Oral a educação terá papel fundamental nesse processo, as possibilidades das novas tecnologias como as redes sociais, e a mídia, forjam a possibilidade dessa premissa de participação, contudo ela é efetiva? As falas apresentadas nas redes sociais são ouvidas, praticadas e efetivadas? Se a fala não é planejada e organizada ela contribui ou desagrega? Quais as situações e usos das tecnologias nesse processo de ampliação da participação?

O Participante 7 disse que o processo educativo contribui para que a população “veja suas reais necessidades”, em sua experiência de associação de bairro viu pouca participação nas reuniões, e seu questionamento é: “as entidades, as associações de bairros, os conselhos contribuem realmente para conscientizar?” Para ele é preciso ter a ponte, alguém que leve à comunidade a importância dessa participação. Falta a consciência de classe, ressalta, pois ainda estamos nos livrando dos processos repressivos da sociedade, nossa democracia ainda está engatinhando, e aqueles que possuem cargos de liderança precisam assumir o papel de responsável levando esses conhecimentos à população,

praticando o processo de conscientização nas bases, de forma simples e que seja entendível a uma quantidade maior de pessoas.

As políticas públicas precisam estar alinhadas com os interesses e necessidades da população, serem pensadas a partir da satisfação de necessidades, mas também pensando no longo prazo em quais necessidades poderão surgir e como enfrentar os problemas. Segundo o Participante 6 isso pode ser constatado na política pública de construção de casas populares em um conjunto habitacional da cidade de Cianorte que acabou gerando outros problemas secundários que não foram pensados de antemão.

Ainda segundo o Participante 6, a ação de fato resolveu o problema habitacional das famílias, em grande maioria chefiadas por mulheres e com grande quantidade de filhos, todavia, a aglutinação desse contingente de moradores desencadeou outros problemas sociais no bairro e nos bairros adjacentes, agora não há o déficit habitacional, mas o bairro é carente de segurança, não possui escola, fato que sobrecarregou outra escola das imediações, ou seja são fatores que não foram planejados e pensados na implementação de uma política pública importante, a construção das casas populares e que gerou outras demandas e necessidades.

Mas será que esses problemas não foram identificados ou simplesmente não foram considerados pelos gestores na época? A política de casas populares destinadas a população com menor poder aquisitivo não é algo recente, os problemas adjacentes já são conhecidos, podem ser evitados ou minimizados, mas precisamos lembrar que muitas vezes esses programas seguem pretensões eleitoreiras e possíveis desdobramentos são, muitas vezes “acobertados” para que os projetos sejam efetivados.

Pensar nos problemas e em suas soluções, esse deve ser um dos objetivos do OP, envolver os diversos públicos, debater, ouvir, sugerir e implementar ações que visem a satisfação dos interesses coletivos. Pensar no bairro e nos possíveis problemas que ele terá envolve o caráter de planejamento de médio e longo prazo e existem experiências nesse sentido.

O Participante 2 falou ainda sobre uma proposta desenvolvida na cidade de Maringá que se chama Núcleo Social Papa João XXII na qual famílias em vulnerabilidade são acolhidas e satisfeitas suas necessidades básicas de moradia e alimentação, posteriormente são ofertados cursos de qualificação até que se tenha estruturado essa família e que a mesma tenha condições de caminhar e se desenvolver. Para ele essa é uma

alternativa de integração dessa comunidade que muitas vezes não é ouvida e considerada na elaboração e implementação das políticas públicas.

As discussões durante a Partilha Oral se ampliaram para além do objetivo inicial de captar as representações desse público quanto à participação, um dos focos era também compreender o entendimento desses líderes sobre o OP e se para eles essa ferramenta poderia ser desenvolvida no município. Pude perceber que há o sentimento intrínseco nos presentes de que a participação pode, sim, ser uma ferramenta de auxílio à administração pública, mas que, todavia, ela precisa ser ampliada, sobretudo com abertura de novos canais nos quais os diversos públicos possam participar efetivamente.

Além de pensar novos canais, repensar as estruturas já existentes de participação é fundamental nesse processo. Ficou claro durante o encontro que os horários, a organização e a sistemática precisam ser mais acolhedoras e pensadas para envolver os públicos que por fim farão uso das políticas ali pensadas.

Quanto ao OP, em minha percepção, saímos de uma ideia inicial, compartilhada por alguns participantes e, após toda a conversa realizada, a proposta pode ser melhor interpretada ficando presente nas falas a ideia da necessidade de ampliação dos direitos e dos ambientes de participação que permita a população opinar e definir os caminhos dos investimentos. Despertar esse sentimento é um dos objetivos desse projeto de pesquisa, no sentido de que a própria população possa cobrar de seus líderes esses espaços e por não se tratar de uma pesquisa fechada e que se queira conclusa, que possa ser o início de discussão para implementação e desenvolvimento do *Plano de Bairro*.

Se a ideia inicial era propor, como contribuição da pesquisa, um caminho para a implementação do OP, o *Plano de Bairro* poderá ser o caminho de efetivação da política cidadã e participativa na construção de uma história pensada e feita pelos públicos. Essa ideia que poderá ser ampliada em novos debates e estudos poderá assim “transformar grupos ou projetos de pesquisa em fóruns públicos de conhecimento” (SANTOS, 2021, p. 229) com vistas a resolver problemas que envolvem os diversos públicos em suas demandas individuais e coletivas.

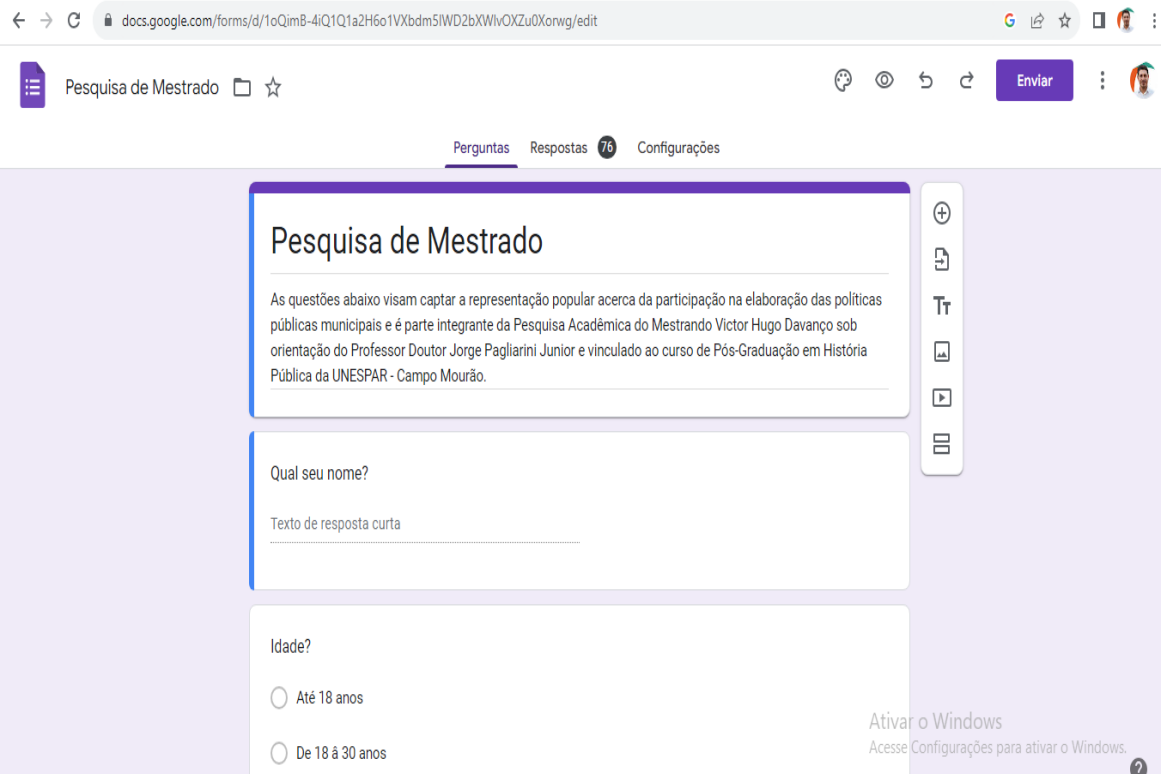
No fechamento do encontro da Partilha Oral apresentei a próxima etapa da pesquisa na qual serão disponibilizados questionários online como complementação dos objetivos desse estudo. O questionário será enviado aos participantes desse encontro solicitando que respondam e se possível divulguem em seus grupos representativos.

## 2.3 Questionários

Com o intuito de captar as diversas representações do público cianortense e articulando as possibilidades do OP em expressar um locus de participação popular a utilização do questionário estruturado, em conjunto com as demais estratégias dessa pesquisa já apresentadas acima, foi uma das abordagens pensadas para ouvir os diversos públicos e assim ampliar as perspectivas de análise.

Assim sendo, disponibilizamos nessa etapa Questionários Online por meio da plataforma Google Forms (imagem 19).

### Imagem 19: Questionários Online – Pesquisa de Mestrado

A screenshot of a Google Forms survey titled "Pesquisa de Mestrado". The form is displayed in a web browser window. The title "Pesquisa de Mestrado" is at the top. Below the title is a paragraph of introductory text: "As questões abaixo visam captar a representação popular acerca da participação na elaboração das políticas públicas municipais e é parte integrante da Pesquisa Acadêmica do Mestrando Victor Hugo Davanço sob orientação do Professor Doutor Jorge Pagliarini Junior e vinculado ao curso de Pós-Graduação em História Pública da UNESPAR - Campo Mourão." Below this text are two questions. The first question is "Qual seu nome?" with a text input field labeled "Texto de resposta curta". The second question is "Idade?" with two radio button options: "Até 18 anos" and "De 18 à 30 anos". The form is set to "Enviar" (Send) and shows "76" responses. The browser address bar shows the Google Forms URL.

Fonte: Google Forms

Os questionários ficaram com acesso liberado por 12 dias (de 28 de maio a 09 de junho de 2023) e contou com 76 participações. Destaca-se que o participante poderia responder e compartilhar o formulário para que outras pessoas também o respondessem e como indicado na finalização da Partilha Oral, os presentes naquele encontram receberam o link via aplicativo WhatsApp e puderam enviar aos demais membros de seus grupos.

Para se chegar ao objetivo de conhecer esse público e suas interpretações quanto ao OP e a participação política popular, foram elaboradas perguntas abertas e questões de múltipla escolha seguindo a Escala Likert, já muito utilizada em estudos sociais. Essa escala apresenta 04 ou 05 alternativas de respostas para cada questão, as quais variam entre

duas opções negativas, uma neutra e duas positivas. Ou, de acordo com Günther, seguindo uma ordem com as opções “aplica-se totalmente, aplica-se, nem sim nem não, não se aplica, definitivamente não se aplica” (2003, p. 11) podendo variar as palavras, mas mantendo o direcionamento e o objetivo das alternativas.

As perguntas do questionário seguiram uma ordem escolhida na pesquisa, separada por grupos de perguntas e que: visava qualificar o entrevistado (1º Grupo); entender seu caminhar e suas participações introduzindo a temática do OP (2º Grupo); questionar as representações desses públicos permitindo análises e interpretações relacionadas ao OP (3º Grupo). Apresentamos a seguir os questionamentos elaborados divididos segundo essa ordem projetada:

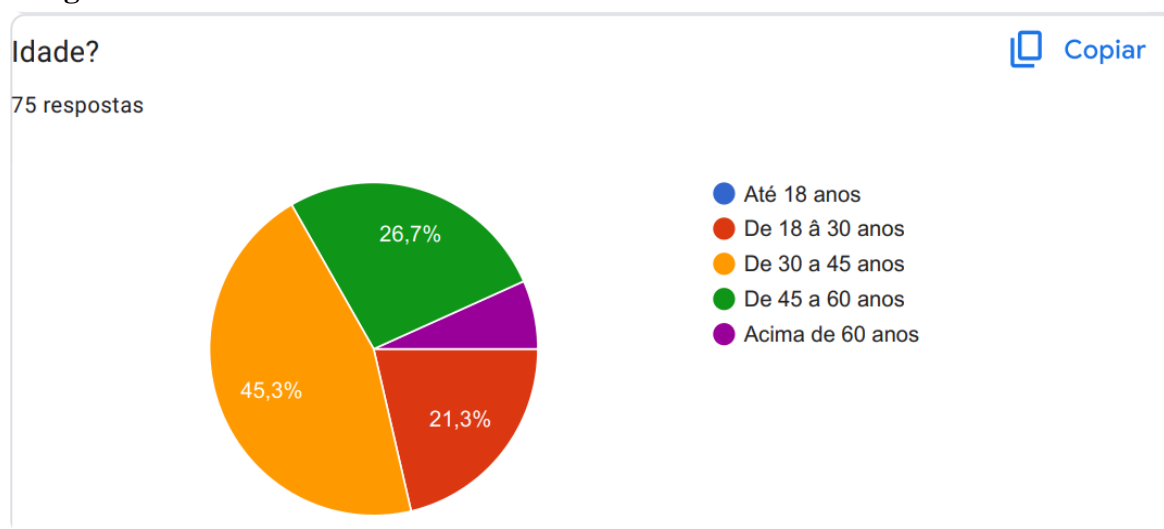
### 1º GRUPO

O primeiro grupo de perguntas objetivou qualificar os participantes, identificando singularidades e relacionando as respostas seguindo conexões possíveis. São elas:

- **Qual seu nome?** – questão aberta e não obrigatória e que, para os objetivos da pesquisa não precisam ser apresentados.
- **Idade** – com 5 opções que englobavam: abaixo de 18 anos; de 18 a 30 anos; de 30 a 45 anos; de 45 a 60 anos e acima de 60 anos (imagem 20).

As opções apresentadas buscavam estratificar em grupos. Segundos dados do IBGE 2020 a grande faixa populacional da cidade encontra-se dos 24 anos aos 44 anos e confirmamos que a maioria dos participantes estivessem dentro dessas faixas. Dos respondentes 93,3% estão nas faixas entre 18 e 60 anos de idade.

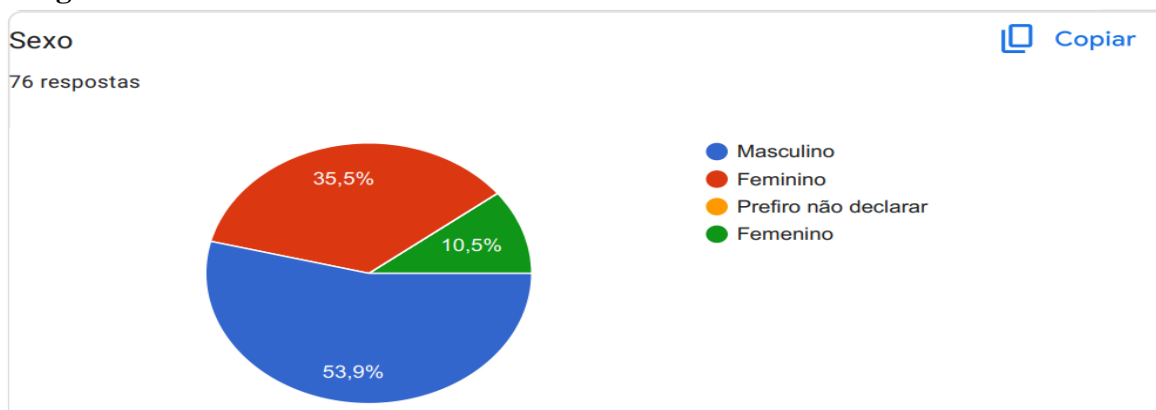
#### Imagem 20: Idade



Fonte: Google Forms

- **Sexo** – apesar das discussões atuais sobre os gêneros optou-se pela sistematização entre masculino e feminino e a opção “prefiro não declarar” (imagem 21).

### Imagem 21: Sexo



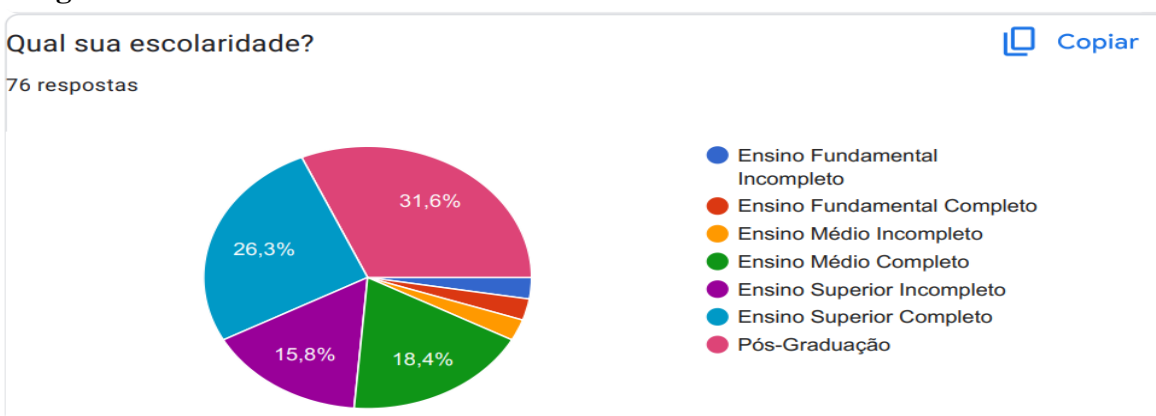
Fonte: Google Forms

Nota-se que nessa questão foi disponibilizado duas opções para a opção Feminino, uma delas com erro de grafia, porém com o mesmo objetivo. No final temos 53,9% de respondentes do sexo Masculino e 46% de respondentes do sexo Feminino.

- **Qual sua escolaridade?** – foram 07 alternativas disponíveis contemplando os níveis educacionais desde a educação fundamental incompleta até a pós-graduação no intuito de estabelecer conexão com as falas apresentadas na Partilha Oral que afirmavam a importância da formação para a ampliação da participação (imagem 22).

Há que se considerar que tivemos o apoio de um professor universitário que além de responder disponibilizou o questionário para seus alunos, o que em parte pode justificar a grande participação de respondentes que afirmaram possuir o Ensino Superior Incompleto. Além disso, segundo o IBGE (2022), 98,2% da população de Cianorte é alfabetizada.

### Imagem 22: Escolaridade



Fonte: Google Forms

- **Bairro em que reside** – no intuito de captarmos respostas de diversas localidades, isso era necessário para a pesquisa pois parte-se da premissa de que os meios sociais influenciam na conjuntura interpretativa dos participantes e nas percepções desse público. Assim, junto com a escolaridade e a renda (próxima questão) a localidade em que o respondente reside poderia interferir nas respostas.

Foram 76 respostas e como a questão era aberta tivemos 76 respostas e que iremos organizar para apresentar. Na imagem 23 um exemplo das respostas obtidas, nota-se que algumas foram repetidas em outros casos preferimos agrupar as respostas pois os bairros representam uma mesma localidade da cidade e assim permitem a visão geral daquele espaço.

### **Imagem 23: Bairro**



Fonte: Google Forms

Sistematizamos e as organizando, chegando ao seguinte resultado:

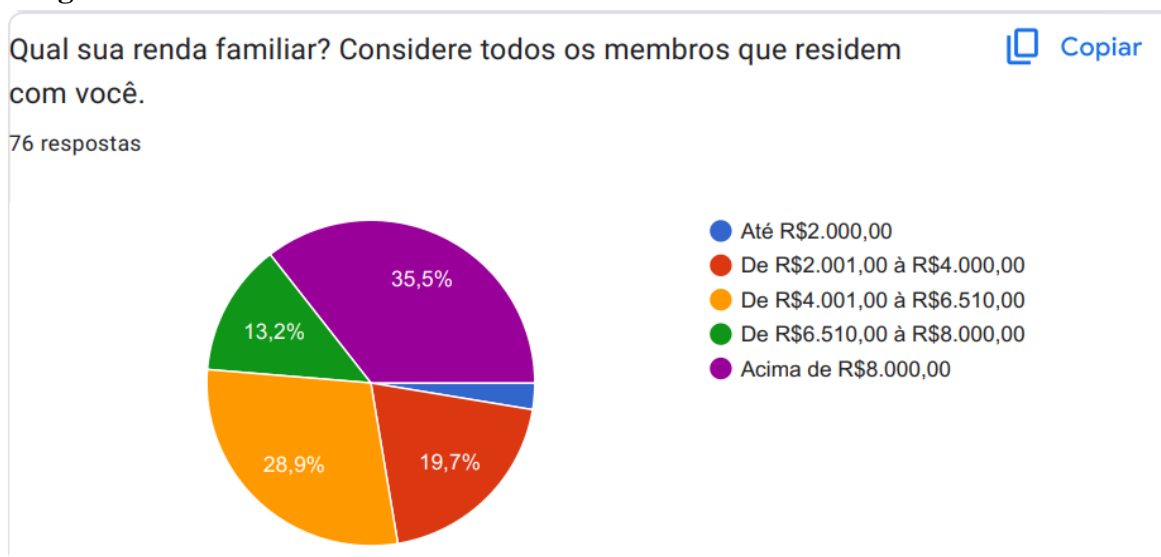
- Centro e Zona 01 - 06
- Zona 02 - 06
- Atlântico/ Universidade / Parque das Nações e Belas Artes - 15
- Beatriz Guimarães - 04
- Seis Conjuntos - 07
- Santa Felicidade / Morada do Sol e Vila Operária - 07
- Zona Rural - 01
- Zona 05 - 01
- Distrito de Vidigal - 01
- Outras cidades - 03

Após a organização e sistematização notamos grande participação dos bairros da localidade do Atlântico/Universidade e demais adjacentes, bairros esses pertencentes a novos loteamentos na cidade e nos quais residem um público formado por famílias jovens.

- **Qual sua renda familiar?** – foram 05 opções disponíveis que levaram em consideração dados do IBGE (2022) que apresenta em 2021 uma renda per capita de 2,1 salários mínimos na cidade (imagem 24).

Considerando também a escala Likert apresentou-se uma opção abaixo desse valor, uma que se enquadra nela e três opções acima dessa média, isso pois o intuito dessa questão foi analisar se a renda interfere no nível de participação dos públicos, vale considerar ainda que é um item de análise que se soma aos itens escolaridade e bairro acima descritos.

#### Imagem 24: Renda Familiar



Fonte: Google Forms

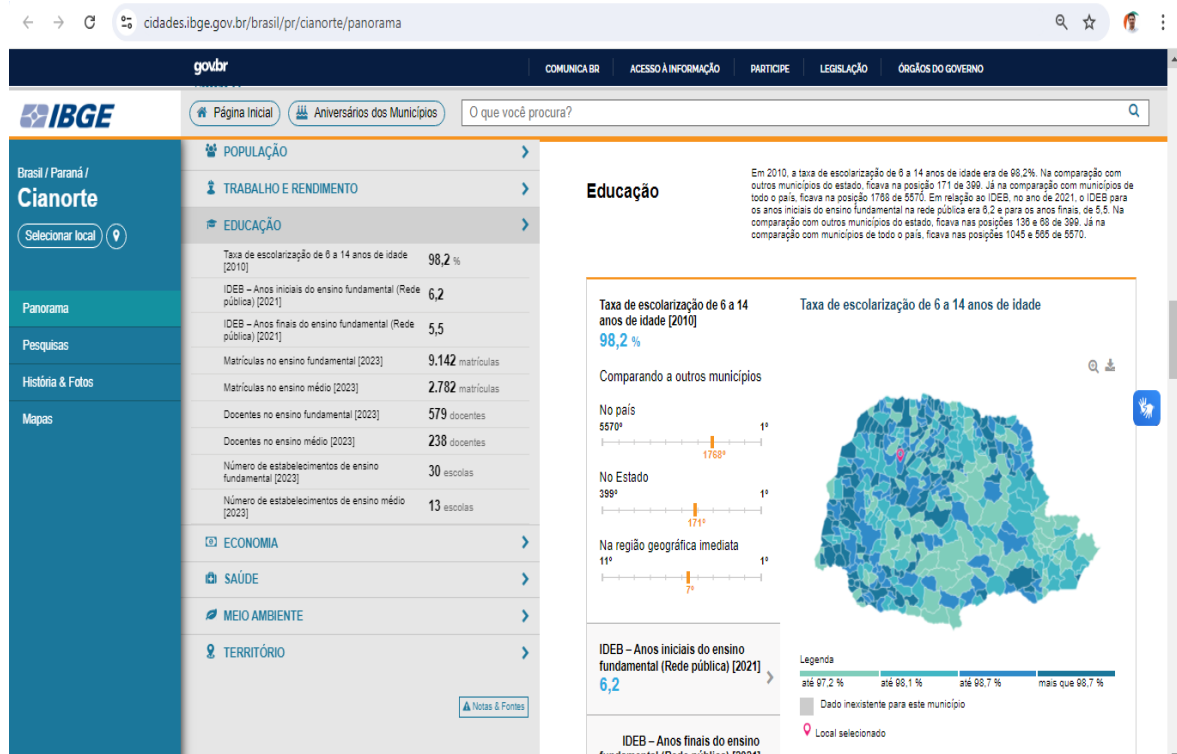
As questões apresentadas nesse 1º Grupo serviram para qualificar nossos participantes, e a partir das respostas pudemos identificar um público diverso, com representatividade próxima entre homens e mulheres, com boa amplitude de renda e escolaridade além da diversidade de bairros representados.

Essa diversidade amplia a coleta de dados dos públicos diferentes e nos permite uma análise amplificada da cidade de Cianorte.

Ao fim desse primeiro grupo de questões notamos uma participação maior do público jovem e com maior poder aquisitivo que de certa forma pode ser explicado pelo fato dos questionários terem sido enviado exclusivamente pelo WhatsApp, atingindo esse público. Outro fato relevante nas respostas é que grande parte dos participantes são de bairros novos da cidade e como destacado são formados por moradores jovens.

Isto, em parte, corrobora a ideia de que pessoas com maior poder aquisitivo e formação acadêmica participam mais ativamente dos debates relacionados às políticas públicas. Embora nossa metodologia possa ter influenciado nessa coleta de dados o senso do IBGE de 2022 aponta que a população cianortense possui índices superiores a 98% quanto relacionados à alfabetização (imagem 25).

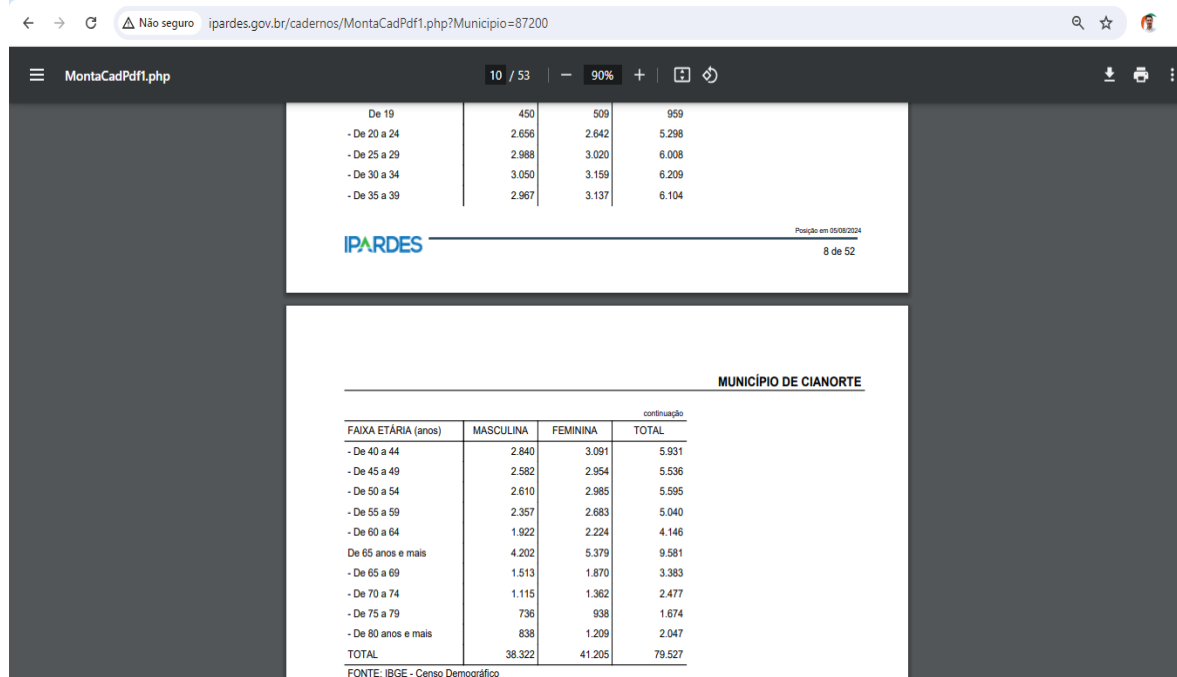
## Imagem 25: Escolaridade - IBGE



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cianorte/panorama>

Segundo dados do IPARDES grande parte da população da cidade, estimada em 79.527 habitantes são na faixa etária de 18 a 64 anos (47.701 habitantes) que também compõem a maior parte dos respondentes do questionário (imagem 26).

## Imagem 26: População cianortense - IPARDES



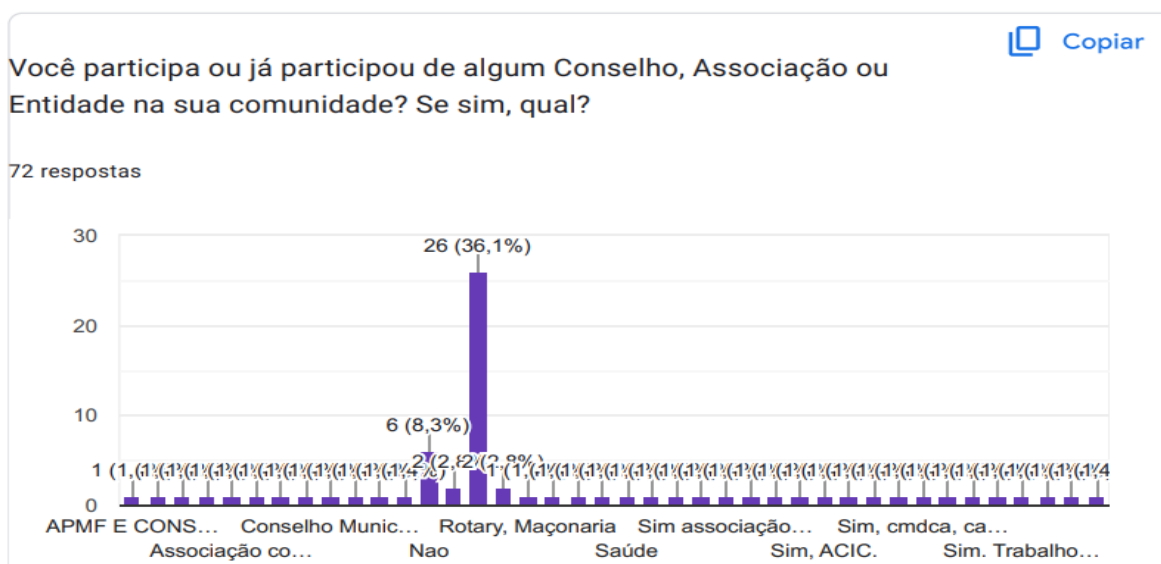
Fonte: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87200>

## 2º GRUPO

Nesse grupo estão questões relacionadas a participação do entrevistado, pensadas para introduzir a temática da pesquisa e preparar para o próximo grupo de perguntas. As perguntas desse grupo buscam identificar a participação do respondente abrindo assim a reflexão da importância do envolvimento popular para a definição de políticas públicas. São questões de cunho pessoal e que exigem lembrar o caminho do respondente em ações na sociedade. Apesar de poucas o intuito foi apenas “provocar” o participante. Seguem as questões e suas respectivas análises.

- **Você participa ou já participou de algum Conselho, Associação ou Entidade na sua comunidade? Se sim qual?** – questão aberta (imagem 27).

**Imagem 27: Participação em Conselhos**



Fonte: Google Forms

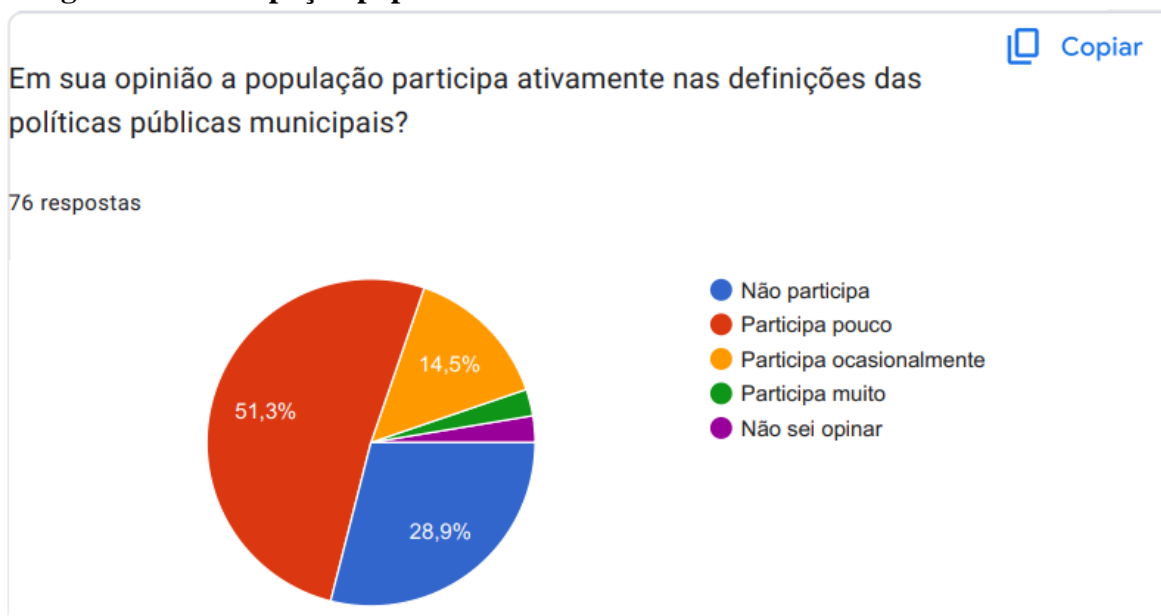
Como podemos ver na imagem acima que retrata as respostas obtidas nos questionários é possível identificar que há uma grande variedade de grupos nos quais os respondentes indicaram já terem participado ou que ainda participam. Mas o que é relevante é saber que há essa participação ativa dos membros.

Identifica-se ainda que das 72 respostas obtidas tivemos a citação de 36 grupos distintos e um desses grupos foi repetido por 26 participantes. O Rotary, que desenvolve trabalhos voluntários na cidade foi citado por 36,1% dos participantes.

- **Em sua opinião a população participa ativamente nas definições das políticas públicas municipais?** – questão com 5 opções: não participa; participa pouco; participa ocasionalmente; participa muito; não sei opinar (imagem 28).

Se na questão anterior perguntamos diretamente sobre a participação do respondente, nessa questão o intuito é compreender como o respondente vislumbra a participação do conjunto da sociedade e não apenas a sua participação. Esse questionamento é válido para verificarmos as representações que esses sujeitos carregam e como externalizam sua compreensão.

### Imagem 28: Participação popular



Fonte: Google Forms

Como se observa os respondentes apontam que há pouca participação dos públicos na definição das políticas públicas. As três respostas que mais foram citadas são *Participa Pouco* com 51,3%; *Não Participa* com 28,9% e *Participa Ocasionalmente* com 14,5%, somadas elas representam 94,7% das respostas obtidas o que contrasta com a resposta da pergunta anterior na qual 72 participantes registraram que já participaram ou participam de algum grupo organizado da sociedade.

Nota-se assim que a representação presente no imaginário dos respondentes é diferente da sua própria participação ou então que essa não é vista como uma forma de participação ativa na definição de políticas públicas podendo ser apenas uma participação sem efetividade ou ainda com distanciamento das ações políticas e públicas.

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (2003) ao debater a questão da esfera pública e das opiniões públicas aborda como as mesmas sofrem as influências do meio social e também das instituições como a mídia e o próprio estado na modelagem de sua concepção. Para o autor elas são criadas de forma manipulativa e assim também, ao se repetir os discursos da pouca participação popular, mesmo com a indicação dos próprios

respondentes da pesquisa de que exercem participação em diversos grupos o que se constrói enquanto argumento e representação do discurso é a baixa participação.

A representação coletiva então se encarrega de construir o argumento da baixa participação. É fato, como vimos anteriormente, que diversos fatores interferem e “justificam” o baixo envolvimento popular, porém é fato também que boa parte do público, a sua maneira busca participar dos espaços disponíveis em seus territórios.

Não há que se afirmar a inexistência da participação nem tampouco que a representação da baixa participação é inverídica, o que se sustenta é que diante os questionários podemos inferir que o discurso da baixa participação está presente nas representações desse público enquanto hipótese enraizada em seus discursos e que desconstruir esse argumento pode passar pela abertura de novos canais de participação como o Orçamento Participativo e o Plano de Bairro propõem.

• **Quais os empecilhos para uma maior participação popular? O dia e horário das reuniões são adequados?** – questão aberta (imagem 29)<sup>5</sup>.

Nessa questão aberta envolvemos tanto a representação dos públicos e como eles analisam a participação quanto questões individuais que motivam ou desmotivam a participação. As condicionantes das respostas revelam essa dualidade interpretativa e a citação ao dia e horário de forma intencional na pergunta tenta captar ainda a influência da formulação da pergunta nas respostas obtidas.

### **Imagem 29: Empecilhos à participação**

Falta de divulgação ampla por parte dos responsáveis, analfabetismo político da maioria da população (cultura de que tudo que envolve política é chato ou complicado demais, cultura do individualismo acima da noção de coletividade), desvalorização progressiva de áreas do conhecimento que promovem o pensamento crítico no ensino público.

Agenda de decisões é exposta sempre com prazos curtos, em horários comerciais o que dificulta a participação da maioria trabalhadora.

Após 18 horas

Falta de informação

O despertar do desejo na população em ser mais participativa. Dia e horário é adequado

Falta de envolvimento mesmo, de sair da sua zona de conforto.

Falta interesse da comunidade

Fonte: Google Forms

<sup>5</sup> Usamos apenas um print contendo algumas respostas referentes a essa questão e lembramos que as respostas na íntegra de todo o questionário estarão disponíveis para consulta nos Anexos da pesquisa.

Desde o início da pesquisa tínhamos como uma das premissas levantadas que a falta de espaços aliada aos horários das reuniões dificultava a participação popular nos espaços estruturados existentes no município de Cianorte. Captar essa realidade por meio das vozes participantes do questionário permitiu atestar essa premissa e ainda reafirmar a concepção anterior de que a representação dos públicos indica a baixa participação sobretudo justificada pelo baixo interesse dos públicos diante a participação.

São vários os motivos apresentados pelos públicos participantes, grande parte das respostas remetem-se à falta de interesse e comprometimento dos públicos em participar das reuniões existentes, entretanto o acesso, seja pela baixa divulgação, seja pelos dias e horários nos quais essas reuniões são organizadas também foram citados como elementos que interferem negativamente no envolvimento dos públicos.

Outro aspecto relevante e que esteve presente entre as falas da Partilha Oral é o tipo de representação que os Conselhos possuem. São espaços estruturados que “permitem” a participação, porém que tipo de participação está sendo efetivada? Quais os públicos que realmente conseguem acessar e participar ativamente nessas reuniões? Existe a participação dos reais interessados? Como podemos ver nas respostas, a rotina atarefada, não permitem um envolvimento maior.

Outro aspecto presente na Partilha Oral e que também apareceu nos questionários são as formas de participação possíveis, se há essa dificuldade de estar presente e acompanhar as reuniões, por que não utilizar outros meios tecnológicos que possibilitem o acesso de um público ainda maior? Reuniões online aliada com uma ampliação da divulgação desses encontros são apontadas como caminhos que permitiriam um acesso maior dos públicos.

### **3º Grupo**

São questões relacionadas ao OP e direcionadas para a percepção do entrevistado quanto à participação política comunitária. O intuito geral nesse grupo de questões foi provocar o público respondente para refletirem acerca da necessidade de ampliação dos instrumentos participativos na sociedade e ao mesmo tempo apresentar suas memórias e vivências participativas. Essa autorreflexão permite ainda captar as representações

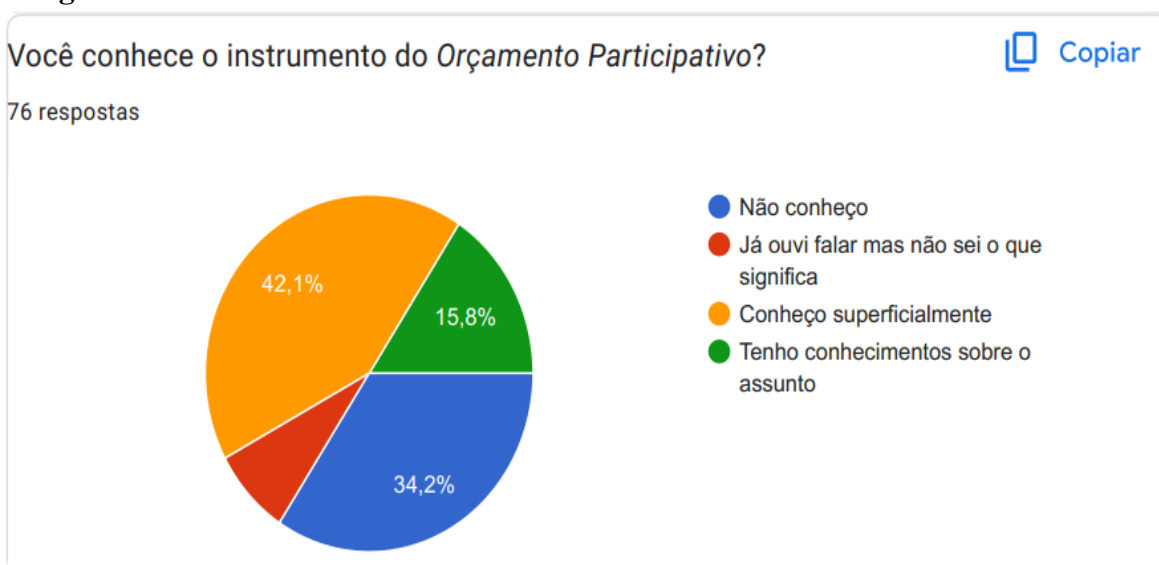
presentes nesses discursos quanto a participação desse público. Assim foram apresentadas as seguintes perguntas:

- **Você conhece o instrumento do Orçamento Participativo?** – questão com 4 opções de respostas: não conheço; já ouvi falar mas não sei o que significa; conheço superficialmente; tenho conhecimento sobre o assunto (imagem 30). Apenas uma delas sinaliza que o respondente conhece de fato o OP. Além disso a questão direcionava para o objetivo central do questionário e da pesquisa.

Como já esperado a minoria respondeu conhecer o OP 15,8%, entretanto, grande parcela dos respondentes sinalizou conhecer superficialmente 42,1% o que pode ser considerado como positivo, pois somando as duas respostas temos 57,9%.

Se o instrumento não está plenamente difundido pelo Brasil, ao considerarmos a realidade de uma região com poucos municípios que já experienciaram o OP, chegamos ao resultado com mais da metade dos participantes respondendo que já ouviram falar abre o caminho para ampliar o debate e promover esse e demais instrumentos participativos.

**Imagem 30: Conhecimento sobre OP**

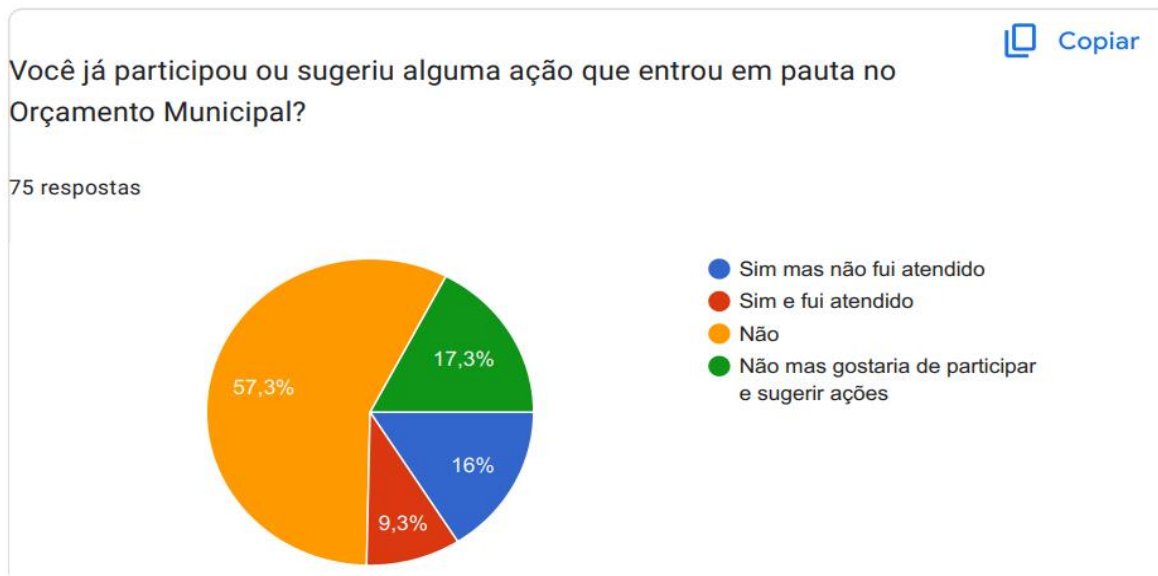


Fonte: Google Forms

Por outro lado, observamos que 34,2% disseram não conhecer o instrumento do OP. A resposta abre espaço para a ampliação do debate e inserção desse público em um projeto futuro.

- **Você já participou ou sugeriu alguma ação que entrou em pauta no Orçamento Municipal?** - são 4 opções de resposta: Sim, mas não fui atendido; sim e fui atendido; não; não mas gostaria de participar e sugerir ações (imagem 31).

### Imagem 31: Participação na elaboração do Orçamento Municipal



Fonte: Google Forms

As opções visavam compreender se a participação já havia sido atendida, ou ainda se há esse desejo de participação. Mais que isso, a questão em si gera uma autorreflexão no participante diante do objetivo de fazer com que possa despertar na memória situações nas quais tenham participado efetivamente com sugestões de ações públicas. É bem verdade que a questão gera o encaminhamento ao OP e como já vimos poucos respondentes conhecem o instrumento e isso talvez possam ter relacionado ambas questões e respostas.

Nota-se que a grande maioria não participou ou sugeriu ações que fizeram parte do orçamento municipal reforçando o entendimento que as ações desenvolvidas pela população são pontuais, solicitações do dia-a-dia e não elaboradas a nível de planejamento.

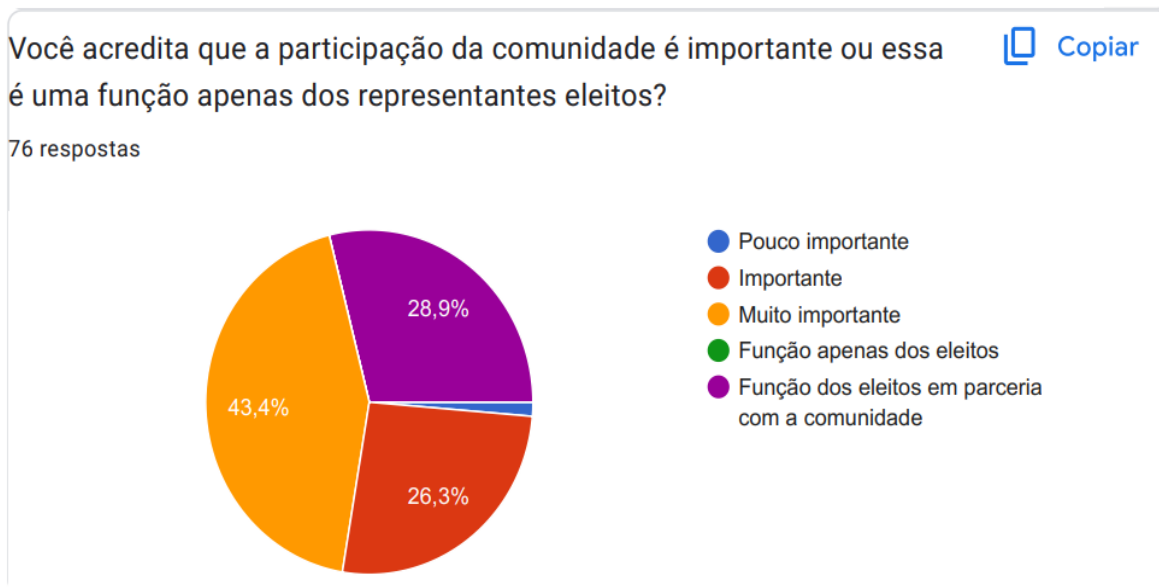
- **Você acredita que a participação da comunidade é importante ou essa é uma função apenas dos representantes eleitos?** – questão com 5 opções de escolha: pouco importante; importante; muito importante; função apenas dos eleitos; função dos eleitos em parceria com a comunidade (imagem 32).

Após ser elaborado o questionário e enviado para algumas pessoas percebi que a questão deveria ter sido melhor elaborada, especificando melhor que a participação da comunidade era referente à elaboração das políticas públicas e no direcionamento das ações para os interesses da comunidade envolvida, porém, com veremos adiante, esse fato não interferiu negativamente nas respostas obtidas.

Se na questão anterior o intuito foi abordar a participação do respondente, nessa questão o objetivo foi avaliar o quanto os públicos avaliam a participação da comunidade

como necessária ou se há a transferência dessa função aos eleitos. Considera-se para isso estarmos estruturados em uma política de representação na qual há a eleição de representantes que por sua vez possuem a incumbência de representar essa população, mas cabe considerar o fato de os públicos poderem estar mais presentes e participantes.

### Imagem 32: Percepção quanto a participação da comunidade



Fonte: Google Forms

Chama atenção o fato de não termos respostas que citam ser essa apenas função dos eleitos e mais que isso, para 28,9% dos participantes há a necessidade da união e participação entre os representantes eleitos e a população, não sendo essa função uma exclusividade de nenhuma das partes.

Se somarmos ainda aqueles que acusaram ser importante essa união teremos 98,6%, ou seja, quase a totalidade dos participantes carregam em suas respostas a avaliação de que a participação é dever de todos. Esse fato pode ser indicador para a implementação de ações participativas no município.

- **Qual sua opinião sobre a participação popular na definição das políticas públicas?** – questão aberta.

Nessa questão o intuito e direcionamento foi deixar que os públicos falassem e explorassem suas diversas interpretações e percepções acerca da participação popular. Há que se considerar que em alguns casos, devido ao desenvolvimento dos questionamentos, gera-se limitadores nas respostas, entretanto pudemos captar opiniões diversas e relevantes (imagem 33).

### Imagem 33: Participação popular na definição das políticas públicas (1)

Ouvir a necessidade de cada bairro e daí decidir melhor o uso de orçamento

Fundamental, pra que os recursos sejam usados onde realmente há necessidade, e haja melhorias de fato na qualidade de vida da comunidade.

Seria bom

Faltam Leis mais específicas para tornar efetiva e frequente, pois quando acontece é por iniciativa política e com raras ocorrências

Fundamental

De muita importância e muita responsabilidade

Vejo que muitos vão para reunião dos conselhos para cumprir sua vaga na cadeira, não se envolvem. A população tem o dever de participar, mas pelo contrário não participa e ainda fazem críticas.

Atividade 1 - Mídias Sociais

Fonte: Google Forms

Nesse primeiro grupo de resposta selecionadas podemos notar certo alinhamento aos interesses do OP, do PB e os interesses dos respondentes. Nas falas expressas há essa busca por ouvir os moradores seja para delinear as necessidades dos bairros e da comunidade seja para que isso se torne mais efetivo e nesse aspecto a citação pela necessidade de leis específica vai de encontro com a ampliação de espaços estruturados de participação.

A população quer participar, porém assim com já identificado na Partilha Oral, faltam espaços, divulgação das possibilidades de participação e abertura para que as demandas apresentadas sejam efetivadas (imagem 34).

### Imagem 34: Participação popular na definição das políticas públicas (2)


A população, no geral , precisa de mais conhecimento para poder participar e ser atuante

Quem vota tem direito e dever de opinar.

Deveriam participar mais

Importante, desde que os representantes sejam pessoas esclarecidas, isto é, que saibam os direitos, deveres e limites que podem auxiliar.

Acho importante que a sociedade organizada onde a população e representada tenha sua representação exemplo associações de toda ordem e sindicatos patronais e dos



Fonte: Google Forms

Não apenas a participação é elencada como necessidade aos públicos bem como a conscientização sobre a participação. Estar presente é uma situação, ter consciência do espaço que ocupa e das possibilidades de participação esta associado ao processo de

formação desse sujeito. Chama a atenção a resposta que julga importante que a população ocupe os espaços estruturados como as associações, saibam dos seus direitos mas também dos seus deveres (imagem 35).

### **Imagem 35: Participação popular na definição das políticas públicas (3)**

O ideal seria isso, mas infelizmente a voz da maioria não é "ouvida", apenas dos interesses de quem está a frente.

Precisa ter vontade e conhecimento.

Muito necessária, pois só assim as melhorias atingirão o bem comum para a comunidade.

Muito válido

A falta de conhecimento, afasta a participação

São as pessoas das comunidades, que melhor sabem do que precisam e o que realmente é importante para o bairro e tbem a cidade.

Tudo é voltado para o povo de uma forma ou de outra a população é atingida , então é justo que todos tenham o direito de participar e escolher o que ficara melhor para todos.

Fonte: Google Forms

Nota-se ainda a representação presente na fala de um dos participantes argumentando que “infelizmente a voz da maioria não é ‘ouvida’, apenas dos interesses de quem está a frente”. Essa voz silenciada, uma voz subalterna como debate Perlatto (2012) é a manifestação de um público que possui necessidades ímpares e que por ditames de organização social e também dos jogos de poder existentes não consegue fazer com que suas necessidades sejam priorizadas nas ações dos agentes públicos.

Essa voz silenciada, argumenta Perlatto (2012), esta viva nos meios de resistência social existentes na população e são expressos por meio de sua organização cultural. Essas manifestações divergem daquelas presentes na esfera pública apresentada por Habermas e mais que isso, apontam um contraponto a esse modelo seletista.

Consideramos assim que essas manifestações e essa consciência dos jogos de poder e de interesse existentes na sociedade abre caminho ao diálogo coletivo que construa novas formas de organização e identidade. Se há nas memórias e nas representações a manifestação dessa insatisfação deverá existir como resposta uma reorganização cultural e social capaz de sanar essa problemática pois:

Para além da necessidade de um *novo olhar* por parte das ciências sociais brasileiras sobre esta sociedade civil, está colocada, no âmbito da política, a necessidade de ampliação democratização da esfera pública, mediante não apenas a institucionalização de procedimentos democráticos “neutros” capazes de dar vazão a argumentos “críticos racionais”, mas de mecanismos que a tornem mais porosas aos valores, demandas,

reivindicações e manifestações expressivas desta esfera pública subalterna. A ideia subjacente a esta perspectiva é a da necessidade da ampliação de canais que permitam que suas potencialidades possam se manifestar em uma esfera pública renovada e democrática. (PERLATTO, 2012, p. 86).

### **Imagem 36: Participação popular na definição das políticas públicas (4)**

Define o desejo da população, ou seja a "ponta da corda" o que eles realmente almejam

É uma importante participação, as vezes os eleitos não têm ideia, não tem o convívio que a sociedade tem com algumas situações, por isso a participação popular é importante.

Importante, o povo deve ser ouvido, pois são os primeiros a sofrer quando o poder público não cumpre o seu papel, por isso devem participar e pontuar as melhorias a serem realizadas.

ESSENCIAL, AFINAL, O PODER EMANA DO POVO.

É uma ideia necessária para que povo possa dar suas opiniões

Acho interessante para saber a ideia da população.

Penso que essa participação é de extrema importância, pois é através dela políticas públicas de interesse da sociedade serão viabilizadas efetivamente.

Fonte: Google Forms

A consciência de que precisa ser despertada e que foi apontada por alguns participantes durante a Partilha Oral enquanto necessidade para se criar espaços participativos aparece novamente e em grande quantidade nas respostas ao questionário.

No exemplo acima (imagem 36), as respostas apontam nesse sentido da consciência do poder que deve emergir dos públicos e para que os mesmos possam apresentar as suas necessidades e em conjunto pensarem soluções. Outra percepção é que falta engajamento apesar de ser considerado fundamental esse envolvimento (imagem 37).

### **Imagem 40: Participação popular na definição das políticas públicas (5)**

Infelizmente poucos tem interesse e tempo de participar.

Acho importante

A população deveria pelo menos ver sobre o que está acontecendo nas reuniões, participar um pouquinho mais ativamente para ter voz também sobre o que acontece.

É fundamental pois é a população é quem usufrui de tais políticas.

A participação da população deveria ser maior e mais constante. Deveriam sugerir mudanças que realmente geram impacto na vida das pessoas.

Necessária. A população escolhe seus representantes por meio do voto, observar os anseios da comunidade que elegeu seu administrador, além de propiciar políticas satisfatórias, constitui (ao meu ver) um dever moral.

Falta engajamento.

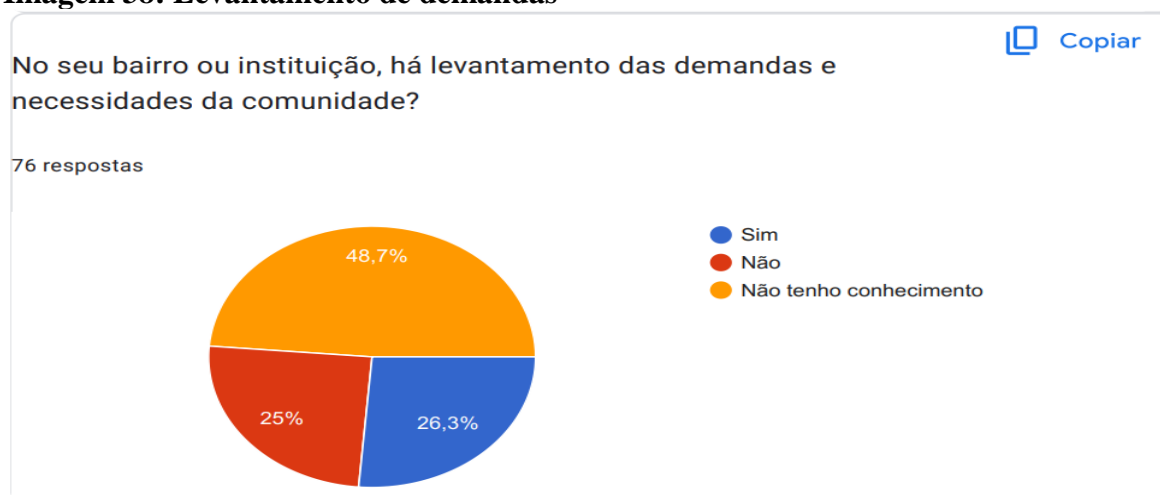
Fonte: Google Forms

Essas representações presentes nas falas dos participantes deixa claro o caminho para a ampliação dos canais de participação. As memórias dos públicos ainda carrega as bases de vivências passadas e nas quais os públicos não tiveram acesso à participação mas as vislumbram dentro das perspectivas de alterações sociais atuais. Nossa defesa é que então o OP e mais especificamente o PB possam contribuir nesse processo.

- **No seu bairro ou instituição, há levantamento das demandas e necessidades da comunidade?** – apenas 03 opções: sim; não e não tenho conhecimento (imagem 38).

Essa questão foi pensada enquanto abertura e preparação para a próxima questão do questionário que será aberta e que problematizará se as demandas foram enviadas aos poderes políticos municipais e quais os desdobramentos frente a essa demanda.

### Imagem 38: Levantamento de demandas



Fonte: Google Forms

Das 76 respostas obtidas verificamos que 48,7% dos respondentes alegam desconhecer se há algum levantamento de demandas em sua comunidade. Esse número é interessante sobretudo ao considerarmos as respostas apresentadas pelos mesmos participantes na questão anterior na qual boa parte apresenta a falta de interesse popular com um dos argumentos para a baixa representatividade popular.

Se há a percepção de que é necessário participar por outro lado observamos que a efetivação dessa participação passa pela ação direta que, por inúmeros motivos ainda não está totalmente desenvolvida em nossa sociedade.

Por outro lado 26,3% disseram que em suas respectivas comunidades existem o levantamento de demandas, número expressivo e que pode representar uma participação ativa desse público. Conhecendo suas demandas é possível apresentar propostas mais próximas das reais necessidades e que atendam aos interesses dessa população.

• **Essas demandas foram enviadas ao Executivo e/ou Legislativo? Qual o posicionamento desses poderes em relação à pauta apresentada?** – questão aberta e relevante para captar se há efetividade entre proposição e execução (imagem 39; 40 e 41).

**Imagem 39: Demandas enviadas ao Executivo/Legislativo (1)**

Essas demandas foram enviadas ao Executivo e/ou Legislativo? Qual o posicionamento desses poderes com relação à pauta apresentada?

50 respostas

- Não sei
- .
- Não tenho conhecimento
- Não respondida
- Todas
- Foram enviados e nada foi feito
- Ouvem, leem, mas dificilmente encaixam no programa ou orçamento

Ativar o Window

Fonte: Google Forms

Se na questão anterior o intuito foi apenas mensurar e quantificar a existência ou não do levantamento de demandas nas comunidades dos públicos respondentes, a ideia agora é ouvir esses públicos e captar suas vozes analisando a efetivação dessas demandas, sobretudo com olhar para o posicionamento dos poderes constituídos frente a apresentação das demandas populares.

**Imagem 40: Demandas enviadas ao Executivo/Legislativo (2)**

Que eu saiba não

- Foram enviadas e nak foram atendidas
- Sim, não foram atendidas.
- Não sei
- Não tenho informações
- "Gaveta". Tudo é um jogo de interesses.
- Relativamente discreta
- NAO HÁ ESSE CANAL DE ACESSO EM MEU BAIRRO
- Nenhuma

Fonte: Google Forms

Não se pretendeu julgar se a resposta dada pelos poderes foi adequada ou não, mas sim, ouvir diretamente os públicos e poder analisar suas percepções sobre participação e efetivação de suas demandas. Antes ainda dessa efetivação, poderemos perceber se após o levantamento das demandas elas foram apresentadas aos agentes políticos.

### Imagem 41: Demandas enviadas ao Executivo/Legislativo (3)

Eu não tenho conhecimento se foram atendidas.

Nenhuma das opções.

SEMPRE PROCURAM INFORMAR COMO ANDA A SITUAÇÃO.

Sim, foram apresentadas, porém, pouca manifestação a respeito.

Atendido parcialmente

Na nossa cidade não há possibilidade de participação

sem respostas

Necessária e atendidas

Nao sei responder

Não sei informar

Fonte: Google Forms

Foram 50 respostas a essa questão e pudemos verificar pelas imagens acima que grande parte dos respondentes afirma desconhecer se as demandas foram apresentadas, outra parcela afirma que foram apresentadas e atendidas parcialmente e quando a resposta afirmava para o encaminhamento das demandas, a resposta geral é que os pedidos não são atendidos. Pode-se ainda verificar que a percepção geral dos respondentes, até mesmo pelas respostas curtas, é de que os poderes políticos estão dissonantes das necessidades e desejos apontados pelos públicos enquanto prioridades.

Mas não foi o intuito somente saber se há levantamento de demandas nas comunidades ou se essa demanda foi apresentada aos poderes constituídos, o intuito da pesquisa é despertar o senso de participação coletiva, na qual todos são membros da comunidade com direito e devem apresentar suas reivindicações e contribuições, nisso se baseia a próxima pergunta do questionário.

• **Você acredita que poderia contribuir para a construção do Orçamento Municipal? Como?** – questão aberta (imagem 42; 43 e 44).

O intuito, como dito anteriormente foi o de compreender o envolvimento desse público respondente, apresentando a temática do OP ou projetos similares de abertura de espaço à população.

Assim, ao deixar a questão aberta buscamos ampliar as possibilidades de participação desses públicos para que expressem opiniões que permitam expandir o leque das representações dos mesmos.

### Imagem 42: Participação na elaboração do Orçamento Municipal (1)

Sim. Participando de reuniões de associações de moradores, e através das construções de ideias nessas reuniões sugerir soluções que entrem no orçamento.

Sim

Se os conselhos populares forem efetivados em reuniões ordinárias e abertas, em horários inclusivos como a noite ou finais de semana. A maioria dos conselhos funciona só com membros escolhidos pelos políticos, em horários comerciais o que dificultam a real participação popular

Com certeza

Nso tenho interesse

Sim, sugerindo ideias e propostas.

Sim..indo mas reuniões

Primeiro a população precisaria saber mais os valores gastos nas áreas e saber mais das leis de como isto poderia ser implantado , se não ia ser cada um puxando pro seu lado

Fonte: Google Forms

### Imagem 43: Participação na elaboração do Orçamento Municipal (2)

Sim! Tendo espaço para ser ouvido.

Sim Apresentar em audiências publicas

SIM, DA MESMA FORMA QUE ESTOU RESPONDENDO ESTE QUESTIONÁRIO. O PODER PUBLICO MUNICIPAL PODERIA APRESENTAR TOPICOS PARA SEREM RESPONDIDOS OU APRESENTAR OPINIÃO COM RELAÇÃO DIVERSOS TEMAS NECESSÁRIOS COM RELÇÃO COMO E ONDE UTILIZAR OS RECURSOS CONSTANTE NO ORÇAMENTO MUNICIPAL.

Sim, ouvindo e opinando.

Sim, com ideias de uma distribuição melhor para as prioridades básicas da população, levando a melhoria e desenvolvimento municipal.

Sim, discutindo nas bases para que as demandas sejam atendidas de forma eficaz.

Sim, com análise e sugestões com relação às demandas e receitas, fiscalização da efetividade do orçamento

Sim, com elaboração de propostas para discussão em audiência pública

Fonte: Google Forms

### Imagem 44: Participação na elaboração do Orçamento Municipal (3)

SIM, CHEGANDO EM MEU CONHECIMENTO A FORMA DE PARTICIPAR.

Talvez

Sim. Sendo mais ativo nas sessões.

Talvez sim. Depende da minha participação, mas, como a maioria dos cidadãos, tenho uma rotina muito corrida para me dedicar.

Talvez

Eu acredito que poderia auxiliar com alguma ideia sim

Participando .

A comunidade em total

Acredito que sim.

Sim, participando das reuniões.

Fonte: Google Forms

Foram 59 respostas nessa questão e conseguimos identificar nas respostas que os participantes possuem o desejo de participar e além disso, afirmam que poderiam participar mais ativamente na apresentação de necessidades. Argumentam também que poderiam participar de mais reuniões e conselhos municipais, propor ideias e debater-las em conjunto.

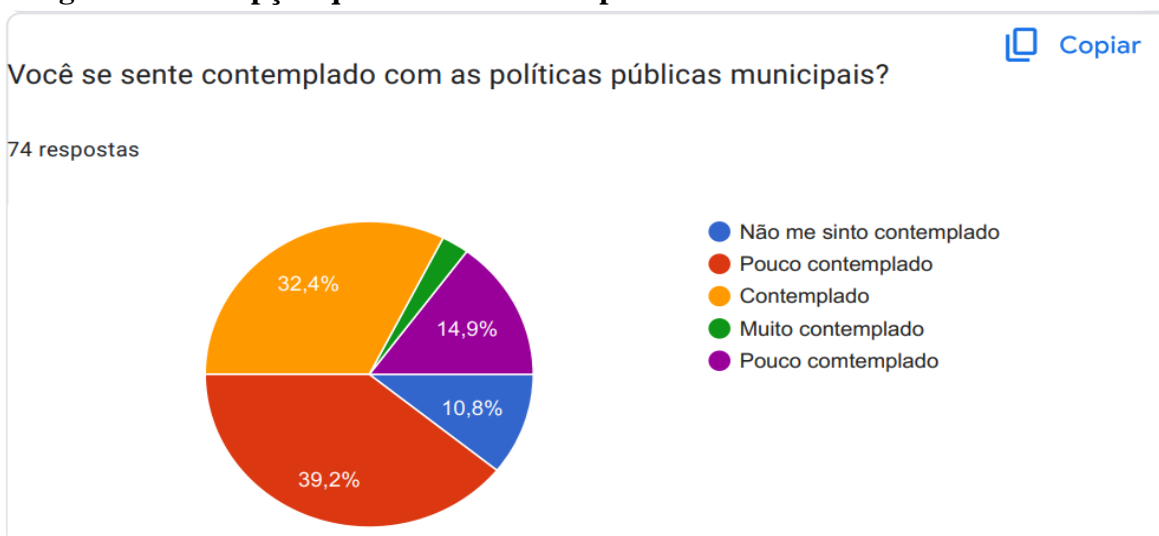
É indicativo, assim como nas questões anteriores que há nesse público o intuito de participar apesar de desconhecer as formas e meios de efetivar essa participação. Há ainda a consciência de grupo, pois as respostas apresentadas sugerem uma participação coletiva na elaboração dessas reivindicações.

As respostas chamam atenção para a necessidade de se expandir as possibilidades de participação dos diversos públicos, assim como na Partilha Oral foi sugerido a utilização de meios diversos nos quais os públicos apresentem suas demandas. Espaços online, com “tópicos a serem respondidos” e que direcionem as demandas dos públicos.

É relevante nesse sentido que a utilização de ambientes virtuais esteja cada vez mais presente possibilitando a esses públicos ampliar suas participações, se uma das premissas levantadas é que a participação não se efetiva pela pouca abertura de espaço, a disponibilização e o uso das tecnologias seriam aliadas em todo esse processo.

- **Você se sente contemplado com as políticas públicas municipais?** – questão com 4 opções de escolha: não me sinto contemplado; pouco contemplado; contemplado e muito contemplado (imagem 45). Há nessa questão um erro formal em sua elaboração, pois apresentamos duas opções de respostas iguais (pouco contemplado) o que não interfere no resultado final que precisará ser somado.

**Imagem 45: Percepção quanto a ser contemplado**



Fonte: Google Forms

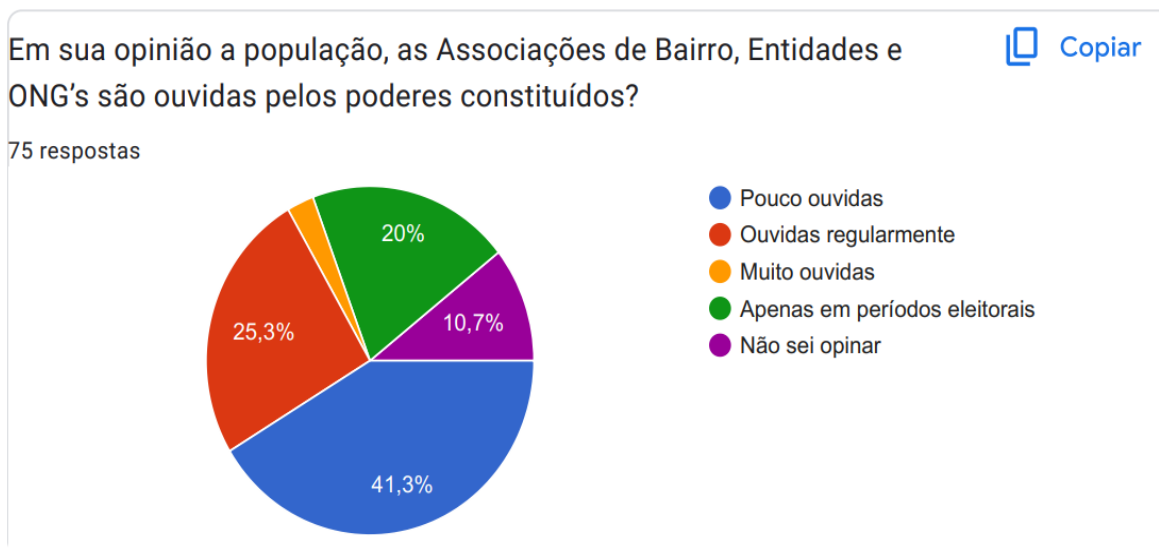
Foram 74 respostas e ao analisa-las temos 54,1% dos respondentes afirmando se sentirem pouco contemplados pelas políticas públicas municipais, outros 10,8% que não se sentem contemplado, ou seja, 65,9% dos respondentes estão descontentes com a resposta dada pelo poder público frente as suas demandas. Já 34,1% se sentem de alguma forma satisfeitos e contemplados pelas políticas públicas.

Podemos concluir que a maioria dos participantes anseiam pela participação não apenas para sugerir melhorias mas também para que tenham atendidos seus anseios. Se consideramos as respostas temos 1/3 de insatisfeitos.

- **Em sua opinião a população, as Associações de Bairro, Entidades e ONG's são ouvidas pelos poderes constituídos?** – com 5 opções de escolha: pouco ouvidas; ouvidas regularmente; muito ouvidas; apenas em períodos eleitorais; não sei opinar (imagem 46).

Para finalizar o questionário e no intuito de mensurar a participação popular frente os mecanismos já organizados e presentes na estrutura das cidades, optamos por uma questão que pudesse refletir a participação dos públicos diretamente em suas comunidades.

#### **Imagem 46: Demandas e execução**



Fonte: Google Forms

Ao consideramos as respostas pouco ouvidas e ouvidas apenas em períodos eleitorais podemos captar um percentual de 61,3%, percentual este muito próximos ao número da questão anterior e que demonstra a percepção desse público de que não apenas as demandas individuais são negligenciadas pelo poder público, mas também as demandas desses grupos representativos, algo que expressa o descontentamento com o caminhar do processo decisório e participativo.

Foram 75 respostas obtidas nessa questão e nas quais 28% afirmam que estão satisfeitos e que os grupos são ouvidos com regularidade. Número também próximo ao observado em questões anteriores e que demonstra a tendência dos respondentes.

Ao final do questionário online podemos dizer que o levantamento de demandas é algo que precisa ser expandido com inclusão dos diversos públicos na elaboração das propostas. Nesse processo há a necessidade de realização de um número maior de reuniões, encontros, debates e diversificação das formas de participação com uso de mecanismos tecnológicos, virtuais e uma resposta mais ágil e efetiva às demandas dos públicos.

Feitas essas considerações e análises podemos concluir que por óbvio outras e diferentes questões poderiam ter sido pensadas e elaboradas para captar não somente as representações que se busca obter, bem como para ampliar as falas dos públicos. Entretanto, as perguntas apresentadas no questionário visavam captar representações e possibilitar uma análise geral. A ideia inicial era atingir e obter 50 respostas para que fosse possível uma sistematização das informações. Da abertura ao fechamento tivemos 76 participações o que superou a expectativa e permitiu expandir o campo analítico.

Nosso interesse estava explícito na própria propositura do questionário, por si só a participação seria um indicativo se a população está realmente disposta e aberta para iniciativas nesse sentido. Para além disso, havia o interesse especial nas respostas abertas, nas quais os públicos poderiam falar abertamente e sem limites, ponto esse não alcançado e nas quais recebemos a maioria das respostas curtas.

Como mencionado anteriormente o público participante representa o perfil populacional de Cianorte quando consideramos a faixa etária, educacional e econômica dos respondentes em comparação com os dados analisados tanto do IPARDES quanto do IBGE. Essa observação é relevante pois nos faz crer que a amostra de participantes condiz com a diversidade de público de Cianorte e assim as representações permitem a ampliação das análises ancoradas na realidade da cidade.

Dos respondentes temos 93,3% dentre os 18 a 60 anos de idade, apesar de ser maior que o perfil dos moradores da cidade a faixa etária está dentro da zona de interesse para a pesquisa. Quanto a renda os respondentes afirmam renda superior à média apontada pelo Senso do IBGE de 2022 no entanto há que se considerar o erro metodológico na pesquisa pois ao perguntarmos a renda familiar e não questionarmos a quantidade de moradores da residência ficou inviável o cálculo da *renda per capita* e a comparação com os dados oficiais. No terceiro quesito relacionado a escolaridade verifica-se mais da

metade dos respondentes com ensino superior (quando considerado completo ou incompleto e também a pós graduação).

Por fim vale considerar que tanto o tópico 2.2 *Partilha Oral* quanto o tópico 2.3 *Questionários*, possuem metodologias ancoradas no direcionamento de ouvir e entender como os públicos lidam com as questões de participação, ou seja, quais são suas representações. São dois momentos distintos e também complementares, o primeiro, presencial, no qual foram convidados todos os Presidentes das Associações de Moradores e alguns representantes de ONG's, Entidades e grupos setorizados e o segundo no qual foram disponibilizados questionários e os diversos públicos puderam participar.

Apresentar a sistematização dessas informações colhidas aliada a reflexão, considerando a relação entre os Questionários, a Partilha Oral e as vivências apresentadas acima pelos públicos permitiu-nos traçar um panorama interpretativo e potencializador que contribuirá para a elaboração da proposta de Plano de Bairro (PB) que apresentaremos no próximo capítulo enquanto estrutura de aporte para alternativas de desenvolvimento de ações participativas para a administração pública.

## **2.4 Comunicações Públicas**

No quarto momento desse capítulo nossa proposta é apresentar uma análise das publicações oficiais, considerando nesse sentido tanto o site do Município de Cianorte bem como a parceria com o Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, coordenado pelo Professor Doutor Frank Antonio Mezzomo<sup>6</sup> que permitiu a análise do acervo do Jornal Tribuna de Cianorte entre os anos de 1990 e 2020.

Esse tópico foi pensado para que se tenha um panorama histórico da participação popular no Município de Cianorte ao longo dos anos, identificando ou não a existência de iniciativas, propostas e programas com abertura direta à participação popular, se houve ao longo dos anos esse direcionamento e quais os motivos ou não de sua descontinuidade. Vale ressaltar que esse panorama apresenta, na maioria das vezes, apenas a visão e representação dos detentores do poder, visto que são poucos os instantes em que encontramos a população presente nos acervos das fontes pesquisadas e disponíveis.

---

<sup>6</sup> O material encontra-se em fase final do trabalho de digitalização pelo referido grupo e estará disponível no site do referido grupo <https://ppgsed.unespar.edu.br/menu-principal/grupos-de-pesquisa>.

Por se tratar de um estudo que considera dados já consolidados optou-se por elaborá-lo posteriormente ao momento da análise da Partilha Oral, dos Questionários e das Entrevistas. Esse será um compilado que visa representar como a participação foi retratada.

Iniciamos as pesquisas pelo site da Prefeitura de Cianorte (imagem 47):

### Imagem 47: Site da Prefeitura de Cianorte

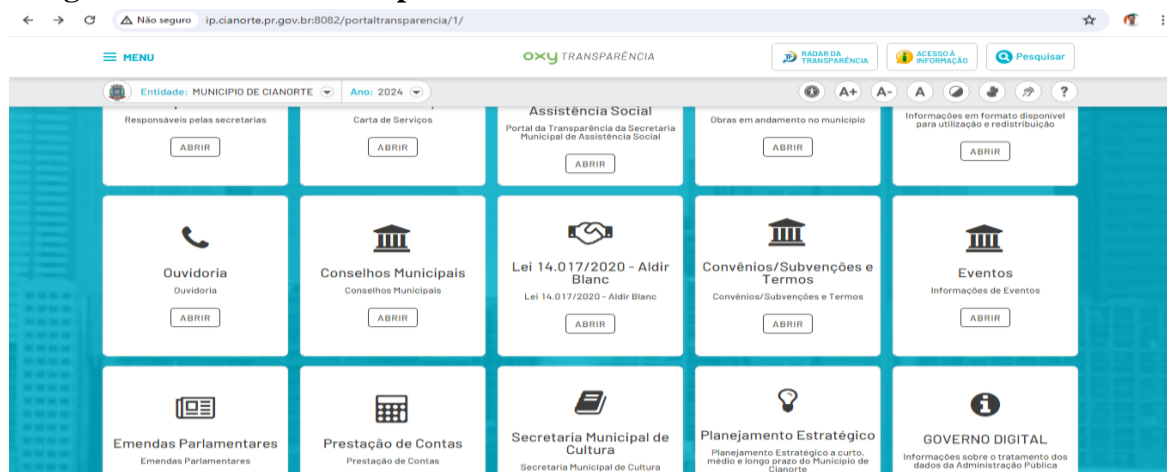


Fonte: <https://www.cianorte.pr.gov.br/site/>

O site sofreu diversas reformulações durante a gestão de 2021 a 2024 e incorporou inclusive a obrigatoriedade de apresentar os dados referentes aos Conselhos Municipais, aspecto esse que permite ao cidadão acesso aos representantes cadastrados em cada conselho. Isso foi possível graças a Lei Municipal nº5.287 de 10 de setembro de 2021.

Para ter acesso aos dados relativos aos Conselhos é necessário entrar no link do Portal da Transparência <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/1/> (imagem 48) e encontrar a aba dos Conselhos. No dia da pesquisa, 10 de março de 2024 eram 24 Conselhos identificados no site.

### Imagem 48: Portal da Transparência da Prefeitura de Cianorte



Fonte: <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/1/>

Outro aspecto interessante e que foi incorporado durante essa gestão é o mapa do andamento das obras públicas (imagem 49), faz-se esse destaque porém sem detalhar a

análise, visto que a proposta é analisar aspectos anteriores a 2020 justamente para não cair no julgamento do mérito político-eleitoral.

### Imagem 49: Portal de Obras Públicas



Fonte: <https://www.engegov.net.br/portal-gevo/dashboard.xhtml?cidade=4709>

Destaca-se ainda que durante a atual gestão foi retomado a preocupação e inclusão de alguns conselhos na elaboração e formulação de propostas. Nesse sentido, destaca-se a construção articulada entre a Secretaria Municipal de Cultura, por meio de seu Secretário Evandro de Castro, o Conselho Municipal de Política Cultural e o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural que, após inúmeros debates e melhorias na metodologia de trabalho, a qual inclui um ativo grupo de WhatsApp, elaborou-se em conjunto com a sociedade e com representantes de artistas o Plano Municipal de Cultura de Cianorte (imagem 50), apresentado, votado e aprovado pela Câmara Municipal de Cianorte virando a Lei Municipal nº 5.652/2024.

### Imagem 50: Plano Municipal de Cultura de Cianorte



Fonte: Instagram do Secretário Municipal de Cultura - Evandro Castro

Ou seja, nessa gestão há a retomada de vários debates em conjunto com a sociedade, o que pode sinalizar de forma positiva uma possibilidade à implementação tanto do OP quanto de diversos PB no município, porém não aprofundaremos esse debate.

Feitas essas considerações partimos para análise dos dados relativos à participação que estão disponíveis tanto no site da Prefeitura quanto nos registros que tivemos acesso pelo Jornal Tribuna de Cianorte. A busca levou em consideração palavras-chaves que remetem a participação dos diversos públicos.

Vale destacar que inicialmente a proposta era analisar também as publicações presentes no site oficial da Câmara Municipal de Cianorte, metodologia alterada visto que grande parte dos documentos disponíveis foram elaboradas após reivindicações da população (Requerimentos, Indicações e Projetos de Lei), assim teríamos uma grande quantidade de propostas que impediria a análise no tempo proposto. Em nossa pesquisa não tivemos o objetivo de verificar apenas a participação por meio de sugestões mas sim, como ela se organiza e se efetiva sendo que as políticas públicas implementadas pelo Executivo permitem essa análise mais consistente.

É oportuno dizer que a Câmara Municipal permite por meio dos vereadores e vereadoras que a população apresente suas demandas e o que pode ser verificado é que isso acontece em grande parte de forma individualizada e sem organização ou sistematização coletiva. Outro fator a se considerar com relação à Câmara de Vereadores é quanto a realização das Audiências Públicas, na maioria das vezes no período analisado as reuniões ocorreram em horário comercial e seu público foi formado em grande parte por servidores públicos, contando assim com pouca participação da sociedade civil.

Nossa proposta de Plano de Bairro pretende contribuir no enfrentamento não apenas de problemas individualizados e localizados como também na elaboração de uma política pública estruturada e planejada com propostas de curto, médio e longo prazo que visem atender os municípios nos diversos aspectos e necessidades. É a ampliação dos direitos por meio da participação efetiva e consciente.

Ainda com relação a Câmara Municipal, suas sessões ocorriam em horário noturno e possibilitavam o acesso direto do munícipe aos representantes eleitos para apresentação de demandas e debates relativos as suas necessidades, entretanto, os registros são de poucos presentes nas sessões. Outro elemento interessante é que não há na Lei Municipal a possibilidade do cidadão participar e opinar durante a realização das sessões. Esses fatos deixam claro que a Câmara em si pode ser fruto de estudos posteriores na

tentativa de captar as diversas representações populares presentes em sua organização e funcionamento.

Dito isso, a pesquisa se desenvolveu então com base em palavras-chave que poderiam amplificar a base analisada. Elencamos assim as seguintes palavras para a pesquisa realizada no site da Prefeitura de Cianorte:

1. *Participação;*
2. *Orçamento participativo;*
3. *Democracia participativa;*
4. *Representações;*
5. *História Pública;*
6. *Plano de Bairro.*

Já nas pesquisas realizadas no acervo do Jornal Tribuna de Cianorte limitamos as palavras-chaves com intuito de aproximar as buscas aos temas estudados, sendo elas:

1. *Orçamento Participativo;*
2. *Democracia Participativa;*
3. *Plano de Bairro;*
4. *Associação de Bairro (usamos também a variação Associação de Moradores).*

Considerando a necessidade de expandir a pesquisa e melhor captar as representações populares e dos governantes presentes nessas fontes, buscamos também informações relacionadas aos *Conselhos Municipais* e às *Associações de Bairros*. Essa metodologia foi adotada pois sabíamos de forma antecipada que Cianorte não implementou o OP e dessa forma a busca por informações relativas às Associações de Bairro poderiam apresentar um campo amplo de pesquisa e análise.

Com relação a primeira palavra-chave (*Participação*), as informações disponíveis iniciam em 2013 e vão até 2017, em seguida saltam para 2022 e de forma geral ressaltam audiências públicas, convites a eventos, encontros, reuniões e debates que visam cumprir obrigações legais e nos quais era possível a participação da população, porém que possuem os entraves já destacados anteriormente, sobretudo relacionados aos dias e horários comerciais, não favorecendo a participação popular.

Para exemplificar temos a imagem 51 onde está retratada a Audiência Pública convocada em 2013 para debater o saneamento básico no município e os rumos que seriam seguidos nos próximos anos. Na foto o Secretário de Administração da época – Clóvis Bongiorno discursa ao lado de vereadores e secretários municipais, o público presente era

formado em grande parte por secretários, representantes da empresa de saneamento e servidores públicos municipais.

### **Imagem 51: Audiência Pública para debater o Saneamento Básico no Município**

[cianorte.pr.gov.br/noticiasView/1710\\_Saneamento-basico-e-discutido-em-audiencia-publica.html](http://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/1710_Saneamento-basico-e-discutido-em-audiencia-publica.html)

Publicado em: 20/12/2013 00:00

[Curtir](#) [Compartilhar](#) [Post](#)



Representantes dos poderes Executivo e Legislativo, integrantes de clubes de serviço e de entidades, assim como os munícipes, participaram da audiência pública promovida pelo Governo Municipal e pela Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, na tarde desta quinta-feira (19), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), para a apresentação e prestação de esclarecimentos, bem como para colher eventuais críticas e sugestões, sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Convênio de Cooperação entre o Município e a Sanepar.

“Quando se fala em saneamento básico as pessoas costumam pensar somente em esgoto. No entanto, trata-se de uma questão muito mais complexa. São serviços essenciais para a saúde e o meio ambiente, como abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza

Fonte: [https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/1710\\_Saneamento-basico-e-discutido-em-audiencia-publica.html](https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/1710_Saneamento-basico-e-discutido-em-audiencia-publica.html)

A matéria jornalística destaca a importância do envolvimento de diversos públicos representativos da cidade o que retrata, ao menos no discurso, a preocupação de envolver os públicos nos debates. Como resultado posterior há a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Cianorte, por meio da Lei Municipal 4.465/2014 e para o qual a população foi novamente convocada a participar.

A 6ª Conferência Municipal das Cidades é outro exemplo, no intuito de debater problemas dos bairros, sugerir melhorias e ampliar os aspectos da política democrática há a convocação da população porém assim como já apresentado nas discussões anteriores a iniciativa possibilita mas não efetiva a participação. O horário e a forma de participação (exclusivamente presencial) são impeditivos à participação do grande público, como pode ser verificado na foto do evento (imagem 52). A conferência foi realizada em um dia, seguindo a fórmula de abertura e palestra abordando o tema da conferência pela manhã e

no período da tarde, elaboração de propostas, apresentação, aprovação e por fim eleição dos delegados que seriam os representantes municipais na fase estadual da Conferência.

### **Imagem 52: Público presente na audiência**



*Objetivo do evento preparatório para etapa nacional foi formular propostas para o desenvolvimento urbano da Capital do Vestuário*

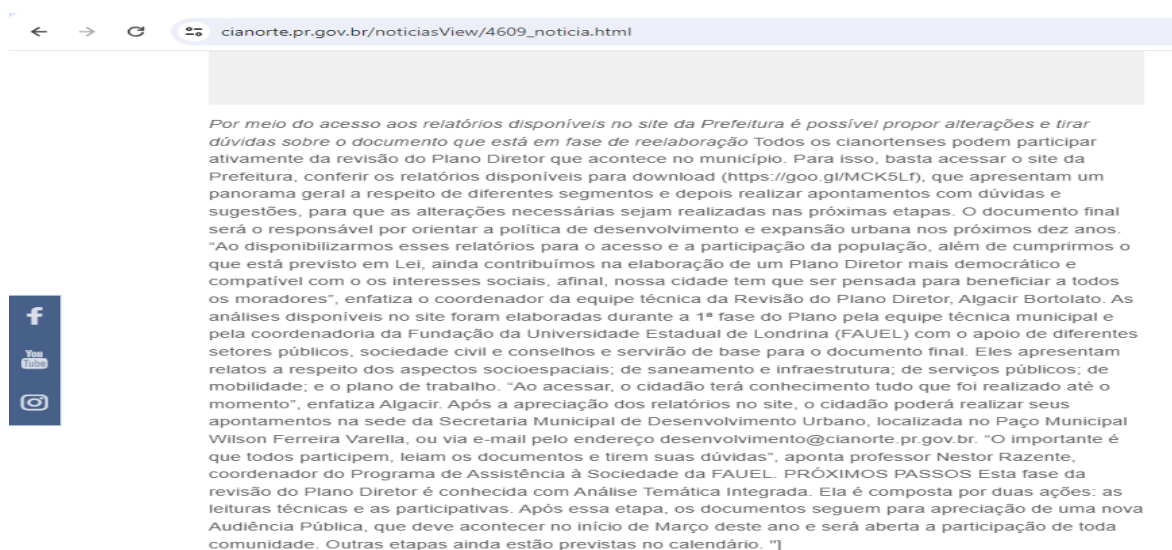
Com a temática 'A função social da cidade e da propriedade', na terça-feira (28), aconteceu no auditório da Associação Comercial e Industrial de Cianorte (ACIC) a etapa preparatória municipal da 6ª Conferência

Fonte: [https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/3654\\_6-Conferencia-Municipal-da-Cidade-acontece-em-Cianorte.html](https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/3654_6-Conferencia-Municipal-da-Cidade-acontece-em-Cianorte.html)

São aspectos que buscamos sanar na proposta do Plano de Bairro possibilitando tempo à população para levantar demandas, debater sobre as mesmas, ordenar as prioridades e apresentar as propostas de soluções. É fato que a iniciativa de convidar a população para o debate foi válida, contudo, vale ressaltar que o debate e proposição de melhorias em apenas uma tarde não permite a análise mais detalhada dos problemas, bem como das possíveis iniciativas de melhoria. Se o foco é debater os problemas dos bairros, a população dos mesmos deve estar presente.

Em contraponto a revisão do Plano Diretor do Município foi diferente, diversas reuniões foram realizadas e a população convidada a participar e opinar. Nesse caso muitas dessas reuniões aconteceram no horário noturno fato este que permitiu a participação de um maior número de moradores e de especialistas da sociedade civil (imagem 53). As discussões se alongaram e a aprovação do Plano Diretor só ocorreu na gestão posterior.

### Imagem 53: Convite à participação da revisão do Plano Diretor



Fonte [https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/4609\\_noticia.html](https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/4609_noticia.html)

Já a Conferência Municipal de Educação de 2017 (imagem 54), parte integrante da Conferência Nacional da Educação seguiu a mesma organização apresentada nas demais, ou seja, dia e horário comercial, apresentação de propostas, eleição de delegados, debate e plenária tudo no mesmo dia com vistas a atender a demanda do Plano Nacional de Educação.

### Imagem 54: Convite ao CONAE – 2017 – Etapa Municipal



Fonte: [https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/4506\\_noticia.html](https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/4506_noticia.html)

Verificamos que essa prática esta presente na maioria das convocações para conferências e pré-conferências municipais do período. Se a divulgação para que a

população participe é importante, os dias e horários (quase sempre comercial), a forma de participação exclusivamente presencial aliada a falta de preparação do público para esse momento, podem ser aspectos catalizadores do baixo envolvimento popular.

É bem verdade que boa parte do público presente nesses eventos são formados também por profissionais da área, muitas vezes servidores públicos que podem e representam seus setores mas falta ainda a ampliação da participação ao grande público, as associações de bairro, aos moradores, estudantes, enfim dos usuários do sistema.

Para as pesquisas com palavras-chaves “Orçamento Participativo”, “História Pública” e “Plano de Bairro” não encontramos nenhum item disponível (imagem 55).

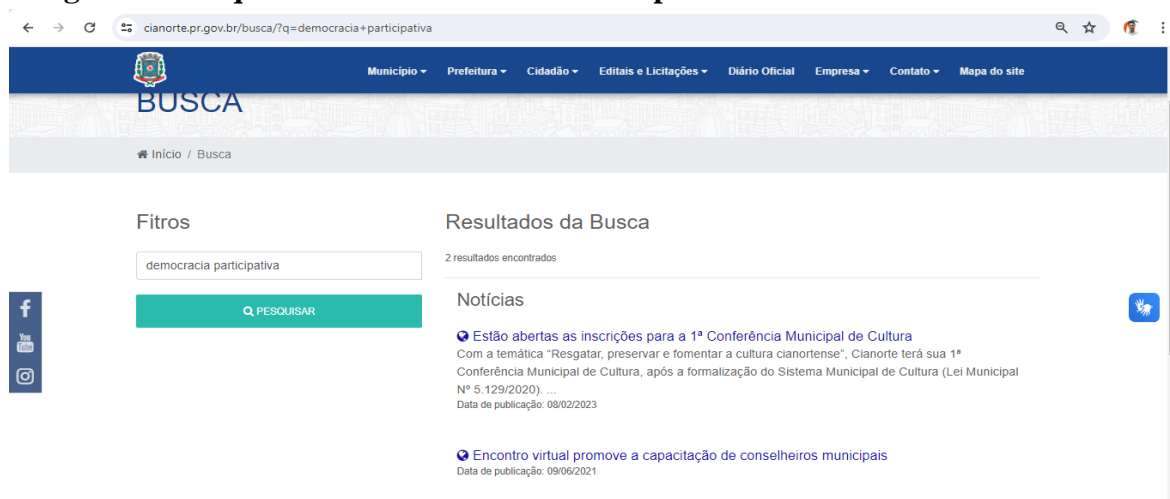
### Imagem 55: Pesquisa sobre Orçamento Participativo



Fonte: <https://cianorte.pr.gov.br/busca/?q=or%C3%A7amento+participativo>

Para Democracia Participativa (imagem 56) apenas dois itens relacionados nas pesquisas realizadas.

### Imagem 56: Pesquisa sobre Democracia Participativa



Fonte: <https://cianorte.pr.gov.br/busca/?q=democracia+participativa>

Apesar de poucas publicações encontradas algo chama atenção e corrobora com os argumentos já apresentados nessa pesquisa sobre a necessidade de ampliar as

possibilidades de participação da população por meio da utilização de novas tecnologias disponíveis. O I Encontro Virtual dos Conselheiros Municipais de Direitos e Políticas Públicas de Cianorte (imagem 57) organizado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Cianorte.

### Imagem 57: Encontro Virtual em 2020



A fala da promotora de Justiça, Dra. Elaine Lopo Rodrigues, na abertura do I Encontro Virtual dos Conselheiros Municipais de Direitos e Políticas Públicas de Cianorte, realizado na tarde da última terça-feira (08), via Google Meet, resume a essência da ocasião: “Mostrar para o conselheiro a força que ele tem e o que pode fazer com o seu trabalho para que as pessoas que precisam da intervenção do Estado e do Poder Público tenham seus direitos garantidos”, destacou.

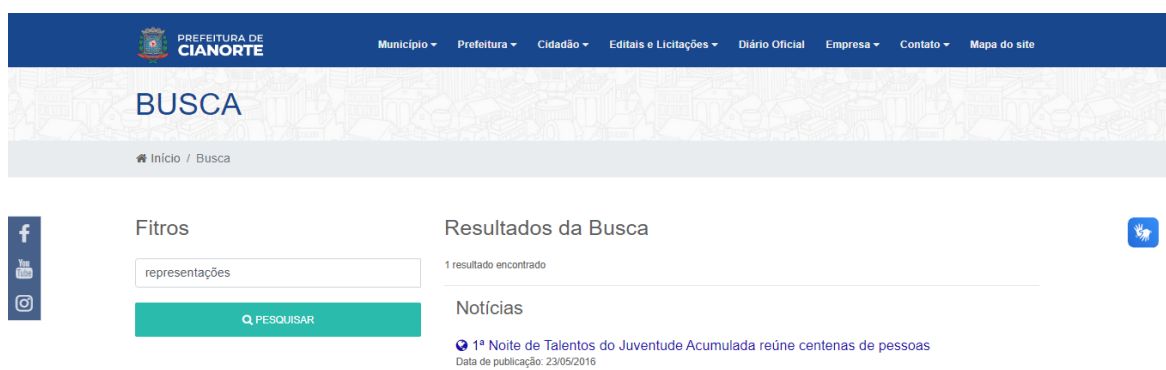
O encontro foi proposto pela presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Daniely Resina, e promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Ministério Público. A capacitação, ministrada pelo procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e de Proteção aos Direitos Humanos, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, contou com a participação de cerca de 200 pessoas de diversos municípios do Paraná.

Fonte [https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/6795\\_noticia.html](https://cianorte.pr.gov.br/noticiasView/6795_noticia.html)

O evento, promovido de forma virtual, pois na época vivíamos a pandemia do Covid-19 que impedia encontros presenciais, contou com a participação de cerca de 200 inscritos segundo as divulgações oficiais da Prefeitura (imagem 57), ampliando o alcance do público, o que pode ser indício que ao diversificar as formas de participação será possível também atingir um público maior e mais representativo na sociedade, assim como já apontado pelos participantes da Partilha Oral.

Quando buscamos pela palavra-chave “Representações”, apenas um artigo foi encontrado (imagem 58). Entretanto a publicação se referia a uma noite de talentos da terceira idade nos quais havia a menção às representações dos participantes as atividades esportivas. Representações no sentido de apresentações que visam representar os diversos esportes e não com o intuito de representação de ações populares ou envolvimento dos públicos com as políticas públicas.

## Imagem 58: Representações

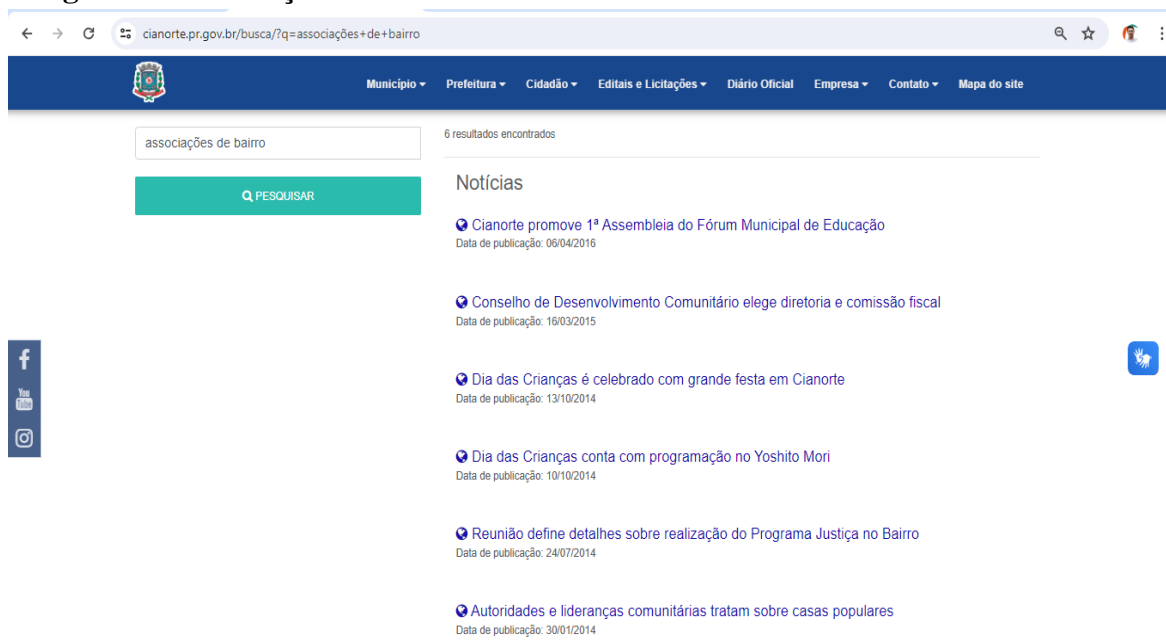


Fonte: <https://cianorte.pr.gov.br/busca/?q=representa%C3%A7%C3%B5es>

Avançando, quando o assunto pesquisado foi “Associações de Bairro” e “Conselhos Municipais”, diferentemente do esperado o site da Prefeitura apresenta na sua grande maioria apenas a realização de Audiências Públicas já descritas e apresentadas anteriormente sem enfoque para a participação na elaboração de políticas públicas ou participações diretas na sugestão de ações.

Foram poucas as publicações relativas aos dois tópicos, apenas 06 para Associações de Bairro (imagem 59) e 24 para Conselhos Municipais, sendo que dessas apenas 10 eram do período base da pesquisa (imagem 60).

## Imagem 59: Associações de Bairro



Fonte: <https://cianorte.pr.gov.br/busca/?q=associa%C3%A7%C3%B5es+de+bairro>

Poucas citações que revelam o quanto é necessário desenvolver a participação e integrar esses espaços já consituídos na rota de discussão para elaboração de ações e das políticas públicas. Essa baixa quantidade de matérias vai de encontro com as constatações

anteriores de que esses são locais existentes para que se cumpram determinações legais, estando ainda distante da população.

### Imagem 60: Conselhos Municipais



Fonte: <https://cianorte.pr.gov.br/busca/?q=conselhos+Municipais>

Após essa pesquisa pelo site da Prefeitura nosso esforço foi o de detalhar as aparições das palavras-chave no Jornal Tribuna de Cianorte<sup>7</sup>. O jornal foi por muito anos a fonte oficial do Município de Cianorte com matérias relativas à divulgação das ações públicas desenvolvidas, aos informes e à prestação de serviços. Nele também encontramos, em menor número, matérias que expressam os desejos e as vontades da população, caracterizando-se assim como o principal veículo da mídia local.

Procedeu-se então a pesquisa utilizando o software Foxit PDF Reader para a busca por palavras-chaves que indicassem matérias relacionadas ao tema da pesquisa (imagem 61). Esse aplicativo possui uma aba específica chamada “procurar” que permite buscas por palavras-chave, como será apresentado posteriormente, fazendo a varredura nos arquivos em PDF e encontrando o que fora solicitado, otimizando o tempo da pesquisa e chegando ao objetivo proposto. Destaca-se que a pesquisa foi dividida em dois blocos de 1998 à 2005 e de 2006 à 2020.

<sup>7</sup> Como descrito anteriormente, essa análise só foi possível graças a colaboração do Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão que disponibilizou todo o acervo do jornal que esta em sua posse, sendo que o recorte temporal de análise será de 1990 a 2020. O grupo de pesquisa fez toda a digitalização de boa parte das edições do jornal, disponibilizou-os para análise divididos em três pendrives, sendo que no futuro, todo esse acervo também estará disponível no site oficial do referido grupo para a pesquisa do público em geral.

## Imagem 61: Foxit PDF Editor



Fonte: Victor Hugo Davanço - Aplicativo da Microsoft disponível para microcomputadores

Para atingirmos então o objetivo proposto, elencamos as seguintes palavras-chave: *Orçamento Participativo*; *Democracia Participativa*; *Plano de Bairro* e *Associação de Bairro*. A partir dessas quatro palavras-chave procuramos compreender as narrativas, sobretudo as oficiais, e quais as articulações com as necessidades da população, seus anseios e vontades. Além disso buscamos identificar a atuação da população nos espaços que lhes foram disponibilizados para que assim pudéssemos traçar uma linearidade entre a participação, a apresentação de propostas que fossem de encontro com os diversos públicos e a sua efetividade (realização daquele projeto).

Iniciamos a busca pela palavra *Orçamento Participativo* encontramos pouca correspondência ao tema, algo já esperado até mesmo pelo conhecimento prévio de que no município não tivemos ainda o desenvolvimento do mesmo.

Conforme indica a imagem 62, apenas 4 citações ao tema dos anos de 2006 a 2020 e ainda assim 03 foram da cidade de Cruzeiro do Oeste e 01 da cidade de São Tomé.

## Imagem 62: Pesquisa sendo realizada no acervo do Jornal Tribuna de Cianorte



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Mesmo nos municípios que por algum período trabalharam o OP, as narrativas oficiais contidas no acervo analisado não davam tanta ênfase ao programa. São informes de ações desenvolvidas e que de certa forma englobavam a participação popular mas não retratam a efetivação da participação no debate ou na definição de prioridades no OP.

Nos exemplos encontrados temos a reportagem a respeito da eleição da nova diretoria do OP de São Tomé, ou ainda as ações de ampliação ao atendimento ao idoso na cidade de Cruzeiro do Oeste que, segundo a matéria representam a nova fase do OP na cidade que quer estar próxima da comunidade, realizando encontros, assembleias e definindo prioridades aos diversos públicos (imagem 63).

### Imagem 63: OP em Cruzeiro do Oeste



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

As demais matérias retratam a entrega de um microônibus na cidade de Cruzeiro do Oeste mencionando a assembleia do OP realizada na cidade, entretanto o que se vê na matéria é a valorização do trabalho do Prefeito, do Deputado e das ações nas quais o equipamento adquirido será usado, não há o reforço ao OP e nem mesmo ênfase ao trabalho coletivo e/ou participativo.

Já na matéria seguinte (imagem 64), relata-se o programa de jovens para a cidadania valorizando a participação dos jovens na elaboração do OP em Cruzeiro do Oeste, a construção coletiva e todo a preocupação de inserção dessa população tanto nas discussões quanto na elaboração dos programas e propostas. Nessa matéria explica-se os objetivos do programa voltado à juventude com intuito de capacitação e inserção desses jovens de forma crítica e ativa na cidade.

## Imagem 64: OP em Cruzeiro do Oeste – Jovens para a Cidadania

**Programa resgata jovens para a cidadania**

Cruzeiro do Oeste  
Assessoria

Através do Programa Orçamento Participativo, o município de Cruzeiro do Oeste promove a proximidade e atuação da população em cada ação do governo. Discutindo idéias de como investir o orçamento do município, os cruzeirodoestanos promovem a transparência e a melhor distribuição da verba para melhorias e construções. Com os bons resultados oferecidos pela união – governo e população – o prefeito Zeca Dirceu (PT) também expandiu o programa para os jovens.

A fim de resgatar a juventude para participar e promover o desenvolvimento da cidade, em 2008 foi idealizado o Orçamento Participativo Jovem. O programa é a porta para os filhos mais novos do município começarem a ter uma vida ativa e crítica nos acontecimentos de Cruzeiro do Oeste. Seguindo o cronograma de atividades, na última semana foi realizada, na Secretária de Educação, a pré-reunião do Orçamento Participativo Jovem com a participação das lideranças da classe. Segundo a representante do programa, Maria Otília, a pré-reunião foi destinada a plantar, nos representantes dos jovens, uma "sementinha" que vai despertá-los para participar dos assuntos do município. "Na pré-reunião conversamos sobre as metas para 2010 e destacamos a importância de despertar os nossos jovens para participar dos diversos assuntos relacionados ao desenvolvimento da nossa cidade. Agora cada representante tem o dever de dizer essa idéia com seu grupo", enfatizou Maria, lembrando que a reunião do Orçamento Participativo Jovem será realizada no dia 22 de abril.

Para o prefeito Zeca Dirceu, o programa vai além do resgate do jovem para participar e opinar na sua realidade e necessidades no município. "Com o Orçamento Participativo jovem, queremos despertamos nos nossos jovens o senso crítico, mas também resgatamos nossos futuros cidadãos para o sentimento de cidadania. Queremos provocar a força que os jovens tinham antigamente, quando eles participavam de grêmios estudantis e faziam sua voz ecoarem na sociedade", esclareceu Dirceu.

**PROGRAMA**

Nos cinco anos de Orçamento Participativo o município teve a participação da comunidade em mais de 300 assembleias em todos os setores da cidade e distritos. São em torno de 60 encontros a cada ano para definir as principais ações que mais atendam aos anseios da nossa comunidade. No Orçamento Participativo Jovem são realizadas uma reunião por rodada.

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Nas pesquisas do bloco anterior, entre os anos de 1988 e 2005 outras 4 publicações continham referências às palavras pesquisadas. Três delas enfatizam o cenário político nacional, sendo apenas matérias de caráter opinativo.

Com destaque para a matéria datada de 15 de dezembro de 1996 (imagem 65) com um pequeno resumo da última sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Cianorte daquele ano, constando as indicações, propostas e projetos de Lei votados, e dentre eles o Projeto de Lei nº 152/96 que cria o Conselho Municipal do Orçamento Participativo na cidade de Cianorte.

## Imagem 65: Criação do Conselho Municipal do Orçamento Participativo

CIANORTE, DOMINGO, 15 DE DEZEMBRO DE 1996

TRIBUNA DE CIANORTE

PAG. 03

# Legislativo é Notícia

A Câmara Municipal de Cianorte realizou na segunda-feira próxima passada a sua última sessão ordinária desta atual legislatura, encerrando seus trabalhos referente a este exercício de 1996, sob a presidência do vereador Jorge Nabhan.

Se fizeram presentes a esta sessão, os vereadores eleitos, Faustino Celestino, Claudemir Romero Bongiorno, Norberto Cavalari, Djalma Magalhães Barros, Leodoro Francisco da Silva, Antonio Marques da Silva e Terezino Rodrigues Pego.

**Voto de Parabéns**

O 1º secretário do Legislativo, vereador Valter Dantas parabenzou a Empresa Laticínios Lactonorte Ltda. pela divulgação de incentivo ao Aleitamento Materno, enfatizando a prioridade deste leite no primeiro ano de vida, demonstrando um alto espírito de solidariedade humana e um total despreendimento.

**Alta velocidade põe em risco estudantes**

O Vereador Valter Dantas sugere que o Poder Executivo Municipal, instale um redutor de velocidade na curva da Rua Tiradentes entre a Avenida da Dr. José Roberto Furquim de Castro e Rua Castro Alves. Segundo ele, diversas reivindicações tem sido feitas por pais de alunos do Colégio Drummond, onde vem ocorrendo tráfego de veículos em alta velocidade, colocando em risco os estudantes, notadamente crianças.

**Instalação de postes em logradouro**

Outra sugestão de Valter Dantas ao Executivo, para a instalação de postes em torno do logradouro público situado entre a Rua Porto Seguro e as avenidas Paraná e Souza Naves, contendo os Pavilhões do Brasil, Paraná e do Município, agendando datas para os alunos exercerem o espírito de cidadania e entoando o Hino Nacional.

**Sugestões de melhorias**

O vereador Tigrão sugere que o Executivo proceda o assentamento do meio-fio na Rua Barão do Rio Branco.

O vereador Valter Digiorgio sugere a instalação de um super poste no Logradouro público situado entre as Avenidas Maranhão e Piauí, próximo ao Parque Mandulhi.

**Projetos de Lei aprovados em 1º Turno, 2º Turno e Redação Final**

A Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 152/96 "A" que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Orçamento Participativo. Foi aprovado ainda o Projeto de Lei de nº 185/96 que altera as disposições contidas nos incisos VIII e X do artigo 44 da Lei Municipal nº 1.744/96 de 22 de maio de 1996, inclui ao artigo 44, parágrafo referente ao número de vagas para estacionamento de veículos.

Projeto de Lei nº 185/96 "A" que concede denominação ao Núcleo Integrado de Saúde II de Vereador Manoel Boto de Oliveira (Nequinha).

Projeto de Lei de nº 185/96 que concede denominação ao Parque Infantil localizado entre a Rua Tijuco e Avenida Allan Kardec-José Andreo Peres.

**Projetos de Lei aprovados em 2º Turno e Redação Final**

Foram aprovados ainda o Projetos de Lei nº 174/96, que revoga a Lei Municipal nº 1.109/88 de 22 de junho de 1988, referente a área na estação rodoviária destinada a instalação de posto telefônico.

O Projeto de Lei de nº 184/96 "A" que declara de Utilidade Pública, a Associação Comunitária dos Moradores da Zona Dois.

**Agradecimentos e recomendações**

Os vereadores que participaram da última sessão ordinária da Câmara Municipal, fizeram agradecimentos gerais que compartilharam com eles durante os quatro anos de gestão, apesar das dificuldades, que foram inúmeras durante o trabalho desenvolvido em prol da comunidade cianortense e aproveitaram a ocasião para recomendar aos vereadores eleitos, que objetivem trabalhar e benefício da população, que confiou seu voto em seus representantes.

A primeira sessão ordinária da próxima Legislatura será realizada em fevereiro de 1997.

## Exposição de trabalhos artesanais

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Tentamos a busca no site Leis Municipais, site esse que disponibiliza as leis votadas e aprovadas em todos os municípios do território nacional e como não encontramos fiz a busca na própria Câmara Municipal, onde foi informado que o referido projeto foi de autoria do então Vereador Tigrão, lido em plenário em 10 de agosto de 1996, votado em 1º e 2º turno e também em redação final no dia 09 de dezembro de 1996. Após isto foi enviado ao executivo que vetou a lei em 27 de dezembro de 1996, motivo pelo qual a Lei não entrou em validade e não encontramos registros nos sites pesquisados.

A próxima palavra-chave pesquisada foi “Democracia Participativa”, sobre a qual, entre os anos de 1988 e 2005 encontramos apenas 4 citações, todas em artigos de opinião e abordando o cenário nacional (imagem 66).

### Imagem 66: Democracia Participativa



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Já com a palavra-chave “Plano de Bairro” não encontramos nenhum resultado correspondente nas pesquisas realizadas (imagem 67).

### Imagem 67: Plano de Bairro



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Quando pesquisamos pela palavra-chave “Associação de Bairro” encontramos 18 registros (imagem 68) e quando usamos a palavra-chave “Associação de Moradores” encontramos outras 75 citações no período entre 1988 e 2005 (imagem 69). Nesse caso, o

que chama atenção, assim como veremos adiante é que grande parte dessas publicações são propagandas e/ou publicações oficiais de informes municipais.

**Imagem 68: Associação de Bairro - 18 citações**

The image shows a search interface with a newspaper clipping on the left and a list of search results on the right. The clipping is titled "Projeto Anti-Tabagismo na Juventude Escolar" and discusses a municipal project to reduce smoking among school youth. The search results list various documents, including PDFs from 1996, 1997, 1998, 1999, 2002, and 2003, with dates ranging from June to October. The search criteria are set to "Ordem de relevância" (Order of relevance).

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

**Imagem 69: Associação de Moradores - 75 citações**

The image shows a search interface with a newspaper clipping on the left and a list of search results on the right. The clipping is from "Tribuna de Cianorte" and is titled "Ex-Governador visita Cianorte". It reports on the visit of former Governor Jaime Carret Júnior to the municipality. The search results list various documents, including PDFs from 2000, 2001, 2002, 2003, 2006, 2008, 2011, and 2013, with dates ranging from January to November. The search criteria are set to "Ordem de relevância" (Order of relevance).

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Algumas ações que foram veiculadas demonstram a importância e relevância da união comunitária na busca por soluções e mais que isso, o fator determinante da comunidade oferecer possíveis soluções aos problemas por elas vivenciados.

No caso abaixo (imagem 70) nota-se que o envolvimento do público, por meio da Associação de Moradores foi responsável por mobilizar o coletivo e sensibilizar a administração municipal na realização da obra de limpeza de galerias pluviais. A princípio, uma ação simples ao executivo, mas relevante para a comunidade.

**Imagem 70: Solicitação comunitária no bairro Beatriz Guimarães**



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Em outra matéria (imagem 71) o envolvimento coletivo pela reforma do salão comunitário no Beatriz Guimarães, onde temos a reivindicação da obra pelos moradores, intermediada pela Associação de Moradores e auxiliada pelo executivo com doação de materiais e por fim a ação da associação que convidou os moradores, organizando um mutirão para a construção do muro de arrimo, demonstrando a força comunitária do bairro.

**Imagem 71: Melhorias por intermédio da Associação de Moradores**



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Chama atenção ainda o fato de o bairro noticiado ser o mesmo no qual realizamos o questionário e as entrevistas orais na segunda fase da pesquisa, conforme apresentaremos adiante e onde queremos sugerir também o desenvolvimento do PB enquanto plano piloto.

Em outro destaque (imagem 72) temos a notícia da realização de cursos para qualificação da mão-de-obra no bairro popularmente conhecido como Seis Conjuntos. A região foi povoada nas décadas de 1980 e 1990, a princípio 6 conjuntos habitacionais foram implantados no local e por isso e nome popular, porém atualmente são diversos bairros que compõem essa região vinculada a essa Associação de Moradores.

**Imagem 72: Associação de Moradores qualifica mão-de-obra**

**‘Seis Conjuntos’ qualificará mão-de-obra**

*Centro de Formação foi inaugurado no domingo, com 16 máquinas de costura industrial. Escola oferece teoria e prática para o trabalho*

**Cianorte Da Redação**

Foi inaugurado no domingo de manhã, o Centro de Formação Profissional de Costeiras, no ‘Seis Conjuntos’. A iniciativa, que conta com o apoio do Sindicato e da Associação das Indústrias de Costeiras, é pioneira. O objetivo é oferecer curso teórico e aulas práticas para as pessoas do bairro que queiram se especializar na área de costura industrial. Maria Moura, uma das monitoras, explica que o Centro de Formação está trabalhando com 16 máquinas arrendadas. “Por isso precisamos muito da ajuda dos empresários no fornecimento de máquinas. A qualquer momento essas podem ser tiradas daqui”, afirma.

Houve um tempo em que costura industrial era serviço para mulher. As coisas estão mudando. De acordo com Maria Moura, das 150 pessoas que fizeram as inscrições até ontem para fazer o curso, pelo menos 70% são homens. O Centro de Formação foi concebido para trabalhar em três turnos com 15 alunos por turma. Além de aprender na teoria, eles vão trabalhar nas máquinas, já que lá funciona uma facção. Além de Maria Moura, trabalham outros dois monitores: Daniel Mathias de Oliveira e Sirlley de Lourdes Matins Caldeira.

De acordo com os monitores, o Centro de Formação Profissional nasceu diante do grande número de pessoas sem emprego no ‘Seis Conjuntos’ associado ao fato da carência da mão-de-obra especializada para o setor de confeções. “O Senai e o Sesi oferecem cursos de costura industrial, mas apenas na parte teórica. Esses trabalhadores acabam ficando sem trabalhar, porque as indústrias exigem prática”, diz Maria Moura.

Além da Associação e do Sindicato das Indústrias, também o Sindicato das Costeiras está contribuindo com o projeto, que se responsabilizará em pagar a energia elétrica e outras despesas. Os monitores acreditam que a Prefeitura também vai contribuir para aprimorar a escola.

O prefeito Flávio Vieira ficou entusiasmado no dia da inauguração”, afirma Sirlley. “Precisamos da ajuda de todos da comunidade para que o centro seja mantido e ampliado”, completa Daniel.

O Centro de Formação Profissional é a grande primeira ação da diretoria da Associação de Moradores do ‘Seis Conjuntos’, empossada recentemente. Desde a campanha, Vieira, que ganhou a presidência, defendia a instalação de uma escola voltada para a área de confeções.

O projeto inicial era de uma cooperativa, mas acabou mudando para um Centro de Formação. Iniciativas como essa, até pela carência de mão-de-obra, vem se repetindo em várias outras cidades. Em Cianorte, o modelo poderia ser adotado por moradores de outros bairros.

**APOSENTADORIA**

**Trabalhadores rurais fazem assembléia**

**Cianorte Da Redação**

Realizou-se na manhã de sábado, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Cianorte (Acic) assembléia promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com aposentados e pensionistas e com pessoas que estão em vias de requerer o benefício da Previdência Social.

De acordo com o presidente da entidade sindical, Luiz Carlos Gavioli, os trabalhadores rurais também aprovaram o desconto da contribuição sindical direto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Com as deliberações da assembléia no sábado, começou ontem na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o período de cadastramento dos aposentados e pensionistas. Gavioli diz que o trabalho vai até quinta-feira. Depois a entidade sindical permanecerá fechada até o dia 3. O trabalho será retomado no dia 4.

Gavioli diz que os beneficiários deverão ser cadastrados até o final de janeiro. “Isso para permitir que o desconto da contribuição seja feita desde o início do ano”, informa. Até agora, mensalmente, aposentados e pensionistas rurais serão obrigados a comparecer no sindicato todo mês para pagar a contribuição. “Com a autorização, isso não será mais necessário. Será um transtorno a menos para os aposentados”, assinala o presidente. Em Cianorte existem mais de três mil aposentados e pensionistas, sem contar aqueles que estão completando idade e já podem requerer o benefício.

**Um dos momentos da assembléia**

**NOVO CENSO**

**Censo 2000 foi adaptado à evolução da sociedade**

**Das Agências**

de amovível para uso pessoal, rádio, geladeira, freezer, máquina de lavar, etc. O novo censo será enquadrado nas categorias incapaz, grande dificuldade per-

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Há nesse ponto mais uma ação de parceria participativa entre a Associação de Moradores, que viu a demanda da comunidade e a necessidade por qualificar seus moradores ao mercado de trabalho junto com o Sindicato das Indústrias e Sindicato das Costureiras de Cianorte e a Prefeitura Municipal. A soma de esforços e o engajamento renderam frutos aos moradores locais, assim como defendemos a participação dos grupos representativos e da própria comunidade aliada a sensibilidade do poder público são molas propulsoras para o desenvolvimento social.

No terceiro destaque (imagem 73) temos três matérias que apresentam a reivindicação do público, no caso moradores da zona 04 que identificaram um problema que os atinge, pensaram na solução e chamaram os representantes políticos municipais para debaterem a proposta e possíveis soluções.

### Imagem 73: Convites para reunião e reunião na Zona 04



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

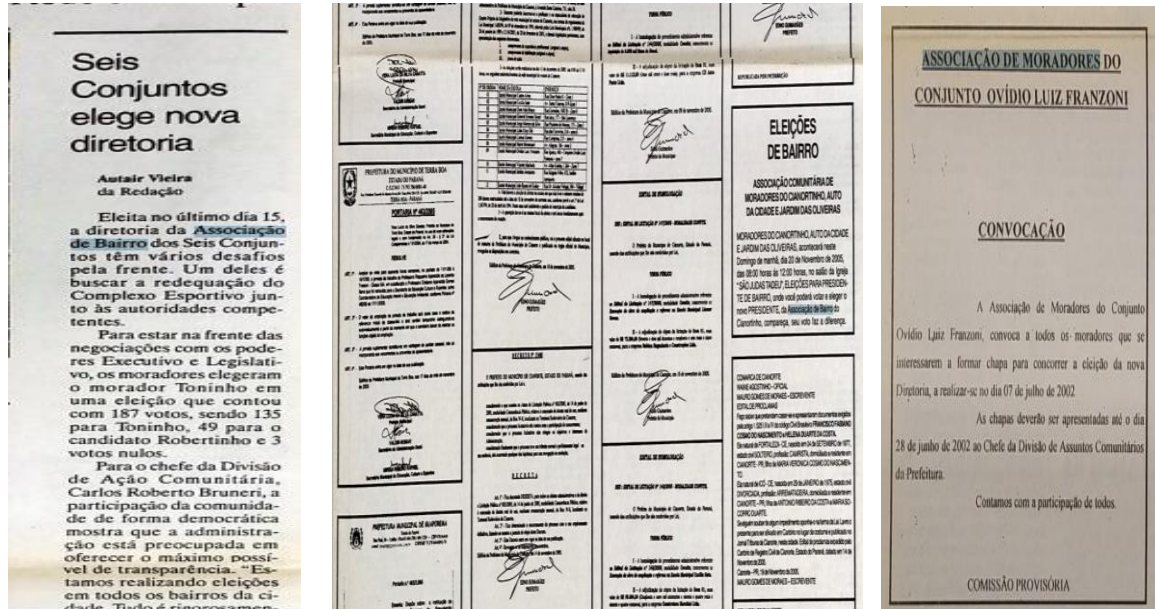
Nesse caso, um terreno da Prefeitura, localizado na área destinada à construção da Praça Olímpica estava sem uso e várias ruas do bairro ao redor ainda não possuíam a pavimentação asfáltica, dessa forma a Associação de Moradores fez o estudo e sugeriu que o local sem uso fosse loteado sendo que o dinheiro arrecadado na venda dos terrenos seria revertido para pagar os custos da pavimentação asfáltica no bairro, resolvendo o problema das ruas sem pavimento e incrementando o desenvolvimento local por meio do novo loteamento.

Apesar de convergirem para que essa ação fosse executada, até hoje o projeto de loteamento não saiu do papel e não sairá, no espaço citado foi construído uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), um Centro de Eventos (hoje destinado ao esporte) e atualmente está sendo construído um Centro de Especialidades Médicas, as ruas foram posteriormente asfaltadas com outros recursos.

Como já informado, muitas das publicações evidenciam apenas aspectos formais como eleições e informes para os bairros. As eleições são momentos importantes e que

merecem o destaque, convidam os públicos a participar e como são várias associações na cidade, diversas matérias foram veiculadas nesse sentido. Para exemplificar apresentamos as publicações abaixo (imagem 74).

**Imagem 74: Convocações para eleições das Associações de Moradores**



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Nesse contexto cabe observar que por muitas vezes a narrativa do veículo de imprensa enaltece obras e ações nos bairros. Como no caso dos Seis Conjuntos, fala-se do salão comunitário e da creche (atualmente CMEI) valorizando o trabalho da associação e convidando a população para a Assembleia que escolherá a nova diretoria (imagem 75).

**Imagem 75: Convite para Assembleia nos Seis Conjuntos (15/09/1999)**



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Algumas Associações porém usaram de diversas estratégias para a concretização das ações que julgavam relevantes nos bairros. Um exemplo foi a 1ª Festa do Sorvete (imagem 76) realizada pela Associação de Moradores do Conjunto Ovídio Luiz Franzoni em novembro de 2002 objetivando arrecadar recursos para obras no salão comunitário.

**Imagem 76: 1ª Festa do Sorvete (12/11/2002)**

**RECREAÇÃO**

## Associação promove 1ª Festa do Sorvete

DA REDAÇÃO

A Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Ovídio Luiz Franzoni, estará organizando para o dia 8 de dezembro, a 1ª Festa do Sorvete.

Os cartões estão à venda com todos os integrantes da associação e também na padaria Franzoni e no Colégio Estadual Caio Moreira. Todas as pessoas que adquirirem os cartões, estarão concorrendo a uma bicicleta.

O evento será realizado no Salão Comunitário Ovídio Luiz Franzoni e terá início às 9hs.

"Queremos convidar a toda a comunidade cianor-

tense para prestigiar nossa festa. Contamos com a participação de todos", comentou o presidente da associação, Ary Paixão dos Santos.



No dia 8 de dezembro, aconteceu a 1ª Festa do Sorvete da Associação de Moradores do Conjunto Ovídio Luiz Franzoni

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

A matéria publicada em 18 de abril de 1999 (imagem 77) retrata 04 ações que seriam desenvolvidas pela Caixa Econômica Federal e Pastoral da Criança em parceria com a Associação de Moradores Conjunto Cianorte II: construção do Centro de Valorização da Vida para o desenvolvimento de ações comunitárias, segurança alimentar e geração de renda; campanhas de saúde; ações de reflorestamento e de fortalecimento comunitário. Nas 4 ações planejadas o laço fundamental é a participação e envolvimento dos públicos. Isso se aproxima novamente do foco central da pesquisa ao justificarmos que as ações desenvolvidas precisam estar correspondentes com as necessidades e expectativas dos públicos que serão atingidos por elas.

## Imagem 77: Ações de parceria

### Caixa e Pastoral da Criança: uma parceria em favor da Vida

Logo mais a partir das 14h, será assinado no encontro do PRODEC - Programa de Apoio e Desenvolvimento Comunitário, um contrato no valor de R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais), entre a CAIXA e Pastoral da Criança, visando beneficiar através de ações diferenciadas os moradores do Conjunto Habitacional Cianorte II e população vizinha.

Na oportunidade serão desenvolvidas 4 ações, de acordo com a proposta apresentada pela Associação de Moradores dos Conjuntos a serem beneficiados.

Dentre as autoridades estarão presentes o Superintendente e o Técnico Social da Caixa Econômica Federal, Gilmar Marcos Falchetto e Olavo José Perondi respectivamente.

As ações que serão viabilizadas na oportunidade são:

#### Construção de um Centro de Valorização da Vida

Trata-se de um local com aproximadamente cem metros quadrados onde a Pastoral da Criança, desenvolverá campanhas que vão desde aquelas voltadas à sobrevivência infantil até a melhoria da qualidade de vida das famílias carentes, sem distinção de raça, cor, sexo ou religião, com ações referentes à vigilância nutricional, acompanhamento de gestantes, incentivo ao aleitamento materno, controle de doenças respiratórias, remédios alternativos, estímulo para vacinação, alimentação enriquecida, entre outras. Todas essas ações, a Pastoral e a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz, já desenvolvem no município, mas os moradores dos conjuntos nem sempre tem acesso devido a dificuldade de deslocamento. A Prefeitura Municipal doou um terreno para esse fim com 1005 metros quadrados onde além do Centro de Valorização da vida serão viabilizadas duas hortas comunitárias, sendo uma de frutas e legumes e outra de ervas medicinais. Além disso, o local será utilizado para as mais variadas atividades de interesse dos moradores. Futuramente pretende-se desenvolver no local atividades voltadas para geração de renda.

#### Campanha de prevenção das doenças provocadas por "Infecções respiratórias agudas"

Em Cianorte o maior índice de internamentos hospitalares em crianças de 0 a 6 anos são por Infecções Respiratórias Agudas.

A maioria das crianças atingidas são da região dos seis conjuntos. A Campanha será desenvolvida pela Pastoral da Criança com apoio de 11 entidades do município dentre elas a 13ª Regional de Saúde e a Caixa Econômica Federal através do PRODEC, que como agente financeiro repassará parte dos recursos. Essa campanha fortalece a missão da CAIXA que busca para a população brasileira uma melhor qualidade de vida.

A Campanha se desenvolverá da seguinte forma: serão distribuídos cartazes, panfletos e faixas como forma de divulgar o valor da prevenção e como diagnosticar as Infecções Respiratórias Agudas, além de realização de visitas domiciliares pelos agentes comunitários de saúde e pelos líderes da Pastoral da Criança, envolvendo aproximadamente 400 voluntários.

O objetivo da Campanha é reduzir a mortalidade infantil provocada pelas IRAS- Infecções Respiratórias Agudas e o número de internamentos hospitalares de crianças e idosos e ainda descongestionar os postos de saúde que no inverno ficam super lotados.

#### Reflorestamento do Conjunto Cianorte II e demais Conjuntos vizinhos

O Conjunto Cianorte II não é arborizado, nem os conjuntos vizinhos. A arborização torna o conjunto mais bonito, mais humano, mais agradável, pois melhora o clima no verão além de proporcionar alternativas para as crianças brincarem.

Essas ações serão desenvolvidas em parceria com a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz e Prefeitura Municipal, que fornecerão as mudas. OIAP (Instituto ambiental do Paraná) e a Pastoral da Criança e a Associação dos moradores farão o trabalho de mobilização e conscientização dos moradores.

#### Fortalecimento da Organização Comunitária

Um dos objetivos do PRODEC é o Fortalecimento da representação Comunitária. Embora já exista a Associação dos Moradores constituída, será feito um trabalho coordenado pela Pastoral da Criança no sentido de fortalecer essa participação comunitária. Através de filmes, palestras, visitas em outras comunidades e projetos. Será desenvolvido um trabalho no sentido de ampliar a participação dos moradores.

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Por fim, encontramos registros da apresentação de propostas na Câmara de Vereadores com demandas da Associação de Moradores do Bairro Sagrada Família (imagem 78) solicitando a execução de estacionamento no canteiro central de uma das avenidas do bairro, no intuito de incentivar o comércio local.

## Imagem 78: Solicitação da Associação de Moradores do Bairro Sagrada Família

proceda a construção do retorno no canteiro central da Avenida América na altura da Rua José Laguillo, reivindicação dos moradores; foi encaminhado ainda ao Deputado Estadual Edno Guimarães, requerimento solicitando do parlamentar, que estude a possibilidade de conseguir recursos junto aos órgãos competentes do Estado, com o objetivo de construir uma quadra coberta no Colégio Estadual Primo Manfrinato a pedido da comunidade escolar, pais de alunos e mestres.

#### Estacionamento

**Terezino Rodrigues Pego** (vice-presidente) e **Leodoro Francisco da Silva**, estão sugerindo a execução de estacionamento no canteiro central da Avenida América no trecho compreendido entre o Posto Espigão e a Igreja Sagrada Família, conforme reivindicação da Associação de Moradores Sagrada Família.

#### Conservação

**Faustino Celestino**, está sugerindo que o Poder Executivo providencie a substituição das lâmpadas queimadas no interior do ginásio do Complexo Esportivo Benedito Rotta. Segundo **Fausto**, no citado local está sendo realizado o campeonato inter-bairros e a má iluminação está

**Silva**, (1º secretário) encaminhou requerimento à Telepar, em que solicita a substituição do telefone público instalado na Avenida Sergipe, esquina com a Rua Piquiri por um que funcione a cartão. Essa substituição é indispensável, pois é grande o número de usuários que se utilizam do telefone público e o mesmo a cartão viria facilitar inclusive as ligações interurbanas; **Toninho** sugere ainda a construção de estacionamento entre a Avenida Maranhão e Rua Corumbá; na Avenida Pernambuco entre a Praça Leão A. Fajardo e rua saquarema; na Avenida Pernambuco entre a praça Olímpica e Rua Juruá, onde se encontram os pontos de embarque e desembarque dos usuários do transporte coletivo, prejudicado pela concentração de veículos no local; o vereador sugere também o assentamento de meio-fio na Rua São Francisco entre a Rua Grajaú e Japurá; Rua Grajaú entre a Avenida Rondônia e rua São Francisco; Rua Santarém entre as Ruas Armando Segantini e Rua São Francisco; Avenida Rio Grande do Norte entre a Avenida Rondônia e Rua São Francisco; Rua

público situado entre as Ruas Ivaí e Uruguai em frente a sede da ASERC, assim como urbanização do mesmo. O objetivo é proporcionar maior segurança aos moradores e frequentadores da ASERC, pois o local tem sido ponto de encontro de marginais devido a escuridão do local.

#### Moção

A Câmara Municipal de Cianorte manifesta Profundo Pesar pelo falecimento do Vereador da Câmara Municipal de Sarandi, Luiz Sancin, popular "Luizão" ocorrido no dia 22 deste mês. Esta Moção também é dirigida à família enlutada e a Câmara Municipal de Sarandi.

#### 2º Turno e Redação Final

A Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei n.º 73/97 de autoria do Poder Executivo Municipal que altera a redação do artigo 21; altera a redação do inciso V e inclui VI ao artigo 22; altera a redação do artigo 24 e do parágrafo 3º deste artigo; altera a redação dos artigos 28 e 36, todos da Lei Municipal n.º 1.398/92 de 20 de fevereiro de 1992, modificados pela Lei Municipal n.º 1.458/93 de 29 de abril de 1993.

#### 1º Turno

#### O Poder Legislativo

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Na matéria seguinte (imagem 79) a solicitação por diversas melhorias na Zona 04, solicitadas pela Associação de Moradores, destacando a necessidade de ampliação dos atendimentos de saúde, segundo a matéria, o Vereador proponente da reivindicação cobra a execução das ações solicitadas pela Associação de Moradores.

### Imagem 79: Solicitações da Zona 04

ele, há necessidade urgente de se rever a atual lei que concede incentivo à instalação e ampliação de empresas em Cianorte, a fim de não perdermos indústrias para outros municípios que oferecem mais benefícios; Antonio Marques sugere que o Executivo construa sanitário no interior do parque infantil situado na Praça Amândio Mathias na Zona Três para uso de considerável número de crianças que ali frequentam.

**Moradores da Zona-04 fazem reivindicações**

O vereador **Claudemir Romero Bongiorno** sugere que o Executivo determine a construção de muro nos estabelecimentos que comercializam ferro-velho, conforme o artigo 179 do Código de Posturas, tendo em vista estarem localizados em vias de entrada da cidade, merecendo ter um melhor visual; sugere também a construção de abrigos de concreto na Praça João XXIII no Bairro Cianortinho em harmonia com o projeto arquitetônico da mesma. Segundo Bongiorno, os idosos e aposentados, que têm como passatempo jogar baralho e outros jogos na referida praça, esperam essas melhorias para se acomodarem do sol; sugere ainda esforços do Poder Executivo Municipal, objetivando atender às reivindicações da **Associação de Moradores** da Zona-04, referente execução de diversas melhorias naquele setor. Bongiorno sugere ainda a pedido dos moradores, que enquanto não for construído o mini-posto de saúde, sejam utilizadas duas salas na sede do Centro Social Urbano.

**Calçamento de passeio público na Travessa Itororó**

O vereador **Deolindo Antonio Novo** faz sugestão ao Poder Executivo Municipal, para que determine a construção de calçamento de passeio público em toda a extensão da Travessa Itororó, no trecho compreendido dentre a Avenida Santa Catarina e o Posto de Saúde/Colégio Drumond. Segundo o vereador Deolindo, por essa travessa, transitam diariamente um grande número de pedestres com destino ao Posto de Saúde, assim como alunos ao Colégio Drumond, notadamente no período da manhã e a qualquer momento estão sujeitos a ocorrência de atropelamento, visto que os mesmos transitam pela rua, devido a inexistência dos referidos passeios, a eles destinados.

**Iluminação entre Complexo Esportivo e Cemic**

O vereador **Leodoro Francisco** da Silva sugere que o Poder Executivo proceda a construção de redutor de velocidade na Avenida América, no trecho recentemente asfaltado; solicita também o assentamento de meio-fio nas Ruas Timbiras e Duarte da Costa, no trecho compreendido entre a Rua Bandeirantes e Avenida Europa; outra sugestão ao Executivo para a construção de galerias de águas pluviais na Avenida Santos Dumont no trecho entre a Praça João XXIII e o conjunto Beatriz Guimarães, onde se formam verdadeiros lagos quando chove.

**Delegacia de Vidigal precisa de reforma**

O vereador **Norberto Cavalari** em conjunto com seu colega Valdomiro Gonçalves Pereira, solicita à Telepar a instalação de telefone público no Bairro Três Vendas pois trata-se de antiga reivindicação da comunidade local; outra solicitação de Norberto Cavalari em conjunto com a vereadora Santana Buzo, solicita à Telepar, a instalação de telefone público no Bairro Bom Retiro reivindicação da comunidade por ser um bairro da zona rural muito habitada e onde estão localizadas a Escola Alagoas e a Capela Coração de Maria; Norberto sugere que o Poder Executivo reforme o prédio e construa muros na Sub-Delegacia de Polícia do Distrito de Vidigal.

**Isonomia para o Magistério**

A vereadora **Santina Buzo**, solicita à Direção do Consórcio Intermunicipal de Saúde, que informe se estão sendo tomadas providências para elevar o número de consultas de especialidades para Cianorte? Segundo ela, a população é a maior sacrificada pois permanece em longas filas; Santana solicita também à Secretaria Estadual de Educação, que sejam revistas as taxas de inscrição de vestibular cobradas pelas universidades estaduais. Os valores cobrados na atualidade, não estão ao alcance de pessoas de baixo poder aquisitivo e somente a UEM teve cerca de 13 mil inscritos para o vestibular deste ano para duas mil vagas; A vereadora solicita que o Executivo informe se foi regulamentada a Lei Municipal nº 1.738/96 de 10 de maio de 1996 que dispõe sobre a comercialização de produtos químicos de contato à base de borracha sintética, solventes químicos e/ou aromáticos?

A vereadora Santana Buzo remeteu ao governador do Estado

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Em ambos os casos é valorizado o associativismo, o trabalho em grupo e representativo que a Associação de Moradores desenvolve. Destacamos ainda que nas duas matérias (imagens 78 e 79) os vereadores proponentes que foram as vozes da comunidade e também enalteceram que as reivindicações vieram no ceio da comunidade e expressam as necessidades do dia-a-dia desses públicos.

A pesquisa com a palavra-chave “Conselho Municipal”, foi a que gerou o maior número de resultados. Foram 986 menções em 500 documentos diferentes (imagem 80). Essa quantidade de menções despertou ainda mais o interesse de análise para compreender os motivos dessa grande quantidade de publicações.

## Imagem 80: 986 citações em 500 documentos diferentes

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Ao nos debruçarmos na leitura das matérias, a surpresa foi constatar que a grande maioria eram referentes a “propagandas”, sobretudo do Conselho Municipal de Entorpecentes de Cianorte que desenvolveu inúmeros informes e campanhas. Essas propagandas eram recorrentes e durante algumas semanas ocorreram diariamente, motivo que, em parte, explica a quantidade de menções sobre o tema.

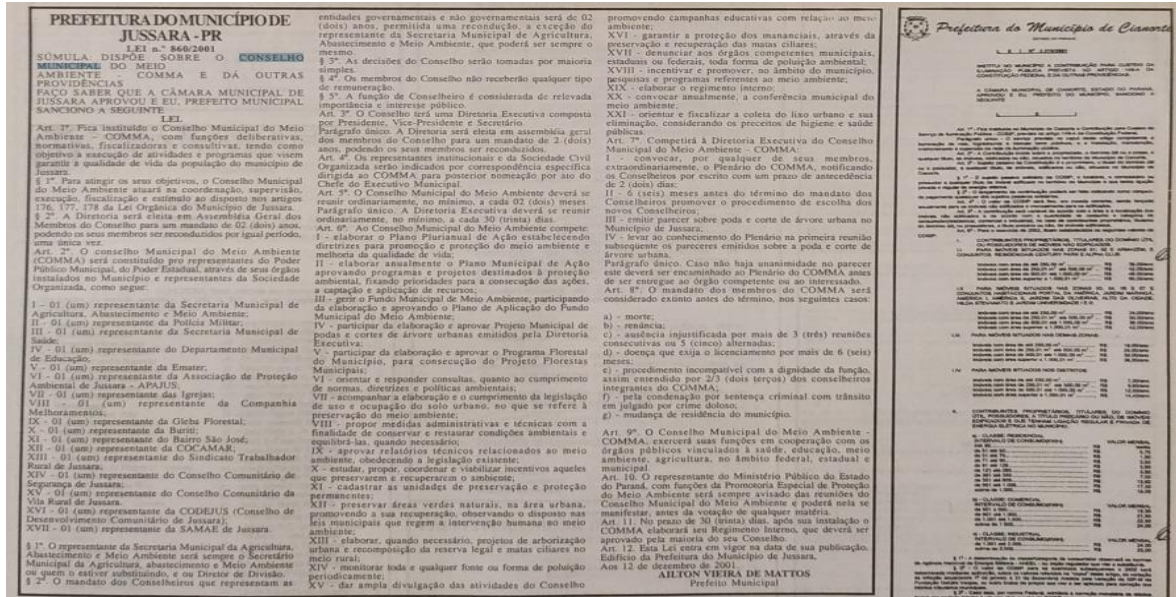
Porém outro fato que chamou a atenção é que pouco depois de encontrarmos essa grande quantidade de matérias publicadas pelo Conselho Municipal do Entorpecente, encontramos uma publicação em 29 de agosto de 1996 contendo propaganda eleitoral na qual o Presidente do Conselho era candidato a Vereador (imagem 81). Entretanto não podemos afirmar, por meio da constatação, que houve uso político do conselho.

## Imagem 81: Presidente do Conselho do Entorpecente é candidato a Vereador

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Outra constatação é que o jornal Tribuna de Cianorte foi usado por diversas Prefeituras da região durante um longo período de tempo como o jornal responsável pelas publicações oficiais, e dessa forma encontramos orçamentos municipais, gastos executados e previstos bem como o diário oficial dos municípios conveniados o que aumentou significativamente o número de menções referentes a palavra pesquisada (imagem 82).

### Imagem 82: Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jussara



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Nessa fase, nossa pesquisa está direcionada apenas ao município de Cianorte, motivo pelo qual desconsideramos as demais menções encontradas referente aos municípios da região. Não foi possível fazer esse afunilamento por meio do aplicativo de busca utilizado e então o fizemos por meio da leitura do material disponível.

Quando então conseguimos definir e restringir as matérias, analisando e considerando apenas as que se referiam aos Conselhos Municipais de Cianorte verificamos diversas publicações que valorizam a organização e as ações desenvolvidas em parceria dos Conselhos e do Poder Público, sobretudo ao considerarmos a década de 1990. São organização de eventos; acompanhamento de ações do executivo bem com atuação junto a outras esferas administrativas na busca de recursos e de políticas públicas para o Município. Destacamos algumas dessas matérias a fim de exemplificar como essas narrativas foram apresentadas e construídas.

Em 10 de outubro de 1999 encontramos a matéria abaixo (imagem 83) que anuncia a realização da Conferência Municipal da Criança. Como já discutido anteriormente, as conferências são espaços onde é possível ao cidadão participar efetivamente na sugestão de propostas e definição de políticas públicas ao Município

dentro de uma área específica de atuação. A matéria além de apresentar o intuito da conferência, convida a população a participar deixando os caminhos para que possam ser apresentadas suas propostas.

### Imagem 83: Conferência Municipal da Criança de 1990



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

E essa não foi a única publicação nesse sentido. Nas semanas seguintes outras matérias em dias consecutivos destacam a realização da Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e também matérias com informações posteriores a realização da conferência, com seus resultados, debates e direcionamentos, destacando a quantidade de propostas e moções apresentadas e aprovadas que visam integrar as crianças e adolescentes dos bairros em eventos esportivos e culturais próximos as suas residências com incentivo ao desenvolvimento cidadão.

Encontramos outras publicações de anos posteriores que também divulgam a organização ou realização de conferências municipais com participação de diversos Conselhos Municipais. Ou seja, são divulgações recorrentes nos períodos em que determina a legislação, cumprindo assim as obrigações legais do município e aumentando o número de menções da palavra-chave.

Podemos observar que em algumas ações noticiadas no período também há o convite para o envolvimento e a participação dos públicos. Como a 1ª Mostra Literária de Cianorte ou a 1ª Semana Cultural de Cianorte, ambas promovidas pelo poder executivo com apoio e participação ativa do Conselho Municipal de Cultura que também foi ativo na época. Encontramos várias publicações com referência a participação desse conselho tanto

na divulgação de eventos, quanto noticiando sua organização, convidando os participantes e o público em geral para que os prestigiassem. Ressalta-se que assim como no caso das Conferências da Criança e Adolescente as publicações foram se repetindo em anos diferentes englobando diversas edições dos eventos.

Assim como a 1ª Mostra Cultural a 1ª Semana Cultural (imagem 84) foi destaque no Jornal Tribuna de Cianorte, na matéria a valorização da abertura de espaço para que os artistas locais exponham sua arte e o convite aos públicos para a 2ª Semana Cultural.

#### **Imagem 84: 1ª Semana Cultural de Cianorte**



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Observamos também, como já destacado, o uso do jornal enquanto fonte oficial de informações o que pode ser confirmado em diversas publicações que se referem aos Conselhos, como alterações na legislação nacional, criação de novos conselhos e consequentemente a organização de suas ações e trabalhos. Muitos conselhos desempenharam papel relevante no fomento de ações desenvolvidas em suas áreas, mas por outro lado temos a constatação da premissa já citada de criação e uso dos conselhos para que se cumpra a agenda legal. Defendemos que a agenda esteja em sintonia com as realidades e necessidades dos diversos públicos e assim tenhamos o planejamento e o desenvolvimento de ações que englobem desejos e vontades desses públicos.

Como citado anteriormente o COMEN (Conselho Municipal de Entorpecentes) foi motivo de diversas matérias no período, algumas delas deram ênfase as ações,

apresentações e debates que tinham por característica a participação de jovens e o despertar da consciência quanto aos males causados pelo uso de entorpecentes.

A matéria de 24 de fevereiro de 1999 (imagem 85) retrata uma dessas publicações na qual jovens foram convidados a prestigiar uma apresentação cultural e puderam ouvir uma palestra proferida por um médico da cidade.

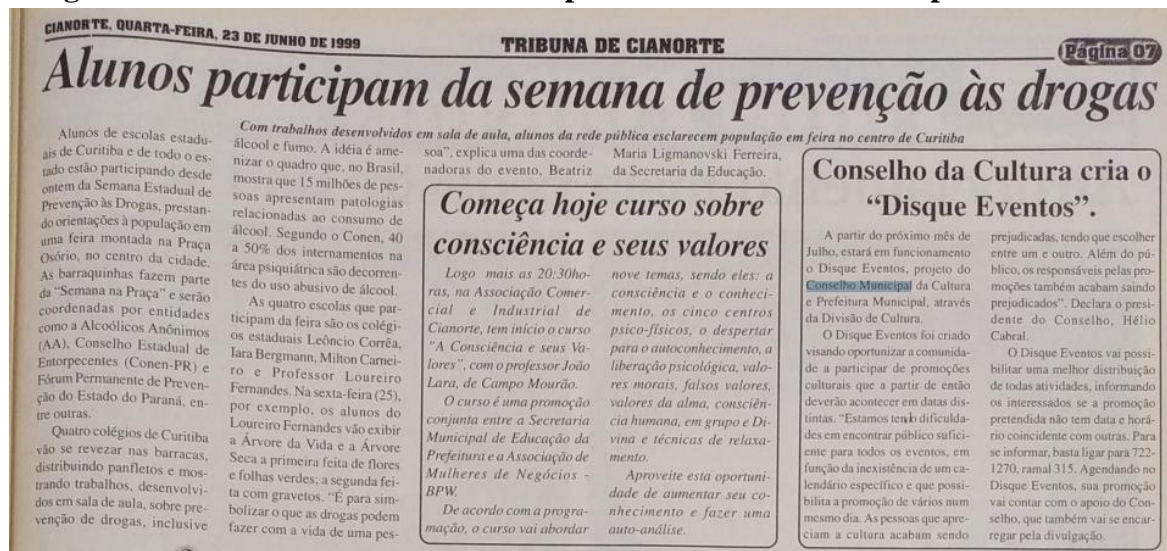
### Imagem 85: Ação do Conselho Municipal de Entorpecente



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Já na imagem 86 temos dois destaques em duas matérias jornalísticas que estão lado a lado, primeiro a participação de alunos na *Semana de Prevenção às Drogas* na qual o Conselho Estadual do Entorpecente esta envolvido; no outro o Disque Eventos criado pelo Conselho Municipal de Cultura no intuito de divulgação das ações culturais da cidade.

### Imagem 86: Conselho Estadual do Entorpecente e Conselho Municipal de Cultura



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

A matéria veiculada em 18 de setembro de 1999 (imagem 87) apresenta as comemorações da inauguração da Casa da Cultura, fruto da reivindicação do Conselho Municipal de Cultura, mostrando o poder de articulação do conselho. O espaço é a antiga estação ferroviária de Cianorte que, conforme discutimos anteriormente, foi recentemente demolida.

**Figura 87: Inauguração da Casa da Cultura**

**Um espaço exclusivamente para a cultura**



*Apresentação de alunos do Colégio Iglea*

**Cianorte Da Redação**

A partir de agora, os talentos artísticos tanto de Cianorte como da região terão um local apropriado para manifestar a sua arte. A Casa da Cultura inaugurada na quinta-feira à noite, com a presença de autoridades e artistas, concretiza um sonho antigo ao propiciar um espaço exclusivo para as atividades culturais. O prefeito Flávio Vieira lembrou em seu discurso que era um compromisso seu de campanha dar a Cianorte uma Casa de Cultura. Já o presidente do Conselho Municipal de Cultura, Hélio C. da Graça, salientou a importância da conquista para todos aqueles que se dedicam a algum tipo de expressão artística. O presidente da Câmara, vereador Deolindo Antonio Novo, elogiou a iniciativa do prefeito Flávio Vieira. "Sem dúvida alguma um grande benefício para a juventude", enalteceu.

E a noite de inauguração foi realmente da cultura. Artistas plásticos já mostraram um pouco de sua arte. A Academia Stúdio Fama, com três garotas, fez uma apresentação de balé clássico. É um grupo de alunos do Colégio Iglea

Grolmann arrancou aplausos da platéia com uma peça musical em que resumiu a história de 500 anos de Brasil, mostrando personagens das diferentes regiões do País. Vários quadros com fotos antigas de Cianorte atraíram a curiosidade dos presentes.

O prefeito Flávio Vieira lembrou das várias gestões que fez junto à diretoria da Rede Ferroviária Federal até obter o imóvel em regime de comodato por um prazo de 10 anos. Em princípio, a idéia era transferir para o local os serviços de assistência social do Município. Mas o Conselho Municipal de Cultura conseguiu sensibilizar o prefeito. Até porque, chegou-se à conclusão de que, além do prédio, existe uma vasta área disponível para grandes eventos. Vieira apostou no projeto ao promover os festejos de aniversário de Cianorte naquele local. O sucesso superou todas as expectativas.

**Casa da Cultura** - Ontem de manhã, o chefe da Divisão de Cultura, Roberto Manfrinato, detalhou toda a amplitude do projeto da Casa da Cultura. O prédio possui três alas com bom espaço interno. A do hall de entrada será destinada para exposição de artes plásticas. Os artistas poderão expor seus trabalhos por um período que pode variar de uma semana a 15 dias. "Tudo vai depender da agenda", explicou. A ala intermediária vai abrigar futuramente o Museu Municipal. E a terceira ala será destinada para oficinas de teatro, música e dança, entre outras manifestações.

A larga calçada nos fundos, que servia de plataforma de embarque e desembarque de passageiros, antigamente, ficará disponível para escolas e outras entidades que queiram fazer ali atividades com as crianças. No estacionamento, o projeto é construir no futuro um palco para shows de talentos locais e outros tipos de apresentações. Os artistas, conforme disse Manfrinato, serão convidados a expor regularmente seus trabalhos no local.

*O prefeito Flávio Vieira, o chefe da Divisão de Cultura Roberto Manfrinato e o presidente do Conselho Municipal da Cultura Hélio C. da Graça*

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

No caso da imagem 88 que apresenta a conferência Municipal da Saúde e a definição de sua programação. Essa divulgação de 25 setembro de 1999 é importante por informar o público a organização e forma de participar. Nela há a descrição do evento e nota-se que as atividades foram desenvolvidas durante o horário comercial e com cronograma já definido. Essa questão do horário comercial apresentada anteriormente como um impeditivo para a participação popular é relatada também pelos participantes da Partilha Oral e esta presente na maioria dos convites à participação dos públicos.

## Imagem 88: Programa da Conferência da Saúde

**S** SAÚDE

### Definido programa da Conferência Municipal

**Cianorte**  
**Da Redação**

A Secretária Municipal de Saúde acaba de divulgar, atendendo convocação do Conselho Municipal de Saúde, a programação da 4ª Conferência Municipal de Saúde. O evento está marcado para o dia 2 de outubro, a partir das 8 horas até as 17 horas, no salão paroquial da Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima.

Durante todo o dia, técnicos do setor - secretária municipal, Regional de Saúde e da rede privada (hospitais, laboratórios e clínicas), conselheiros e representantes dos mais diversos segmentos da comunidade vão estar discutindo a realidade da saúde pública local, levantando os problemas e bus-

pal. Logo em seguida, a médica Rosângela Ziggliotti de Oliveira, irá discorrer sobre a prevalência da hipertensão arterial sistêmica no Município de Cianorte.

Já a promotora Elaine Lopo R. Garcia vai falar sobre as atribuições do Conselho Municipal de Saúde. Logo em seguida, o promotor Joelson Luís Pereira falará da competência do Ministério Público em relação à saúde. Encerrando o programa no período da manhã, o técnico do Instituto Ambiental do Paraná (Iap) vai explicar a relação que existe entre saúde, lixo e meio ambiente.

A programação será retomada às 13h45, quando os participantes da conferência serão divididos em grupos para discutirem as propostas a serem apresentadas a par-

cipal de Saúde, já que desse fórum sairão todas as conclusões sobre a realidade atual e a necessidade para o setor de saúde pública do Município.



**A secretária Milene Beraldo Coelho**

**Dr. Marcelo Tadeu Fontanini Palka**

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Verificamos que ao longo dos anos diversas matérias são veiculadas para dar ênfase ao trabalho desenvolvido pelos diferentes conselhos, informando a população ou apresentando as ações desenvolvidas ou ainda convidando a população à participação. Assim como também matérias que noticiam a realização de reuniões envolvendo representantes do poder público e os Conselhos da cidade, como no exemplo abaixo (imagem 89) publicado em 11 de maio de 2002 que retrata uma reunião no CMEI João e Maria envolvendo lideranças, poder público e representantes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

## Imagem 89: Conselho da Criança reunido com CMEI

### Conselho da Criança se reúne no 'Seis Conjuntos'

**Da Redação**

Dando continuidade ao plano de descentralização das reuniões do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, aconteceu na manhã de quinta-feira, a reunião entre os conselheiros no bairro Seis Conjuntos (Creche João e Maria).

O órgão é formado por membros governamentais e não governamentais, que discutam a política de atendimento ao menor no município. A presidente Lucinda Madeira Moreno deu início ao encontro discutindo com os conselheiros o projeto de Lei que prevê a remuneração para famílias que acolherem menores em situação de risco. A ideia deste projeto seria de oferecer subsídio à família, para custear a assistência do menor, que também seria acompanhado por uma comissão. "Mas, a posição do conselho é contra a im-



**Conselheiros participando da reunião na Creche João e Maria – Seis Conjuntos**

plantação desta Lei, que pode ser interpretada de forma contrária a proposta, podendo servir de suporte, segundo a análise, para que algumas famílias façam disto um comércio", disse um dos conselheiros.

Além deste tema, foram abordados vários assuntos referentes ao atendimento à criança e o adolescente, por exemplo, o projeto que prevê a construção da 'Casa do Passagem do Adolescente', que será destinada ao atendimento temporário de menores que sofrem abandono familiar e cuja idade é de 12 a 18 anos.

"Já foi aprovado, e em breve deve ser construída". A "Pousada da Criança" também foi pauta da reunião. Atualmente a entidade atende 10 crianças, menores de 12 anos e em breve também receberá um novo local. Os recursos para construções destes dois locais serão liberados pelo FIA – Fundo da Infância e do Adolescente no valor de R\$ 33 mil para cada obra e contará com a contrapartida da Prefeitura. Ambas serão construídas no bairro Portal da América, uma ao lado da outra.

Outro assunto debatido foi a centralização burocrática de todos os conselhos de Cianorte em um único local, o projeto já foi aprovado e deve entrar em vigor nos próximos meses.

Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

A reunião foi convocada para debater propostas voltadas à área da criança e adolescentes da cidade, dentre elas uma lei para remunerar famílias que optassem pelo acolhimento de menores em situação de rua, com posicionamento contrário do conselho, e também a construção da Casa de Passagem do Adolescente e a Pousada da Criança. Além de informar, essa matéria destaca o envolvimento do conselho no debate com representantes e coordenadoras educacionais.

A Praça Olímpica voltou a ser destaque. Se ao pesquisamos por *Associação de Moradores*, havia a solicitação para que o espaço fosse loteado agora pedem o corte de árvores (peroba rosa) que apresentavam risco de queda. Na matéria, baseado em laudos tanto da Secretaria Municipal de Agricultura quanto da EMATER o Conselho do Meio Ambiente da parecer favorável ao corte, entretanto com a repercussão negativa na cidade o caminho foi convidar o público e debater o assunto (imagem 90).

### Imagem 90: Opinião Popular



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Outro exemplo é a elaboração do Plano Emergencial de Combate a Incêndios (após o surgimento de vários focos de incêndios na mata que circunda a cidade Parque Cinturão Verde) e com participação do Conselho do Meio Ambiente (imagem 91).

### Imagem 91: Plano Emergencial de Combate a Incêndios



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão

Como já citado, encontramos diversos convites à participação da população nas conferências organizadas em diversas áreas como por exemplo na Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação, Meio Ambiente e Cultura divulgando ações, programas e políticas públicas vinculadas às áreas nas quais os conselhos possuem atuação direta.

Constatamos muitas menções referentes aos Conselhos Municipais, todavia, diversas dessas matérias se repetem ou dão ênfase aos mesmos assuntos, divulgando a realização de uma conferência, posteriormente a escolha das palestras, cronograma do evento e na sequência os resultados dessa conferência, como já mencionados.

O fato positivo é que a veiculação amplia o alcance das informações aos diversos públicos que mesmo não podendo participar ativamente desses encontros é informado de sua realização. No entanto, analisando historicamente o acervo disponível do Jornal Tribuna de Cianorte não podemos desconsiderar que há intencionalidade na criação das narrativas que positivam a gestão municipal e as atividades dos conselhos e que os públicos ainda não desempenham papel decisivo e de protagonistas nesses eventos embora, cabe ressaltar, em situações pontuais, verificamos que foi retratado os anseios e desejos de participação da população em geral. Essas impressões e interpretações podem contribuir para a ampliação dessa participação futura e no desenvolvimento do PB que iremos apresentar.

Destacamos também que na época estudada, os meios de comunicação via internet davam seus primeiros passos, motivo pelo qual a mídia (jornais, rádios e televisão) ainda ocupavam destaque como meios de informação ao cidadão e nesse sentido, tomando por base os registros disponíveis para análise, pode-se dizer que a narrativa apresentada era de que a população era constantemente convidada e informada a respeito da realização de reuniões e demais ações dos conselhos. Não se pode afirmar, entretanto, que esse convite era eficaz e nem mesmo que a participação era efetiva nas reuniões, mas sim que havia a veiculação de tais informações.

Nas diversas publicações notamos destaque para dois conselhos. Primeiro o Conselho do Meio Ambiente que foi um dos mais antigos a ser instituído na cidade e também um dos mais ativos, até mesmo pela grande área verde existente na cidade, os inúmeros problemas que ela possuía, os processos de recuperação das áreas, criação e consolidação do parque e a preocupação com sua preservação que envolveu técnicos, políticos, estudantes, professores e a comunidade em geral com apoio do conselho.

Também o Conselho Municipal de Cultura, que por meio das narrativas e publicações apresentou uma forte atuação desde o início dos anos 1990, destacando-se a criação da Casa de Cultura como tentativa de resgate histórico da constituição da cidade e proliferação das artes além de diversas ações desenvolvidas durante aquela década, como Mostra Cultural, Mostra de Danças, palestras e shows. Ações em conjuntos com a sociedade, as secretarias, instituições de ensino e clubes de serviço da cidade.

Se não tivemos o instrumento do OP no período analisado, motivada pela nova CF e pelos movimentos participativos em todo o Brasil, abriu-se caminhos para que na cidade diversos conselhos fossem criados e desempenhassem funções tanto participativas quanto fiscalizadoras das ações públicas municipais.

Essa construção da narrativa encontrada é característica desse contexto histórico nacional de reabertura democrática. A cidade de Cianorte, apesar de não apresentar um projeto de participação amplo, fato que fica registrado após a análise das publicações oficiais bem como nos relatos dos públicos expresso tanto nos questionários quanto na Partilha Oral que realizamos, tenta, utilizando dos meios que possui, inserir no imaginário coletivo a ideia de participação mesmo que não concretizada.

Finalizamos essa análise observando que a metodologia de análise das reportagens, online ou no Jornal Tribuna de Cianorte em parceria com o Grupo de Pesquisa Cultura, Estado e Poder da UNESPAR – Campo Mourão, permitiu-nos verificar que a efetivação da participação popular depende ainda da ampliação dos direitos para além dos discursos e sua consolidação só se dará com a participação direta dos públicos envolvidos.

## **2.5 OP, apresentações e debates**

Por fim e com o intuito de ampliar o debate sobre o Orçamento Participativo e a participação popular, com foco em captar as representações populares, busquei inserir as discussões da academia desenvolvidas no Campus da Unespar de Campo Mourão tanto em eventos acadêmicos quanto noutros espaços não acadêmicos, mas que se abriram e permitiram essa ampliação do debate.

O objetivo principal não foi captar olhares dos públicos ou analisar a receptividade deles, mas sim inserir o debate relativo a História Pública, pautando o OP e inculcando assim ideias relacionadas ao estudo da participação popular. Nesse procedimento, além de pensar de forma sistematizada, buscamos e apresentamos um

diálogo simples e acessível aos públicos para que o tema se tornasse próximo as realidades dos mesmos.

Assim, na sequência, serão apresentadas as participações em eventos durante os anos de 2022 e 2023 nos quais pude apresentar os objetivos do projeto de pesquisa que estava em desenvolvimento. Além de falar sobre o projeto, a seção é importante por destacar o diálogo com os diversos públicos ampliando o alcance do projeto de pesquisa.

Em 2022 foram quatro oportunidades para falar sobre a pesquisa. Primeiramente no XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-GO: História, Crise Ambiental e Vulnerabilidades Sociais; a segunda a participação na Cianorte FM, rádio da cidade na qual, entre outros assuntos, pude falar da pesquisa; e posteriormente, o evento 16ª Primavera dos Museus coordenado pelo Professor Michel Kubelinsk que resultou na elaboração de um painel (fotoperformance) utilizado como divulgação no evento Feira Cultural Kombear em Cianorte. Já em 2023 foi possível a apresentação no V Colóquio Internacional Museus, Arquivos: Discursivização e Representação Social, Histórica e Material do Holocausto em Museus e Memoriais e II Exposição Itinerante Holocausto em Cena, evento com participação de forma online, além de diversas participações nas reuniões da Câmara Municipal de Cianorte.

O primeiro evento, organizado pela ANPUH – GO entre os dias 02 e 06 de maio de 2022. Participei de forma online como ouvinte em algumas mesas redondas e apresentando aos demais participantes o objetivo de se estudar o OP, enquanto instrumento de efetivação da participação dos diversos públicos na elaboração de propostas de intervenção social que potencializem a transformação de realidades e a construção de novos caminhos para atender aos interesses públicos e coletivos. (imagem 92)

### **Imagem 92: Certificado - XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-GO**



Fonte: Acervo próprio - Victor Hugo Davanço

Apesar de ainda se encontrar em um estágio inicial da pesquisa, a participação foi positiva ao apresentar a discussão e absorver sugestões que ressaltaram a importância do envolvimento dos públicos no processo decisório e mais ainda na própria elaboração da pesquisa. Afinal, se o foco da pesquisa é a participação dialogal com os públicos a partir da proposição do OP, torna-se pré-condição ouvir os públicos e entender as suas possibilidades de inserção efetiva nas discussões do tema.

A percepção dos participantes em relação ao nosso resumo “Orçamento Participativo: um espaço social de construção histórico coletiva” é de que o tema amplia a construção de uma História Pública onde o protagonismo será dividido entre os detentores do poder político e a população em geral que os elegeu.

O segundo momento foi na Cianorte FM, rádio da cidade de Cianorte, onde, entre outros assuntos, abordou-se a participação popular na elaboração de políticas públicas (imagem 93). O debate proporcionou a apresentação da História Pública ao grande público e aos próprios radialistas que, até então desconheciam esse campo de estudos.

#### **Imagem 93: Debate na Rádio CiaFM**



Fonte: Acervo próprio - Victor Hugo Davanço

Pude introduzir a temática, pautado nos estudos desenvolvidos durante as aulas do mestrado, debatendo os aspectos de reescrita da História por meio de memórias e

narrativas dos públicos que muitas vezes não participam dessas construções, mas que fazem parte das histórias dos bairros e das cidades e apresentando a importância do envolvimento dos públicos na sugestão de melhorias, bem como a necessidade dessa participação ser efetivada em espaços estruturados como os Conselhos Setoriais e o OP.

Essa abordagem foi possível pois o programa no qual participei fazia a análise do cenário político eleitoral de 2022 na cidade e os aspectos participativos estavam presentes entre os radialistas proponentes dos debates. A população que participou via redes sociais ressaltou necessidade do engajamento entre candidatos e as necessidades dos públicos.

A terceira participação (imagem 94) foi em um evento presencial na cidade de Campo Mourão que contou com desdobramentos online. Com o tema “Independência e Museus, outros 200, outras histórias” a 16ª Primavera dos Museus foi um evento a nível nacional promovido pelo Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM) que visa mobilizar e articular os museus brasileiros na organização de eventos que carregassem uma mesma temática de apresentação de produções. Sua organização é importante para aumentar o público dos museus e assim como propõe a HP, ampliar os debates com diversos públicos.

#### **Imagem 94: 16ª Primavera dos Museus**

**Convite! Exposição virtual!**  
**Histórias, Públicos e Performances**

Com certificação entre os dias 19 e 25 de setembro.  
Acesso pelo Qr Code.

**21/09/2022 - 13h30 às 17h**  
PALESTRA - Fotografia e memória: entre o analógico e o digital. Performance/ oficina de André Felipe Svolinski pensando a fotografia em diferentes meios de armazenamento e compartilhamento.

**21/09/2022 - 13h30 às 17h**  
PALESTRA - O intelectual e seus públicos Videoperformance de Weverton José dos Santos Lima refletindo a religiosidade cristã e os usos do passado (História Pública e Usos do Passado - videografia)

**21/09/2022 - 13h30 às 17h**  
PALESTRA - Mulheridades e fazer histórico Exposição fotográfica de Liège Fonseca Barros retratando o fazer histórico de mulheres em Campo Mourão e performance problematizando a invisibilidade feminina.

**21/09/2022 - 13h30 às 17h**  
PALESTRA - Orçamento participativo um espaço social de construção histórica e coletiva Fotoperformance de Victor H. Davanço problematizando a imp. participação popular na definição das políticas públicas.

Fonte: [www.saomateusdosul.pr.gov.br/portal/noticias/0/3/2796/inicia-hoje-a-16-primavera-dos-museus](http://www.saomateusdosul.pr.gov.br/portal/noticias/0/3/2796/inicia-hoje-a-16-primavera-dos-museus)

No ano de 2022 um dos focos do evento foi debater o papel relevante de personagens muitas vezes esquecidos pela história, destacando assim as mulheres africanas, sertanejos, povos originários permitindo um novo olhar sobre os fatos históricos ampliando-os e diversificando-os. Nossa participação proporcionou debate acerca do OP

como exemplo dessa ampliação do debate junto aos presentes. A apresentação ocorreu concomitante com outras apresentações tanto de alunos da UNESPAR quanto de demais estudiosos e artistas que performaram em diferentes linguagens.

Como estratégia elaboramos um cartaz que instiga possibilidades participativas dos públicos (imagem 95), destacando para tanto itens relevantes do cotidiano do grande público como aspectos relacionados a saúde e moradia, ligando-os ao OP, o qual seriam possibilidades para o público discutir propostas que os impactariam de forma assertiva. O banner além de ser usado nesse evento foi também apresentado na Feira Cultural Kombear.

**Imagem 95: Banner Orçamento Participativo**



Fonte: Banner do autor – Victor Hugo Davanço

A Feira Cultural Kombear (imagem 96) organizada por um bar de Cianorte visava promover a economia solidária e o empreendedorismo que aproximasse pessoas. Nesse intuito, surgiu o convite para apresentar e dialogar acerca da participação nos espaços comunitários com a apresentação da proposta de pesquisa desenvolvida sobre OP.

**Imagem 96: Feira Cultural Kombear**



Fonte: Cartaz de divulgação - Kombear

No cartaz de divulgação podemos observar a diversidade de temáticas e consequentemente de público que estaria presente no evento. Foram duas metodologias escolhidas para essa participação, primeiro a distribuição de panfletos (imagem 97).

**Imagem 97: Distribuição de panfletos**



Fonte: Acervo próprio – Victor Hugo Davanço

E também a apresentação do banner (imagem 98) criado para o evento Primavera dos Museus. Em ambos os casos foi possível dialogar com o público presente no evento e apresentar a abordagem da pesquisa já com o intuito de ampliação do debate sobre participação popular, preparando o ambiente e o público que poderia ser impactado posteriormente pela continuidade da pesquisa (questionários online e/ou entrevistas orais).

**Imagem 98: Exposição de Banner – Feira Cultural Kombear**



Fonte: Acervo próprio – Victor Hugo Davanço

Já a participação online no V Colóquio Internacional Museus, Arquivos: Discursivização e Representação Social, Histórica e Material do Holocausto em Museus e Memoriais e II Exposição Itinerante Holocausto em Cena, realizado em 2023 pela Universidade estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO – Campus de Santa Cruz) foi uma oportunidade de diálogo com diferentes pesquisadores e que permitiu apresentar o tema e debater a participação popular (imagem 99).

Além disso, foi possível ouvir os demais pesquisadores que enfatizaram a relevância de se dar protagonismo aos públicos na elaboração de propostas participativas que visem atender as necessidades dos diversos moradores da cidade.

### Imagem 99: V Colóquio Internacional Museus e Arquivos



Fonte: Acervo próprio – Victor Hugo Davanço

Além do destaque a essas participações em eventos e debates, vale ressaltar que em diversos outros momentos foi possível apresentar e dialogar sobre a importância da participação popular e do protagonismo coletivo para que as ações sejam impactantes e relevantes às diversas comunidades. Assim, por diversas vezes nas reuniões da Câmara Municipal, eventos públicos como feiras livres, datas comemorativas e visitas aos bairros esse diálogo era constante. Eles foram importantes pois possibilitaram a prática dialógica do ouvir e ser ouvido pela população mesmo que sem qualquer objetivo prático para a pesquisa. Foram encontros casuais e informais, mas de aprendizado.

### **3. PLANO DE BAIRRO**

Desde o início da elaboração do projeto de pesquisa nosso foco foi a sistematização em torno do Orçamento Participativo (OP), estudando seus elementos, apresentando sua conceituação, discutindo sua relação com a construção de uma história pública que envolvesse os públicos e para além disso, pensar possibilidades que ajudassem no processo de implementação do mesmo no Município de Cianorte e/ou que fossem alternativas à ampliação da participação popular na política.

A história que se construiu nesse processo permitiu o estudo de algumas propostas já desenvolvidas e implementadas em diversos municípios pelo país. Após esse estudo vislumbra-se como uma alternativa possível para a implementação de políticas participativas, uma construção coletiva que se inicie nos bairros, ouvindo os públicos e que em conjunto com eles possa escrever novos caminhos de intervenções enquanto alternativas para essas demandas. Nesse sentido, ouvir e dialogar com os públicos, com suas histórias pessoais e comunitárias precisa ser o compromisso para uma elaboração propositiva e condizente com os interesses e expectativas de implementação do OP.

A história demonstra que nas últimas décadas poucos municípios foram capazes de desenvolver uma política estruturada que de fato envolvesse os diversos públicos nas tomadas de decisões e se aproximasse do OP. São inúmeros os motivos para isso, muitos dos quais apresentados pelos participantes que responderam os Questionários Online (capítulo 3) indicam desde a falta de divulgação das possibilidades de participação, falta de interesse dos públicos, horários de reuniões incompatíveis até o sentimento de estarem apenas sendo usados pelos gestores para ratificar decisões.

Existem alternativas. No nosso caso, durante o momento de Partilha Oral, apresentado no capítulo 3, um dos participantes sugeriu que, se a implementação do OP está ainda distante da realidade de grande parte dos municípios brasileiros, assim como no caso de Cianorte, um outro caminho poderia ser pensado. Para ele uma alternativa seria a elaboração de planos de desenvolvimento mais próximos aos públicos e aos bairros que pudessem ouvir e analisar as potencialidades de cada território, sistematizando as ações necessárias para que o poder público pudesse agir, atendendo às expectativas dos moradores e promovendo o desenvolvimento de forma localizada, essa ideia foi por ele nomeada de Plano de Bairro - PB.

A proposta desse estudo tinha, desde o início, a premissa de pensar uma possibilidade de articulação que permitisse aos municípios caminhos para a implantação do OP como instrumento para superar dificuldades e obstáculos históricos existentes à participação popular. Dessa maneira, a ideia de PB apresentada pelo participante, neste caso pensada a partir dos mecanismos administrativos do OP e ancorada nas memórias de moradores sobre suas práticas econômicas, culturais e políticas nos bairros, foi incorporada como alternativa mais próxima dos públicos e que permitirá a participação efetiva considerando a diversidade de públicos e necessidades existentes dentro dos municípios.

De forma sistematizada o PB é uma possibilidade para a própria comunidade interferir e sugerir melhorias nas proximidades de suas residências. Por ser pensada na conjuntura do bairro, torna mais próximo o levantamento de demanda, a tomada de decisão, a proposição de melhorias e posterior avaliação das ações executadas. É uma possibilidade dentre outras que surgiram do encontro e diálogo com os diversos públicos presentes na Partilha Oral.

Apesar de não estar nos objetivos do encontro, ao surgir essa proposta, condizente com os objetivos de participação coletiva na construção histórica e que considera as vozes, desejos e memórias dos públicos, houve um grande entusiasmo de minha parte, enquanto pesquisador, pois se o intuito era fornecer ao final um caminho para a implementações de políticas participativas que considerassem os públicos, ouvir a proposta vinda do próprio público participante foi além das expectativas. A ideia era fornecer o caminho para a implantação de mecanismos participativos que agora surgiu, como diz Langaro (2014), não apontando o caminho enquanto historiador mas, no respeito às experiências sociais dos próprios sujeitos envolvidos.

Vale destacar que o projeto de PB, apresentado na Partilha Oral não é em si uma inovação, ele já está em operação em alguns municípios brasileiros. No Município de São Paulo faz, inclusive, parte do Plano Diretor Municipal e seus membros possuem participação efetiva em diversos conselhos e grupos setorializados da política oficial do município.

Nesse capítulo, além de analisar e discorrer sobre experiências já existentes vamos explorar a sugestão apresentada no nosso encontro para sistematizar e indicar a sua implementação aos Presidentes de Bairro e também aos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Cianorte, visto que no município o PB e o OP ainda não estão contemplados e nem mesmo sendo desenvolvidos.

Em São Paulo há o reconhecimento da importância da participação popular, sobretudo dos moradores dos bairros na definição de ações do poder público. Essa premissa expressa no Plano Diretor apresenta a estrutura descentralizada e parte do micro para o macro, sendo que a partir das definições nos bairros é que as Subprefeituras elaboraram alguns de seus projetos que, por fim, serão agrupados no planejamento do município. A todo instante o documento faz a ressalva, seja na definição do patrimônio histórico, na elaboração dos diversos planejamentos (econômicos e estruturais) para que o PB seja considerado enquanto instrumento de inclusão social.

Em seu art. 348 o Plano Diretor da cidade São Paulo afirma que:

A Prefeitura deverá fomentar a elaboração de Planos de Bairro na cidade, a fim de fortalecer o planejamento e controle social local e promover melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais na escala local por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas (São Paulo, 2014).

Ou seja, é o trabalho que se inicia no micro e que respeita a participação dos públicos, suas representações e narrativas na construção coletiva do município. Parte-se dessa sistematização para a elaboração das políticas municipais abrindo o espaço de participação sem deixar de atentar às demandas e necessidades expressas pelos públicos.

No Município de Curitiba temos também o projeto chamado Fala Curitiba, já apresentado no capítulo anterior e que permite a participação dos públicos seja na participação direta promovida em encontros programados, seja pela participação por meio do site oficial do projeto. Em ambos os casos a população pode inferir e sugerir caminhos, propostas e cobrar melhorias de ações pontuais no município, abrangendo desde luzes queimadas, buracos nas ruas até construção de escolas ou unidades de saúde. Além disso, outro ponto a se destacar na proposta da capital paranaense é o fato de a população poder acompanhar pelo site o status da proposta, se ela está ou não sendo executada e quais os prazos envolvidos.

Uma diferença existente entre essa proposta e a da capital paulista é o fato de que em Curitiba, até o momento, o projeto é apenas uma ação do mandato vigente e não uma política já consolidada no Plano Diretor, o que pode determinar sua descontinuidade no futuro próximo com uma troca de poder na administração municipal.

Como já dito, nosso entendimento é que a participação popular é necessária para que haja sintonia entre as necessidades dos públicos e as ações executadas pelos agentes

políticos. Para Schreiner (2000) a participação não pode apenas ser premissa para subsidiar ações e decisões dos governantes que reproduzem com isso um discurso do trabalho excludente de parte da população trabalhadora. Antes, a proposta precisa nascer e vir do ceio da população sendo os públicos agentes participantes e ativos não apenas expectadores. Sendo assim, o PB poderá aproximar diferentes interesses e minimizar rivalidades entre as demandas populares e as ações governamentais.

Assim como as propostas de São Paulo e Curitiba, destacamos a experiência de Toledo, município situado na região Oeste do estado do Paraná que, segundo seu site oficial possui atualmente mais de 156.000 habitantes Município e uma economia voltada às agroindústrias e ao setor de tecnologia, abrigando grandes empresas do setor (<https://www.toledo.pr.gov.br/municipio/historia/toledo-em-numeros>), sendo atualmente destaque no Paraná:

- 1º Lugar em valor bruto da agropecuária (VBP) no Paraná;
- 1º em rebanho suíno;
- 1º lugar em plantel de aves de corte;
- 3º na Piscicultura Comercial (tilápia);
- 9º maior produtor de leite do estado.

Comparativamente, apesar de estar situado em uma microrregião diferente do Município de Cianorte, Toledo apresenta características semelhantes como a micro propriedade rural, setor agroindustrial com forte desenvolvimento nas últimas décadas, sendo estes elementos importantes na caracterização da renda apesar de, em ambos os municípios, segundo os dados dos sites oficiais, ter ocorrido o processo acentuado de êxodo rural, sobretudo na década de 1980 quando a incipiente industrialização e a crise no campo forçaram grande parte da população a migrar para as cidades. Além disso, a escolha da análise na cidade se deve ao fato de, durante as décadas de 1980 e 1990, período de redemocratização nacional e abertura de espaços de construção coletiva no Brasil, várias iniciativas se desenvolverem nesse município com a participação dos diversos públicos.

No texto “A formação de uma cultura do trabalho cotidiano, trabalho e poder” o autor Davi F. Schreiner (1994) salienta que o processo de redemocratização nacional ativou na população e nos governos do período (década de 1980), sobretudo aqueles do período da transição do Regime Militar à Democracia, o sentimento de participação democrática. Assim, nota-se que nesse processo de migração do campo para a cidade há

também a tentativa por parte do poder público de inserir essa população nas tomadas de decisões, seja de maneira efetiva, seja de maneira retórica.

Langaro (2014) também faz análise próxima, segundo ele, o processo de redemocratização vivido pelo Brasil na década de 1980 permitiu a ascensão de grupos setorizados e abriu espaços aos movimentos sociais que reivindicavam melhorias às populações, uma “nova forma de fazer política no âmbito oficial, ou seja, incorporando demandas dos trabalhadores, trazendo suas lutas para a arena oficial” (2014, p.147) foi reivindicada e, em certa medida, implementada. Todavia, conforme demonstra o autor, é preciso um olhar processual, histórico e crítico que considere os sujeitos envolvidos como historicamente condicionados pelos contornos políticos existentes, afinal, se há a ascensão da participação demandada sobretudo por ações de grupos sociais, diversos governantes advogam para si essa abertura à participação. Nesse aspecto a participação acaba sendo construída e a opinião pública pode adotar contornos de publicidade e não apenas a expressão dos desejos reivindicados pelos públicos.

Para Habermas a eficácia da opinião pública é questionável. Para ele não há um comportamento totalmente previsível de comportar-se, podendo ocorrer tanto a partir de uma postura crítica quanto manipulável. Há assim uma ficção da opinião pública que pode ser levada a pensar diante dos interesses subjetivos que são colocados à disposição, ou seja, essa opinião pode ser orientada. Segundo o autor “ela é, toda vez, orientada para esta ou aquela direção através de determinadas medidas e acontecimentos” (2003, p. 275).

Voltando os olhos à experiência de Toledo - PR, Schreiner (1994) destaca que as associações de bairros foram criadas na época justamente por incentivo e intermédio do executivo, portanto, não nasce de uma iniciativa livre no ceio da comunidade, fazendo com que a associação esteja “ligada” aos mandatários do momento o que poderia vincular as ações aos interesses desses e não necessariamente à execução de ações que sejam necessidades populares. Essa vinculação é ainda mais prejudicial quando as associações são usadas apenas para ratificar as decisões e ações do executivo, o que segundo o autor gera inclusive conflitos com a câmara municipal que não “teria força” para se opor às ações propostas, visto que elas seriam reivindicações vindas das associações, logo reivindicações “vindas do povo”.

Esse jogo de poder e interesse fica ainda mais claro quando se analisa detalhadamente o processo de formação de algumas associações em Toledo e como era o caminho para a apresentação das propostas. Segundo Schreiner (1994), o auxílio citado do

executivo engloba subsídios na formação das associações, inclusive remunerando alguns dos seus membros (normalmente os Presidentes), posteriormente apoio na formatação e apresentação de propostas (muitas vezes o que acontece são as propostas do executivo sendo apresentadas pelos presidentes das associações) e que acabam sendo defendidas pelas associações e enviadas à Câmara como se fossem reivindicações surgidas da população. Ao chegar na Câmara, vindas das associações, ficava mais difícil para os Vereadores se oporem às propostas. Ou seja, ao perceber e descrever esse desenho, Schreiner demonstra como o jogo de interesse e poder pode determinar os rumos da política comunitária e manipular a opinião pública, como disse Habermas (2003), para além das oportunidades e potencialidades dos projetos.

Foram várias empresas criadas nesse período na cidade de Toledo, caminho que vinha ao encontro com a necessidade de ampliação industrial da cidade. Entre as empresas uma semelhança importante, o embrião de constituição foi a parceria entre a Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato (FACITOL), a Associação Comercial e Industrial de Toledo (ACIT) e a Prefeitura Municipal de Toledo. Essa articulação permitiu a criação de um centro de onde surgia e discutia-se novas ideias para solucionar os problemas de geração de emprego e, conseqüentemente de esvaziamento da cidade. Todas contavam com apoio da administração pública e segundo o livro “História das indústrias comunitárias de Toledo” editado pela Prefeitura de Toledo (1985), foram formadas contando com capital comunitário, por isso então chamadas de indústrias comunitárias.

Alguns exemplos podem ser citados e são importantes para a análise da participação popular na cidade. A primeira delas a King-Cola, empresa de refrigerantes que nasce no início da década de 1980 com esse espírito coletivo e que tenta desenvolver um novo ramo industrial para a cidade, mas que carrega inúmeros problemas administrativos e acaba decretando falência dois anos após sua abertura, gerando um impacto negativo aos objetivos da ACIT.

Entretanto o início negativo deu sustentação para o desenvolvimento ancorado em estudos e planejamentos subsidiados por especialistas que resolveram inverter a lógica e aproveitar o potencial já instalado das empresas da cidade. Assim surgiu a ideia de aproveitar rejeitos do frigorífico da cidade, o FRIGROBRAS para ampliar suas atividades, conseqüentemente aos estudos vislumbrou-se a necessidade de diversas embalagens para suprir o frigorífico. Os estudos foram desenvolvidos e diante a falta de matéria prima no mercado a ideia da empresa de embalagens foi deixada com opção futura surgindo a

Indústria e Comércio de Peles (INCOPESA) em 30/08/1980, que aproveitaria os subprodutos do FRIGROBRAS no beneficiamento de peles e que se constituiu na primeira indústria comunitária de Toledo.

Após, diz-se que o sonho de construção de algo comunitário se tornou de fato realidade, houve o rompimento da desconfiança deixada pela King-Cola e os resultados eram animadores. A Indústria e Comércio de Calçados (INCASA) surge logo em seguida (12/04/1982) aproveitando a matéria-prima da INCOPESA na fabricação de seus produtos e que contou com 58 acionistas já na sua abertura que aumentaram para 137 quando a mesma foi transformada em S/A. Temos ainda o caso da Indústria e Comércio de Artefatos de Couro (INDUSCOURO) 28/07/1983 focada na fabricação de bolsas; a Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários e Fertilizantes do Oeste (FERTIOESTE) em 08/08/1983; a Indústria e Comércio de Bolas (INCOBOLAS) fundada em 15/08/1983 que também aproveitou subprodutos da INCOPESA para a fabricação de bolas. Para fomentar o micro agricultor foi pensada e criada em 26/01/1984 a Indústria e Comércio de Carnes e Peles de Coelho (INCOELHOS) que além de fornecer matérias-primas para as demais empresas, tinha a função de gerar renda no campo aos pequenos agricultores. Outras empresas foram criadas nesse período com o mesmo objetivo. Diante da interligação das demandas e das produções na criação de modais de desenvolvimento econômico fundou-se em 18/11/1983 uma companhia de participações e investimento chamada TOLEDO S/A que funcionou como uma espécie de Banco Comunitário captando recursos locais e financiando as ações dos empreendedores locais.

Durante esse período diz Schreiner (1994), o contexto participativo é forjado pelo forte elemento discursivo e de marketing desenvolvido pela ação governamental. Para ele, os públicos são envolvidos na criação do discurso de “Toledo, cidade cooperativa e de desenvolvimento comunitário”, contando com estudos históricos do passado para dar maior credibilidade às ações implementadas, as quais incorporaram elementos constitutivos da opinião pública e das representações desses públicos. Nessa construção de narrativa são apontados aspectos de formação e organização comunitária do município desde seu início, a organização comunitária seria a base para a efetivação das associações de bairro, para a constituição de empresas comunitárias e a implementação do OP.

É fato que há essa tentativa dos governantes na criação das narrativas, como também podemos verificar que o ambiente e a percepção coletiva, sobretudo na década de 1980 relata um ambiente de desenvolvimento apoiado em ações estruturadas dos governos

e na participação dos públicos, seja na discussão, abertura de empresas ou ainda na sua administração. Nosso entendimento é que se há nos discursos dos governantes essa tentativa de consolidar uma narrativa oficial de participação, há também o interesse dos públicos em fazer parte desse novo processo político e nesse jogo de narrativas e interesses as vontades populares encontram caminhos para entrar nas discussões oficiais.

As experiências participativas de Toledo - PR na criação dessas empresas comunitárias são relevantes para nossa pesquisa, pois demonstram experiências onde estão presentes a organização enquanto estudo, planejamento e execução de ações, assim como defenderemos no PB. Além disso carregam o mais importante elemento por nós defendido, a aproximação do poder público aos diversos setores da sociedade e mais relevante ainda, a participação dos públicos em geral.

Contudo, observamos de forma crítica os contornos de uso da opinião pública para ratificar discursos (LANGARO, 2014) e não podemos deixar de considerar que o conjunto de ações desenvolvidas abre um novo cenário à participação que pode ser expandido. Enquanto construção histórica, a participação popular necessita se aproveitar dos espaços criados para implementação de seus desejos e vontades.

Podemos perceber que são variadas as ações participativas e de envolvimento com os públicos, algumas visam apenas justificar ou criar narrativas, outras buscam a transformação de realidades. Nesse conjunto queremos incluir o PB pensando-o enquanto processo de transformação social a partir da participação efetiva. Além do PB, proposto no encontro da Partilha Oral e que será melhor apresentado a partir de agora, é possível que se tenham outras propostas para a efetivação de políticas participativas, reafirmamos que essa é uma proposta que surgiu e que se encaixa com as premissas dessa pesquisa porém outras propostas significativas podem ser consideradas e atender aos objetivos de construção histórica coletiva.

### **3.1 Questionário sobre o PB**

O intuito, nesse ponto da pesquisa era desenvolver entrevistas orais escolhendo um bairro específico da cidade de Cianorte. Ali seria ouvido os públicos e suas relações com o bairro, valorizando as memórias, as construções coletivas ocorridas, avaliando assim as representações desse público com relação a participação e a efetivação das políticas públicas desenvolvidas focadas na resolução das demandas daquele bairro. Esse processo

ocorrerá a partir da discussão dos aspectos relacionados à elaboração do Plano de Bairro e à construção histórica que valorizou o enraizamento dos públicos na localidade de vida dos mesmos. Essa aproximação visa entender ainda mais os modos de vida diversos e propor um caminhar no qual essa comunidade possa, por meio do PB sugerir e definir os rumos de investimentos públicos segundo as necessidades do bairro.

Em certa medida, nosso planejamento foi alterado ao longo da pesquisa e se faz necessário essa explicação. A pesquisa iniciada em 2022 previa uma série de metodologias para ouvir os públicos e permitir aos envolvidos o momento de fala para que em conjunto pensassem meios de participação na definição das políticas municipais. Para isso promovemos encontros como a Partilha Oral, elaboramos questionários online que pudessem ser acessados por todos que assim quisessem, apresentados o tema em feiras livres, conferências, estivemos em reuniões de bairro e reuniões da Câmara Municipal de Cianorte. Aliado a essas metodologias e tendo em vista a proposta do PB que surgiu durante o encontro da Partilha Oral, nosso objetivo foi a escolha de um bairro da cidade para a aplicar as entrevistas orais presenciais ampliando e direcionando esse debate.

Assim sendo, apresentamos a proposta ao CEP – UNESPAR (Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Universidade Estadual do Paraná), solicitando autorização para a realização da referida pesquisa oral<sup>8</sup>.

Nosso intuito foi ouvir esse público por meio de entrevistas orais e, para ampliar essas representações optou-se também pela adoção de questionários semiestruturados para captar as representações de um público ainda maior. Nesse estágio da pesquisa o objetivo principal era mensurar se essa população já está inserida em ações participativas no bairro para que assim possam vislumbrar o PB como mecanismo capaz de sistematizar e organizar as demandas apresentadas.

Os questionários, nessa fase da pesquisa foram elaborados para ouvir um público específico. Agora já temos um produto que queremos desenvolver, o Plano de Bairro, mas antes de sugerir o seu uso queremos ouvir o público que será impactado pelo mesmo para entender suas relações com o bairro no qual residem, suas perspectivas de futuro, expectativas quanto a participação e se os mesmos conhecem os instrumentos e caminhos para participar das políticas públicas do bairro.

---

<sup>8</sup> No Parecer Consubstanciado de nº6.847.575 o CEP solicitou algumas adequações e informações complementares, uma delas referente a realização dos questionários descritos no capítulo anterior. Após sanar as dúvidas, o CEP autorizou a continuidade da pesquisa e a realização das entrevistas orais que visaram captar as falas desse público por meio do Parecer Consubstanciado nº6.933.421 de 05 de julho de 2024.

Dessa maneira, escolhemos o bairro Conjunto Beatriz Guimarães (imagem 100) para a aplicação do questionário e das entrevistas orais devido suas de ser um bairro “familiar” (que carrega o sentimento de união entre os moradores) e no qual diversas ações já são promovidas por intermédio da Associação de Moradores. O bairro localizado no setor oeste da cidade de Cianorte possui aproximadamente 180 residências e se constitui de um bairro predominantemente residencial. Em seu interior existe uma praça central com quadras esportivas, parquinho infantil e o salão comunitário onde acontecem os principais eventos comunitários e participativos do bairro.

#### **Imagem 100: Praça Central do Bairro Beatriz Guimarães**



Fonte: Acervo próprio – Victor Hugo Davanço

A Associação de Moradores desenvolve um trabalho agregador e ativo por meio de seu Presidente Sergio Ferreira Dias e conta com perfil no Facebook e grupo de WhatsApp que, na data do registro (10/03/2024) estava com 74 membros ativos que usam desses recursos para se comunicar com os moradores (imagem 101).

São várias iniciativas registradas e diversos informes disseminados nas redes sociais, como campanhas de vacinação, dias e horários do transporte coletivo, informações sobre falta de água, coleta de lixo, troca de lâmpadas, ações no bairro, organização de festas comunitárias como no Dia das Crianças, segurança, transeuntes suspeitos, animais perdidos, vendas de produtos artesanais, enfim tudo que é de interesse comunitário é informado aos moradores. Além disso o grupo do whatsapp do bairro se tornou um *lócus* importante para a troca de informações e agregador da vida comunitária entre seus participantes.

**Imagem 101: Grupo do Whatsapp Beatriz Guimarães**



Fonte: Whatsapp – Grupo do Conjunto Beatriz Guimarães

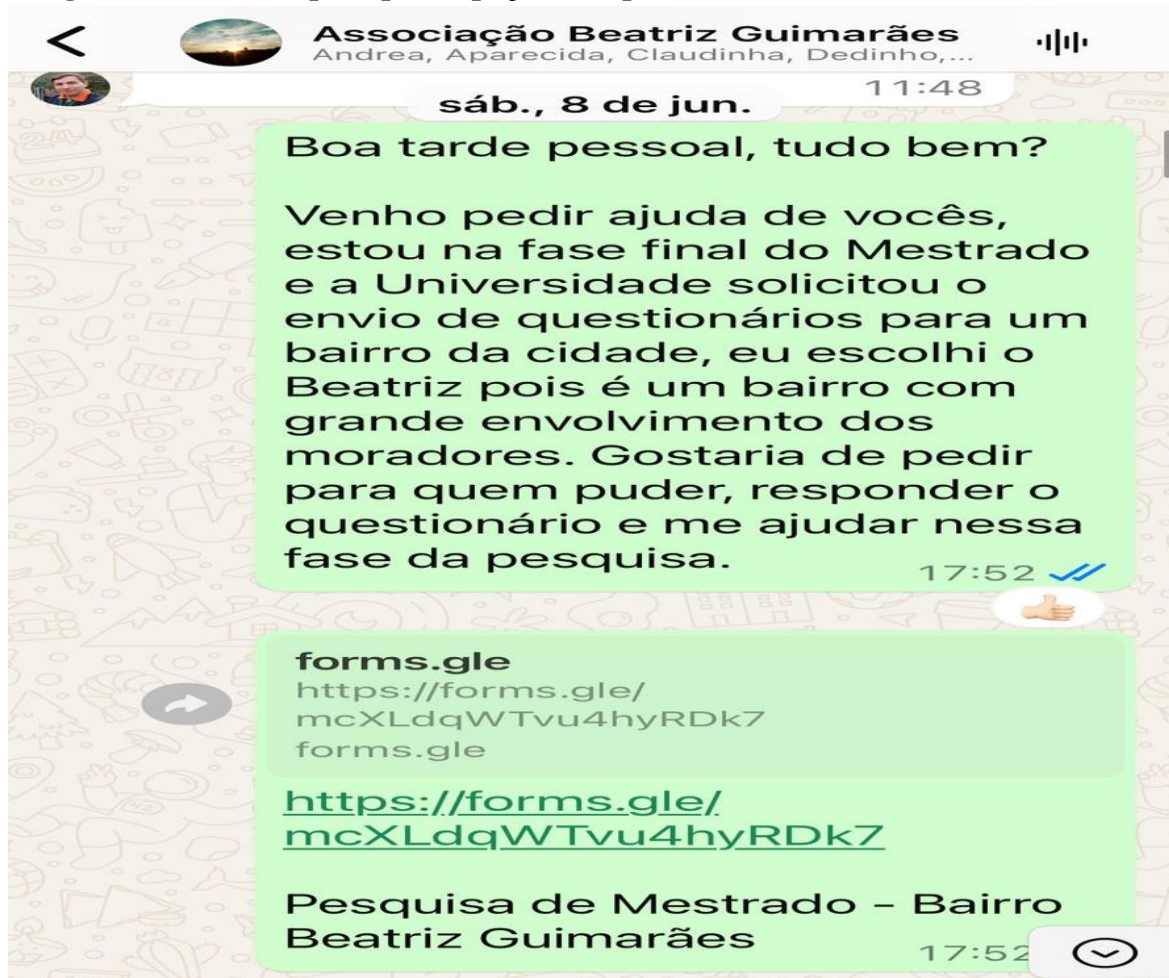
Em nossas pesquisas encontramos algumas publicações antigas existentes no Facebook da Associação de Moradores convidando-os para que enviem sugestões ao Plano de Bairro que estava sendo desenvolvido e assim se assemelhando com a ideia que defendemos de construção coletiva do PB.

Para captar a pluralidade de públicos que pretendíamos a proposta das entrevistas orais era ouvir ao menos 5 participantes, um de cada rua do bairro e mais 2 de forma aleatória, totalizando 7 participantes. Com a adoção dos questionários a ideia continuou sendo de atingir o mesmo número de participantes, porém com outra metodologia para chegar até esse público, agora via questionários online divulgados no grupo de WhatsApp da Associação de Moradores o que amplia a base da pesquisa, mas que, porém, limita a participação aos integrantes do grupo.

A escolha desse bairro para a aplicação das duas metodologias considerou ainda outros dois aspectos. Primeiro pela proximidade que tenho com o bairro e moradores pelo fato de ter residido ali por 16 anos e ainda, por estar até hoje no grupo de WhatsApp da Associação de Moradores. E segundo, por acompanhar a quantidade de ações já desenvolvidas pela Associação de Moradores e ter conhecimento da participação dos moradores nas diversas ações do bairro. Esses aspectos poderiam fornecer elementos importantes para captar tanto esse sentimento de pertencimento ao bairro quanto para expressar o desejo dos públicos na aplicação e desenvolvimento de políticas públicas.

Assim, diante do objetivo de permitir a participação por meio das novas tecnologias disponíveis foi elaborado o questionário e enviado diretamente no referido grupo do WhatsApp da Associação de Moradores, explicando com isso o intuito do questionário e deixando o link para a participação conforme segue (imagem 102):

**Imagem 102: Convite para participação nos questionários online**



Fonte: Whatsapp – Grupo do Conjunto Beatriz Guimarães

A ideia foi permitir o acesso e a participação, sem forçar ou obrigar. O questionário ficou disponível para receber respostas do dia 08/06/2024 ao dia 16/06/2024, pouco mais de uma semana para que tivéssemos tempo hábil de análise e sistematização das respostas. Nesse período foi possível atingir quase o dobro do público pretendido, totalizando 13 participações de moradores. A amostra de público utilizada é considerável dentro do universo pesquisado, são 74 participantes no grupo de WhatsApp e ouvimos 13 participantes, ou seja, quase 18% desse público participou respondendo o questionário.

O questionário foi organizado em três grandes grupos de perguntas. O primeiro visava qualificar os participantes; o segundo permitiu respostas abertas e a participação livre com foco nas vivências e experiências no bairro; e o terceiro, também com respostas

abertas, mas mais específicas que direcionavam a coleta de informações sobre a percepção do público respondente em relação ao OP e ao PB.

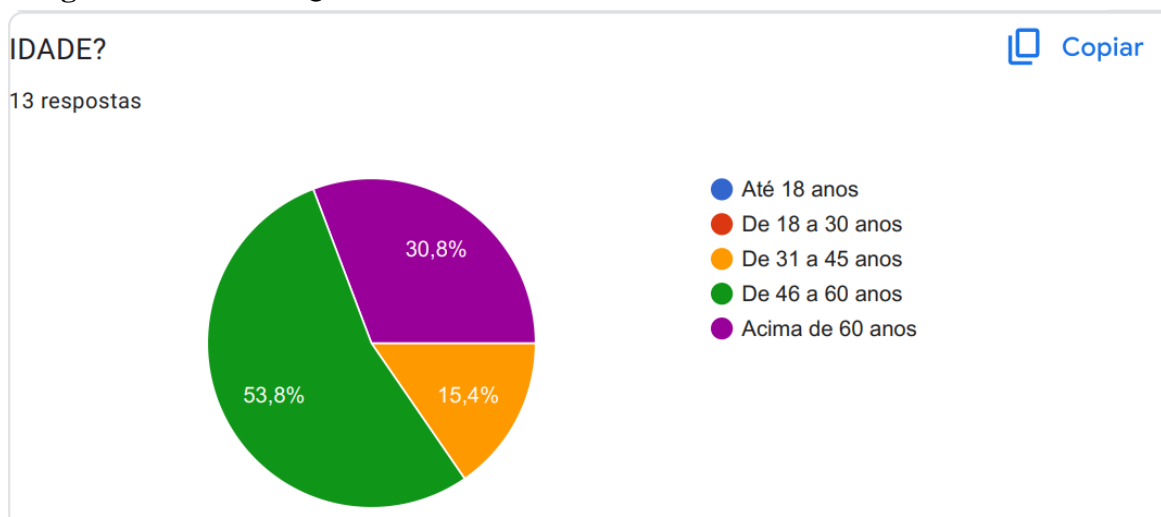
Destaca-se que para o primeiro grupo de pesquisas usamos questões que permitiam as respostas com opções de múltiplas escolhas usando para isso a Escala Likert como referência com a qual apresentamos as alternativas de respostas que consideram opções positivas, negativas e neutras, na maioria 5 opções de respostas em cada questão. Mesmo que alterando a quantidade de opções o intuito foi de classificar os públicos para expressar a pluralidade de participantes.

O questionário seguiu o mesmo planejamento que seria desenvolvido na aplicação das entrevistas orais e poderá servir de balizador para futuras pesquisas e abordagens com os demais públicos no intuito de apresentar e desenvolver o PB.

**1º Grupo de Questões** - tem por intuito classificar os participantes quanto a idade, sexo, escolaridade e renda.

A primeira questão no questionário era o nome dos participantes, mesmo não sendo obrigatória a resposta todos a responderam, entretanto, preferimos não identificar os respondentes. Na segunda e terceira questão, respectivamente perguntamos a idade (imagem 103) e o sexo dos participantes (imagem 104).

#### **Imagem 103: Idade - Questionário Online Beatriz Guimarães**

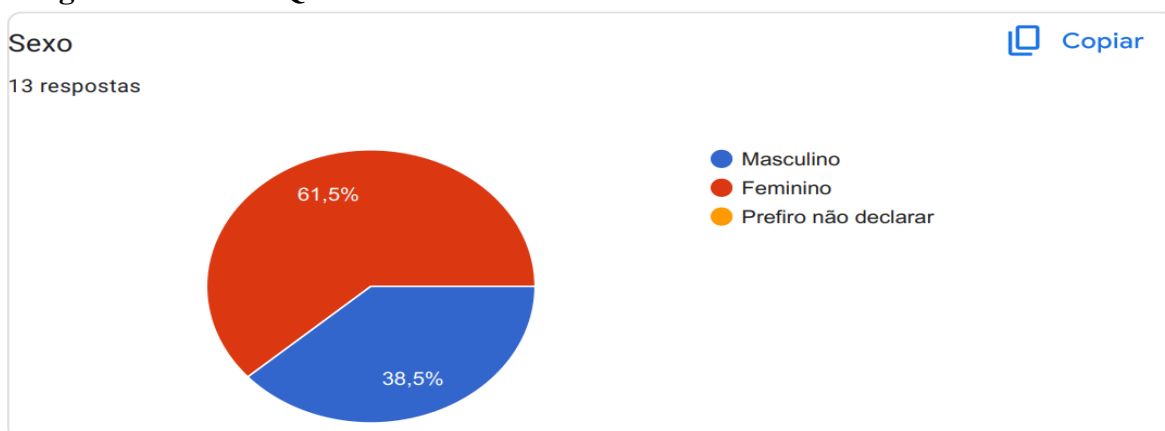


Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Pode-se observar que a maior parte dos participantes se encontra no grupo entre os 46 a 60 anos e do sexo feminino. Em uma análise mais detalhada vemos que outro grande grupo representativo declara ter acima dos 60 anos. Um público respondente mais velho e que pode ser representativo da ligação desses moradores com o bairro. Como veremos

adiante, alguns desses respondentes residem há 35 anos no bairro, passaram por várias experiências e vivências.

#### Imagem 114: Sexo - Questionário Online Beatriz Guimarães

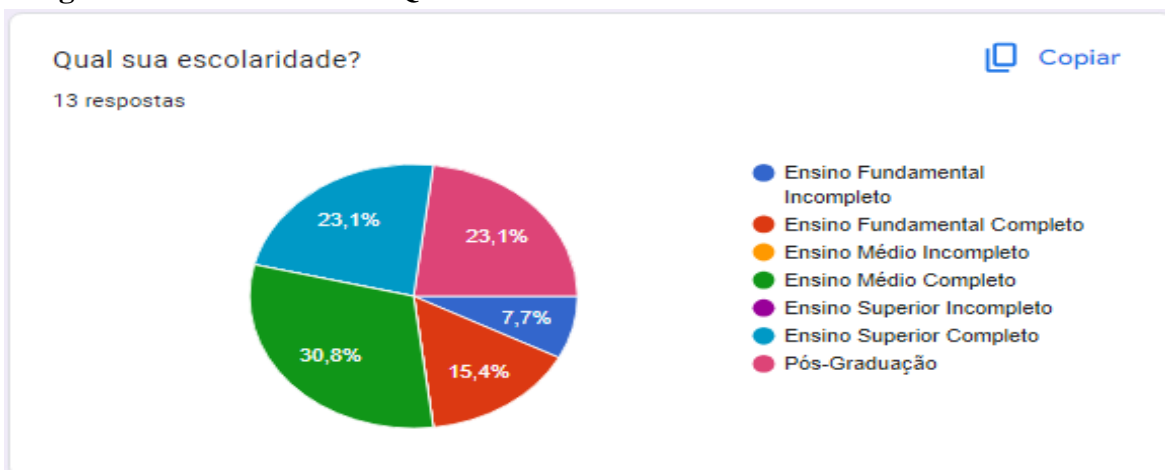


Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Na sequência fizemos o questionamento referente à escolaridade (imagem 105). Foram 07 alternativas disponíveis contemplando desde a educação fundamental incompleta até a pós-graduação no intuito de estabelecer conexão com as falas apresentadas na Partilha Oral que afirmavam a importância da formação para a ampliação da participação.

Segundo os dados do Censo do IBGE de 2022, 98,2% da população de Cianorte é alfabetizada. Nas informações coletadas verificamos que grande parte dos respondentes já concluíram o ensino superior, e se somarmos aqueles que possuem o Ensino Superior com aqueles que concluíram a Pós-Graduação chegamos a 43,2% dos participantes.

#### Imagem 105: Escolaridade - Questionário Online Beatriz Guimarães

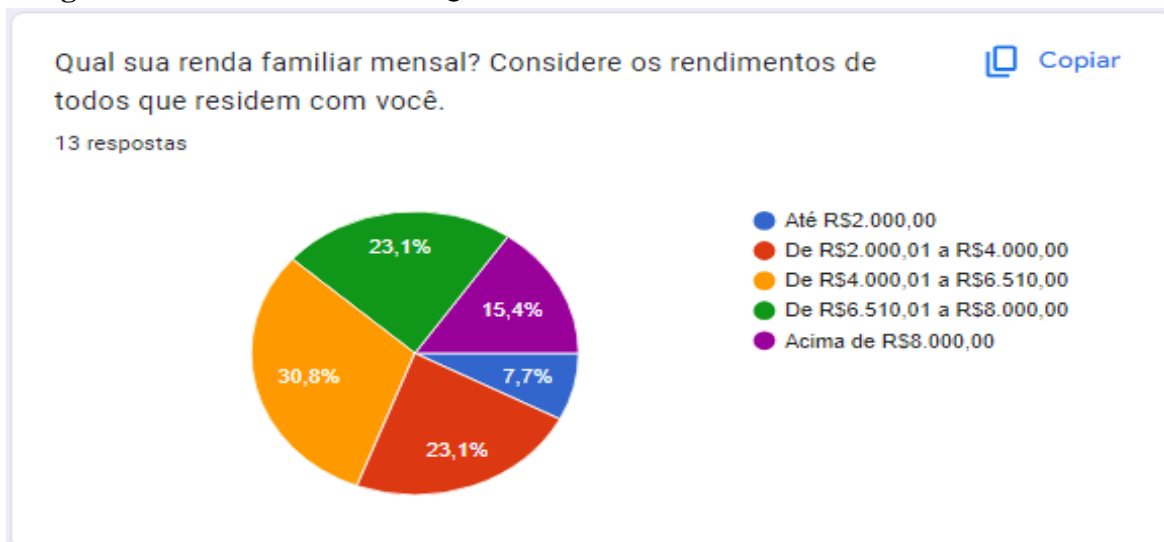


Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Na sequência, questionou-se a renda familiar (imagem 106). Foram 05 opções disponíveis que levaram em consideração os dados do IBGE (2022) que apresenta em 2021 uma renda per capita de 2,1 salários-mínimos na cidade.

Considerando também a escala Likert apresentou-se uma opção abaixo desse valor de referência, uma que se enquadra nela e três opções acima dessa média, isso pois o intuito dessa questão foi analisar se a renda interfere no nível de participação dos públicos, aliado à escolaridade anteriormente descrito.

#### **Imagem 106: Renda Familiar - Questionário Online Beatriz Guimarães**



Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

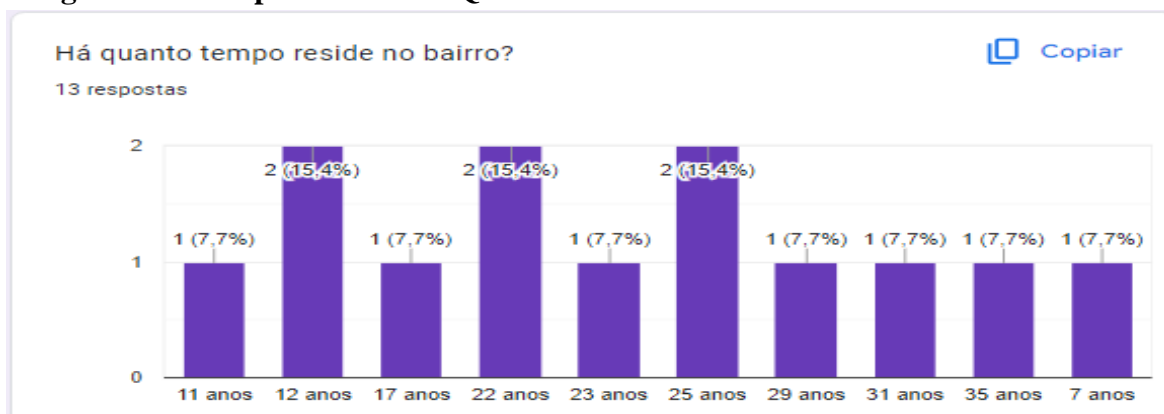
Segundo as respostas a renda familiar da maioria dos respondentes está superior a R\$4.000,01 reais, entretanto, após a realização desse segundo questionário notamos um erro metodológico. Ao não questionar a quantidade de moradores na residência ficou impossível o cálculo da renda per capita e assim comparar com a renda média na cidade.

Após esse 1º Grupo de Questão verificamos que os respondentes fazem parte de um grupo diverso com representações em diferentes níveis de escolaridade, renda e idade, sendo que aproximadamente 2/3 são mulheres e a totalidade alfabetizada.

**2º Grupo de Questões** – após caracterizar a proposta foi verificar como esse respondente atua e analisa a participação popular nas ações do bairro.

Assim, nesse grupo de questões a primeira delas, aparentemente, ainda carrega a conotação de caracterizar esses participantes, porém serve como introdução às demais questões. Nela pergunta-se há quanto tempo o respondente reside no bairro e permite a resposta aberta e espontânea (imagem 107). A variação das respostas oscilou de 7 anos até 35 anos morando no bairro. Na grande maioria são moradores que já possuem uma relação de pertencimento com o bairro e que construíram ali suas famílias, a média de tempo residindo no bairro é de 20 anos e 9 meses. Ou seja, muitos desses viram e participaram de diversas ações comunitárias no bairro.

### Imagem 107: Tempo no Bairro - Questionário Online Beatriz Guimarães



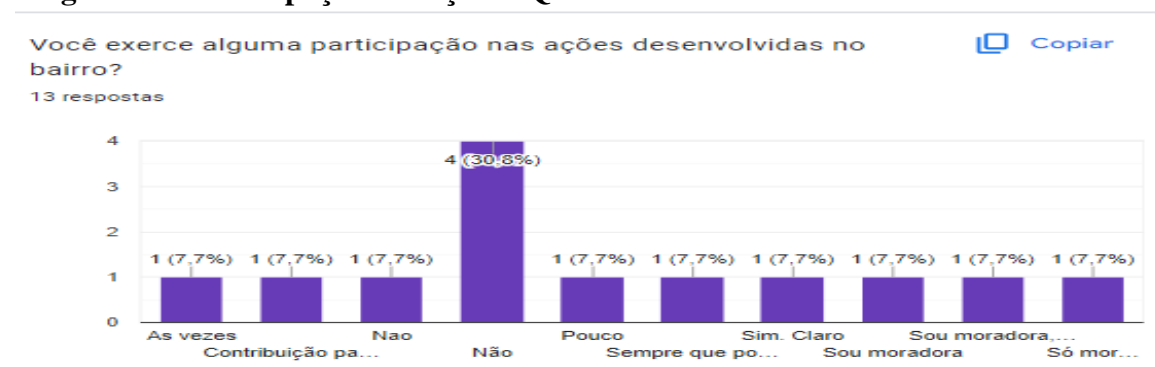
Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Não somente o tempo em que o respondente reside no bairro é relevante para nossa pesquisa, assim como também a participação ativa desse sujeito nas diversas ações desenvolvidas nessa localidade. Isso porque a ideia do PB inserida na perspectiva da História Pública visa resgatar a participação e as vivências dos moradores na projeção do futuro que se quer para a localidade.

É fato que as histórias de vida dessa população nem sempre estão representadas nas narrativas oficiais como verificamos no capítulo anterior. Elas são carregadas de simbolismos para aqueles que as vivenciaram e são características reveladas como diferenças desse bairro em relação aos demais. Nesse aspecto o sentimento de pertencimento e participação é aflorado.

Dessa forma resgata-se as memórias das vivências desse público como forma de construção histórica singular. Assim questionou-se: Você exerce alguma participação nas ações desenvolvidas no bairro? (Imagem 108).

### Imagem 108: Participação nas ações - Questionário Online Beatriz Guimarães

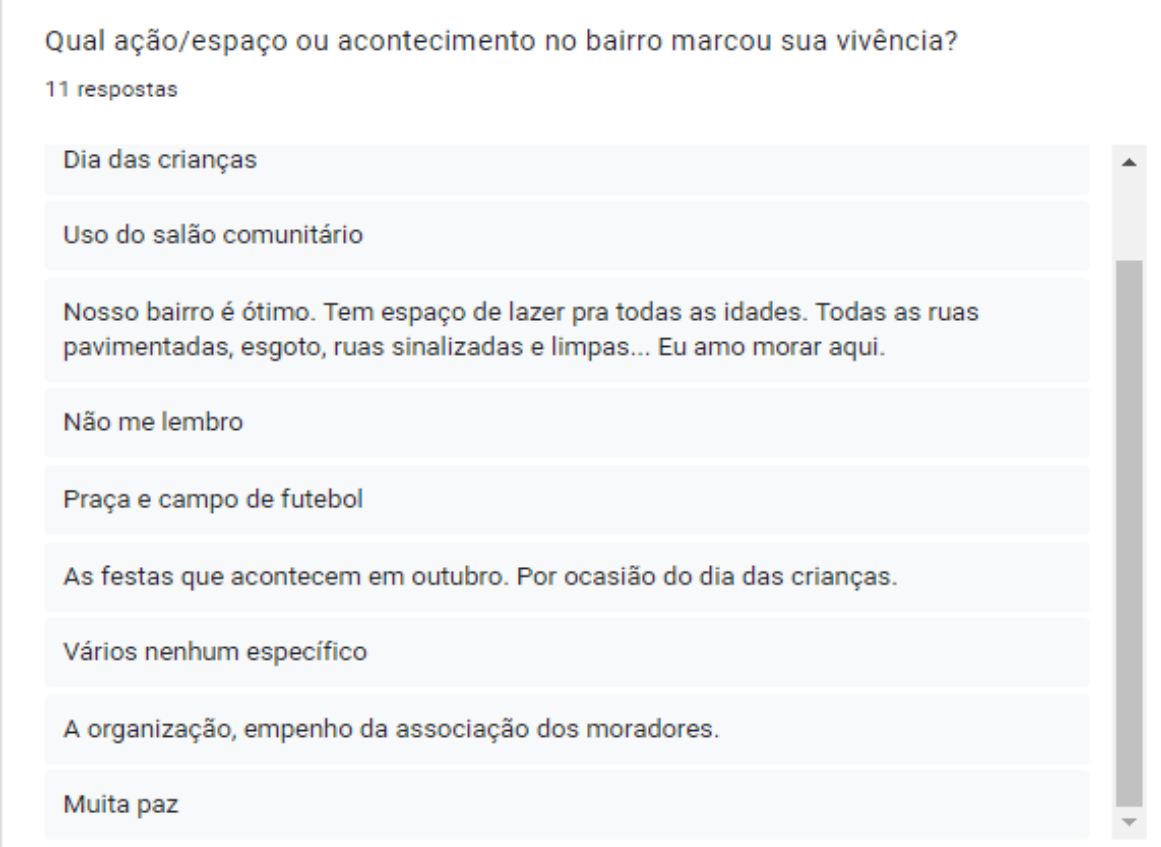


Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Nas respostas, 8 participantes afirmaram ter alguma participação nas ações do grupo, em uma entrevista oral essa questão poderia ser mais explorada, porém as respostas obtidas foram objetivas ao questionamento.

Ainda mais representativa das vivências desses moradores e de forma complementar do que a questão anterior, foi questionado: “Qual ação/espço ou acontecimento no bairro marcou sua vivência?” (imagem 109), pergunta essa que possibilitou aos respondentes valorizar aspectos vivenciados e que são relevantes na organização societária local.

#### **Imagem 109: Vivência marcante - Questionário Online Beatriz Guimarães**



Qual ação/espço ou acontecimento no bairro marcou sua vivência?

11 respostas

- Dia das crianças
- Uso do salão comunitário
- Nosso bairro é ótimo. Tem espaço de lazer pra todas as idades. Todas as ruas pavimentadas, esgoto, ruas sinalizadas e limpas... Eu amo morar aqui.
- Não me lembro
- Praça e campo de futebol
- As festas que acontecem em outubro. Por ocasião do dia das crianças.
- Vários nenhum específico
- A organização, empenho da associação dos moradores.
- Muita paz

Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Pode-se verificar que os fatos relatados de participação dessa população e que marcam a vivência no bairro estão fortemente ligados aos aspectos coletivos e tem como pano de fundo a Associação de Moradores. Festa do Dia das Crianças, melhorias nos espaços públicos coletivos e a organização enquanto comunidade foram os aspectos mais lembrados.

Para complementar, perguntou-se: “O que mais se destaca enquanto característica desse bairro com relação aos demais?” (imagem 110). Entre as respostas teve destaque novamente a tranquilidade no bairro e as ações coletivas que são desenvolvidas.

### Imagem 110: Característica do Bairro - Questionário Online Beatriz Guimarães

O que mais se destaca enquanto característica desse bairro com relação aos demais?  
13 respostas

A organização
Somos um bairro que dialoga.
Tranquilidade
É um bairro bastante tranquilo...
É um bairro pequeno e cercado por pasto/mats
Tranquilidade
E um bairro pequeno, e muito tranquilo.
Acho o grupo de moradores
Sossego

Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Nesse segundo grupo de questões foi possível verificar que os respondentes se identificam pelo tempo que residem no local, suas vivências estão ligadas à participação comunitária que se desenvolve em torno da praça central e do salão comunitário. São descritas festas e a própria organização do bairro com forte envolvimento dos moradores como pontos diferenciais dessa vivência. O sentimento de pertencimento também pode ser verificado em algumas respostas que afirmam “nosso bairro” referindo-se a tranquilidade e sossego do local.

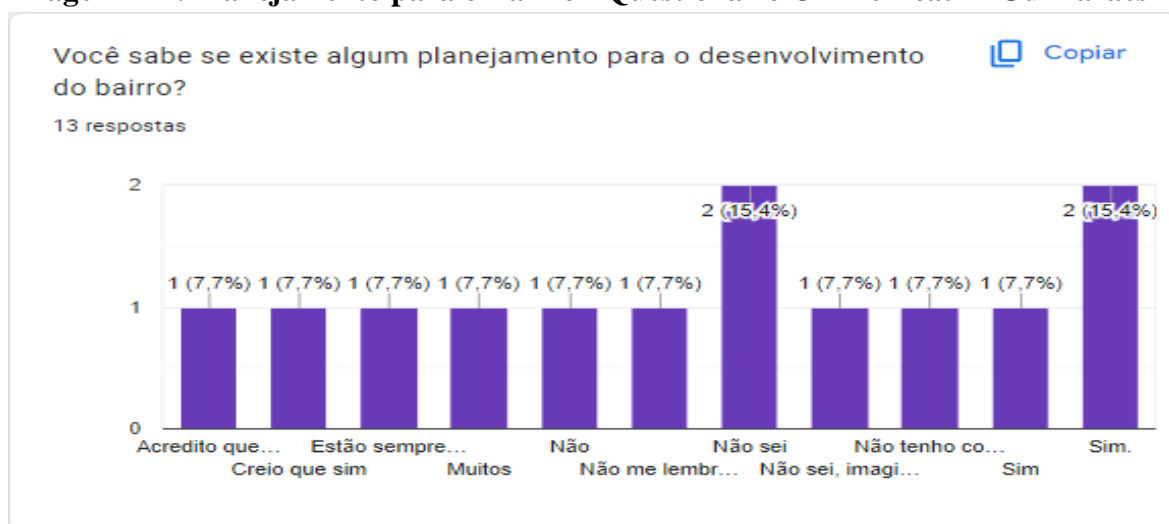
Lembramos que a metodologia utilizada disponibilizou a participação apenas aos moradores presentes no grupo de whatsapp do bairro. Vale então a ressalva de que essas percepções podem não fazer parte do sentimento de novos moradores do bairro ou ainda daqueles que não fazem parte do grupo pelo aplicativo. Entretanto percebemos pelas falas dos respondentes que há o sentimento de residirem em um ambiente caracterizado pela calma e baixos índices de violência ao comparado com a percepção desses moradores aos demais bairros da cidade.

**3º Grupo de Questões** – nesse ponto a ideia foi captar o entendimento dos moradores quanto à participação ativa na elaboração das políticas públicas. Como sabemos, tínhamos um norte da realidade observada, e agora as perguntas direcionaram-se para o planejamento das ações no bairro. Nosso intuito enquanto PB é propor uma proposta que dialogue com os públicos e que seja algo construído de forma coletiva, isso justifica o grupo de questões anterior, bem como as questões que se seguem.

Na primeira pergunta desse grupo, de forma objetiva, o intuito era saber se o respondente tinha conhecimento da existência de algum planejamento para o desenvolvimento do bairro. A ideia inicial era fornecer apenas as opções sim e não, porém optou-se por deixar a resposta livre de forma que aquele que quisesse poderia elaborar e discorrer mais em sua resposta.

Das respostas obtidas (imagem 111), apenas 03 participantes afirmaram que sim, existe o planejamento, outros 02 responderam que acreditam que exista, 06 não conhecem ou não sabem se existe esse planejamento e ainda outros 2 com respostas que o bairro já possui muitas coisas. Nota-se que há um percurso a ser trilhado de inserção dessa população no planejamento efetivo das ações de médio e longo prazo que serão desenvolvidas no bairro.

**Imagem 111: Planejamento para o Bairro - Questionário Online Beatriz Guimarães**



Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Apesar de muitos respondentes afirmarem que não há o Plano de Bairro, como vimos anteriormente, a Associação de Moradores desenvolveu sim, um planejamento. Talvez a grande questão que surge como proposta desse trabalho seja a necessidade de inserir esse público desde a discussão das propostas até a elaboração desse planejamento para que de fato o pertencimento seja completo

Outro ponto importante na elaboração do planejamento das ações é que essas sejam atendidas pelo poder público. Dessa forma, questionou-se se os públicos percebem a atuação dos governantes para sanar as necessidades da população: “Qual sua percepção quanto às necessidades e às ações dos governantes no bairro?” (imagem 112). As respostas identificam que esse público na maioria não percebe uma atuação efetiva para resolver as demandas da comunidade.

### Imagem 112: Necessidades x Ações - Questionário Online Beatriz Guimarães

Qual sua percepção quanto às necessidades e às ações dos governantes no bairro?

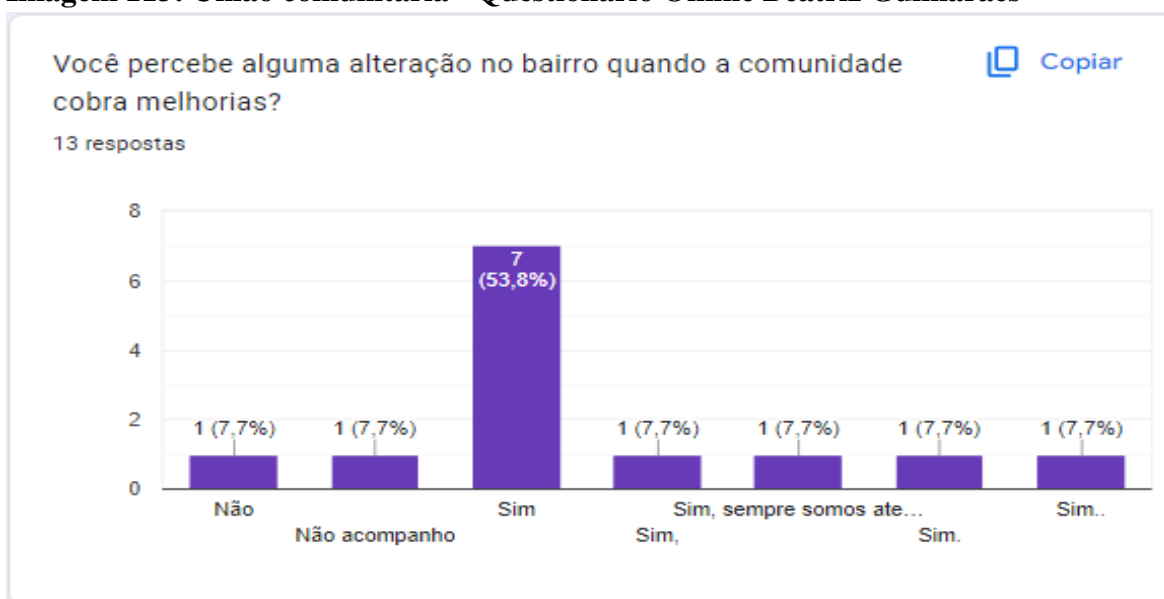
12 respostas

- Acredito que são boas
- Se existe é muito pouco
- Prefiro não opinar
- Até onde seios governantes, atendem as necessidades do bairro. Não medida do possível é clato
- As melhores
- Não estou sabendo de nenhum
- Ter mais cuidados com a iluminação, no sentido de promover reparos e trocas da iluminação constantemente.
- Sempre boas

Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Na próxima questão é considerado tanto a participação na cobrança por melhorias quanto a percepção desse público na efetividade dessa cobrança. Ao questionar se o público percebe alteração no bairro quando a comunidade cobra por melhorias, dá-se o espaço de reflexão da união na elaboração de propostas e também na cobrança de sua execução (imagem 113). Dos respondentes 2 disseram desconhecer essas cobranças, porém os demais afirmaram que essas cobranças causam efeitos positivos nas ações do bairro.

### Imagem 113: União comunitária - Questionário Online Beatriz Guimarães



Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Se a percepção do público respondente é a de que a participação e a cobrança da população podem resultar em melhorias, qual seria a percepção dos mesmos ao planejamento de ações no bairro. Diferentemente de uma simples cobrança, a proposta do PB será de elaboração de um documento que expresse a realidade do bairro e as necessidades para um desenvolvimento segundo os anseios dessa população.

As respostas obtidas reforçam a necessidade de planejamento, inclusive chama a atenção uma resposta que salienta a importância desse planejamento para o desenvolvimento do comércio local (imagem 114).

#### **Imagem 114: Ações e desenvolvimento - Questionário Online Beatriz Guimarães**

Você acredita que um plano de desenvolvimento do bairro pode auxiliar no desenvolvimento? Porquê?

13 respostas

- Com certeza. Tudo o que é planejado, dá certo. Pois é feito pensando na real necessidade dos moradores, tem orçamento e discussões que vai de encontro com o que realmente é preciso para um melhor desenvolvimento.
- Sim, fica mais organizado
- Sim, tudo tem que ter um planejamento....
- Sim, pode trazer melhorias aos moradores
- Com certeza
- Sim. Toda ação de desenvolvimento bem planejada, ajuda com certeza .
- Sim, tudo planejado tem mais chances de dar certo
- Desenvolve o comércio local

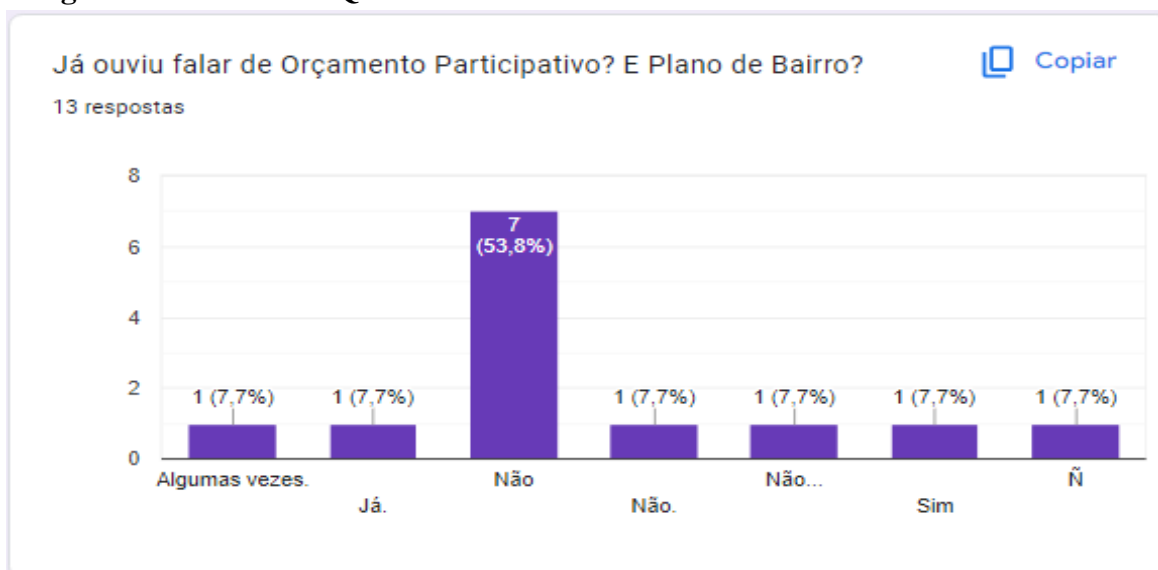
Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Como apresentaremos adiante, a proposta do PB visa elencar as potencialidades do bairro tendo por base o que já se tem implantado e aquilo que se vislumbra para o futuro. Isso engloba tanto os equipamentos e mobiliários públicos quanto os privados, inseridos nesse contexto os comércios e prestadores de serviços localizados no bairro.

Por fim, questionou se os participantes conheciam o Orçamento Participativo e o Plano de Bairro (imagem 115). A proposta não era discorrer e explicar ambos planejamentos, mas sim verificar se esse público os conhecia. Como sugestão propositiva queremos apresentar tanto o OP quanto o PB enquanto possibilidades de participação da população na elaboração de propostas em conjunto com o poder público.

Verificamos que 10 dos respondentes afirmam não conhecer esses mecanismos o que nos fornece subsídios para pensar caminhos para suas apresentações e elaborações.

### Imagem 115: OP e PB - Questionário Online Beatriz Guimarães



Fonte: Google Forms – Pesquisa Mestrado – Bairro Beatriz Guimarães

Assim após a aplicação e análise dos questionários verificamos que o público respondente expressa a pluralidade de sujeitos residentes no bairro, caracterizando essa localidade como um ambiente “tranquilo de se viver” e no qual o convívio comunitário é expresso nos eventos sociais. Apesar de termos grande parte dos participantes com alto nível educacional, verifica-se que isso não reflete na participação e organização quanto ao planejamento das ações do bairro, função essa que fica a cargo da Associação de Moradores e seus representantes.

Outro ponto a se destacar é que mesmo não exercendo essa participação na elaboração de propostas, os participantes avaliam como positiva a união tanto na elaboração quanto na cobrança por melhorias no bairro.

O fato de a grande maioria dos respondentes não conhecer o OP e o PB potencializa a apresentação da nossa proposta de PB e o desenvolvimento do mesmo como mecanismo de efetivação da participação popular no bairro. Essa metodologia será proposta à Associação de Moradores após a realização da pesquisa contento o planejamento para a elaboração do PB pautado nos pressupostos de participação e envolvimento dos públicos envolvidos.

### 3.2 Entrevistas Orais – PB

Com a aplicação dos questionários online foi possível ouvir moradores do Conjunto Beatriz Guimarães e assim analisar um pouco mais a percepção desse público

quanto à participação popular na política. Assim nossa próxima metodologia proposta nessa pesquisa, as entrevistas orais, buscou aprofundar ainda mais essa percepção e focou em ouvir essa população salientando seus conhecimentos em relação ao OP e o PB.

Dessa forma, nossa função enquanto pesquisador é analisar criticamente as representações desse público respondente, considerando suas percepções e memórias sobre os fatos históricos e às vivências no bairro. O uso da história oral torna-se então um elemento primordial para irmos de encontro ao público e ouvir suas representações, suas vozes.

Não podemos esquecer que a história oral está intimamente relacionada à memória e sua relação com as vivências, como afirma Moscovici (2007) “nós percebemos o mundo tal como ele é e todas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase físico, em que vivemos” (p. 30). Não há portanto representação sem a vivência e influência do meio social.

A memória enquanto elemento de constituição da história oral cria também um paradoxo, como afirma Portelli (1996), pois as fontes nesse caso são as próprias pessoas inseridas nos contextos dialógicos e assim implícitas de significados e motivações, ou seja, há nesse processo participativo de resposta a interpretação individual das situações vivenciadas. Mais que isso, há uma dimensão que vincula a relação entrevistador e entrevistado onde o “eu” escapa ao momento da entrevista, uma vez que essa prática por um lado retoma narrativas historicamente constituídas, mutáveis; e por outro, o entendimento do entrevistador e entrevistado de que suas narrativas serão lidas e/ou ouvidas por terceiros. O “eu” pode determinar e influenciar os rumos da pesquisa.

Mais que memórias coletivas, Portelli (1996) apresenta o conceito de memórias compartilhadas, e entre elas as memórias divididas. Assim, indica como a metodologia da História Oral encaminha a pesquisa não para a atenção exclusiva às dicotomias, mas aos compartilhamentos a partir da sua construção processual e histórica.

Com esse discernimento sobre elementos de análise do passado e baseados na valorização e análise de memórias e percepções dos públicos saímos a campo entendendo a possibilidade de encontrarmos diversas visões sobre o passado e sobre as condicionantes particulares do bairro. Como afirma Sarlo “é evidente que o campo da memória é um campo de conflitos” (2007, p. 20). Isso nos leva a crer que as narrativas dos públicos, necessárias para o desenvolvimento do PB e para a construção histórica em conjunto com os diversos públicos necessita da participação ativa do Historiador Público na condução

dialógica e propositiva desse processo, sendo essa uma atividade complementar que não visa retirar o protagonismo dos públicos, mas sim auxiliar criticamente em tal construção coletiva.

Assim, primeiramente submetemos a proposta de realização das entrevistas orais ao CEP – UNESPAR (Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Universidade Estadual do Paraná). Conforme defendido, essa proposta metodológica visa valorizar a construção da história pública por meio das falas dos diferentes públicos, suas histórias de vida, suas memórias e representações. Para tanto, o roteiro das perguntas permitiu que os participantes apontassem fatos, eventos, locais e acontecimentos que marcaram suas vivências, os meios de relacionamento entre a comunidade e o poder público além de, diante de suas percepções, comentarem a respeito dos conceitos básicos da pesquisa que sejam a participação, o OP e o PB.

No primeiro momento nosso intuito era entender o sentimento de pertencimento dos entrevistados em relação ao bairro e suas relações de participação comunitária. Langaro (2014) ao entrevistar moradores de Toledo e o processo de formação das associações de moradores, além de considerar as subjetividades dos participantes, soube descrever como os elementos de constituição da identidade e da representação estavam alinhados com a história que o sujeito queria apresentar. A subjetividade está presente nesse contexto, cabendo ao pesquisador sua interpretação. Assim, Langaro (2014) destaca ainda que embora as narrativas contidas nas falas dos públicos tenham sofrido ação das narrativas oficiais, não se pode negar a luta por direitos desenvolvida pelos moradores e a busca por cidadania.

Portanto, nosso objetivo com as entrevistas orais foi de proporcionar momentos de pesquisa participativa assim como sugere Krohling Peruzzo (2017) permitindo contato com o público no sentido de construção coletiva da proposta do PB e dessa forma contou com a interação junto aos entrevistados enquanto historiador público. As perguntas (nove no total) foram pensadas de forma sistematizada com questões estruturadas, porém conduzidas de forma aberta permitindo a fala livre aos envolvidos. Adotamos um tipo de História Oral Temática sugerida por Carlos Sebe Meyhe (2011), na qual o tema da pesquisa, políticas populares nos bairros, ganhou destaque frente a demais potencialidades da História Oral.

Feitas essas considerações dividimos as perguntas em dois grupos. Primeiro com o intuito das entrevistas orais em captar o real sentimento desse público, suas percepções e

suas vivências diárias, salientando que os aspectos estudados estão diretamente relacionados a atuação política de tomada de decisões e implementação de ações além de garantir o protagonismo aos públicos envolvidos apresentamos as seguintes questões:

1. *Qual sua relação e há quanto tempo reside no bairro?*
2. *Você exerce alguma participação nas ações do bairro?*
3. *Qual ação/espço ou acontecimento no bairro marcou sua vivência?*
4. *O que mais se destaca enquanto característica desse bairro com relação aos demais?*

Como fica claro, o objetivo primário foi valorizar as vivências e experiências dos entrevistados no bairro em que residem. Esse direcionamento intencional, além de valorizar as memórias dos entrevistados serve também para abrir o diálogo a respeito do planejamento do OP e do PB. Fica evidente nas respostas dos entrevistados que, como aponta Pollak (1992) apesar de ser uma construção de diferentes pontos de vista e vivências, as memórias convergem para pontos coletivos e sociais, para os acontecimentos do bairro.

Nesse sentido, a delimitação das entrevistas orais em apenas um bairro da cidade contribuiu para que assim pudesse ser ouvido moradores de uma mesma localidade considerando a premissa de que por residirem em mesmo espaço geográfico seria possível captar percepções de suas vivências conduzidas por uma pluralidade de experiências compartilhadas. Assim, o bairro escolhido foi o mesmo da realização dos questionários online apresentados no tópico anterior desse capítulo e no qual, posterior a pesquisa, iremos sugerir o desenvolvimento do PB.

Será possível identificar nas falas dos moradores, o reconhecimento de pertencimento ao local e das atividades desenvolvidas tanto pela Associação de Moradores quanto pelo poder público. Essa participação, supostamente forjada nas décadas de 1980 e 1990, como adverte Langaro (2014) faz com que algumas reivindicações dos públicos sejam atendidas sem que se tenha a alteração no projeto de desenvolvimento social que reduza desigualdades do bairro como iremos propor no PB.

Foram entrevistados 07 moradores no dia 13 de julho de 2024<sup>9</sup> sendo que 05 são moradores do bairro e outros 02 são moradores do entorno, mas que convivem diariamente no bairro e com seus moradores (ambos residem em bairros vizinhos, separados por uma rua). Todos os participantes foram escolhidos de forma aleatória pelo bairro, sem

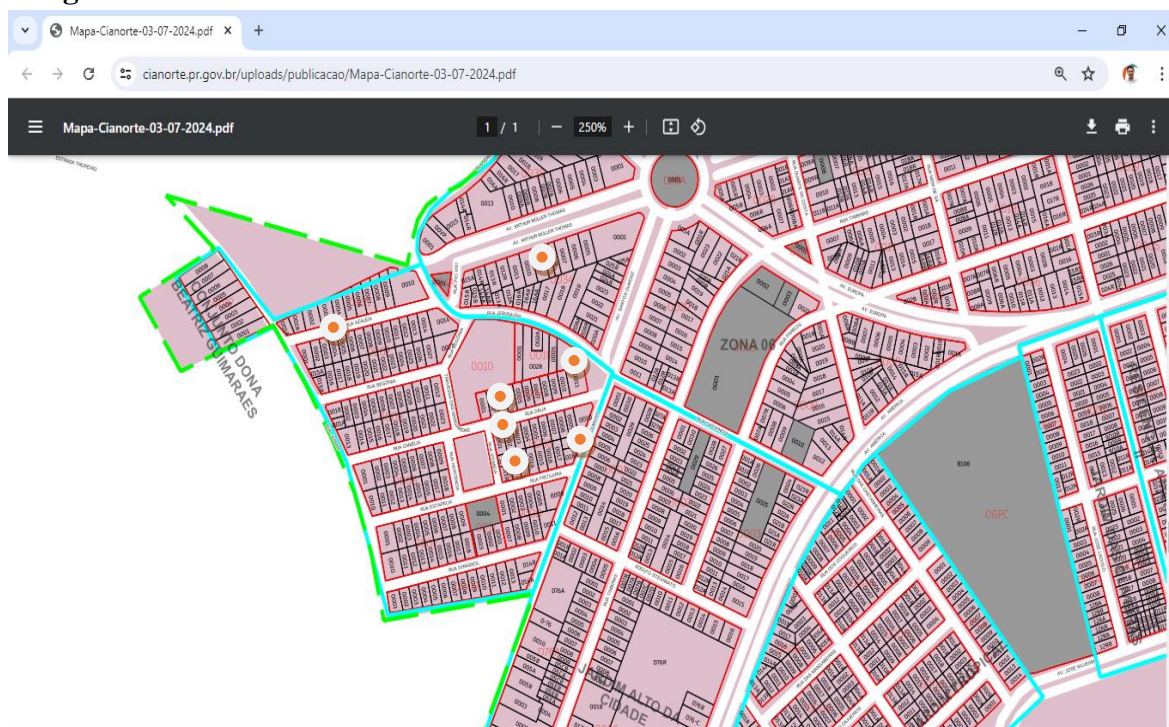
---

<sup>9</sup> A realização das entrevistas orais aconteceu após aprovação pelo CEP UNESPAR por meio do Parecer Consubstanciado 6.933.421 de 05 de julho de 2024.

direcionamento ou contato prévio, sendo 03 mulheres e 04 homens, todos acima dos 40 anos de idade e dois deles comerciantes locais. Apesar da autorização para uso de imagem dos participantes, iremos, quando necessário, identificá-los apenas pelo primeiro nome.

Na imagem a seguir (imagem 116) indicamos o local de residência dos entrevistados nessa pesquisa. A linha em azul claro delimita o bairro Conjunto Beatriz Guimarães e como pode ser notado os 02 participantes residentes no entorno estão praticamente dentro do bairro e inseridos nas dinâmicas do mesmo, tanto pela localização quanto pelas ações, memórias e sobretudo por suas vivências, fato que será destacado adiante na apresentação das entrevistas. O intuito foi de envolver os moradores e aqueles que possuem relação direta e diária com o bairro para que assim pudessem compartilhar suas experiências e memórias coletivas sobre o local.

### **Imagem 116: Residências dos entrevistados**



Fonte: [cianorte.pr.gov.br/uploads/publicacao/Mapa-Cianorte-03-07-2024.pdf](http://cianorte.pr.gov.br/uploads/publicacao/Mapa-Cianorte-03-07-2024.pdf)

Antes de analisar as entrevistas é necessário pontuar o receio de alguns dos respondentes. Isso se justifica pela proximidade do período eleitoral e a visão de que a pesquisa poderia ser intencional e/ou direcionada à campanha eleitoral, fato amenizado após a explicação dos objetivos acadêmicos e a forma neutra no tratamento dado aos entrevistados na condução das perguntas. Em nenhum momento foi abordado a conotação política partidária ou eleitoral e sim de valorização dos aspectos e conceitos da pesquisa.

Assim, as entrevistas orais nesse momento da pesquisa visam possibilitar aos públicos falarem e apresentarem suas percepções, valorizando a história de vida singular e abrindo espaço para a análise de como o público se relacionou com os acontecimentos da comunidade em que residem. Segundo Sharpe, esse tipo de “história oral tem sido muito usada pelos historiadores que tentam estudar a experiência das pessoas comuns” (1992, p. 48) pois ela permite a fala livre desse público.

Não obstante essa coleta de dados focou em saber se o público em questão conhecia o mecanismo do Orçamento Participativo e se possui atuação nas ações do bairro em que reside. Além disso reforçou a ideia de que é preciso a aproximação dos públicos para que se consiga desenvolver um planejamento coletivo destinado ao orçamento público. Essa realidade participativa, como veremos, por mais que esteja impregnada nos diversos discursos políticos, ainda não é realidade no cotidiano da população.

Nossos entrevistados possuem forte conhecimento e acompanharam várias fases de desenvolvimento do bairro, residindo entre 15 e 42 anos no bairro. Notadamente, o fato de residirem há anos no bairro permitiu-lhes a observância e o aflorar do sentimento de pertencimento ao local.

Nas falas dos entrevistados foi destacado como característica do bairro a tranquilidade tanto sobre a moradia quanto sobre as poucas notícias de crimes quando comparado aos demais bairros da cidade, mantendo ainda o “ar de tranquilidade”, essa percepção pode ser algo constatado pelos moradores devido ao tempo em que residem no bairro. A metodologia adotada e os moradores entrevistados são residentes há muitos anos no bairro, essa noção e percepção pode não estar estabelecida nos moradores mais recentes do bairro, contudo não tivemos a oportunidade de entrevistá-los.

Uma das entrevistadas, Dona Olivia enaltece justamente que o bairro carrega essa nostalgia, para ela “o que marca é a molecada brincando na rua, minhas filhas brincaram, os filhos das vizinhas, agora meus netos” brincando livremente nas ruas. Ou seja, várias gerações puderam desfrutar dessa realidade que não se alterou ao longo dos anos e que para ela é uma característica única do bairro.

Assim a primeira pergunta da entrevista foi usada para que o entrevistado pudesse, enquanto relembra há quantos anos residia no bairro, se reconhecer enquanto participante desse ambiente. Já na segunda pergunta questionou-se se os entrevistados exerciam alguma participação nas ações do bairro e a maioria respondeu que não, com

pequenas variações informando que ajudam em um evento ou ação específica que acontece, como no caso das festas comunitárias (Festa do Dia das Crianças, religiosas).

Ao questionar qual a ação/espaço ou acontecimento marcou essa vivência no bairro, o fator de reconhecer esse espaço como familiar e coletivo esteve presente em todas as respostas que valorizaram as atividades coletivas desempenhadas e organizadas a partir da Associação de Moradores como as festas no salão comunitário e sobretudo a Festa do Dia das Crianças organizada inicialmente pela Associação em parceria com os moradores e comerciantes da redondeza e que hoje conta com apoio e organização compartilhada com o Rotary Clube. O comerciante Marco que reside no bairro ao lado do Beatriz Guimarães, mas que possui comércio e vários clientes do bairro enfatizou “no bairro a gente tem sempre dia 12/10 a festa do dia das crianças, no início a gente fazia doação eu doava um pouco de pão, carne moída, depois salsicha e com o tempo o Rotary assumiu essa parte”.

Foi relatado ainda as reformas no salão comunitário do bairro com melhorias, colocação inclusive do ar-condicionado e a revitalização da praça central. Para o comerciante Edson que reside e possui seu comércio no bairro “as benfeitorias recentes melhoraram bem o bairro, o campo, o salão com ar-condicionado e o que falta é sinalização nas ruas porque os carros trafegam com velocidade não condizente com as vias então necessita de mais sinalização e em último caso até redutor de velocidade”. Nota-se nessa resposta que há no participante a percepção da atuação governamental nas melhorias do bairro mas que ainda falta uma aproximação maior com os moradores para captar suas necessidades de melhorias, esse caso será ainda abordado em outra questão.

De modo geral, segundo os respondentes as ações foram realizadas pela Prefeitura e com intermédio da Associação de Moradores. Esses aspectos reforçam o clima comunitário do bairro, o sentimento de pertencimento, Dona Irani afirmou inclusive que, após a reforma da praça a comunidade passou a frequentar mais: “Ficou bonito o Beatriz Guimarães, para todos poderem jogar bola, molecada e o professor vem. Pra nós é um incentivo. A praça fica toda iluminada. Nós aprova o que é bom”, interessante pois mesmo eles não usando do espaço disseram que aprovam o que é bom pensando no uso coletivo do espaço.

A moradora Elza afirma que o grande diferencial do bairro, além dos aspectos já mencionado de participação comunitária, estão relacionados à sensação de calma no bairro, segundo ela a “tranquilidade, a paz, a segurança, me sinto bem segura no bairro. Impressão de que é um condomínio”. Já a moradora Irani afirma que em relação a outros

bairros o Beatriz é muito calmo: “não tem muita coisa, agora tem bairro aí que a gente escuta na tv, é diferente, é pra pior, agora aqui você nunca houve falar nada”. Essas falas apresentam aspectos positivos, não que inexistam problemas contudo, ao comparar, os aspectos positivos são valorizados. De certa forma, mais que apresentar queixas sobre o bairro os entrevistados, grosso modo, procuraram positivá-lo, inclusive ao estabelecerem comparativos com outros bairros da cidade. Assim, se apresentam como sujeitos com autoridade frente ao debate sobre políticas públicas naquele lugar, mesmo admitido, destacaremos adiante, não atuarem assiduamente nas políticas de bairro.

Ou seja, observa-se a construção da memória coletiva e mais que isso o conceito de vida pública presente nessas respostas, como afirma Schittino (2016) no sentido de um espaço comum e de relações e participação desses moradores. Um espaço relacional diferente do contexto da vida privada ou como afirma Arendt (2019) um espaço de pluralidade e aparências necessário para a vida humana moderna. Os respondentes relatam e valorizam aspectos positivos do bairro, silenciando ou ocultando em suas falas pontos negativos.

Esse espaço de relacionamentos no bairro preservado e valorizado pelos entrevistados simboliza a manutenção da esfera pública na qual os desiguais operam em nível de igualdade em suas relações o que, em certa medida, contrabalança os aspectos da vida moderna e contemporânea e a perda desse envolvimento público.

Após esse agrupamento de respostas, no segundo grupo as perguntas que seguiram direcionaram para compreender as questões relativas ao planejamento e desenvolvimento do bairro sob a ótica do entrevistado, perguntou-se então:

5. *Você sabe se existe algum planejamento para o desenvolvimento do bairro?*
6. *Qual sua percepção quanto às necessidades e às ações dos governantes no bairro?*
7. *Você percebe alguma alteração no bairro quando a comunidade cobra melhorias?*
8. *Você acredita que um plano de desenvolvimento do bairro pode auxiliar no desenvolvimento? Por quê?*
9. *Já ouviu falar de Orçamento Participativo? E Plano de Bairro?*

Durante as entrevistas, ao perceber que o entrevistado sentia dificuldade de compreender o intuito da questão explicou-se o teor da pergunta remetendo-se a conversa às questões de participação e da vivência do mesmo no bairro.

Nas respostas identifica-se que os participantes desconhecem a existência de planejamento no bairro. Em alguns casos afirmaram e apontaram melhorias pontuais que ocorrem ao longo dos anos, como reformas e manutenções, contudo, desconhecendo a existência de um planejamento contendo as necessidades, prazos e metas de execução de forma estruturada para serem atingidas. Uma das entrevistadas, dona Elza afirmou que não sabe sobre o planejamento das ações no bairro pois está em tratamento de saúde, entretanto, “sei que tem pessoas com planos, mas não sei quais são”.

Quanto à percepção da atuação governamental no bairro, a resposta geral foi de que há agilidade para resolver as demandas pontuais que são apresentadas como troca de lâmpadas e limpeza nas ruas, mas que alguns pontos ainda podem ser melhorados. Luciano afirma que: “comparada com outros locais, quando há necessidade é rápido”; já Claudio diz que por meio da associação de Moradores e do seu Presidente: “melhorou coisas no bairro, limpeza, cercamento do campo”, pensamento complementado por Olivia que diz “quando tem sujeira já vem pegar”.

São medidas pontuais, mas que demonstram sintonia entre a atuação da Associação de Moradores e o Poder Executivo para resolução de pequenos problemas de infraestrutura do bairro e que acabam indo ao encontro das necessidades da vida diária dos moradores, aflorando o sentimento de pertencimento e também de resolução das necessidades dos moradores.

Um dos entrevistados pontuou a necessidade de melhorias relacionadas ao trânsito, já citadas acima. Para ele há a necessidade de pinturas das vias, melhorar a sinalização, implementar redutores de velocidade entre outras ações, pensando no bem-estar de moradores e também dos animais. Disse “eu já apresentei o projeto pronto de redutor de velocidade, sinalização e mão única nas ruas, até porque tem falta de respeito, animais já foram atropelados, entreguei o projeto a um vereador e estou aguardando a resposta, até agora nada”.

Muitas vezes, segundo os entrevistados, essas ações de melhorias ocorrem por intermédio da Associação de Moradores que articula a resolução dos problemas junto ao poder público, em outros casos, como na situação das melhorias de trânsito, percebemos que a ação acontece por iniciativa própria dos moradores.

Fato é que os respondentes expressam que grande parte das necessidades locais são supridas pelo poder público e apesar de não participarem ativamente das ações do bairro e da Associação de Moradores, afirmam a importância da organização coletiva e que

isso é fator positivo tanto na hora de cobrar quanto para que se tenham resultados na resolução dos problemas, “quando há necessidade, se une vai lá e faz” afirmou Marcos.

Encontramos ainda nas respostas frases como: “o desenvolvimento não pode parar” (Edson), “quando a comunidade se une, tem mais força” (Marcos) ou ainda “sempre tem coisas para ser feito, sempre tem melhorias” (Edson). O sentimento captado nessas falas é de que apesar de não existir nenhum planejamento estruturado no bairro, há articulação da associação junto ao poder público, e como sempre existem demandas a serem cumpridas, essa articulação, organização e planejamento são fundamentais para que se articule as ações de forma organizada e coletiva pensando no desenvolvimento futuro que seja contínuo e duradouro, se aproximando da ideia de PB que queremos desenvolver.

Nesse sentido, Luciano diz que para ele é necessário “planejamento para ajustar questões quanto a aparência, trânsito, saneamento” e mesmo não participando Edson também salienta a importância da organização para cobrar e ser atendido no bairro: “eu não participo das reuniões trabalho até a noite, o horário do meu comércio é mais noturno, então as melhorias que o presidente está cobrando eu acredito que foi feito”.

Por fim, quando questionado sobre o conhecimento dos participantes acerca do Orçamento Participativo e o Plano de Bairro, dos 7 entrevistados 3 afirmam que “já ouvi falar, mas nunca me inteirei de saber o que é, mas já ouvi falar” (Marcos), ou “eu escuto falar do OP direto na tv mas não sei o que significa, não sei falar o que é” (Irani) já Luciano disse “eu residia no RS e ouvia falar de Porto Alegre que tinha participação popular quando tinham os projetos, muitas vezes quando era debatido, tinha 3 opções e chamava a população para participar e votar”, lembrou da música que era tema do OP e continuou “depois outras cidades começaram a copiar, e era bom”.

Quanto ao PB nenhum dos participantes tinham conhecimentos sobre o que seria. Em todos os casos e para fechar a entrevista foi então explicado sobre os dois mecanismos enfocando suas possibilidades de desenvolvimento comunitário, salientando o PB como algo mais próximos das realidades e necessidades do bairro e como instrumento que se quer desenvolver posteriormente enquanto projeto piloto no bairro.

A percepção e análise com relação as entrevistas revela que o público participante está inserido no contexto participativo e principalmente afetivo do bairro, sobretudo quando se relaciona as festividades comunitárias visualizando e descrevendo o local onde residem como acolhedor e tranquilo. Apesar de não desempenharem funções de liderança

na associação de moradores, a reconhecem como o *locus* de organização e participação que irradia as necessidades comunitárias para os governantes.

A organização na cobrança por melhorias é valorizada e a falta do conhecimento de um planejamento estruturado e até mesmo o desconhecimento em relação ao OP é a porta de entrada para o desenvolvimento e aplicação do PB no local. Se há a consciência da necessidade de organização e se o público já reconhece esse espaço como participativo e colaborativo, os pilares para a construção coletiva de uma nova perspectiva de futuro estão com o caminho aberto.

Não conclusiva, a análise das entrevistas orais ratifica os pressupostos já elencados pela pesquisa nos quais ainda há a falta de engajamento da população que muitas vezes não conhece os caminhos e as possibilidades para efetivar suas reivindicações e necessidades, mas que ainda assim enaltecem a participação como essencial para que suas necessidades sejam atendidas.

Dessa forma, as entrevistas orais complementaram as demais estratégias metodológicas abrindo espaço para as falas dos públicos diversos e mais que isso, possibilitaram ouvir um público que não esteve presente nas demais abordagens realizadas. As contribuições foram no mesmo sentido daquilo que já fora captado anteriormente e expôs a participação como necessária tanto para que os públicos possam experimentar formas de contribuição nas estratégias de desenvolvimento local quanto para que se amplie o sentimento já presente nos entrevistados de pertencimento ao local.

O PB surge como alternativa participativa no qual queremos assentar o compromisso dos diversos públicos se fazerem representados e assim associar-se as ações comunitárias e coletivas do bairro. Como dito por Elza “sei que tem pessoas com planos mas não sei quais são”, assim pode ser que exista o Plano de Bairro, porém ele ainda não está inserido na realidade desse público o que nos leva a crer que caso exista não envolveram o grande público da forma como defenderemos no PB.

A “semente está lançada” e assim também apresentamos no próximo tópico o embrião do projeto participativo que pretende superar algumas das dificuldades participativas até aqui elencadas e que foi batizado por um participante da partilha oral de Plano de Bairro.

### **3.3 Plano de Bairro – Uma possibilidade**

A participação popular na elaboração das propostas é importante, isso todos reconhecem, porém encontrar caminhos para sua efetivação é que se coloca como desafio aos gestores e aos representantes de bairro que buscam desenvolver uma gestão participativa e coletiva. Nosso intuito é que o Plano de Bairro (PB) seja um dos caminhos possíveis para essa ação coletiva.

Nossa proposta de Plano de Bairro talvez difira dos demais planos existentes e em execução pelo país pela forma em que foi pensado, isso porque ele representa o somatório das expectativas apresentadas e debatidas pelos públicos presentes no encontro de Partilha Oral, bem como o resultado da análise sistêmica realizada sobre os questionários presentes nessa pesquisa. Além disso, converge nas expectativas em atender as reivindicações desses públicos considerando a realidade atual de participação do município de Cianorte – PR.

Sabendo que o OP possui como característica ouvir as demandas e apresentar propostas dos públicos para que possam ser debatidos e implementados pelos governantes, a proposta de PB aqui desenvolvida é fruto da elaboração coletiva após a constatação da necessidade de ampliação da participação popular e de ações mais próximas aos públicos considerando sobretudo as potencialidades e a vocação de cada bairro e/ou localidade.

Se, como já citado anteriormente, o caminho de abertura e participação popular já está se ampliando no Brasil desde o início da década de 1980, momento em que o país caminha para a transição e volta ao regime democrático é verdade também que a ampliação dessa participação não se efetiva igualmente em todos os municípios. Pelos relatos contidos nos questionários dessa pesquisa a população sente a necessidade constante de participar seja reivindicando, seja apontando caminhos. Não apenas uma necessidade de participação, mas também uma vontade de se inserir e opinar que foi amplificada atualmente por meio das diversas redes sociais existentes.

Nesse contexto, a ideia do Plano de Bairro seria um dos possíveis caminhos de efetivação dessa premissa participativa e que permite também conhecer as memórias dos moradores e suas histórias enraizadas no bairro. Portanto, dessa forma, permite descortinar a própria história do bairro apresentando assim seu processo de formação e transformação e possíveis demandas políticas, econômicas, sociais e culturais por meio das falas dos próprios públicos envolvidos.

Esse olhar, que reinterpreta a construção de sentido local por meio das memórias dos públicos, onde os próprios são as fontes, permite a problematização dos aspectos de participação ao longo dos tempos no bairro com um olhar focal aos problemas vivenciados diretamente por essa população. Segundo o professor Langaro (2014) ao analisar essa mobilização recorrendo às fontes orais e às memórias dos públicos, é possível ainda analisar como são (re)construídos esses momentos e esses discursos dentro do bairro e assim ter o contraponto ao discurso oficial e institucionalizado dos poderes públicos.

Dessa forma, uma primeira etapa para a elaboração (efetivação) do PB reside na própria consideração da organização histórica da sociedade e também da estruturação administrativa, pois há a necessidade preliminar de estudos sobre as potencialidades e as necessidades de desenvolvimento dessa localidade para que posteriormente possa se pensar nas propostas que serão apresentadas. Ou seja, é necessário a consideração dos públicos enquanto construtores históricos locais de suas próprias narrativas e para tanto é preciso ouvir e também é preciso quem ouça, isso pois, assim como afirma Cauvin consideramos que “a história pública não funciona apenas para o público, mas também com ele” (p. 24, 2020), ou ainda só funcione com ele.

À primeira vista surge-nos então dois caminhos possíveis, o primeiro que passa pelo poder público constituído no trabalho de estudo e sistematização das informações, utilizando a estrutura administrativa e financeira disponível, já o outro que demandaria organização na própria Associação de Bairro ou Grupo Setorizado. Nesse segundo caso o PB sairia do ceio da população como um primeiro passo dessa construção coletiva.

Temos já nesse ponto uma problemática a ser pensada: é notório que o agente político, a gestão de momento precisa de fato encampar a ideia de participação para que tenhamos um caminho “mais tranquilo” para a elaboração das propostas de políticas públicas participativas, até porque, o intuito é que se tenha a participação e não a substituição do aparato político legal. Por óbvio que as propostas podem surgir do ceio da comunidade e serem estruturadas a partir dos públicos, contudo, a realidade que temos no país demonstra que essas ações são mais isoladas e com mais dificuldades de chegarem à execução final, enquanto as iniciativas que convergem desde o início os interesses dos públicos com a atuação política tendem a se efetivarem em “maior número”.

Assim, cientes da importância de consideração das memórias dos públicos e das potencialidades e vocação dos bairros, quais seriam os passos para se pensar e formular o PB? De forma didática cabe-nos apresentar o caminho pensado para que se tenha a

implementação de uma política pública localizada no bairro que represente os interesses dos públicos para a efetivação das políticas públicas.

#### **a) Levantamento de potencialidades do Bairro**

Em primeiro lugar, como dito acima, é necessário um estudo sistematizado que faça o levantamento das prioridades do bairro considerando as potencialidades e os anseios particulares dessa população.

Esse estudo deverá considerar o que já se tem estruturado e organizado no local e arredores para que se pense ações políticas que potencializem essas estruturas, planejando a ampliação que supra necessidades indiretas e/ou futuras. Sendo ainda necessário incluir as representações dos públicos conforme suas necessidades. Não somente levantando o que se tem de positivo como também os principais gargalos e dificuldades encontradas pela população daquela localidade.

Essa etapa poderá ocorrer por iniciativa do poder público e/ou da Associação de Bairro ou ainda de algum grupo setorizado presente e ativo no bairro. Como é o primeiro passo, o grupo que se organizar e iniciar os trabalhos provavelmente será também o organizador do grupo de trabalho posterior. O prazo para essa etapa pode variar dependendo do tamanho do bairro, da equipe disponível e dos meios de coleta dos dados.

#### **b) Diálogos em Rede**

O segundo passo pensado para o PB seria o da análise das potencialidades e das reivindicações populares. O Diálogo em Rede seria o momento de reunir o público local (comunidade do bairro, moradores e representantes) para que possam em conjunto analisar o que o bairro oferta e assim definir quais ações futuras precisam ser desenvolvidas frente ao horizonte que se pretende chegar.

Nesse passo, duas ações são importantes, primeiro a análise das informações e a sua enumeração em ordem de necessidade e prioridade e o segundo a criação de objetivos claros de desenvolvimento para o bairro, ainda em caráter preliminar, mas que apresente um horizonte de expectativas a serem atingidas no desenvolvimento do projeto de PB.

Esse ponto de elaboração, ainda inicial do PB é também crucial para sua continuidade e para sua efetivação. Quando se trata de grupos focais, e como aqui o trabalho está sendo desenvolvido com um bairro para que se construa propostas coletivas,

os coordenadores precisam, como afirma Trad (2009) ter a “sensibilidade e bom senso” na condução do grupo que está reunido e dialogando para que possa manter a união e sobretudo o foco nos interesses do encontro, respeitando as divergências de opiniões sem negar a possibilidade de se expressarem espontaneamente durante os debates.

São dois passos indissociáveis, o horizonte que se pretende atingir dependerá das ações e prioridades que serão elencadas, e tal correlação será fundamental para que se tenha sucesso nas demais ações e mais que isso, para que se caminhe no sentido de melhorias coletivas. Ações que visem apenas a melhoria singular precisam ficar mais no final da fila das prioridades e nesse aspecto o diálogo e a participação do maior número possível de pessoas serão o determinante para sua elaboração e organização.

Por fim, durante o Diálogo em Rede é necessário que se escolham representantes para a elaboração da proposta de documento final. Sugere-se que se tenha no mínimo um Presidente da Comissão, um Secretário com poderes para substituir o Presidente na sua ausência e mais três Conselheiros. São poucos membros para que se tenha a facilidade de comunicação e agilidade na execução da próxima etapa.

Essa etapa poderá ocorrer em um encontro presencial, preferencialmente em um final de semana ou durante à noite, conforme deliberação e possibilidade de participação da maioria dos públicos da comunidade. Diante da necessidade pode-se organizar essa etapa em dois encontros.

### **c) Elaboração da proposta**

Após o processo de análise e discussão entraria o momento mais burocrático do PB, é hora do grupo de trabalho escolhido elaborar o documento contendo as demandas, propostas e prazos para sua execução, sempre pensando de forma estruturada e com ordem de prioridade para implementação das ações. A comissão terá única e exclusivamente a função de sistematizar as propostas em forma de documento.

Estima-se um prazo de 15 a 30 dias após o encontro do Diálogo em Rede para a apresentação das propostas. Nesse ponto as histórias individuais dos públicos e suas memórias estarão em cena para elaboração da proposta do bairro. Provável que os escolhidos não tenham e não levem em consideração as condicionantes históricas, de valorização das memórias individuais e compartilhadas, do entrecruzamento das opiniões, todavia cabe-nos destacar o aspecto científico por meio dessa construção.

O PB terá essa oportunidade ao considerar as necessidades dos públicos que carregam em si inúmeras subjetividades ligadas as suas histórias de vida e as suas memórias. Nesse aspecto “a história pública pode ajudar a conciliar história e memória. Delas práticas participativas proporcionam espaço para memórias individuais e coletivas na elaboração de narrativas históricas” (CAUVIN, p. 33, 2020).

E mais que isso, há a possibilidade de que essas narrativas sejam ouvidas. O PB ao potencializar a participação e nesse ponto sistematizar as informações coletadas em forma de propostas de ações considerará a opinião dos públicos como intrínseca e divergentes da dominação política (HABERMAS, 2003).

Como afirma Cauvin (2020), a História Pública se materializa nessa construção coletiva onde há colaboração inclusive de autoridade entre os participantes, o que se busca nessa reescrita administrativa é, portanto, que os espaços de fala sejam respeitados ao ponto de elaborarem e compartilharem a responsabilidade sobre as propostas apresentadas e os rumos administrativo do bairro. Nesse aspecto a elaboração da proposta de PB potencializa o trabalho em conjunto e aproxima as narrativas dos moradores aos interesses de desenvolvimento local e de implementação de ações pela gestão municipal.

Assim como a metáfora da árvore utilizada por Cauvin (2020), o PB também se faz na interligação entre as pessoas e na sua interdependência, se a árvore possui sua estrutura com raízes, tronco, galhos e folhas o PB dependerá da articulação de suas etapas e, para que as ações sejam efetivadas será necessário que os atores envolvidos e os processos de elaboração do mesmo estejam em sintonia.

Há, nesse aspecto, a tentativa de desconstrução de estruturas que privilegiam apenas aqueles que ocupam os espaços decisórios, pois o intuito, segundo Santos (2021) é a construção coletiva, criando vínculos, ouvindo os públicos em colaboração com eles, valorizando seus modos de vida, suas ações comunitárias e os modos de sobrevivência dos povos subalternizados, cooperando para a construção de uma sociedade mais justa, com equidade de tratamento, oportunidades e contra opressões.

São inúmeras as possibilidades que essa aproximação com os personagens do bairro permitirá, pois, ao ser produzido pelos próprios moradores, a proposta que será encaminhada estará carregada das memórias, perspectivas e expectativas desses públicos fortalecendo o caráter dinâmico e ativo que pretendemos com o PB, compreendendo e respondendo as inquietações dos mesmos.

#### **d) Assembleia para apresentação do Plano de Bairro**

Com base nas etapas **a)** e **b)** a Comissão de Representantes Eleita irá apresentar o documento contendo as propostas em uma assembleia com os moradores do bairro, comerciantes e até mesmo representantes políticos que queiram participar. O documento precisará ser lido na íntegra e alterado conforme deliberação da assembleia reunida.

É fundamental ainda que a Comissão disponibilize e envie o documento com antecedência aos moradores para que os mesmos possam avaliar e até mesmo comparar o que foi debatido com o que foi escrito.

Após a leitura e ajustes, se houver, faz-se a votação e aprovação do documento coletando a assinatura dos presentes no encontro.

#### **e) Envio de propostas**

Após a aprovação na assembleia do bairro, a comissão de representantes ficará encarregada da entrega do Plano de Bairro aos representantes eleitos. Nessa etapa e pensando na isonomia do trabalho sugere-se que o PB seja entregue em duas etapas: primeiro aos Vereadores e posteriormente ao Prefeito e Vice-Prefeito. O objetivo é que se evite o aparelhamento do PB e/ou a entrega direcionada a apenas um político. Assim, é crucial nessa etapa clareza da comissão avisando os participantes das etapas anteriores as datas de entrega e que seja oportunizado a participação aos demais membros, mesmo não sendo eles membros da comissão.

Cabe ressaltar que a princípio a ideia de PB aqui pensada não possui caráter obrigatório de implementação ao poder público mas sim enquanto sugestão de efetivação de uma política participativa, assim essa etapa é fundamental para que se obtenha sucesso nos objetivos traçados. É necessário que haja a explanação dos objetivos e das necessidades do bairro, apresentando o diagnóstico dos problemas e as potencialidades que os moradores elencaram enquanto prioridades de investimento e desenvolvimento.

#### **f) Avaliação trimestral**

Três meses após a entrega do documento na Câmara de Vereadores e na Prefeitura será necessário a realização de um primeiro encontro para debater os andamentos dos

trabalhos. Na realidade, nessa etapa será analisado qual ação já começou a ser desenvolvida e quais estão no planejamento.

Essa etapa é necessária para que o documento entregue não seja esquecido pelos poderes constituídos e para que a organização da sociedade se mantenha ativa na busca pela melhoria coletiva. A construção dessa história coletiva dos públicos será fruto do envolvimento e participação.

Sugere-se que essa etapa seja realizada no próprio bairro convidando toda a população e os políticos da cidade. O grande ponto é ouvir a respeito de em quais demandas apresentadas os vereadores estão trabalhando e quais foram executadas ou estão no radar para serem executadas pela Prefeitura. Provavelmente nessa etapa poucos resultados concretos tenham sido alcançados, todavia, a etapa vale mais como manutenção dos objetivos coletivos do grupo. Fica sob responsabilidade do Secretário da Comissão a elaboração de um Ata contendo o andamento dos trabalhos de forma didática e que deverá ser disponibilizada aos públicos envolvidos em no máximo 15 dias.

#### **g) Avaliação Semestral**

Idêntica a etapa anterior, o intuito é reunir a Comissão de Representantes, a população em geral e os políticos municipais após seis meses da entrega do PB para que possam em conjunto debater o andamento dos trabalhos.

Note que as etapas **f)** e **g)** são idênticas, alterando apenas o prazo de realização das mesmas, dessa forma, a partir do segundo ano a etapa **f)** pode ser suprimida, realizando-se apenas a etapa **g)**. Essa decisão ficará a cargo da Assembleia do Bairro e será utilizada para otimizar tempo e trabalho. Fica sob responsabilidade do Secretário da Comissão a elaboração de um Ata contendo o andamento dos trabalhos de forma didática e que deverá ser disponibilizada aos públicos envolvidos em no máximo 15 dias.

#### **h) Pré - Conferência do Bairro**

O trabalho do PB não pode ser finalizado após a apresentação das demandas, provavelmente esse será um trabalho que nunca vai acabar, pois novas demandas, potencialidades e necessidades surgirão a todo instante, assim sugere-se que o trabalho de PB ocorra de forma contínua na comunidade. Dessa forma, 10 meses após a entrega do documento de PB é necessário reiniciar os trabalhos para a atualização do planejamento.

Nota-se que não será elaborado outro Plano de Bairro, a ideia é que sejam feitas atualizações conforme as novas necessidades, pode-se até mesmo ao final do processo apresentar um novo documento, contudo, ele precisará ser construído como evolução do PB que já fora discutido anteriormente, contendo melhorias possíveis e mantendo aquilo que ainda está em planejamento e/ou execução.

Essa etapa pode ser realizada em apenas um encontro ou ainda em duas etapas inicialmente por meio das redes sociais utilizando formulários para coleta de informações e dados; e posteriormente com o encontro presencial que fundamentalmente debaterá as ações já executadas até o momento e iniciará os trabalhos de levantamento das necessidades e prioridades para o próximo ano. Sugere-se que se faça a escolha da Comissão de Representantes, composta, assim como na etapa **b)** por 05 membros responsáveis pela reelaboração do documento que será apresentado na Conferência do Plano de Bairro.

#### **i) Reelaboração do documento de potencialidades**

Continuando a etapa anterior, essa etapa será mais burocrática e nela, tendo em mãos o documento contendo as potencialidades do bairro (apresentada na etapa **b)**, o PB entregue aos poderes constituídos (etapa **e)**, as Atas de Avaliações (etapas **f** e **g**) e com base nas informações levantadas na etapa **h)** a Comissão terá o prazo de dois meses para a reelaboração do PB contendo o histórico do andamento dos trabalhos, as novas propostas e necessidades que porventura apareceram.

Um fato a considerar é que, passados quase um ano do início dos trabalhos e pensando-se sempre na efetivação da construção de uma abordagem histórica coletiva que considere os diversos públicos e que aconteça no encontro desses, o PB pode ser sistematizado em caderno de potencialidade e a própria Associação de Bairro poderá liderar o processo desde o início das ações.

#### **j) Conferência do Plano de Bairro**

Contando com ampla divulgação, pretende-se que nessa etapa seja apresentado, debatido e aprovado o documento com a atualização do PB. Esse documento deverá seguir as etapas anteriores, sendo entregue novamente aos vereadores, Prefeito e Vice-prefeito.

Com base nas etapas anteriores a Comissão de Representantes eleita ou a comissão da Associação de Bairro irá apresentar o novo documento contendo as propostas em uma assembleia com os moradores do bairro, comerciantes e até mesmo representantes políticos que queiram participar. O documento precisará ser lido na íntegra e alterado conforme deliberação da assembleia reunida.

É fundamental ainda que a Comissão disponibilize e envie o documento com antecedência aos moradores para que eles possam avaliar o que foi debatido e que foi escrito.

Após a leitura e ajustes, isso se houver, faz-se a votação e aprovação do documento coletando a assinatura dos presentes no encontro.

Novamente as potencialidades da História Pública, ao manter a articulação com os públicos permitirá a reescrita de todo o processo do PB, não apenas analisando o passado já efetivado, mas sim, baseado em observações, representações, memórias do passado que considerará as expectativas para o futuro próximo, as quais serão revistas e reescritas em forma de ações. Ainda mais, será o trabalho que poderá ser desenvolvido com o profissional de História Pública e que feito pelos diversos públicos convidados a participar, interagir e interferir a todo instante nos rumos e direcionamento que os trabalhos tomarão. É, parafraseando Langaro (2014), uma nova forma de se fazer política, uma ruptura com modelos centralizadores e que permite abertura aos movimentos sociais e as camadas mais periféricas do poder.

O planejamento apresentado acima para o PB visa organizar a sua elaboração, tem por objetivo três princípios básicos, quais sejam, a coleta de informação, a sistematização dos dados e a avaliação constante. Nessas etapas é fundamental a participação dos públicos não apenas como organização formal, mas de forma efetiva.

Como dito, não se pretende a apresentação de uma fórmula acabada, perfeita e eficaz, mas sim a apresentação de uma possibilidade surgida diante da constatação da necessidade de maior participação popular na elaboração do planejamento e execução das demandas dos bairros. A proposta de Plano de Bairro apresentada resume-se, portanto, nessa sistematização que partiu da sugestão dos públicos no encontro de Partilha Oral, foi lapidada considerando ainda os formulários e entrevistas que indicam a falta de oportunidades de participação e as possibilidades atuais que as tecnologias da informação nos permitem.

É possível nesse percurso a incorporação de novas etapas e caminhos. A criação de um Núcleo Técnico não foi descrita como etapa ao Plano de Bairro, mas pode ser eficaz para avaliar a viabilidade das propostas pensadas articulando e subsidiando as propostas e fazendo a ponte entre os grupos temáticos e o poder público.

É evidente que os caminhos e delineamentos posteriores ainda são desconhecidos, esperamos que possa ser a abertura para novas pesquisas e mais que isso, que possibilite a participação efetiva dos diversos públicos nas tomadas de decisões e nos caminhos da cidade com vistas às principais necessidades da população.

Como aporte para a delimitação e aplicação do PB, na sequência apresentaremos duas atividades propositivas restantes da pesquisa que ora tratamos, quais sejam: um guia sobre o OP e PB, pensado a partir de uma linguagem composta por narrativa voltada para o público amplo, portanto, não direcionada especificamente para especialistas; e um Projeto de Lei (PL) que cria e regulamenta ações do PB no município de Cianorte - PR.

O primeiro deles, um Guia para implementação do PB nos municípios visa subsidiar o público em geral e agentes políticos e associações de moradores dos caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento e implementação desse mecanismo participativo. Assim como sugerimos que o PB seja apresentado aos vereadores, Prefeito e Vice esse documento será também entregue para esses representantes políticos e aos Presidentes de Bairro da cidade de Cianorte - PR.

Nosso intuito foi criar, de forma didática e acessível, os passos que necessariamente devem estar inseridos para que se mantenham a participação dos diversos públicos aliada ao direcionamento e articulação de um historiador público. Não se cria nesse caminho obstáculos e sim uma sistematização possível que considere os principais elementos da proposta por nós elaborada.

Esse material propositivo considera o levantamento de demandas locais, pensadas a partir das principais necessidades e potencialidades do bairro e o debate intenso entre os públicos, os representantes políticos e técnicos. Dessa articulação espera a organização e o planejamento voltado a suprir as necessidades locais e que sejam integradas em um planejamento de desenvolvimento local.

A proposta é que se tenha um PB formulado entre os cidadãos locais, sendo necessário o envolvimento dos diversos públicos no debate, construção, planejamento e avaliação das ações elencadas. Dessa maneira, questionamos a construção de um plano

para o bairro, formulado por detentores do poder ou apenas representantes que, sequer buscam ouvir os públicos ao definirem aquilo que será executado.

O PB, ancorado na esfera micro, ao visar a valorização da participação popular e garantir ações para sua efetivação, associa-se ao potencial político do mecanismo do OP.

Além disso, o Guia contém ainda subsídios técnicos legais e embasamento teórico que possibilita outros caminhos e abordagens àqueles que queiram aprofundar suas pesquisas e discussões. Apresenta também a conceituação de Orçamento Participativo em um breve resumo e os conceitos-chaves dessa pesquisa.

Tudo isso somado ao intuito de garantir subsídios mínimos e didáticos que sejam de fácil entendimento ao público em geral, mas que preserve o rigor e o carinho com que desenvolvemos e apresentamos essa pesquisa.

Essa proposta pode ser complementada com o Projeto de Lei (PL) por nós idealizado. A ideia é que os subsídios desta pesquisa sejam ampliados para política pública permanente, independente do governo que esteja à frente da administração municipal.

Pensando nisso, formatamos um PL que possibilite a inserção do PB no Plano Diretor Municipal e assim garanta na forma da lei a participação popular e os recursos necessários para a execução das propostas elencadas pelos diversos públicos.

A proposta possui forte embasamento em minha experiência pessoal enquanto vereador e na organização político-administrativa da cidade de Cianorte. Alertamos que a implementação de um PL precisará passar por reelaboraões e adaptações nos diferentes municípios, entretanto, o que propomos é um caminho possível para que se iniciem os debates e se chegue ao melhor projeto considerando as especificidades de cada localidade. Ele precisará ainda ser debatidos nas Câmaras Municipais.

Enquanto ideia, as propostas não carregam nenhum vínculo obrigatório, até porque isso seria contraditório ao pensarmos na pesquisa desenvolvida e nos argumentos apresentados e defendidos no que tange à participação na elaboração de iniciativas e de programas, todas elas ancoradas no compartilhamento de poder para elaboração das demandas.

O PL que institui o PB garante ainda o protagonismo aos públicos e as associações e/ou entidades representativas enquanto interlocutores no planejamento das ações. Nele está contido as diretrizes e etapas para sua elaboração e execução. Garantirá também a transparência em todo o processo, inclusive na prestação de contas.

Por fim, tanto no caso do guia quanto do PL temos o protagonismo da abordagem histórica e processual, necessária para a valorização de memórias e experiências dos moradores dos lugares estudados. Nesse sentido, procuramos valorizar e indicar a importância da atuação de profissionais com notório saber na pesquisa histórica, bem como na proposição de ações como estas defendidas nesta pesquisa, cabe ressaltar, ancorada na História Pública.

Ambas as atividades estão contempladas na íntegra nos apêndices desse trabalho e foram pensadas enquanto complementares à pesquisa realizada para que além de argumentos teóricos, da pesquisa oral e da construção histórica pública, tenhamos a possibilidade de implementação de ação e com isso seja possível contribuir com a ampliação da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir a relação da *História Pública* com o *Orçamento Participativo* e o *Plano de Bairro*, considerando o caminho percorrido durante a pesquisa foi possível vislumbrar as contribuições desses mecanismos na construção de uma sociedade que oportunize, sobretudo às populações que mais precisam de atenção do poder público, um espaço de reivindicações e de efetivação dos anseios populares.

Foi possível ainda, por meio das metodologias adotadas como a *Partilha Oral*, *Entrevistas e Vivências* verificar que a população anseia por participar, sugerir, discutir e interferir nos caminhos da cidade e em suas próprias histórias, agindo como protagonistas das mesmas, sendo importante nesse processo a abertura para que a participação realmente se efetive. Isso pôde ser constatado, por exemplo, pela contribuição apresentada no capítulo anterior de criação do Plano de Bairro que abre caminho para que nossos estudos e elaborações possam avaliar e comprovar sua validade. O futuro poderá lapidar essa sugestão tornando-a um espaço social de apresentação de demandas e nos quais os públicos estejam presentes opinando e escrevendo um novo futuro.

Se a história pública, enquanto espaço que permite a construção de uma história que envolva os públicos, como apresentado por Santhiago (2016), prioriza esse caminhar que seja feito *pelos* públicos e *para* os públicos, pode-se constatar que o OP forja esse espaço e amplia as possibilidades de participação. Sua efetivação ainda não tomou corpo em todo o Brasil, devido inúmeras condicionantes que dificultam esse processo, porém, ao pensarmos na política participativa esse será um caminho sem volta.

As novas tecnologias, a facilidade do acesso a informação, a conscientização popular são aspectos que se somam e contribuem para elaborações que se liguem aos interesses populares. Além disso, o advento da tecnologia aproximou os sujeitos do processo e permitirá um novo ciclo para incrementar a participação.

Ao propor o caminho do PB queremos justamente aproximar ainda mais os aspectos participativos das realidades dos diversos públicos. É bem verdade que nos últimos anos o município estudado tem apresentado uma preocupação de algumas áreas em ouvir as demandas e potencializar a participação setorizada, entretanto problemas recorrentes como os dias e horários de reuniões ainda são empecilhos que atrapalham a ampliação desse direito de participar.

Muito mais que apresentar os conhecimentos aos diversos públicos, a preocupação da HP está no constante trabalho de articular a cientificidade aos saberes diversos da sociedade, nesse contato com diferentes formas de interpretar e apresentar as nuances dos fatos históricos.

Não distante, queremos salientar a importância da leitura social diante das condicionantes que o OP permite à sociedade, avaliando e interpretando as representações que os públicos fazem sobre a participação social, momento em que há a necessidade interpretativa de falas que nem sempre estão presentes nos documentos oficiais. Nesse intuito, há aqui a preocupação de ouvir falas subalternas e compreender sua importância, bem como a relevância da compreensão das representações dos públicos.

Além das fontes que se tornam o referencial teórico da pesquisa, tomamos como central a leitura e análise das fontes oficiais do Município de Cianorte, cito nesse quesito o site oficial tanto da Câmara Municipal de Cianorte quanto da Prefeitura Municipal de Cianorte os quais foram fontes para pesquisas e buscas específicas durante o desenvolvimento da pesquisa.

A interpretação das publicações do Jornal Tribuna de Cianorte que foram fontes de pesquisa importantes nas quais pudemos observar ao longo dos anos como estavam presentes as representações dos governantes e em certa medida dos diversos públicos a respeito da participação popular e as definições político-administrativas no Município de Cianorte. Essa fonte foi tão rica em possibilidades que dedicamos um tópico do capítulo 2 a ele, chamado de Comunicações Públicas e que só foi possível graças a parceria com o Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder coordenado pelo Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo da UNESPAR – Campus de Campo Mourão<sup>10</sup>. São essas fontes primárias de análise e que corroboram a compreensão das diversas possibilidades que o OP oferece à participação popular na construção de uma história pública que respeite e englobe os públicos em todos os seus processos e etapas.

Por fim, ao sugerir e apresentar uma proposta de elaboração do PB no capítulo anterior pretendemos facilitar esse procedimento para que os gestores possam, com suas equipes, avaliar estratégias que se encaixem dentro dos objetivos de suas plataformas de

---

<sup>10</sup> O grupo de pesquisa possui site específico (<http://culturaepoder.unespar.edu.br/>) e se dedica a debater relações de poder que envolvem aspectos culturais, econômicos e sociais de forma interdisciplinar e valorizando a integração entre alunos, pesquisadores e demais colaboradores com um campo específico e dedicado aos estudos dos acervos documentais e no qual tivemos acesso aos registros do jornal Tribuna de Cianorte do ano de 1988 a 2000.

governo e ao mesmo tempo contribuam com essa construção história onde a população tenha protagonismo.

Nesse intuito também apresentamos em anexo uma cartilha contendo o passo-a-passo dos procedimentos para início da implementação do Plano de Bairro e uma proposta de Projeto de Lei. Procedimentos esses que visam auxiliar governantes e estudiosos do tema que porventura queiram desenvolvê-lo.

A pesquisa apresentou assim assuntos participativos, destacando o OP e o PB, com a premissa de sugerir caminhos de debates que necessitam ser ampliados e melhorados. Espera-se ainda que sejam alterados nesse percurso para melhor atender aos objetivos coletivos das diversas comunidades. A participação será o caminho para que as ações dos governantes se efetivem em serviços públicos de qualidade e que atendam as necessidades dessa comunidade, ampliando e garantindo direitos.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, A. **Os domínios público e privado. Em A condição humana.** 13ª ed. rev. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2019.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de. **História pública:** entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. ANPUH, Natal 2013.

AVRITZER, L. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: NAVARRO, Z. (Org.) **A inovação democrática no Brasil:** o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, p. 13-60. 2003.

BERNARDES, Cristiane. Orçamento: controle social sobre gasto público. **Rádio Câmara,** Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/395600-orcamento-controle-social-sobre-gasto-publico/> acessado em 20 de junho de 2020.

BODART, Cristiano das Neves. Capital Social e Orçamento Participativo: uma revisão crítica de alguns autores. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais UEL - 2010,** disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8210/7170>, acessado em 15 de novembro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. **Constituição de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 1988.

CAUVIN, Thomas. “**A ascensão da história pública: uma perspectiva internacional**”, *História.* CONARD, Rebeca. *Benjamin Shambaugh e os fundamentos intelectuais do público. Crítica,* nº 68, pág.: 3-26, 2018.

CAUVIN, Thomas. **Novo campo, velhas práticas: promessas e desafios na história pública.** *Hispania Nova,* nº 1 Extraordinário, pág.: 7-51, 2020.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/> acessado em: 12/06/2023.

DAVANÇO, Victor Hugo. **Orçamento Participativo como estratégia de enfrentamento e superação de momentos de crise econômica**. UEM, 2020.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento Participativo e a esfera pública: elementos para o debate conceitual. In: FISCHER, N. e MOLL J. (Org.) **Por uma nova esfera pública**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Dicionário Aurélio**. 6ª Ed. Editora Positivo. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GONZÁLES-MONTEAGUDO, J. A entrevista em história oral e histórias de vida: teoria, método e subjetividade. In: BENADIBA, L. **Historial Oral: fundamentos metodológicos para reconstruir el pasado desde la diversidad**. Rosário, Argentina: SurAmérica Ediciones, 2010, p. 21-38.

GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, J. As histórias de via em educação: entre formação, pesquisa e testemunho. In: E. C. de Souza. **Memória, (auto)biografia e diversidade: questões de método e trabalho docente**. Salvador da Bahia: editora da Universidade Federal da Bahia, Brasil, 2011, p. 59-96.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos: caminhos da historiografia**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº1, 1988, p. 05-27.

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário. Laboratório de Psicologia Ambiental.** Série: Planejamento de Pesquisas nas Ciências Sociais – Instituto de Psicologia, nº 01. Universidade de Brasília, 2003.

HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo.** 1ª ed.; 4ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

KEAN, Hilda. **Refletindo sobre pessoas e História Pública.** [Thinking about people and Public History] In: DAWSON, Graham. Memória, Narrativa e Histórias: Debates críticos, novas trajetórias. Disponível em: [http://arts.brighton.ac.uk/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-byHilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf](http://arts.brighton.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-byHilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf) University of Brighton: Brighton (England), 2012.

JORDANOVA, Ludmila. **Como a História importa hoje?** 2008. Disponível em inglês: <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/why-history-matters-now>.

KAZMIERCZAK, Luiz Fernando; ALVES, Fernando de Brito. **O Orçamento Participativo como forma de exercício dos direitos políticos.** Chapecó, V. 14, nº 2, p. 417-436, Jul./Dez. 2013.

KELLEY, Robert. História Pública, suas origens, natureza e perspectivas. In: **The Public Historian.** V.1, nº 1, p. 16-28, 1978.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de Experiência” e Horizonte de Expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC – Rio. 2006. P. 305-330.

KROHLING PERUZZO, Cicilia M. **Metodologia, métodos, técnicas** In.: Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à

pesquisa-ação 1 Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, vol. XXIII, 3, 2017  
Universidad de Colima, México.

LIMA, José Ossian. **A obrigatoriedade do Orçamento Participativo no Município. A (não) efetividade em discussão.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2652, 5 out. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17559>. Acesso em: 26 nov. 2021.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública. In: ALMEIDA, Juniele R de; ROVAI, Marta G. de O. **Introdução à História Pública.** São Paulo (SP): Editora Letra e Voz, 2011. p.31-53.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Possibilidades e Limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre.** 2002, 215 p. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas.** Política & Sociedade. Florianópolis, V. 13, nº 18, p. 167-197, Set./Dez. 2014.

LÜCHMANN, L. H. H. **Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo.** Caderno CRH - Universidade Federal da Bahia, Abril/2008. Acessado em 09 de julho de 2020 e disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-49792008000100007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-49792008000100007&script=sci_arttext).

MARQUETTI, Adalmir. **Participação e Redistribuição: O Orçamento Participativo em Porto Alegre.** In. A Inovação Democrática. O Orçamento Participativo no Brasil. 2002.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf> acessado em 29 de agosto de 2023.

MELLO, Ricardo Marques de. **O que é teoria da história? Três significados possíveis.** História & Perspectivas (Universidade Federal de Uberlândia). Nº46, jan./jun. 2012. P. 365-400.

MEZADRI, Fernando. **A dimensão estratégico-política como possibilidade de ampliação das análises das experiências do orçamento participativo.** Revista Em Tese, Florianópolis, V. 11, nº 2, Jul./Dez., 2014.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária.** O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTA, Aline Veras Leite; BLIACHERIENE, Ana Carla. **Análise das variáveis recorrentes para o êxito do Orçamento Participativo e desenvolvimento do município.** Revista Espaço Acadêmico, nº 129, p. 88-94. Ano XI. Fevereiro de 2012.

NOVAES, Flávio Santos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. **O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal — a experiência de Vitória da Conquista (BA).** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 48 (4):797-820, Jul./Ago. 2014.

PERLATTO, Fernando. **Esferas públicas no Brasil: Teoria social, públicos subalternos e democracia**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

PERLATTO, Fernando. **Habermas, a esfera pública e o Brasil**. Revista Estudos Políticos ISSN 2177-2851 Número 4 – 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getulio Vargas, vol. 5, nº10, 1992. p. 200-212.

PORTO ALEGRE. **OP, 25 anos em Porto Alegre**. 2014. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p\\_secao=86](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_secao=86) acessado em 15 de novembro de 2020.

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **Relações Internacionais**. 3ª ed.– Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. **Dois palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil**. In: MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de; SANTHIAGO, R (Orgs.). **História Pública: sentidos e itinerários**. São Paulo (SP). Ed. Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

SANTOS, Ádria Oliveira dos; LOPES, Deise Marcela dos Anjos; MONTE, Leila de Fátima de Oliveira. **Orçamento Participativo como instrumento de gestão democrática e participativa: caso do município de Santarém – Pará**. CONSAD. 2016. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=ZTbS46AAAAAJ&hl=pt-BR>, acessado em 17 de novembro de 2020.

SANTOS, Antonio Ortega. **História Ambiental Aplicada**. Herramientas Digitales para el Estudio de la Injusticia Ambiental. Estudios de Caso y Agenda de Humanidades Digitales Ambientales. 2021.

SANTOS, Letícia da Silva. **Orçamento Participativo de Porto Alegre: instaurando um processo de democracia**. Revista do GEL, S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 129-146, 2008.

SÃO PAULO. **Plano Diretor da cidade de São Paulo**. 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014> acessado em 17 de janeiro de 2024.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHITTINO, Renata. **O conceito de público e o compartilhamento da história**. In.: História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. Ana Maria Mauad, Juliele Rabelo de Almeida, Ricardo Santhiago (Org). São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SENADO FEDERAL. **Botelho defende Orçamento Participativo**. 2004. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2004/12/10/botelho-defende-orcamento-participativo> acessado em 16 de novembro de 2020.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo** In.: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SHOPES, Linda. **A evolução do relacionamento entre história oral e história pública**. In: MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de; SANTHIAGO, R (Orgs.). **História Pública: sentidos e itinerários**. São Paulo (SP). Ed. Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

SILVA, Wilton Carlos Lima. **Biografias: construção e reconstrução da memória**. Fronteiras, v. 11, n. 20, p. 151-166, jun./dez. 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TOLEDO, PR; Prefeitura Municipal. **CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO SE REUNIU NESTA SEGUNDA-FEIRA**. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/old/noticia/conselho-do-orcamento-participativo-se-reuniu-nesta-segunda-feira>.

TOLEDO, PR: Prefeitura Municipal, **As indústrias comunitárias de Toledo**, 1985.

TOSH, John. **Why history matters. (Por que a História importa?)**. 2008 Disponível em inglês em: <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/why-history-matters>. Acessado em 10 de setembro de 2023.

TRAD, Leny Alves Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [ 3 ]: 777-796, 2009

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Revista Educação e Pesquisa - USP, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VOIDÉLO, Ane Barbara. OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO no Orçamento Participativo. Simpósio de Pesquisa Estado e Poder. Ditaduras e democracias: anais do simpósio. Organização de Alana Milcheski, Alexandre Blankl Batista, Edina Rautenberg e Marcos Vinicus Ribeiro. Marechal Cândido Rondon, 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

## **ANEXOS/APÊNDICES:**

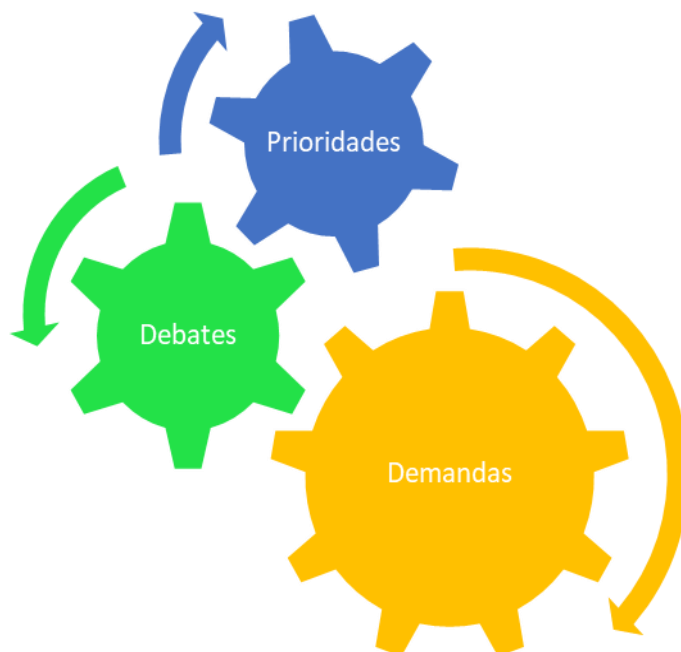
Por fim, como anexos dessa pesquisa, apresentamos os resultados do trabalho desenvolvido ao longo desses anos.

O primeiro anexo é o *Guia – Plano de Bairro* como base para pesquisadores e administradores pensarem a implementação do Plano de Bairro apresentado no capítulo 3. São tópicos que apresentam de maneira clara e objetiva quais os percursos para colocar em prática esse instrumento participativo.

Posteriormente temos o Projeto de Lei no qual apresentamos uma possibilidade para se efetivar a política participativa dentro dos caminhos legais, é bem verdade que a adoção da Lei precisa ser analisada dentro da conjuntura de cada município entretanto o que propomos não é um fim mas sim um caminho para que se iniciem as discussões em torno do tema.

Por fim ainda os pareceres consubstanciados do CEP – UNESPAR de nº 6.847.575 e nº 6.933.421 que autorizaram a pesquisa com seres humanos.

## Anexo I - Guia - Plano de Bairro



Victor Hugo Davanço

A engrenagem política se efetiva na participação popular e essa proposta do Plano de Bairro (PB) pauta-se na articulação entre os sujeitos de uma localidade no esforço de consolidação da Política Participativa. Assim, o planejamento visa promover debates no intuito de elencar as demandas e prioridades do bairro, construindo um mecanismo significativo para as políticas comunitárias e à ação administrativa, diante de uma nova ação histórica pautada no envolvimento e na participação.

A proposta de implementação do PB prevê ciclos contínuos de levantamento de demandas, elaboração de propostas e avaliação das ações. Nesse processo a população e as necessidades do bairro ficam sempre no centro focal das ações tanto para irradiar os debates quanto para pensar nas suas soluções.

Para isso a articulação entre os públicos diversos e a administração pública será necessária pois ao se pensar na formulação de propostas e sua execução é necessário o envolvimento político-administrativo elencando as prioridades do bairro dentro do orçamento municipal. Além disso a proposta quer unir e permitir o trabalho conjunto e não uma disputa de poder entre os envolvidos. Por fim, ao considerar essa articulação o horizonte de expectativas traçado será mais palpável e aplicável.

Diante disso a proposta para o desenvolvimento do PB prevê etapas sequenciadas e dependentes uma das outras que podem se alterar dentro de cada realidade mas que não devem fugir do tripé formado pelo levantamento de demandas, proposição de ações e avaliação de sua efetividade. Nesse processo alguns elementos são balizares.

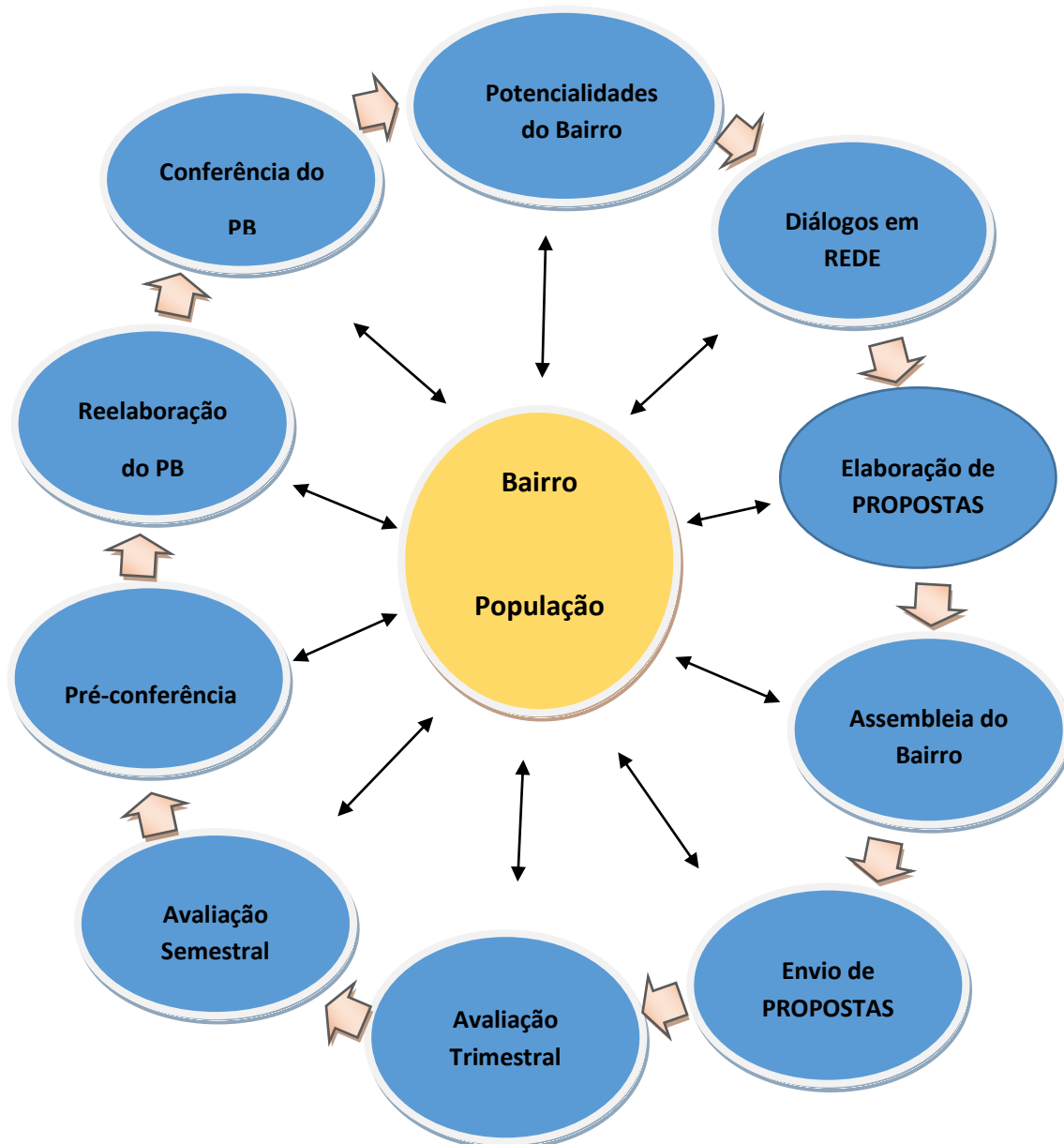
O PB nunca deverá ser elaborado por um técnico ou de forma individualizada por um representante do bairro ou de associação representativa (Presidente). É necessário o envolvimento da comunidade local no debate e proposição de ideias que serão contempladas no planejamento final.

O PB precisa ser um documento aberto, com início e cronograma definido, contudo, deve ser contínuo, de maneira que cada etapa possibilite a formulação de novos planos e ações, logo, será um planejamento ativo. Seus projetos e ações precisam de datas para início e fim entretanto, após sua execução, outros projetos devem ser apresentados, fortalecendo e desenvolvendo de forma contínua as potencialidades locais.

Indicamos no mínimo dois ciclos (anos) para que se tenha um PB orgânico e enraizado. Esse prazo é sugerido tanto para que os públicos entendam o seu lócus de debate e a forma do PB se desenvolver quanto para que o poder público possa gerir os recursos, investir e avaliar o seu desenvolvimento. Ademais, após o levantamento das potencialidades que é o primeiro passo na efetivação do PB, tem-se os rumos para os projetos que serão elaborados em conjunto com a comunidade e o caminhar será fundamental para a efetivação e consolidação do planejamento.

Dessa forma, sugere-se:

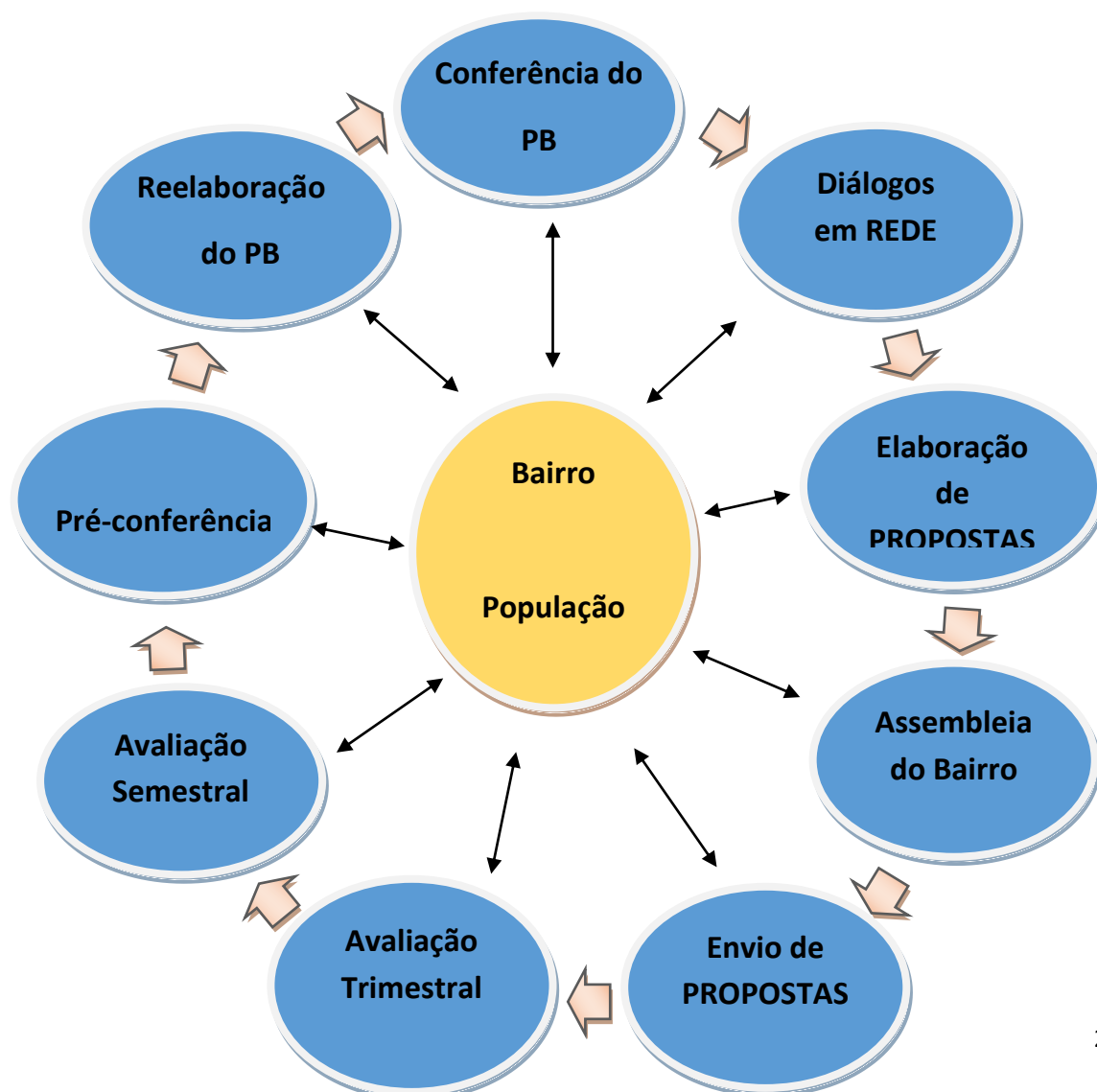
## 1º CICLO (Ano 1)



A proposta sugere 1) como marco inicial o *Levantamento de Potencialidades* do bairro e as demandas necessárias para fortalecer as vocações já instaladas. Feito esse estudo inicial que subsidiará o primeiro ciclo do Plano de Bairro partimos para os 2) *Diálogos em Rede* convidando o maior número de moradores possíveis no qual apresentar-se-á as potencialidades e serão debatidas as demandas pensando na elaboração de propostas que visem suprir essas necessidades. Após 3) na fase de **Elaboração das Propostas**, um grupo, escolhido durante a etapa anterior e com prazo estipulado deverá elaborar as propostas que serão apresentadas na 4) *Assembleia do Bairro* para debate e aprovação dos moradores, essas propostas serão 5) *Enviadas ao Executivo e Legislativo*

com intuito de entrarem no LOA. Três meses após o envio das propostas propõe-se a 6) *Avaliação Trimestral* par acompanhar as discussões das propostas enviadas e passados mais três meses a 7) *Avaliação Semestral*. Nessas duas etapas (6 e 7) o que se busca é que os públicos acompanhem o desenvolvimento das ações elencadas e tenham parâmetros para cobrar dos agentes políticos o desenvolvimento daquilo que fora traçado. Passados mais 02 meses propõe-se uma 8) *Pré-Conferência* com envolvimento dos diversos públicos e também dos agentes políticos envolvidos no desenvolvimento das propostas, onde serão debatidos tudo que foi apresentado na etapa 3 e também as necessidades para efetivação, com isso inicia-se a 9) *Reelaboração do PB* que será analisado e aprovado pela população na 10) *Conferência do PB*, local aberto e democrático onde a população poderá participar ativamente sendo avaliado a execução e planejando as próximas etapas.

### 2º CICLO (Ano 2)



A proposta do PB sugere um caminho a ser seguido por aqueles que pretendem desenvolver um planejamento articulado entre a sociedade, os potenciais instalados, as necessidades e os objetivos que se pretendem alcançar por meio das políticas públicas.

Nesse contexto é pautando o debate com os diversos públicos pensando na construção histórica que valorize os saberes populares, traga suas expectativas e memórias que se desenvolverá uma nova história pública local. A interferência direta dos públicos será então fundamental nessa elaboração em todos os processos descritos acima.

Como apresenta Sarlo (2007) são várias as visões do passado que esses públicos carregam de suas vivências, isso é algo que não pode ser eliminado e deve ser considerado na construção desse novo momento histórico para aquela comunidade, valorizando o vivido e traçando os rumos futuros.

É ampliar e ressignificar a concepção da história pública descrita por Santhiago (2016) como uma construção com os públicos e para os públicos em uma noção de história pública de valorização desses públicos seja pela lembrança do seu passado seja pela reescrita do seu futuro.

A construção coletiva do PB e sua execução precisam considerar as realidades presentes em cada localidade. Assim são pontos cruciais para que a ideia central não se perca, o *levantamento das potencialidades*, para que se tenha uma visão clara e objetiva do estágio atual daquele bairro, o *diálogo comunitário em rede* que ouça os diversos públicos e a partir do qual sejam formulados os projetos que serão apresentados e por fim a constante *avaliação* da execução das propostas.

Além disso é necessário que em todo instante o direito a voz seja respeito, ouvir os públicos é o único propósito de se construir um PB, fora disso teremos a replicação de métodos fechados onde apenas um dirigente ou uma empresa contratada elabora todo o estudo e apresenta as demandas técnicas que muitas vezes não respeitam as memórias, histórias de vida, desejos e vivências dos públicos que serão impactados pelas mesmas. É necessário que se coloque essa população como protagonistas e que seu envolvimento seja a mola propulsora dessa engrenagem.

O PB, pensado e inserido na perspectiva de valorização de participação comunitária no contexto do Orçamento Participativo (OP) é antes de mais nada uma proposta de conferir aos públicos os rumos das políticas públicas locais que irão atingir suas vidas no presente e futuro, valorizando seu passado e conferindo-lhes o direito de participação ativa no processo.

## Orçamento Participativo

A Constituição Federal de 1988 (CF 88) alterou significativamente as relações sociais no Brasil tanto que ficou conhecida como Constituição Cidadão ao permitir a incorporação de inúmeros dispositivos que abrem espaço à participação popular. Em seu artigo 29, inciso XII a CF 88 deixa expresso a necessidade da participação popular na elaboração do planejamento municipal abrindo espaço à criação do Orçamento Participativo (OP) ao indicar que os Municípios deverão reger-se pelo princípio da “cooperação das associações representativas no planejamento municipal”.

O OP é assim entendido como uma dessas possibilidades de cooperação na elaboração das políticas públicas enquanto um instrumento da estrutura política democrática e também como ferramenta que permite dialogar e compreender as representações dos diversos públicos quanto a participação e o engajamento nas definições das políticas públicas permeado pelo diálogo com os públicos envolvidos, suas necessidades e realidades.

Mais que isso, o OP na forma como o entendemos se constitui como um espaço de relações sociais e construção histórica no qual é possível aos diversos públicos avaliar ações do passado e projetar um futuro esperado. É nesse encontro com os demais que os públicos podem, por meio desse mecanismo e com base em relações dialógicas estabelecer as bases que promovam a mudança de suas próprias realidades e satisfação de necessidades até então negligenciadas pela ação do poder público. Isso só é possível pois o OP inverte a lógica das prioridades administrativas colocando em rota as obras e ações elencadas pela própria população.

Nesse contexto, “o OP é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa” (AVRITZER, 2003, p. 03), isso significa dizer que a democracia onde apenas se delega o poder a alguém para que o mesmo tome todas as decisões e direcione a administração pode ser alterada para uma forma democrática de participação, onde o próprio cidadão assume certa responsabilidade na participação efetiva, indicando, definindo prioridades da administração e acompanhando os resultados alcançados.

Assim, por mais que seja relevante a ação dos representantes de bairro e das associações, a transformação significativa será possível apenas com o engajamento da população junto a esses personagens locais. Isso não significa, entretanto, a transferência

total de responsabilidades ao cidadão mas sim, a ampliação de suas possibilidades participativas que poderão ser ampliadas na adoção do planejamento local como o PB

Há que se considerar que a elaboração do OP e a possibilidade de ouvir as demandas populares abrem espaço para uma política democrática próxima as camadas mais populares que por um longo período foram negligenciadas pelo olhar público. Bodart chama atenção pois o “OP, de acordo com seus objetivos, caracteriza-se como um instrumento utilizado para a realização de política distributiva, buscando atender as áreas mais carentes de infraestrutura” (2010, p. 307) e dessa forma possibilitando aos públicos a resolução de problemas que os afetam por anos.

OP enquanto instrumento que permite reavaliar os rumos administrativos da política local abre então espaço à participação popular com a finalidade de auxiliar gestões atuais na elaboração de propostas que se aproximam das aspirações populares, otimizando a aplicação do recurso público e seguindo orientações da própria comunidade envolvida no processo de escolha. Assim, o OP potencializa a elaboração das políticas públicas do município em ações diversas de abertura de espaço para o envolvimento da população na definição e organização da administração pública.

Segundo Avritzer, o OP “tem suscitado um conjunto de questões no interior de diferentes debates teóricos: o debate entre sociedade civil e democracia, o debate sobre o aprofundamento da democracia e o debate sobre o desenho institucional” (2003, p. 02) debates que se articulam e que não ficam apenas no campo teórico pois ensejam a aplicação das discussões e propostas.

A inserção da população nesses debates permite um novo olhar social com abertura e possibilidade de satisfação das necessidades populares, sobretudo das camadas que mais necessitam de atenção e de serviços do poder público.

Desde a promulgação da CF de 1988 alguns municípios brasileiros tiveram experiências exitosas com o OP, em destaque Porto Alegre no Rio Grande do Sul e Vitória da Conquista na Bahia e ações com outros formatos e nomes como o caso do Fala Curitiba que acontece na Capital Paranaense.

Sua aplicação requer o envolvimento da sociedade e o pensar coletivo da cidade para a concretização dos projetos apresentados e a constante avaliação de sua execução para que se possa pensar nas próximas etapas. A grande diferença entre o mecanismo do OP e do PB está na abrangência de suas ações, enquanto o OP pensa no município como um todo o PB estará focado no micro, no bairro, buscando propostas ainda mais próximas

da população. Ambos os caminhos permitem ao cidadão participar sendo que dentro de um OP pode estar contido vários PB daquele município.

É como se pensássemos o Orçamento Participativo (OP) como um rio e os diversos Plano de Bairro (PB) da cidade como os seus afluentes. Quanto mais participações, envolvimento e propostas elaboradas pelos bairros mais robusto e complexo ficará o rio (OP). Seus afluentes (PB), cada um com uma história e necessidades particulares farão parte do conjunto orgânico do rio e juntos percorrerão seu ciclo. As curvas e desvios são os momentos de reavaliação dos rumos seguidos e nos quais abrem-se novas possibilidades de escrita e de construção dos novos caminhos. Nesse pensamento os públicos estão unidos como suas águas e seguirão seu curso sendo a ação humana necessária para ressignificar sua rota.

E assim, nossa proposta de PB, inserida no viés do OP permite ao cidadão participar ativamente da política municipal inserindo as necessidades comunitárias nos debates sobre os rumos da cidade. Se a engrenagem do PB precisa ser lubrificada pela participação dos públicos, da mesma forma o rio do OP precisa de seus afluentes para se manter perene.

## **Conceitos Chaves**

A aproximação com os públicos é o cerne de toda elaboração participativa, seja o OP ou o PB eles dependem dessa articulação que valorize as vivências dos públicos, suas memórias e os anseios por um futuro modificado. Essa perspectiva de valorizar as memórias e por consequência as vozes desses sujeitos é o compromisso da história pública ao oportunizar outros modos de construção e/ou reconstrução da história e ao permitir que vozes silenciadas tenham a oportunidade de apresentar suas perspectivas.

As vozes silenciadas, apresentadas por Perlatto (2012) precisam de espaço para apresentarem suas representações, é nesse processo que se elabora o compromisso de futuro do bairro. O primeiro ponto que vai da elaboração de um estudo que aponte as potencialidades do bairro se mistura com as propostas para o futuro que além de permitir elevar o estágio de desenvolvimento, consiga englobar tanto as memórias desses públicos quanto suas expectativas futuras.

Ao se admitir a ideia de “públicos” consideramos a diversidade de moradores envolvidos em determinada localidade e o compromisso em incentivar sua participação de forma direta e efetiva na elaboração das políticas públicas daquela localidade. Por se trabalhar o mecanismo do PB a ideia é que os moradores atingidos também sejam os proponentes das ações.

O envolvimento, incentivado e efetivado de diversas formas fortalecerá a construção de propostas enraizadas nas necessidades e vontades populares. O debate na elaboração e a avaliação constante formarão um conjunto interdependente de ações coletivas que superará discursos e narrativas oficiais permitindo que as demais narrativas ocupem lugar ao lado.

Não se pretende propor a alternância de narrativas mas sim que haja igualdade de importância tanto das narrativas oficiais conduzidas pelos detentores de poder quanto das narrativas dos públicos para a construção de oportunidades e novos caminhos.

O diálogo, assim como sugere Morin (2010) é elemento fundamental no PB e que permite uma reelaboração das ideias dos participantes, para que juntos se funde uma nova perspectiva interpretativa para os problemas existente e que assim possa-se vislumbrar um futuro modificado e de novas possibilidades. Não há nesse contexto uma forma correta de propor as soluções mas sim a abertura para que no diálogo se desenvolva o olhar colaborativo.

Esse encontro no diálogo é fundamental para que se possa articular os saberes dos diferentes participantes, se o PB pretende abrir espaço de participação de diversos públicos isso implica pensar tanto naqueles residentes no bairro em questão como também dos agentes políticos que são representantes legais bem como dos agentes técnicos sejam eles parte da administração e que estarão ao lado para auxiliar na elaboração do PB e/ou no desenvolvimento das etapas do mesmo e ainda possíveis técnicos como estudiosos, historiadores e/ou cientistas sociais contratados para esse fim específico de elaboração de estudos em conjunto com esses públicos.

## **Maratona do PB - guia de implantação**

O PB apresentado e suas etapas foram pensados enquanto uma possibilidade dentre outras tantas que permita aos públicos caminhos palpáveis de efetivação de seus anseios, valorizando as condicionantes históricas já identificadas em cada localidade e construindo um futuro permeado de expectativas e participação.

Sua implantação requer uma construção participante e que carece de tempo para se efetivar. Assim como percorrer uma maratona, a consolidação do PB será um processo contínuo em que inúmeras etapas precisarão ser vencidas e cada qual contribuirá para o objetivo final.

Nesse caminhar de construção histórica, que requer a integração dos públicos e o apoio dos agentes políticos e técnicos, sugere-se o uso de metodologias ligadas à História Pública que permitam um olhar voltado as condicionantes históricas do processo e também às perspectivas dos públicos, motivo pelo qual é de extrema importância parcerias com instituições de ensino ou até mesmo a contratação de profissionais especializados para elaborar e desenvolver esses estudos. Essa abordagem das memórias e representações requer um rigor científico que considere as condicionantes históricas desses públicos visto que, conforme afirma Tosh (2008) a interpretação dos fatos históricos do passado perpassam pela análise e interpretação do contexto envolvido em sua construção.

Para que se tenham um direcionamento fundamentado dessa elaboração, o uso de questionários e as entrevistas orais poderão fornecer elementos de análise ao PB tanto na perspectiva de entender o bairro foco dos estudos, como se constituiu a organização comunitária do mesmo, bem como o planejamento dos melhores projetos que atendam aos interesses dessa população.

Cada bairro possui uma dinâmica singular diante do qual os estudos preliminares para levantar as potencialidades do bairro aliado aos diálogos em rede permitirão conhecer esse histórico da construção e abrir o diálogo com seus moradores permitindo conhecer, por meio de suas falas, memórias e histórias de vida as relações existentes na esfera micro e que caracterizam essa dinâmica social.

Os questionários semiestruturado, possibilitam tanto classificar esse público por grupos, seja de idade e renda, escolaridade ou sexo quanto permite ouvir seus anseios por meio de perguntas abertas é uma das metodologias que pode ser empregada e gerará diversidade de dados para análise. Assim também as entrevistas orais, que no contato

direto com os públicos amplia o poder de fala desse sujeito para que além das respostas aos questionamentos possa rememorar suas vivências e apresentar singularmente suas opiniões. Essas metodologias sugeridas efetivam a participação e valorizam os sujeitos que além de sofrerem a interferência do PB poderão interferir em sua elaboração.

Pensamos que a efetivação do PB será mais que um projeto, é o próprio caminhar da sociedade que vendo suas limitações reelabora seus projetos e fornece os caminhos para sua concretização. Nesse caminho o olhar técnico, seja de acadêmicos, estudiosos, técnicos ou até mesmo a experiência de outros sujeitos são os balizadores da elaboração que será composta de coletividade.

Desse modo, assim como percorrer uma maratona que exige preparação, planejamento e dedicação, o PB só será efetivado com o tempo de maturação exigido. Não é possível elaborar o PB em apenas um dia, assim como não é possível percorrer os 42 km sem preparação prévia. O PB impõe a necessidade do envolvimento, discussão e constante avaliação e esse percurso precisa ser percorrido etapa por etapa, quilômetro por quilômetro.

## **Anexo II – Projeto de Lei**

### **PROJETO DE LEI Nº XXX, DE XX DE XXXXX DE XXX**

**Institui o Programa de Plano de Bairro no âmbito do Município de XXXX.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE XXXXXXXX, Estado do XXXX, aprovou e eu, PREFEITO DO MUNICÍPIO, sanciono a seguinte LEI:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Plano de Bairro no Município de XXXXXXXXXX, com o objetivo de que fomentar a política democrática participativa, garantindo o bem-estar da população e a participação na elaboração do planejamento municipal conforme preconiza o artigo 29 inciso XII e o artigo 182 da Constituição Federal de 1988.

I – O Plano de Bairro deverá ser conduzido pela administração pública em parceria com a Associação de Moradores e/ou entidade representativa da comunidade que a substituir no intuito de elaboração de estudos e planejamento das ações a serem desenvolvidas localmente.

II – A Associação de Moradores e seu respectivo representante deverão estar cadastrados junto a Prefeitura Municipal e informar a comunidade a qual representam da realização do planejamento e das reuniões para a elaboração do Plano de Bairro.

**Art. 2º** A Secretaria Municipal de Planejamento será a responsável pelo acompanhamento e subsídio técnico na elaboração dos projetos.

Parágrafo único: O executivo municipal poderá indicar outras Secretarias ou nomear membros para formação de uma Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento para elaboração do Plano de Bairro.

## CAPÍTULO II DO PLANO DE BAIRRO

**Art. 3º** O Plano de Bairro será conduzido preferencialmente pela Associação de Moradores de referência do bairro ou por entidade representativa da comunidade que venha a substituí-la.

**Art. 4º** O Plano de Bairro deverá seguir obrigatoriamente os seguintes passos:

- I. Elaboração de estudos preliminares das potencialidades do bairro;
- II. Diálogos em Rede para apresentação das potencialidades e escolha do grupo de trabalho para a elaboração das propostas;
- III. Elaboração de propostas;
- IV. Assembleia do Bairro na qual serão apresentadas e votadas as propostas elaboradas pelo grupo de trabalho;
- V. Envio e aprovação das propostas ao Executivo Municipal;
- VI. Avaliação Trimestral e Semestral da execução do planejamento;
- VII. Pré-conferência do Bairro com a participação popular, onde serão apresentados os resultados e preparado possíveis alterações;
- VIII. Reelaboração do Plano de Bairro;
- IX. Conferência do Plano de Bairro com toda comunidade e comissão do executivo para avaliação do ano de desenvolvimento do Plano de Bairro e reelaboração das próximas etapas.

### CAPÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO

**Art. 5º** Ficam impedidos de participar como coordenadores e representantes dos bairros na elaboração do Plano de Bairro aqueles que porventura ocupem ou pleiteiem cargos político-eletivos.

**Art. 6º** Serão membros do processo de planejamento todos os moradores representados pela Associação de Moradores, todos os secretários municipais, Vereadores(as), o(a) Prefeito(a) Municipal e o(a) Vice.

**Art. 7º** Poderão participar representantes de classes, ong, entidades, universidades, escolas e demais organizações que assim desejarem, desde que formalizem sua intenção de participação e a mesma seja aprovada pela Associação de Moradores.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º** O Plano de Bairro terá validade de 01 (um) ano, respeitando o exercício financeiro e podendo ser renovado anualmente.

**Art. 9º** A participação na equipe de planejamento da Associação de Moradores não gera qualquer vínculo entre esses e a Administração Pública Municipal.

**Art. 10** Em atendimento ao princípio da publicidade o Poder Executivo manterá em seu sítio eletrônico a relação de todos os Planos de Bairro elaborados no município, bem com o andamento das obras e ações planejadas.

**Art. 11** Para suporte das despesas decorrentes do Programa de Plano de Bairro fica o Poder Executivo autorizado a destinar 3% da arrecadação municipal com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao programa.

**Art. 12** O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua vigência.

**Art. 13** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**XXXXX, XX de Dezembro de 2024**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VEREADOR